

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM SOCIOLOGIA  
TESE DE DOUTORADO**

**ALINE MAGNA CARDOSO BARROSO LIMA**

**A REVOLTA DOS DÂNDIS**

**A elite da advocacia pública sergipana, profissionalismo e poder**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Sociologia pela  
Universidade Federal de Sergipe no Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia

**Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl**

São Cristóvão

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732r Lima, Aline Magna Cardoso Barroso  
A revolta dos dândis : a elite da advocacia pública sergipana,  
profissionalismo e poder / Aline Magna Cardoso Barroso Lima ;  
orientador Ernesto Seldi. – São Cristóvão, 2016.  
227 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2016.

1. Sociologia jurídica. 2. Advocacia. 3. Procuradores do  
Estado. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Direito e política - Sergipe.  
I. Seldi, Ernesto, orient. II. Título.

CDU 316.334.4

**ALINE MAGNA CARDOSO BARROSO LIMA**

**A REVOLTA DOS DÂNDIS**

**A elite da advocacia pública sergipana, profissionalismo e poder**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Sociologia pela  
Universidade Federal de Sergipe no Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia

Aprovada em: 25/02/2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof Dr. Ernesto Seidl – Orientador – PPGS

---

Prof. Dr. Fabiano Engelmann (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica Teixeira Marques (UNIT)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Selister Gomes (PPGS/UFS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marina de Souza Sartore (PPGS/UFS)

*Já não vejo diferença entre os dedos e os anéis  
Já não vejo diferença entre a crença e os fiéis  
Tudo é igual quando se pensa  
Em como tudo deveria ser  
Há tão pouca diferença e há tanta coisa a fazer*

*Esquerda e direita, direitos e deveres,  
Os 3 patetas, os 3 poderes  
Ascensão e queda são dois lados da mesma moeda  
Tudo é igual quando se pensa  
Em como tudo poderia ser  
Há tão pouca diferença e há tanta coisa a escolher*

*(A Revolta dos Dândis II, Humberto Gessinger)*

*Para Papai e Mamãe,*

*Edilio, João e Pedro.*

## **AGRADECIMENTOS**

Concluir uma tese trabalhando o dia inteiro e cuidando de filhos não é uma tarefa fácil. Sem apoio eu não teria concluído esta tarefa, portanto, seguem os meus mais sinceros agradecimentos a todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que eu chegasse aqui:

Ao professor Ernesto Seidl. Um professor como poucos, com quem aprendi muito nestes anos do doutorado. Obrigada mesmo pela paciência, pela persistência e pela dedicação.

Ao professor Antonio Lindivaldo Souza (UFS), que me ajudou na pesquisa da história política de Sergipe, emprestou livros, deu indicações de fontes, de arquivos, documentos. Um grande professor com quem estudei história ainda no ginásio (hoje, ensino fundamental) e que tive o imenso prazer em reencontrar.

Aos demais professores e funcionário do PPGS. Posso dizer que hoje sou bem mais socióloga do que advogada e vocês contribuíram para isto.

Aos meus lindos pais, João e Magna, que embora já tenham cumprido a tarefa de criar os filhos, ainda hoje cuidam de nós incansavelmente, como se pequeninos fôssemos. Dedico este trabalho a vocês.

Aos meus irmãos, João Flávio e Aliane Flávia, companheiros desta jornada, a minha ponte com o passado e a companhia sempre presente na jornada rumo ao amanhã. Cuidando dos meus filhos e sendo os irmãos que são, deixam a minha vida mais fácil e mais divertida.

Minha linda vizinha Gizelda Cardoso, que mesmo não tendo podido estudar, sempre valorizou e incentivou a formação dos netos, dos quais se orgulha. Eu me orgulho de você, vó.

Aos meus cunhados, Gilena (Tia Gi) e Antonio Eduardo (Tio Dudu), sempre disponíveis para me ajudar no que quer que fosse, vocês me ajudaram a dar mais este passo.

A minha querida Adma Fonseca que dividiu comigo as tarefas do trabalho, deixando os meus dias mais coloridos e mais organizados. A Ruthe Regina, a estagiária de Direito que estou treinando para ser socióloga, pela organização dos quadros e tabelas.

Aos amigos, que são a família que escolhemos ter: Reuber Rosendo, Fábio Vivas, Martha Mendonça, Glauco Vinícius, Clécia Carla. Amigos nos devolvem a sanidade mental. Obrigada por estarem comigo sempre que eu precisei. Gratidão.

Aos meus colegas de turma de doutorado (que turma!), com quem aprendi um monte: Aline Ferreira, Daniela Nogueira, Elder Malta, Afonso Nascimento, Elthon Aragão, Antonio Carregosa e Antonio César. Ainda ouvirei falar muito de vocês.

Por fim, minha pequena família. João Antonio e Pedro Inácio, meus projetos de tese inacabados, em construção. Desculpem uma mamãe sempre ocupada que se esforça muito para cuidar de vocês o melhor possível, mas que, as vezes, se ausenta. Amo vocês mais que tudo no mundo. E a meu esposo Edílio Lima, companheiro e amigo, que esteve junto nesta batalha e em todas as outras. Obrigada por estar por perto, obrigada por tudo, pois *não sei se chegaria nem mesmo até o fim do dia sem você*.

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto o estudo dos padrões de recrutamento e seleção da elite dos advogados públicos sergipanos. Partindo do exame das relações entre o espaço jurídico e político no processo de institucionalização da carreira de procurador de estado em Sergipe, a pesquisa centrou-se em apreender as condicionantes históricas e sociais preponderantes na composição da elite dirigente do grupo. Recentemente, os procuradores de estado reabriram a discussão sobre a importância de sua profissão, com o firme propósito de deslanchar o processo de profissionalização da carreira, que passa pela implantação da ideologia da profissionalização e meritocracia importada de países centrais. Os conflitos daí decorrentes circunscrevem-se no contexto da necessidade de demarcação das fronteiras entre o profissional e o político, num país que historicamente pautou o acesso e mobilidade nas carreiras jurídicas pela lógica das relações pessoais. A partir da investigação sobre as regras de ocupação de altas posições no espaço dos procuradores, a intenção do trabalho, ao discutir questões em torno do problema da profissionalização das carreiras de procurador de Estado, é examinar a forma de produção dos discursos e da alternância de posições dentro do grupo ao enfrentar os questionamentos sobre práticas sociais, concepções e significados em jogo na interação destes indivíduos singularmente considerados e dos grupos que se formaram dentro do espaço social comum. O exame da composição da elite dirigente da instituição, em diferentes períodos históricos, e das recentes clivagens do grupo revelou que os efeitos da diversificação social e demográfica do grupo, a partir da década de 1990, se tornou, progressivamente, o móvel dos conflitos no interior do campo que, a despeito disto, manteve a antiga lógica de recrutamento e seleção de sua elite dirigente, recrutada fundamentalmente entre os detentores de origens notáveis, dotados de capitais de relação social e política necessários para vencer o jogo.

**PALAVRAS-CHAVE:** profissionalização - advocacia pública - poder político - meritocracia - Procurador de Estado



## **ABSTRACT**

This work analyzes the patterns of recruitment and selection of the lawyers public elite in the Brazilian State of Sergipe. Focusing initially on the relations between the legal and political space in the institutionalization process the state attorney career in Sergipe, in intend to comprehend the historical and social conditions of formation that ruling elite. Recently, the state attorney started the discussion the importance their profession, with the resolute purpose in motion the process of professional career, passing by the implementation of the ideology of professionalism and meritocracy imported from core countries. Conflicts arising there from confined in the context of the need for border demarcation between the professional and the political in a country that historically guided the access and mobility in the legal profession by the logic of personal relationships. From the investigation into high positions occupation rules on prosecutors of space, the intention of the work, to discuss issues surrounding the problem of professionalization of the State Attorney careers, is to examine the form of production of discourses and toggle positions within the group to face the questioning of social practices, concepts and meanings into play in the interaction of these singularly considered individuals and groups that have formed within the common social space. The composition's examination of the ruling elite the institution, in different historical periods, and recent divisions of the group revealed that the effects of social and demographic diversification of the group, from the 1990s, became progressively mobile conflicts in inside the field that, despite this, it kept the old logic of recruitment and selection its ruling elite, primarily recruited from the remarkable origins holders, endowed with social capital and political relationship needed to win the game.

**KEYWORDS :** professionalization - public advocacy - political power - meritocracy - State prosecutor

## RESUMÉ

Ce travail a pour objet l'étude des modes de recrutement et de sélection de l'élites avocats publics dans la province brésilienne du Sergipe. Son point de départ a été l'étude des relations entre l'espace juridique et politique dans le processus d'institutionnalisation de l'Etat avocat carrière dans Sergipe, la recherche a porté à saisir les conditions historiques et sociales qui prévalent dans la composition du groupe d'élite au pouvoir. Récemment, les procureurs de l'État ont rouvert le débat sur l'importance de leur profession, avec la ferme intention de décoller la carrière du processus de professionnalisation, ce qui implique la mise en œuvre de l'idéologie de la méritocratie professionnalisme et importés de pays clés. Les conflits qui en découlent confiné dans le contexte de la nécessité de la démarcation de la frontière entre le professionnel et le politique dans un pays qui, historiquement, a guidé l'accès et la mobilité dans la profession juridique par la logique des relations personnelles. De l'enquête sur les positions élevées règles d'occupation sur les procureurs de l'espace, de l'intention du travail, pour discuter des questions entourant le problème de la professionnalisation des carrières State Attorney, est d'examiner la forme de production de discours et de bascule postes au sein du groupe pour faire face à la remise en cause des pratiques sociales, des concepts et des significations en jeu dans l'interaction de ces singulièrement considérés comme individus et des groupes qui se sont formés dans l'espace social commun. L'examen de la composition de l'élite dirigeante de l'institution, à différentes périodes historiques, et des divisions récentes du groupe a révélé que les effets de la diversification sociale et démographique du groupe, à partir des années 1990, sont devenus progressivement des conflits mobiles dans à l'intérieur du champ qui, malgré cela, il a gardé la vieille logique de recrutement et de sélection de son élite dirigeante, principalement recrutés parmi les titulaires origines remarquables, doté d'un capital social et la relation politique nécessaire pour gagner le jeu.

MOTS-CLÉS: professionnalisation - avocats publics- le pouvoir politique - la méritocratie - Procureur de la République

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

<b>Tabela 1</b> - Participação dos bacharéis na composição do Conselho do Estado .....	61
<b>Quadro 1</b> - Lista dos Presidentes da República com indicação da formação profissional .....	88
<b>Tabela 2</b> -Número de deputados formados em direito por legislatura (1959-2011) .....	89
<b>Gráfico 1</b> - Evolução das Matrículas em Direito no Brasil (1907-2003) .....	91
<b>Gráfico 2</b> - Evolução dos Concluintes em Direito no Brasil (1933-2003) .....	91
<b>Tabela 3</b> - Nº de candidatos inscritos e aprovados na 2ª fase do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, por seccional - 2005.1 .....	94
<b>Tabela 4</b> -Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e área de ocupação (jurídica ou não), por Região - Brasil - 2000 .....	95
<b>Tabela 5</b> - Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e área de ocupação (jurídica ou não), por Região - Brasil - 2000 .....	96
<b>Quadro 2</b> - Lista de barões pertencentes as grandes famílias sergipanas .....	106
<b>Quadro 3</b> -Lista de Presidentes de Província de Sergipe, ocupação profissional e origem (1820/1889) .....	110
<b>Gráfico 3</b> - Presidentes da Província por Profissão/Ocupação (1821/1889).....	113
<b>Quadro 4</b> - Governadores de Sergipe durante a República Velha e sua profissão (1889-1930).....	119
<b>Gráfico 4</b> - Governadores de Sergipe na República Velha por profissão .....	120
<b>Quadro 5</b> - Procuradores Gerais do Estado de Sergipe (1891/1930) .....	122
<b>Quadro 6</b> - Procuradores Gerais do Estado no período pós Revolução de 1930 até 1945 .....	129
<b>Quadro 7</b> -Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1930-1945).....	130
<b>Gráfico 5</b> Governadores de Sergipe por profissão (1930/1945).....	130
<b>Quadro 8</b> -Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1945-1964).....	135
<b>Gráfico 6</b> - Governadores de Sergipe por profissão/ocupação 1945/1964 .....	135
<b>Quadro 9</b> – Procuradores Gerais do Estado (1945/1964).....	136
<b>Quadro 10</b> - Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1964-1983).....	140
<b>Gráfico 7</b> -Governadores de Sergipe por profissão (1964/1983).....	141
<b>Quadro 11</b> – Procuradores Gerais do Estado (1964/1980).....	141
<b>Quadro 12</b> - Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1983-2013).....	149
<b>Gráfico 8</b> - Governadores do Estado de Sergipe por profissão 1983/2013 .....	150

<b>Quadro 13</b> – Procuradores Gerais do Estado (1983/2014).....	150
<b>Quadro 14</b> -Resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais da Província de Sergipe na República Velha (1891-1932).....	179
<b>Quadro 15</b> -Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais do Estado de Sergipe até a institucionalização do Ministério Público (1933- 1980).....	184
<b>Quadro 16</b> - Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais do Estado de Sergipe após a especialização da função no Estado de Sergipe (1983-1988) .....	190
<b>Tabela 6</b> - Quantitativo dos cargos efetivos e em comissão da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe a partir de 1996 .....	204
<b>Tabela 7</b> - Quadro dos cargos efetivos e em comissão da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe a partir de 2005 .....	207
<b>Quadro 17</b> - Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais do Estado de Sergipe pós-1988.....	211
<b>Gráfico 9</b> - Variáveis presentes na composição da elite dirigente da PGE/SE 1988-2015 .....	216
<b>Gráfico 10</b> - Comparativo das variáveis concorrentes na composição da elite dirigente da advocacia pública sergipana por período.....	218
<b>Tabela 8</b> – Tabela de Remuneração dos Procuradores do Estado de Sergipe .....	224
<b>Tabela 9</b> – Tabela da remuneração dos Delegados de Polícia do Estado de Sergipe.	225
<b>Tabela 10</b> – Tabela da remuneração para funções exclusivas da carreira de procurador .....	225
<b>Diagrama 1</b> - Formação de grupos entre os procuradores e posições assumidas a partir de 2009 .....	232
<b>Quadro 18</b> -Quadro demonstrativo da composição dos cargos de chefia da PGE na gestão do Procurador Geral Marcio Leite Rezende.....	241
<b>Quadro 19</b> - Quadro demonstrativo da composição dos cargos de chefia da PGE na gestão do Procuradora Geral Maria Aparecida Gama da Silva .....	242

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
I- Para estudar elites jurídicas: modelo teórico-conceitual e dimensões analíticas .....	20
II - A advocacia pública no Brasil e em Sergipe: referenciais de análise .....	27
III- Etapas de pesquisa.....	30
IV- Fontes de pesquisa .....	35
V- ‘Com licença, posso entrar?’ – dificuldades e vantagens da pesquisa etnográfica em espaços sociais familiares -etapas de investigação e seus aspectos metodológicos .....	38
 <b>CAPÍTULO 1: DE NOBRES DA CORTE A BUROCRATAS DE ESTADO - A CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NO ESTADO BRASILEIRO .....</b>	<b>48</b>
1.1. A formação da elite imperial - os juristas, "alma danada dos reis" .....	51
1.2. A República, a política dos bacharéis e os outros .....	63
1.2.1) A República Velha, os bacharéis e a ascensão de novas elites .....	63
1.2.2) Entre ditaduras e democracias: os juristas e o poder.....	69
1.3. Os bacharéis, o poder e a política .....	98
 <b>CAPÍTULO 2: OS BACHARÉIS NA HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA SERGIPANA.....</b>	<b>100</b>
2.1. Da província de Sergipe Del Rey ao Estado republicano: a política e o espaço social dos bacharéis.....	102
2.1.1. Sergipe Provincial: o bacharelismo e as "grandes famílias" .....	102
2.1.2. A República e a manutenção das regras do jogo .....	114
2.1.3. República nova, Estado Novo e novos contextos.....	122
2.1.3.1. A Revolução de 1930, o Estado Novo e os militares no poder.....	123
2.1.3.2. A democracia pós-Estado Novo e a volta dos bacharéis ao espaço político...	130
2.1.4. Sergipe sob a tutela militar .....	135
2.1.5. A redemocratização e a institucionalização da advocacia pública em Sergipe .	141
 <b>CAPÍTULO 3 - A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DE PRODUÇÃO DA "BURGUESIA DE TOGA", BASE DAS ELITES SERGIPANAS.....</b>	<b>151</b>

3.1. Bacharelismo, profissionalismo e política: transformações e redefinições da carreira profissional do advogado público.....	154
3.1.1. De nobre da corte a burocrata de Estado: entre bacharéis e profissionais do Direito.....	156
3.1.2. A (re)produção da "burguesia de toga" sergipana.....	175
3.1.2.1. Advogados públicos de uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias da elite dirigente até a Constituição Estadual de Sergipe de 1989 .....	176
3.2. "Mérito", "profissionalismo" e as lógicas cruzadas do espaço social dos procuradores sergipanos .....	195

#### **CAPÍTULO 4 - A "REVOLTA DOS DÂNDIS": A "POLÍTICA" DA PROFISSÃO E O "SENDO DO JOGO".....**

4.1. Os estabelecidos e os <i>outsiders</i> : a constituição de um espaço "político-profissional" pós 1988.....	200
4.1.2. A elite dirigente da PGE de Sergipe pós 1988: estabelecidos ou <i>outsiders</i> ? ....	209
4.2. A revolta dos dândis: redefinindo “as regras do jogo” .....	218
4.2.1. “Profissionalização”, a imagem pública institucional e a (re)definição de papeis .....	220
4.2.2. A formação de grupos no espaço político da Procuradoria Geral do Estado ....	229
4.3. Para velhos conflitos, uma nova ordem: a política da instituição .....	234
4.3.1. Entre Dândis - estabelecidos e <i>outsiders</i> : a fisiologia do poder .....	241

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> A elite da advocacia pública sergipana, profissionalismo e a (re) produção do poder .....	244
--	-----

## INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, no Brasil, as carreiras jurídicas tiveram representação nos poderes Legislativo e Executivo, uma vez que a formação de bacharéis em Direito representava uma estratégia para a conformação e legitimação da elite política. Mesmo antes da criação dos cursos jurídicos nacionais, ainda no Império, os bacharéis em Direito já ocupavam papel relevante na burocracia estatal com grande influência sobre o poder político central. Entretanto, durante o processo de construção do Estado nacional tanto a representação política quanto a influência sobre o poder político tiveram seu peso alterado, gerando instabilidade suficiente para transformar o projeto político dos bacharéis em um projeto de construção da autonomia profissional e política das carreiras jurídicas do Estado.

Considerando a estreita relação entre a elite profissional do Direito e outros segmentos detentores de parte do poder político do Estado, a construção da autonomia política das carreiras de Estado atrelada à ideologia da "profissionalização"<sup>1</sup> da atividade jurídica, - expressa nos discursos de seus agentes sociais, - representou o investimento num *ethos* de separação deste espaço em relação ao poder político central. No longo trajeto que une os políticos-bacharéis construtores do Império às diferentes categorias profissionais do Direito tais como se apresentam hoje, temos no modelo corporativo e na incorporação de mecanismos burocráticos de recrutamento da base das carreiras iniciados na década de 1930, um marco importante. Assim, a partir da

---

<sup>1</sup> No Brasil, a ideia de profissionalização da atividade jurídica consiste num processo segundo o qual a construção da carreira deverá, em tese, se autonomizar com relação ao poder político e ser controlada apenas pelos pares que se dedicariam à atividade de modo exclusivo. Nesse sentido, profissionalização seria, pois, um processo de diferenciação que se desenvolve de acordo com o contexto social e político. Atualmente, separar-se do poder político central se configura numa importante estratégia para o reconhecimento público e a legitimação social da atividade jurídica. O nível de profissionalismo de um grupo seria medido pelo grau de vulnerabilidade às pressões políticas, conforme se constrói a independência do campo jurídico em relação ao campo político. Ver ENGELMANN, Fabiano. Da política para o direito: a dimensão "profissional" e "intelectual" na estruturação do espaço jurídico no Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos do Centro Universitário Feevale**. v. 24, n.2. Novo Hamburgo:Feevale, 2001; MARTINS, Ana Paula Antunes. Profissionalismo como ideologia no mundo do Direito. **Academia**. Revista sobre Enseñanza del Derecho. Ano 5, n. 10, 2007; SADEK, Maria Tereza. Prefácio. In BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e Política no mundo do Direito: a relação dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002.

consolidação destas mudanças se inicia um lento, porém continuado, enfraquecimento das solidariedades entre os juristas de Estado e os políticos profissionais<sup>2</sup>.

A aposta na construção de uma carreira profissional "autônoma" se deu ao longo do processo de redemocratização do país, contando com o apoio de grupos políticos que também disputavam espaço no novo cenário nacional. A reinvenção do espaço profissional dos bacharéis fortaleceu as condições de exercício das atividades jurídicas já consolidadas (a exemplo da Magistratura e Ministério Público) e incentivou o ativismo de novas categorias na luta pela ampliação de garantias e prerrogativas que garantissem o fortalecimento institucional e simbólico de sua independência funcional em relação ao poder político<sup>3</sup>. Dentre estas novas categorias estão os advogados públicos, cujo processo de uma institucionalização recente, ainda atrelada em grande medida à lógica política do Poder Executivo, é responsável pela criação de padrões de carreira profissional nos quais as relações de solidariedade com as elites políticas se sobrepõem ao domínio do conhecimento técnico jurídico, evidenciando a importância de se considerar os fatores que concorrem para a formação da elite do grupo, a partir dos "mecanismos que agem sutilmente na hierarquização"<sup>4</sup> do seu espaço social.

É a partir deste contexto que o presente trabalho analisou a relação entre as condições sociais, culturais e políticas do uso do discurso<sup>5</sup> da "profissionalização" da carreira do advogado público e as estratégias de grupos emergentes para redefinir as regras de hierarquização do poder no âmbito do seu espaço social específico: as procuradorias - órgãos jurídicos inseridos na esfera burocrática do Poder Executivo. Trata-se de discutir o processo ideológico de constituição do discurso e a transposição desse fenômeno para o entendimento das relações de poder dentro do espaço social dos procuradores e entre ele e o espaço político, pois, segundo Bourdieu<sup>6</sup>, a linguagem estrutura a percepção que os agentes sociais têm do mundo e como eles se relacionam nesse mundo, podendo-se conferir uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade, constituindo-se um instrumento de percepção do mundo social.

---

<sup>2</sup> Cf. ENGELMANN, Fabiano. **O poder político dos bacharéis**. Publicado em 29 de maio de 2015, disponível em: <http://jota.info/o-poder-politico-dos-bachareis>.

<sup>3</sup> Dentre estas categorias destaca-se a dos Defensores Públicos que conseguiram alterar a Constituição Federal no tocante a sua autonomia administrativa e financeira com relação ao poder Executivo e à equiparação salarial com a Magistratura e Ministério Público. Ver Emenda Constitucional No 80/2014.

<sup>4</sup> Cf. ENGELMANN, Fabiano (2015), op. cit.

<sup>5</sup> O sentido de discurso segue a linha do trabalho teórico de Pêcheux que abre a possibilidade de pensá-lo não como um substituto da ideologia, tampouco como um conceito que permite contorná-la, mas como algo atravessado por ela. Ver PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

<sup>6</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.



O problema de pesquisa foi construído com base no exame do conjunto de recursos vigentes no espaço dos juristas estaduais e suas condições sociais e institucionais de mobilização, as modalidades através das quais se realizam as carreiras, os princípios de legitimação acionados e a relação dos procuradores sergipanos com a estrutura do poder político e com outras esferas de atuação. Estabeleceu-se como universo empírico o conjunto dos procuradores do Estado de Sergipe que compuseram/compõem a elite do grupo e casos representativos de alguns procuradores que militam no âmbito nacional pela aprovação da PEC 82/07<sup>7</sup> e que, no âmbito estadual, deram início a uma série de conflitos com o governo do Estado de Sergipe (a partir de 2009), com a intenção de estabelecer mudanças na estrutura organizacional da carreira.

A escolha temática e o recorte operado estiveram estreitamente relacionados ao interesse pelo estudo de elites e também pela vivência junto às atividades da Procuradoria do Estado, que atraiu minha atenção para as tais disputas públicas entre procuradores pela redefinição do sentido da "profissionalização" da carreira e seus reflexos nas relações entre si, com o centro de decisão política do Estado e na estruturação de seu espaço de poder.

Os procuradores em questão podem ser encarados como integrantes de uma elite no sentido dado por Saint Martin<sup>8</sup>, para quem o termo designa todos os indivíduos que ocupam posição de destaque numa hierarquia social, exercendo funções importantes, valorizadas e reconhecidas publicamente, dotados de privilégios, prestígio e outras vantagens oficiais ou oficiosas, ocupando as posições de poder político, administrativo, econômico, militar, cultural, religioso. Ainda como defendido por Charle<sup>9</sup>, esses indivíduos não fazem parte de uma elite em si, mas são uma elite para os outros. Por outro lado, a questão de definir o grupo ou de que tipo de elite deve se tratar perde a importância quando se assume a multiplicidade de dimensões ou esferas do espaço social com lógicas e princípios específicos, relativamente independentes, que nos traz de concreto e observável vários grupos a ocupar posições dominantes em uma ou outra esfera específica.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> A Proposta de Emenda Constitucional 82/2007 (PEC 82/2007) versa sobre autonomia administrativa e financeira para a Advocacia Geral da União (AGU) e as procuradorias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

<sup>8</sup> SAINT MARTIN, Monique. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Revista TOMO Nº13**, São Cristóvão: UFS, jul/dez 2008.

<sup>9</sup> Cf. CHARLE, C. **Les Élités de la République, 1880-1900**. Fayard: 1987, p.12 *apud* SAINT MARTIN (2008), op. cit., p. 48.

<sup>10</sup> Cf. SEIDL, Ernesto. Apresentação. **Revista TOMO Nº13**, São Cristóvão: UFS, jul/dez 2008, p.8

Como demonstra Coradini<sup>11</sup>, as investigações em torno do universo das elites não tem como foco principal o grupo nem os indivíduos que constituem o objeto, não se trata de estudar elites ou grupos dirigentes, mas estruturas de capital, de poder e de dominação que somente existem por meio das práticas que as põem em ação, como também os recursos e princípios de legitimação que estruturam estas práticas e, inclusive, suas relações com todas as outras categorias que não precisam ser necessariamente dominantes.

Entendendo este espaço de poder constituído não apenas como o conjunto de recursos aos quais os agentes tiveram acesso, mas também como o resultado de uma prática que perseguiram, destacamos que o trabalho buscou conjugar abordagens mais objetivistas (com foco nos mecanismos de recrutamento e seleção dos grupos dirigentes, nas transformações morfológicas dos espaços sociais e nas reconversões sociais) com procedimentos de caráter interacionista, como a descrição de lógicas de ação e justificação, de acionamento concreto das regras e do sentido do jogo e das estratégias de consagração social.

Ao procurar entender as bases sobre as quais se erguem os fundamentos da luta política pela "profissionalização" da carreira através de autonomização política e financeira da instituição, este estudo quis encontrar elementos que permitissem objetivar a lógica das estratégias de transformação desta "causa política" em novas regras de hierarquização do espaço de poder dos procuradores, tradicionalmente ocupado por um grupo de bacharéis que detêm grande capital de relações, associados a grandes famílias de juristas e políticos, em Sergipe.

A fim de compreender os processos sumariamente descritos acima, a pesquisa foi estabelecida sob duas perspectivas que põem em relação os fundamentos da redefinição de "grupo profissional" e de "profissionalização" e a mobilização das fundamentações sobre o tema na disputa por poder e prestígio dentro do grupo. A primeira perspectiva tratou de compreender esta relação estudando a construção do espaço social dos advogados públicos no Brasil, em sua estreita relação com o Estado, e, em Sergipe, na tradição das "grandes famílias" e na emergência recente de novos grupos sociais que instauraram uma oposição entre um pólo socialmente mais diversificado e um pólo mais conservador de juristas de tradição familiar e/ou política. Enfoca-se, neste caso, a emergência de novas definições do sentido do papel institucional da carreira, especialmente pela atuação do movimento associativo-

---

<sup>11</sup> Cf. **CORADINI**, Odacir L. **Elites e Grupos Dirigentes no RS: estudos recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p.14

corporativista dos procuradores nas questões políticas atinentes à carreira, com repercussão nacional e local. A segunda perspectiva põe em relação as alterações na composição do grupo de procuradores provocadas pela ampliação do acesso ao ensino superior pós 1990, com a consequente diversificação das origens sociais e geográficas do grupo, e as condições de apropriação e uso do novo discurso acerca da "profissionalização" nas lutas pela redefinição das regras de hierarquização, particularmente num recente movimento grevista de um grupo de procuradores sergipanos, que emergiu como representante de uma "nova" política institucional.

Assim, ao analisar o universo empírico através de uma perspectiva histórica e utilizando instrumentos construídos pela sociologia do poder, jurídica e das profissões, restituem-se as lógicas subjacentes às disputas em torno das (re)definições e usos do sentido de "profissionalismo" e "profissionalização" entre procuradores inseridos num determinado contexto social e cultural, para demonstrar que o espaço social dos procuradores é permeado por uma lógica social que se mantém desde os primórdios da constituição deste espaço social, reproduzindo relações de poder permeadas pela lógica do espaço político do Estado, do qual não conseguiu se autonomizar mesmo com todas as proposições legislativas postas neste sentido. Consequentemente, os sentidos de "profissionalismo" e "profissionalização" assumem os contornos dos discursos possíveis de serem elaborados em contextos sociais e culturais específicos, a partir dos interesses que se põem em disputa entre os agentes envolvidos.

## Referenciais de Análise

### I- Para estudar elites jurídicas: modelo teórico-conceitual e dimensões analíticas

Estudar o espaço social dos advogados públicos a partir das dimensões do fenômeno descrito como problema de pesquisa apresenta uma série de dificuldades. A principal delas seria a inexistência de estudos nacionais sobre a advocacia pública (em específico) que pudessem servir de base para a formulação do problema de pesquisa, o que dificulta a elaboração de pontos de partida que norteiem o encaminhamento da pesquisa. E, embora haja uma diversidade de estudos sobre a advocacia em geral, as condições sociais da produção da pesquisa sobre este universo têm como preocupação central a análise do desenvolvimento da advocacia privada no Brasil, a formação da elite de bacharéis e sua contribuição para a formação do Estado Nacional.<sup>12</sup>

Outra dificuldade a ser relacionada refere-se às diferentes abordagens que o enfoque dado ao problema desta investigação – as condições social, cultural e política do uso do discurso sobre a “profissionalização” da carreira – tem recebido de estudos sobre o tema nas ciências sociais. Os autores da denominada “sociologia das profissões” trazem diferentes construções para o problema proposto que dependem das condições sociais e históricas dos países onde foram produzidas, bem como das condições próprias

---

<sup>12</sup> Para estudos sobre advocacia no Brasil ver ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALMEIDA, Frederico Normanha. **A Advocacia e o acesso à justiça no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2005 p.44-4; BAETA, Herman Assis (Coord.). **História da Ordem dos Advogados do Brasil: criação, primeiros percursos e desafios (1930-1945)**. Brasília: OAB – Ed. 2003, v.4; BASTOS, Aurélio Wander. **A ordem dos Advogados e o Estado Democrático no Brasil**. Tese de Doutorado. IUPERJ-UCAM, Rio de Janeiro: 2007; BONELLI, Maria da Gloria. **O Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Estado: profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no Estado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, nº 39, 1999; BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo e Política no mundo do Direito: a relação dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011; COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999; DEZALAY, Yves e GARTH, Bryant. **The internationalization of Palace Wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American State**. Chicago: The Chicago Series. Law and Society. April, 2002; MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Diffel, 1979; PAULO FILHO, Pedro. **O Bacharelismo brasileiro: da colônia à República**. Campinas: Bookseller, 1997; SILVA, Rafael Oliveira da. **Ordem dos Advogados do Brasil: espaço de história e ação política**. Departamento de História- UFRN- Brasil; SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. **Os bacharéis na política e a política dos bacharéis**. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1983; VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1982

de formação e desenvolvimento da advocacia nesses lugares. Assim sendo, é necessário estabelecer referenciais teóricos e uma definição em torno de conceitos chaves como estratégia, autonomia, mérito, profissão e profissionalização e também instrumentais metodológicos de pesquisa que levem em conta as condições sociais e históricas específicas para o exame do conjunto de recursos vigentes no espaço dos juristas do Estado de Sergipe e suas condições sociais e institucionais de mobilização, as modalidades através das quais se realizam as carreiras, os princípios de legitimação acionados e a relação dos procuradores com a estrutura de poder e com outras esferas de atuação.

Portanto, o primeiro passo para a definição clara e precisa do modelo teórico-conceitual a ser utilizado na pesquisa passou por um exame crítico das diferentes tradições de pensamento das ciências sociais sobre o fenômeno da profissionalização de diferentes ocupações (e em especial a advocacia), em diferentes países (e também no Brasil), com a finalidade de ultrapassar os obstáculos percebidos e estabelecer um instrumental de pesquisa que desse conta das dimensões do fenômeno investigado, superando um dilema teórico básico da construção do objeto: a oposição que modelos excessivamente simplificadores fazem entre uma posição objetivista - que explica fatos sociais a partir de causas e fatores que estão para além da consciência dos agentes individuais - e um ponto de vista subjetivista, - que valoriza a análise das representações que os agentes fazem do mundo social e, a partir das quais, constroem esse mundo.

Dessa maneira, a perspectiva teórica que orienta o trabalho de pesquisa e a construção de seu objeto é a da sociologia política de Pierre Bourdieu, autor central nesta tese, em torno do qual se articularam as perspectivas de outros autores ligados a ele, também produtores de "sociologias" específicas no que se refere ao estudo de elites, de representação política, dos sistemas de educação formal e, em especial, do Direito.

Partindo da concepção que considera a estrutura social como o conjunto de recursos e regras implicados na reprodução das práticas sociais, meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza, tem-se que as propriedades estruturais estão constantemente envolvidas na produção e reprodução da ação, não existindo fora dela<sup>13</sup>. Por causa dessa dualidade (meio/resultado), as relações sociais se estruturam ao longo do tempo e do espaço. Nessa perspectiva, o estudo de grupos profissionais como o dos advogados públicos exige a reconstrução do espaço objetivo de posições sociais e das relações entre as diferentes posições que os agentes ocupam em razão do tipo de capital

---

<sup>13</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

que detêm e pelas quais competem entre si para, em um momento posterior, incorporar-se as representações que influem e determinam da mesma forma as condições objetivas.

Definir o universo de interação dos bacharéis em direito como objeto de pesquisa implica considerar seu espaço instituído socialmente por ritos, símbolos, códigos, hierarquias e garantias legais legitimadas estatalmente, cuja compreensão dos princípios de estruturação envolve a análise de variáveis que evidenciem a estrutura dos capitais mobilizados na sua hierarquização e na relação dos agentes com essa estrutura<sup>14</sup>

Ao considerar os diferentes capitais envolvidos no acesso aos grupos profissionais, nos seus modos de hierarquização e em suas relações, o instrumental metodológico de Bourdieu permite construir o objeto considerando-se o contexto histórico e social do Brasil, que se configura numa realidade diferente (ainda que não absolutamente) da dos países centrais, e onde se destaca a disputa pelo acesso à instância de formulação de critérios e regras de avaliação e hierarquização das carreiras calcadas em relações sobrepostas, que se fundam tanto na acumulação de capitais personificados quanto em mecanismos de universalização de interesses. Este arranjo – relações personificadas e critérios universalizantes de escolha – tende a atenuar a violência da exclusão aberta dos adversários, combinando a legitimação pela norma jurídica à dependência de inserção numa rede personificada de relações como determinantes das chances de acesso, ascensão e reconhecimento profissional.

O estudo de Bourdieu sobre a elite jurídica parte de uma análise crítica do "campo jurídico" e de suas relações de dominação e manutenção do poder, presente principalmente nos trabalhos *O Poder Simbólico* (2010), *Questões de Sociologia* (1984), *Meditações Pascalinhas* (2001) e *Razões Práticas* (2008). Conceitua o direito como um espaço definido por regras próprias e pela luta entre dominantes e dominados, cujo objeto último é a reprodução: o direito, arrimado nos pilares do formalismo e da codificação serve, pois, como instrumento de manutenção da dominação dos profissionais com relação aos "outros". Outro aspecto interessante da abordagem bourdiesiana para esta pesquisa é o que relaciona o direito com outros campos, ao afirmar que os juristas dotados de um *habitus* de classe dominante fazem do direito o sustentáculo para os campos político e econômico, principalmente, atuando como um mecanismo fundamental de manutenção de ordem social.

Sem referir-se especificamente aos juristas, outros trabalhos como *La Noblesse d'Etat* (1989) e *Homo Academicus* (1984), em conjunto com as demais

---

<sup>14</sup> Cf. ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS. 2004, p.20.

pesquisas, forneceram a orientação e o instrumental teórico para a análise dos princípios de hierarquia, ascensões, reconversão de capitais e legitimação de agentes com posição de destaque e prestígio no espaço social de grupos sociais identificados a determinadas competências e definidos como um "grupo profissional".

Para Bourdieu<sup>15</sup>, a ideia de campo envolve um sistema claro de relações objetivas dentro do qual as posições ou tomadas de posições se definem relacionalmente e que domina as lutas que visam transformá-lo. Ou seja, campo nesta acepção é um espaço definido e autônomo, com características próprias bem delineadas, o que leva ao questionamento de sua aplicabilidade em contextos fracamente institucionalizados (como o espaço dos procuradores de Estado) e cujos princípios em jogo, regras e trajetórias associadas não se encontram claramente delineadas e evidentes, mas na fronteira e dependentes de outras lógicas sociais.

A utilização desta categoria implica a própria construção do objeto, na medida que representa toda uma concepção analítica do universo social pesquisado. A alternativa plausível é a utilização da noção de *espaço social* que, por não estabelecer um delineamento rígido de características, se adequa ao estudo de sociedades “periféricas” com contextos mais fluidos de autonomia das esferas sociais<sup>16</sup>.

Neste trabalho, considerou-se o espaço social em que os advogados públicos se movem a fim de identificar a lógica que intervém na sua estruturação, mantendo-se uma postura analítica que implicou relacionar as origens e posições sociais dos agentes com as estruturas de capitais específicas do campo analisado, ficando evidente a existência de, pelo menos, dois núcleos em oposição de interesses dentro do grupo pesquisado: a) o núcleo tradicional ou conservador - detentores de heranças familiares e políticas significativas, além da competência técnica específica exigida para o cargo; e b) o núcleo diversificado - com origens sociais e geográficas diversas e, de início, detentores apenas da competência técnica/jurídica. Contudo, embora sejam esses dois os grupos em permanente tensão dentro do espaço social estudado, a diversificação dos agentes a partir de 1998 somada a permanência de agentes políticos na instituição mesmo após esse período são responsáveis pela configuração de outros grupos que, todavia, adotam uma posição de maior neutralidade.

---

<sup>15</sup> Ver BOUDIEU, Pierre. Champ du pouvoir et division du travail de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 2011/5, n. 190, p. 126-139

<sup>16</sup> Sobre o tema ver ANJOS, José C.G. dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p.52 citado por SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento em Ciência Política. Porto Alegre:UFRGS, 2003, p.37-38, que também utiliza no trabalho a noção de espaço social.

Como em qualquer profissão do Estado, a ideia de "mérito" baseado no capital escolar é apresentada como principal recurso, ou o único "legítimo". Todos os procuradores, a partir das alterações constitucionais de 1988, somente puderam adentrar o grupo profissional através de concurso público, o que os diferencia do grupo de procuradores mais antigos que foram cooptados por "convite" do poder político ou remanejados de outros cargos públicos estaduais através de "reclassificações" ou "seleções internas". Atualmente obrigatórios como requisito de entrada na carreira, os concursos públicos exigem a formação profissional superior em direito, sendo o capital escolar o mais importante, mas não o único passe de entrada no espaço social dos juristas. As etapas subjetivas da seleção presentes nos concursos jurídicos consideram a trajetória social e pertencimento familiar do candidato ao se perquirir sobre a "vida pregressa" e a "reputação ilibada" do candidato, ou mesmo ao considerar o exercício anterior de cargos públicos como critério de classificação excludente dos agentes.

Após a inserção no grupo, diferentes capitais são mobilizados como recursos para ocupação de espaços específicos de poder e prestígio, não sendo a competência técnica um recurso valorizado na prática. Na composição do grupo tradicional ou conservador há a prevalência do capital familiar e/ou político, a utilização das relações personificadas que se reproduziram sem muitas exceções durante todo o percurso que marcou a institucionalização da carreira e mesmo depois das alterações legislativas da Constituição de 1988 cujo objetivo era conferir "independência funcional" às carreiras jurídicas. Portanto, ao longo da história institucional, a ascensão a posições de poder e prestígio deu-se pela retradução do capital econômico, cultural e social herdados e adquiridos (com relação à tradição familiar e política /origem e posição social) em recursos suficientes para estabelecer os princípios de hierarquização, mantendo-se uma certa homogeneidade no perfil de sua elite.

Entretanto, as mudanças ocorridas na década de 1990, com o aumento do número de cursos de direito, e o consequente aumento nas oportunidades de acesso à carreira por pessoas de diferentes origens sociais e geográficas contribuíram para diversificar o espaço social dos advogados públicos sergipanos, formando, na procuradoria do estado de Sergipe, um núcleo de agentes com socializações diversas e sem relação direta com o espaço de poder político, detendo de início apenas certa competência profissional (capital escolar). Esse grupo se dividiu, ainda, entre os que possuem firmes pretensões de disputar posições de poder e prestígio com os já "estabelecidos" procuradores da elite dirigente e os que visam apenas a realização profissional e/ou econômica e que assumem, portanto, a posição de neutralidade.



Apesar da diversidade de capitais e interesses em jogo, a estrutura deste espaço social, embora legitimada por normas jurídicas que estabelecem as regras de mobilidade e ascensão baseadas em critérios "objetivos" de "oportunidades iguais", parece estar amalgamada em relações fundadas na acumulação de capitais personificados que se sobrepõem a estes "mecanismos impessoais" de escolha daqueles que passarão a compor a elite do grupo. A importância dessas relações pessoais como critério de mobilidade e ascensão faz desaparecer para todos os *outsiders* a oposição dos interesses dos grupos quando se manifestam publicamente ou em nome da instituição, apresentam-se sempre que possível formalmente como "partidários dos mesmos interesses" para não haver uma quebra de relações declarada com os já "estabelecidos", que possa, posteriormente, prejudicá-los em suas estratégias de reconversão de capitais para ascender na carreira.

Uma vez que as relações pessoais baseadas na acumulação de capitais herdados e adquiridos (familiar e político) se constituem num obstáculo para muitos agentes, a mudança nas normas jurídicas que regulam as formas de mobilidade interna e de ascensão a cargos de poder e prestígio aparece como um recurso estratégico nesta disputa : é neste contexto que se retoma a definição de "profissionalização" aliada à ideia de "autonomização" institucional com relação ao outros espaços de poder como um caminho possível para a construção de novas regras que valorizem outros capitais sociais detidos, para que possam ser utilizados na disputa por distinção em relação aos concorrentes

Enquanto a ideia de profissionalização da carreira perpassa a construção de um novo espaço social e a afirmação de condições objetivas de exercício da profissão como garantias e privilégios estatutários, autonomia financeira/administrativa e a legitimação e objetivação dessa modalidade de atuação profissional, os estudos focados na estruturação destes espaços profissionais em países periféricos demonstram que, em determinadas condições históricas, os critérios de hierarquização e consagração são mais diretamente dependentes da "política" e da relação com o Estado. Diferentemente do que ocorre em alguns países centrais – como a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo, nos quais a advocacia esteve desvinculada do Estado na sua origem, - no Brasil, estudos como o de Bonelli<sup>17</sup> apontam para uma advocacia com relações próximas ao Estado, pois, historicamente, os advogados sempre tiveram como

---

<sup>17</sup> Cf. BONELLI, Maria Glória. **Profissionalismo e Política no mundo do Direito: a relação dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002

preocupação primordial assessorar e ocupar altos cargos na burocracia pública, apesar do entrelaçamento desta elite com a ideologia do profissionalismo e com a determinação legal de recrutamento dos seus membros pelo método "meritocrático" de seleção.

Segundo Badie<sup>18</sup>, a importação seletiva do modelo ocidental como princípio de “modernização conservadora”, coloca em destaque a questão do papel das elites e de sua constante retomada de tecnologias institucionais definidas como modernas no horizonte das estratégias de legitimação. A construção destes modelos se dá por um processo de mimetismo, por meio do qual o Estado importador é levado a identificar suas estruturas políticas com aquelas do Estado modelo e as elites mediadoras se legitimam enquanto tal com o objetivo central de manter as hierarquias sociais e os mecanismos de produção.

A extensão dessa concepção da necessidade de autonomizar as instituições jurídicas e dotar de privilégios seus agentes é fundamental na importação do modelo de profissionalização dos países centrais e na disputa pela imposição da definição legítima de carreira profissional. Assim temos que a transposição dos esquemas de análise de Bourdieu da sociedade francesa para o caso brasileiro, como único referencial teórico, não garante uma igualdade de aplicação. Isto se explica pelo fato de que, no Brasil, a invenção da ordem política e social está associada a mecanismos de importação seletiva, controlados por determinados grupos que têm como objetivo manter ou ampliar a legitimação de suas posições dominantes<sup>19</sup>. Consequentemente, estrutura-se um domínio personalizado e autoprotetor dos dominantes, limitando o acesso de novos agentes, patrimonializando-se as posições e os recursos de poder e clientelizando as relações dos que não possuem acesso direto a eles<sup>20</sup>. Entretanto, assim como neste objeto de pesquisa, os casos apresentados por Bourdieu indicam uma relação do espaço social dos juristas com o espaço de poder de grupos temporalmente dominantes, sendo este o aspecto a ser considerado em sua teoria em conjunto com outros estudos de pesquisadores brasileiros de temas afins.

---

<sup>18</sup> Ver BADIE, Bertrand. **L'État importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique**. Paris: Fayard, 1992 e BADIE, B. & HERMET, G. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

<sup>19</sup> Cf. ENGELMANN, Fabiano.. Questões para o estudo de “elites de Estado”: caso representativo dos juristas. In: CORADINI, O.L. (org.) **Estudos de grupos dirigentes do Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<sup>20</sup> Cf. BADIE, B. & HERMET, G. (1993), op. cit., p.189-190.

## II - A advocacia pública no Brasil e em Sergipe: referenciais de análise

Como referenciais para o estudo de elites profissionais no Brasil poderíamos citar os estudos de Coradini<sup>21</sup> com a profissão médica; trabalhos de Sérgio Adorno<sup>22</sup>, Edmundo Campos Coelho<sup>23</sup> e Maria Glória Bonelli<sup>24</sup> sobre profissionais do Direito; os que sugerem propostas metodológicas para investigação de carreiras jurídica como os de Perissinoto e Codato<sup>25</sup>; trabalhos sobre as carreira de militares e membros do episcopado da Igreja Católica como os de Seidl<sup>26</sup> e o trabalho de Engelmann<sup>27</sup> sobre as profissões jurídicas.

Destes, destaca-se para esta tese os trabalhos de Fabiano Engelmann voltados para a análise dos profissionais do Direito, inseridos num estudo mais abrangente de

---

<sup>21</sup> Ver CORADINI, Odaci Luiz. *Grandes Famílias e Elite ‘Profissional’ na Medicina no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. III (3)*, Rio de Janeiro, 1997a; CORADINI, Odaci Luiz. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos. IV (2)*, Rio de Janeiro, 1997b e CORADINI, Odaci Luiz *Formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. Estudos Históricos*, n. 35, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>22</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

<sup>23</sup> BONELLI, Maria da Glória. *O Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Estado: profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no Estado*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, nº 39, 1999; BONELLI, Maria da Glória. *Profissionalismo e Política no mundo do Direito: a relação dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado*. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002

<sup>24</sup> COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999

<sup>25</sup> PERISSINOTO, R. M., CODATO, A. Apresentação – Por um retorno à Sociologia das Elites, In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.16, n.30, jun. P 7-15, 2008

<sup>26</sup> SEIDL, Ernesto. *A Elite Eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2003; SEIDL, Ernesto. *A construção de uma ordem: o exército brasileiro o nascimento da “meritocracia” (1850-1930)*, in: Ciências & Letras, n. 37, 2005; SEIDL, Ernesto. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesásticas. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008; SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, abr. 2009; SEIDL, Ernesto. *A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional*. História (São Paulo): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Vol.29, n.2, 2010, p.72

<sup>27</sup> ENGELMANN, Fabiano. *A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2001. ENGELMANN, Fabiano. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS. 2004; ENGELMANN, Fabiano. Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.39, 2006a; ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006; ENGELMAN, Fabiano. Questões para o estudo de “elites de Estado”: caso representativo dos juristas. In: CORADINI, O.L. (org.) *Estudos de grupos dirigentes do Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008; ENGELMAN, Fabiano. *Estudando e definindo elites jurídicas*. Paper apresentado no Colóquio Elites História e Método, PPG História PUCRS, nov. 2011

contextualização da Sociologia do campo jurídico e da formação dos juristas e os usos do Direito, à partir do movimento de redemocratização do país na década de 1980, culminando com a Constituição Federal de 1988. A partir dos resultados dos trabalhos e do enfrentamento das questões de pesquisa, propõe um esquema analítico para o estudo empírico sobre os juristas brasileiros e, em específico, sobre sua relação com as definições de profissão, indicando um caminho possível para a condução de pesquisas com o tema.

Ao evidenciar que o processo de redemocratização da política brasileira favoreceu o processo de engajamento político dos juristas de carreira de Estado (especialmente magistrados e promotores) na disputa pela redefinição das carreiras e reestruturação do seu espaço de poder, abordou não apenas a discussão em torno da consolidação de garantias e prerrogativas constitucionais, mas pôs em discussão o próprio jogo que envolveu mobilizações de novos usos do direito por diversos grupos sociais a fim de fundamentar, moral e filosoficamente, o papel político das carreiras de Estado – o que aconteceu somente agora com relação a carreira do advogado público.

Levando-se em conta que a sobreposição das esferas política e jurídica na estruturação do espaço social dos advogados públicos brasileiro se reflete na lógica cruzada que opõe o recrutamento e seleção pelo método "meritocrático" dos concursos públicos aos meios de ascensão à posições superiores na trajetória profissional, nos quais predomina a lógica das indicações políticas, mobilizando recursos como os capitais sociais e familiares dos agentes, a configuração de uma instituição autônoma teria a tarefa de estabelecer fronteiras mais definidas com relação ao espaço político, possibilitando a redefinição da carreira jurídica em oposição aos outros poderes do Estado. Considerando-se esta configuração peculiar da advocacia pública no Brasil, uma vantagem efetiva do uso dos trabalhos de Engelmann dentro da moldura teórica geral de Bourdieu seria a adequação dos procedimentos de construção e análise do objeto ao contexto de uma sociedade "periférica", ao levar em conta os "efeitos da importação" e da readaptação de categorias aplicadas às lógicas institucionais como "autonomia da carreira", "profissionalização", "meritocracia", bem como outros bens simbólicos importados de contextos sociais e culturais diversos e adaptados à lógica política nacional.

Também foram utilizadas referências de pesquisadores sergipanos que se dedicaram ao estudo da história social de famílias tradicionais com grande prestígio e poder na política sergipana, bem como da história política do Estado a exemplo dos trabalhos de José Ibarê Dantas, Luiz Antonio Barreto, Ariosvaldo Figueiredo, Armino

Guaraná e Maria Thetis Nunes como forma de reconstruir a história da advocacia pública sergipana e a trajetória de sua elite.

Quanto a instrumentais metodológicos de pesquisa mais adaptados à realidade brasileira, destacamos os trabalhos de Ernesto Seidl, cujas investigações sobre a elite eclesiástica no Brasil indicou as várias utilidades de outros instrumentos de pesquisa além dos "propriamente sociológicos" para dar conta de todos os aspectos do fenômeno social analisado.

Por fim, cumpre ressaltar a inexistência de estudos sociológicos específicos sobre o processo de formação da elite profissional de advogados públicos após o processo de redemocratização e a instituição da carreira pela Constituição de 1988, embora possam ser citadas análises de sociologia histórica centradas no período imperial e na primeira República até o movimento de burocratização da administração pública na década de 1930, como as de Coelho<sup>28</sup> e Carvalho<sup>29</sup>, que dão indicações empíricas e teóricas sobre as condições de estruturação do espaço social dos advogados de Estado.

As indicações históricas de Coelho e Carvalho sobre a relação da advocacia com o Estado, especialmente na influência dos bacharéis nas posições administrativas do Poder Executivo, demonstram a grande interligação entre o modo de vida “jurídico” e “político”, tornando evidente a baixa autonomia do espaço jurídico em face da lógica política dominante, tanto sobre os usos do direito - como forma de fundamentar moral e filosoficamente o papel político dos bacharéis na relação com o Estado-, quanto sobre os mecanismos de recrutamento e hierarquização desta elite profissional, desde a época imperial. Contudo, ainda seja possível defender esta estreita ligação entre os procuradores e o universo político do Estado ainda hoje, em especial pela dependência financeiro-administrativa com o Poder Executivo, é possível considerar a hipótese de que a lógica dos mecanismos de recrutamento dos seus integrantes (após a Constituição de 1988) encontra correspondência com a lógica do espaço jurídico em geral.

Em outras palavras, significa que a importância dada aos atributos de relações sociais, prestígio, pertencimento a grupos familiares com posições sociais e políticas elevadas e a estreita ligação com o poder do Estado (desde a burocratização dos serviços estatais na década de 30 e em maior grau o período posterior ao movimento de redemocratização do Estado em 80-90) passou a perder importância no que concerne, especificamente, aos critério de seleção desta elite, o que não elimina a possibilidade de

---

<sup>28</sup> COELHO, Edmundo Campos (1999), op. cit.

<sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo de (2011), op. cit.

manterem-se – em graus e modos diferentes – a influência de capitais simbólicos como os familiares, culturais, sociais e políticos na realização de uma carreira bem sucedida, após o ingresso na profissão. Assim, embora a presente investigação tenha se centrado no momento histórico e social que sucede a instituição oficial do recrutamento e seleção dos seus agentes pelo recurso do mérito escolar (principalmente) e o período de recente ativismo político dos procuradores no sentido de legitimar a autonomização do seu espaço com relação ao poder político do Estado, foi considerado todo o percurso da advocacia pública em Sergipe, a fim de estabelecer, pela análise de dois momentos diferentes sob o ponto de vista da estruturação da carreira, o espaço do possível em que se movem os agentes atualmente.

Visando a operacionalização da pesquisa definiu-se como universo empírico prioritário o grupo dos procuradores do estado de Sergipe que compuseram a elite da advocacia pública em diferentes momentos da história política de Sergipe. A partir do grupo central, definiram-se, ainda, subgrupos de destaque que representam os seguintes segmentos: 1. O grupo de procuradores que compõem a elite dirigente do grupo, ocupando os cargos de chefia desde o início dos dissensos em 2010; 2- O grupo de procuradores engajados na causa da "profissionalização da advocacia", presente na articulação da Associação Estadual de Procuradores com outras associações estaduais e com a associação nacional e na disputa pública com o poder político central.

### **III- Etapas de pesquisa**

Antes de adentrar no universo empírico da pesquisa, muito por conta da falta de estudos específicos sobre a advocacia pública no Brasil, fez-se necessário contextualizar a estreita relação dos bacharéis em direito com a formação do próprio Estado Nacional, as estreitas relações com o poder político e as mudanças provocadas pelas sucessivas alterações constitucionais republicanas na forma de estruturação do espaço social do grupo. Essa abordagem histórica permite uma visualização da estrutura mais geral da instituição da advocacia pública no Brasil e, sobretudo, das modificações que sofreu em diferentes contextos históricos da formação do Estado brasileiro, com o objetivo de, principalmente, desvelar as interrelações entre a esfera propriamente profissional jurídica com o poder político central e as implicações destas relações sobre os mecanismos de produção e reprodução da elite profissional dos advogados públicos.

O trabalho de reconstituição histórica do secular poder político dos bacharéis no Brasil está no primeiro capítulo do trabalho que se constitui numa dimensão de análise fundamental para a compreensão do exercício da profissão do advogado público transpassando sua retórica institucional e o esforço de negação da natureza política de sua atividade. O foco da pesquisa centra-se na progressiva diferenciação das atividades do político-bacharel, que ocupava os espaços públicos de poder e destaque desde a época imperial, da formação dos advogados como grupo profissional especializado em colaboração com o poder público, dimensionando-se as formas de enquadramento pelas quais a instituição das procuradorias estaduais assentaram as bases de sua afirmação e reprodução.

No capítulo segundo, fazemos um percurso idêntico ao primeiro, tendo como foco, contudo, o fenômeno do bacharelismo em Sergipe. Ainda que o modelo de formação da elite dos bacharéis em Sergipe estivesse estreitamente vinculado aos que se deu nacionalmente, a investigação levou em conta as vivências específicas locais para estabelecer como os membros deste grupo plasmaram a sua identidade e se adaptaram aos diversos momentos institucionais. Destacou-se a predominância das relações familiares e políticas na composição inicial dessa elite jurídica e o impacto de todas as alterações operadas no ensino jurídico na diversificação da composição do grupo, pondo em evidência as condições para a imposição de um novo discurso acerca da necessidade de alteração das relações entre os espaços profissional e político.

As análises históricas sobre o bacharelismo permitiram demonstrar que a construção do espaço social dos advogados (privado e público) esteve atrelada à construção do próprio Estado brasileiro e que o projeto de profissionalização proposto pela elite da advocacia brasileira articulava a influência sobre o Estado no âmbito técnico-jurídico com a instituição do monopólio profissional. Neste sentido, os bacharéis foram se demarcando de outras elites com base em sua *expertise*, sempre numa relação simbiótica com o espaço político, garantindo um poder que os distingue dos demais grupos profissionais.

O terceiro capítulo investiga as transformações ocorridas no espaço profissional dos advogados públicos, no âmbito de sua regulação legislativa, e alguns de seus impactos sobre a formação da elite dirigente do grupo a partir dos movimentos de "profissionalização" das procuradorias estaduais, especificamente a de Sergipe. Consideramos os diferentes momentos da regulamentação da profissão na legislação, o surgimento das associações profissionais e a diferenciação desse espaço com relação ao espaço político. Para tanto, a investigação do espaço profissional e dos agentes

envolvidos partiu da análise das trajetórias profissionais dos membros da elite dirigente da advocacia pública sergipana desde a criação da função na burocracia pública até a sua institucionalização em 1988, a fim de identificar as condições e dinâmicas históricas e sociais de constituição de sua estrutura administrativa e o peso da formação escolar e da competência técnica na ocupação de posições de direção no seu interior, ou da necessidade de mobilizar outros tipos de capitais.

Na sequência, o quarto capítulo abordou a relação entre a institucionalização da carreira de procurador de estado em Sergipe e a forma como se compôs a elite dirigente a partir das mudanças legislativas pós-1988, o acesso de um grupo de agentes desprovidos das estruturas de capitais que tradicionalmente estiveram presentes na composição do cargo até então e a emergência de disputas internas neste espaço profissional para (re)definir as suas regras de estruturação e hierarquização. Neste ponto, além de considerar as trajetórias sociais e profissionais dos dirigentes, também investigou-se a movimentação dos agentes dentro do campo para a ocupação dos cargos de poder e prestígio.

Conforme Coradini<sup>30</sup> e Perissinoto & Codato<sup>31</sup>, um dos principais avanços no estudo de elites recentemente, foi o abandono de polarizações que remetiam o estudo a questões de “ordem normativa e política”, estimulando-se, outrossim, o confronto entre as abordagens centradas na constituição ou posição social dos atores políticos e as que focalizam lógicas processuais e as ações que estruturam suas concepções e práticas individuais, como feito aqui.

Num estudo desta natureza, faz-se necessário analisar os recursos possuídos e acionados estrategicamente pelos agentes em questão na luta pelas posições de destaque nas carreiras profissionais. Esses recursos ou capitais provêm das mais diferentes esferas: social, simbólica, econômica, política, profissional. Um agente ou um grupo pode acumular diferentes espécies de recursos e utilizá-los de forma vantajosa para obter outros ou fortalecer os que já possuem, a fim de manter a posição de hierarquia. Para o levantamento dos dados sociais dos procuradores pesquisados utilizou-se biografias escritas por historiadores sergipanos, mas com o cuidado de se ater ao fato de serem produzidas a partir de interesses sociais específicos dos biógrafos, tendo, por vezes, a função de reproduzir ou consagrar socialmente determinados indivíduos ou grupos. A evidência desta afirmação é a ausência, por exemplo, de

---

<sup>30</sup> Ver CORADINI, Odacir L. **Elites e Grupos Dirigentes no RS: estudos recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008

<sup>31</sup> Ver PERISSINOTO, R. M., CODATO, A. Apresentação – Por um retorno à Sociologia das Elites, In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30, jun. P 7-15, 2008.



biografias de membros da instituição estudada que não tenham sido dirigentes. Para romper com as racionalizações presentes nas representações biográficas, utilizou-se a noção de *trajetória* de Bourdieu<sup>32</sup> para quem biografia e história de vida não passam de uma narrativa de acontecimentos que justificam as ações e condições presentes do biografado, expondo-se apenas o que é relevante destacar, num encadeamento de fatos marcantes selecionados aos quais o indivíduo atribui sentido, justificados entre si através de relações inteligíveis.

A apreensão de diferentes modalidades de ascensão a cargos de prestígio e poder e seus respectivos percursos passou pelo estudo das trajetórias dos procuradores que se destacaram na instituição, colocando em evidência as relações entre o conjunto dos recursos sociais e culturais detidos e suas inserções na esfera de poder da profissão. Foi reconstituindo posições por ele ocupadas em espaços sociais específicos que se pode determinar os tipos de recursos, investimentos, ou seja, os caminhos e as estratégias possíveis de serem utilizadas para uma carreira bem sucedida.

O que se põe em evidência dentro do exame dos recursos sociais ativados na realização das trajetórias profissionais do grupo pesquisada é a recorrente utilização do capital de relações pessoais, de relações voltadas para a acumulação de capital simbólico personificado e mobilizado nas estratégias de ascensão adotada ao longo da carreira. Dentro do espaço dos procuradores, após o ingresso na carreira, toda a formação escolar anterior, as novas aquisições de títulos escolares a acumulação de *expertise* profissional combinam-se com as relações baseadas na reciprocidade pessoal, como a posse de laços pessoais de parentesco e amizade tanto com agentes de prestígio de dentro da instituição como com agentes detentores de capital político e de notoriedade em outras carreiras jurídicas como a magistratura, por exemplo. Mesmo após a instituição da seleção dos agentes pelo método meritocrático dos concursos (diferente do momento anterior em que a ocupação do cargo dependia exclusivamente de indicação política), observa-se a preponderância do capital escolar somente como forma de ingresso na carreira cujo desenvolvimento vai depender de relações herdadas ou construídas ao longo da trajetória profissional.

Neste ponto, a noção de capital social de Bourdieu<sup>33</sup> permite perceber que essas ligações não se reduzem às relações objetivas de proximidade no espaço

---

<sup>32</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campina: Papirus, 1996.

<sup>33</sup> Ver BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015, p.75

geográfico, econômico ou social, posto serem fundadas em trocas materiais ou simbólicas e que a sua detenção por um agente depende da extensão da rede de relações por ele mobilizada, assim como o volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é exclusivo do grupo a que se vincula. Tendo em vista que essa rede de relações é o produto de um trabalho permanente de instauração e manutenção, que produz e reproduz relações duráveis capazes de assegurar ganhos materiais ou simbólicos, a noção do capital social está associada a de estratégias (que constroem a rede de ligações como investimento consciente ou não) permitindo apreender dentro do grupo profissional dos procuradores as relações que vão além do seu espaço de movimentação interna e que são estabelecidas em diferentes espaços sociais para a impulsionar a carreira de advogado público dentro da instituição

Para apreender as determinantes sociais e culturais envolvidas na constituição da elite da advocacia brasileira e sergipana bem como os princípios de estruturação do seu espaço social, no qual se destaca a relação com famílias tradicionais de juristas e/ou políticos foram utilizadas um conjunto de variáveis empregadas principalmente por Bourdieu e por alguns estudos sobre a formação de elites profissionais e intelectuais em contextos "periféricos" a exemplo dos trabalhos de Seidl<sup>34</sup>, Coradini<sup>35</sup>, Englemann<sup>36</sup> e Petrarca<sup>37</sup> que permitiram relacionar determinantes sociais específicas ao desenvolvimento da carreira, após a investidura no cargo. A mobilização de indicadores variados para tentativa de apreensão das origens familiares,

---

<sup>34</sup> Ver SEIDL, Ernesto. **A Elite Eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. UFRGS, 2003; SEIDL, Ernesto. **A construção de uma ordem: o exército brasileiro o nascimento da "meritocracia"** (1850-1930), in: Ciências & Letras, n. 37, 2005; SEIDL, Ernesto. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesásticas. In: CORADINI, O. L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008; SEIDL, Ernesto. **Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais** (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, abr. 2009; SEIDL, Ernesto. **A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional**. História (São Paulo): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Vol.29, n.2, 2010, p.72

<sup>35</sup> Ver CORADINI, O.L. "Grandes Famílias" e "elite profissional" na medicina no Brasil, in: **Cadernos de Ciência Política**, (2), Porto Alegre, UFRGS, 1995.

<sup>36</sup> Ver ENGELMANN, Fabiano. **A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2001. ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS. 2004; ENGELMAN, Fabiano. **Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.39, 2006a; ENGELMAN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006; ENGELMAN, Fabiano. Questões para o estudo de "elites de Estado": caso representativo dos juristas. In: CORADINI, O.L. (org.) **Estudos de grupos dirigentes do Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008; ENGELMAN, Fabiano. **Estudando e definindo elites jurídicas**. Paper apresentado no Colóquio Elites História e Método, PPG História PUCRS, nov. 2011

<sup>37</sup> Ver PETRARCA, Fernanda R. **"O jornalismo como profissão": recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

das relações políticas, a forma de ingresso na carreira, os postos ocupados, as funções exercidas e a forma de nomeação em cargos de poder e prestígio permitiu a verificação das principais propriedades sociais detidas pelos grupos identificados (tradicional/diversificado) e pelos agentes de maior destaque, o que permitiu identificar que, ao longo da história institucional dos procuradores e a despeito das mudanças ocorridas principalmente após 1988, no que pertine a forma de seleção e recrutamento dos seus membros, não houve alterações substanciais na forma de hierarquização do espaço social e na composição e circulação da elite do grupo.

#### **IV - Fontes de pesquisa**

Embora tenha sido feito um recorte para a pesquisa (partindo-se da recente configuração do espaço social dos procuradores sergipanos) não se excluiu, por conta disto, a análise das informações mais gerais sobre a estruturação da carreira de advogado público ao longo da formação do Estado nacional brasileiro. Para o levantamento de dados da pesquisa com este enfoque mais geral foram utilizadas fontes escritas de caráter documental, incluindo a análise de legislações e obras de caráter historiográfico sobre a advocacia pública nacional e local e suas relações com o poder político do Estado, com outras carreiras jurídicas e com outras instituições públicas.

Para o caso específico da procuradoria de estado sergipana utilizou-se as obras com biografias e informações sobre a carreira dos dirigentes da instituição que, em sua maior parte, se encontram disponibilizadas nos sites oficiais de órgãos públicos, na forma de informações sobre a “história” de seus “membros ilustres” e muitas delas sem referência à autoria ou fontes de pesquisa. Como a grande parte dos dirigentes da procuradoria estadual passou a ocupar posições de destaque em outras carreiras jurídicas ou ocupou cargos de poder em órgãos públicos, deve-se ter em vista que as tais publicações locais dedicadas as *memórias*, *histórias de vida*, *biografias* e congêneres foram produzidas por encomenda a pessoas que possuem vínculo institucional ou contratados em esta finalidade precípua, havendo pouca ou nenhuma ligação com pesquisas de caráter acadêmico. Partindo-se desta premissa, houve um tratamento do material oriundo destas fontes, levando-se em conta as condições e os princípios sob os quais foram elaborados e observando-se que a forma como foram produzidas é o resultado de uma luta específica para definir aquilo que é reconhecido pelo senso

comum como os valores da instituição e dos seus membros componentes. Mesmo sem referências acadêmicas, esses trabalhos foram úteis para a reconstrução da história social da instituição por serem as referências disponíveis.

Também foram consultadas as fichas funcionais dos agentes investigados nos arquivos públicos sergipanos, sendo que grande parte das informações sobre os procuradores gerais anteriores a 1988 foram conseguidas no Memorial do Poder Judiciário Sergipano e na Biblioteca Epifaneo Dórea.

Colacionar *histórias de vida* dos profissionais consagrados - mesmo permeadas por interesses institucionais específicos - permite estabelecer a relação entre as posições alcançadas e as tomadas de posição no interior das lutas jurídicas e políticas em diferentes fases da história institucional, especialmente quando se confronta a qualidade e a quantidade do material produzido com o período e com quem foi digno de destaque em relação a sua condição atual na carreira, funcionando como um indicador de sua importância com relação ao espaço social pesquisado

As obras biográficas embora, segundo Bourdieu<sup>38</sup>, sejam uma "ilusão retórica" que seleciona certos acontecimentos *significativos* e estabelece uma conexão entre ele somente para dar coerência, fornece - a partir destes mesmos "acontecimentos significativos"- retalhos de informações preciosas sobre as origens familiares, relações pessoais e os caminhos para a realização profissional dos agentes pesquisados, indicando os recursos disponíveis no ambiente em que eles circulam e as formas de reprodução social da instituição. As próprias *histórias de vida* são representativas das formas de consagrar-se na carreira, tanto que, no caso dos agentes estudados, elas foram construídas unicamente com a finalidade de apresentar uma imagem edificante das personalidades bem sucedidas dentro do grupo profissional.

Contudo, um dos problemas enfrentados na composição da base de dados foi a limitação das fontes disponíveis e utilizadas, o que levou, em alguns casos, à redução do quadro descritivo dos procuradores gerais, separados por períodos históricos e elaborados a partir das informações biográficas dos agentes constantes em dicionários especializados, informações obtidas em documentos públicos (fichas funcionais, discursos públicos) e nas entrevistas.

Quanto as informações mais atuais a respeito da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, muito do que revelou as tomadas de posição nas clivagens internas e externas do grupo profissional foi obtido a partir dos documentos oficiais da procuradoria do estado de Sergipe constante nas atas de reunião do colegiado, nas

---

<sup>38</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre (2008), op. cit.

notícias divulgadas pelo site oficial, nas notícias circuladas pela imprensa local e, sobretudo, nas manifestações públicas registradas de alguns procuradores em sites de notícias e em páginas pessoais de redes sociais.

O site da instituição e os documentos oficiais foram fontes específicas para levantamento de informações sobre seus membros da ativa, dos aposentados e dos que integram outras carreiras. Também sobre a organização administrativa, sobre a composição dos cargos em épocas determinadas, sobre as atribuições funcionais e muito sobre a imagem projetada pelo grupo. Para procuradores que possuem também carreira acadêmica foi feito o levantamento de dados através das informações constantes na plataforma *lattes* e para os que passaram a integrar outras carreiras utilizou-se as informações constantes nos sites oficiais dos órgãos que integram.

Esse levantamento de informações foi crucial para a pesquisa à medida que houve dificuldades na operacionalização das entrevistas diretas e no uso de questionários dirigidos aos procuradores. Como trabalham muito a imagem do grupo, os procuradores tendem a desconfiar de entrevistas e questionários que buscam informações e opiniões pessoais, preferindo o anonimato das respostas, controlando o registro ou negando-se a fornecê-las. Há uma propensão a apresentarem-se oficialmente como um grupo coeso na forma e nas opiniões, há um espírito corporativo que gera o cuidado das informações para estranhos até mesmo quando se trata sobre informações de si. Assim, para que a pesquisa não ficasse restrita às informações produzidas oficialmente e para que se levantasse o maior número de informações possíveis, utilizamos a estratégia de pesquisa de Bezerra<sup>39</sup> sendo que a maior parte das interações ou se deu de maneira indireta, através da vivência, como observador, do cotidiano dos investigados, ouvindo as conversas informais; ou pelas entrevistas dos investigados, de funcionários da instituição e funcionários do governo (antigos e atuais), sob a proteção do anonimato das informações que foram dadas sem que se pudesse gravar as suas falas, mas somente anotá-las no diário de campo. Desta maneira, foi possível levantar as informações de bastidores, aquelas que ficam apagadas da história oficial da instituição, registrar as intrigas, os interesses e visões pessoais que, por vezes, se afastavam do discurso oficial do grupo.

Respeitando a posição dos pesquisados e o princípio de proteção de suas identidades, as informações foram apresentadas sem nomeá-los mesmo com relação àqueles que não fizeram ressalvas quanto a identificação. Somente identificamos as

---

<sup>39</sup> Ver a introdução de BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal**. Coleção Antropologia da Política. Relume Dumará, 1999.

manifestações e informações de caráter público feitas através de sites oficiais, pela imprensa ou qualquer outro meio idôneo ou as entrevistas feitas com antigos funcionários do Poder Executivo que continham informações de caráter histórico. Foram entrevistados 21 procuradores da ativa, 8 ex-procuradores gerais, 4 procuradores aposentados e/ou afastados, e mais 11 funcionários públicos e autoridades que se relacionaram/relacionam com a instituição. A opção pelo anonimato ainda preserva a identidade de outros informantes de fora do grupo profissional mas que com ele se relaciona seja no trabalho, na família ou politicamente.

**V- ‘Com licença, posso entrar?’ – dificuldades e vantagens da pesquisa etnográfica em espaços sociais familiares -Etapas de investigação e seus aspectos metodológicos.**

Diante dos percalços de se investigar um universo complexo como o dos juristas e ainda mais quando há circunstâncias sociais e culturais implicadas na relação entre pesquisador/objeto pesquisado, faz-se necessário refletir sobre as condições específicas e as peculiaridades que marcaram o percurso da pesquisa.

No posfácio da obra *“Guia para a pesquisa de campo: como produzir e analisar dados etnográficos”*, Stéphanie Beaud e Florence Weber<sup>40</sup> - ao escreverem sobre uma *“etnografia sociológica”* - defendem a cientificidade do trabalho etnográfico como instrumento da pesquisa sociológica e, ainda, ressaltam a importância da redescoberta deste instrumento para o estudo intensivo de casos particulares preocupados em reconstruir trajetórias individuais, que atualmente se põem em lugar das metanarrativas (quadros e narrativas em escalas macroscópicas) e das pesquisas estatísticas na Sociologia. Entretanto, para as autoras, a produção de resultados satisfatórios neste tipo de estudo com o uso da etnografia depende de encará-la não como uma técnica codificada, mas sim uma observação entendida como um estilo de atenção ao mundo social que deve reunir três condições essenciais, quais sejam: a) que o meio pesquisado se caracterize por um grau elevado de interconhecimento; b) que o pesquisador providencie os meios de uma análise reflexiva de seu próprio trabalho de pesquisa, de observação e de análise e c) que a própria pesquisa seja de longa duração

---

<sup>40</sup> BEAUD, Stéphanie e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007, p.192

para que se estabeleçam e se mantenham relações pessoais entre pesquisador e pesquisados.

O desenvolvimento da pesquisa de campo para coleta dos dados deste trabalho incorporou elementos etnográficos, cabendo realizar a tarefa de fazer uma reflexão sobre fatos observados e dados coletados em contraponto à forma de realização da pesquisa, especialmente com referência aos diferentes lugares ocupados pelo pesquisador no campo e a partir dos resultados das interações pessoais decorrentes deste processo de contínua aproximação/distanciamento entre eles durante o tempo do estudo. O esforço desta autoanálise está umbilicalmente atrelado ao processo de “desconstrução” que se empreendeu continuamente para procurar dar objetividade à pesquisa que se realiza a partir de um lugar tão familiar, uma vez que o campo escolhido faz parte do contexto social do pesquisador há muito mais tempo do que o da realização da própria pesquisa. Trata-se de um trabalho incessante de tornar estranho o que é familiar, problematizar a realidade da qual faz parte para fugir dos riscos inerentes às implicações subjetivas próprias desta proximidade entre o pesquisador e seu objeto. A condição de um pesquisador que é de antemão participante implica uma tomada de distância necessária para livrá-lo da sensação de já compreender o objeto e de saber explicá-lo mesmo fora do campo de observação.

É a consciência da dificuldade deste exercício reiterado de distanciamento e objetivação que se converte em objeto de reflexão. A exposição e discussão tem como ponto de partida a abordagem das condições específicas e das dificuldades encontradas no desenvolvimento do estudo da elite dos advogados públicos sergipanos circunscrita ao espaço da Procuradoria Geral do Estado considerando-se a relação de familiaridade do pesquisador com o campo como dado concreto, dado que, além de ocupar, à época da pesquisa, o cargo de funcionária pública estadual que me colocava em relação direta com a procuradoria estadual, a minha formação em direito e o exercício profissional da advocacia e da docência superior me colocaram em relação direta, anterior e longa com muitos dos investigados, social e profissionalmente.

As reflexões em torno do inesperado nas observações, na análise das interações pessoais incessantes que produzem os dados e na própria apresentação do pesquisador – a partir das diferentes posições ocupadas com relação ao campo de estudo em diferentes momentos da pesquisa e nas posições relativas ocupadas por cada um (pesquisador/pesquisados) durante as interações – poderão servir para evidenciar elementos que problematizem o próprio processo de objetivação no estudo etnográfico de elites e ainda dimensionem questões decorrentes do exercício de distanciamento do

campo necessário à prática e não previamente codificados, em virtude de suas singularidades.<sup>41</sup>

**Muito prazer, agora sou pesquisadora: a reflexividade como princípio relevante da pesquisa etnográfica em ambientes familiares.**

A base inicial para este trabalho foram os registros das observações e interações diretas e indiretas provenientes da vivência com os procuradores nas relações de trabalho e devidamente anotadas nos diários de campo. Foi preciso fazer um levantamento inicial sobre o espaço social investigado e sem ainda o rótulo de uma pesquisa acadêmica, para que as informações viessem espontaneamente sem medos ou restrições para o registro. Surpreendentemente, a situação de pesquisa impôs uma relação de desconfiança na relação com objeto, embora tenha havida a impressão de que seria fácil a interação com os investigados por dois motivos: o primeiro, pelo fato de ter a mesma formação profissional dos procuradores, inclusive tendo trabalhado com alguns deles no magistério superior de faculdades de Direito privadas em Sergipe; segundo, por ocupar, antes e à época da pesquisa, cargo na estrutura administrativa do Estado que me colocava em constante interação com as atividades da Procuradoria Geral do Estado e com seus membros.

Contudo, a primeira impressão de que seria mais fácil pesquisar os procuradores de estado em virtude das relações pessoais e profissionais empreendidas com muitos deles ao longo de vários anos converteu-se, em última instância, na maior dificuldade do estudo. Havia uma suposição inicial de que conhecia plenamente o universo institucional, a linguagem nativa e as maneiras de viver e fazer desse grupo social específico, o que, obviamente, levaria a uma rápida comprovação das hipóteses elaboradas a partir de observações anteriores. Todavia, o processo de descoberta e análise do que é familiar pode envolver dificuldades maiores do que aquilo que é exótico, desconhecido, uma vez que na observação do desconhecido tudo chama a atenção do pesquisador, enquanto na observação do familiar ficamos “cegos de tanto ver” por supormos conhecer e, portanto, ter o poder de antever os fatos.

---

<sup>41</sup> Sobre o tema ver SEIDL, E. Viagem pela Alta Hierarquia: pesquisa de campo e interações com elites eclesiais. In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. **Elites e métodos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016 (no prelo).



Para tornar clara esta proposição, é preciso informar que o interesse por esta elite jurídica específica se deu em face de recentes disputas e desentendimentos entre procuradores e o poder político do Estado que tinham como tema a reconfiguração do poder e do prestígio dos advogados públicos no âmbito do Poder Executivo. Sob o prisma interno, os procuradores são vistos pelos demais integrantes do Poder Executivo como funcionários privilegiados, que recebem altos salários (os salários dos procuradores, por determinação legal, podem ser maiores que o do Governador do Estado), que trabalham pouco e são ineficientes, extremamente apegados às rotinas e formas, pouco práticos e cujo desempenho e ação estão atrelados à troca de favores e outros benefícios pessoais em detrimento do bem comum. A greve que reivindicou aumento de salário e alterações na legislação de organização interna para conferir-lhes autonomia financeira e administrativa foi repudiada tanto pelos demais funcionários públicos, quanto pelo poder político e pelo cidadão comum.

Neste contexto e partir da posição de funcionária pública estatal *outsider*, relacionada com o poder político central, a apresentação de qualquer investigação científica que tivesse como tema as disputas internas e externas do grupo por poder e prestígio geraria, imediatamente, uma desconfiança sobre o “verdadeiro” interesse do pesquisador – se científico ou se de cunho político, tendo em vista que minha relação com o grupo possui termos preexistentes ao encontro para esta pesquisa. Por outro lado, esta relação tão próxima com os fatos e acontecimentos me levou a uma pressuposição de amplo conhecimento do campo, da dinâmica de suas relações internas, dos fatos e motivos que os ensejam, o que me conduziria a resultados já esperados, por parecerem tão óbvios.

O conhecimento, desta maneira, poderia estar seriamente comprometido pela rotina, pelos hábitos e estereótipos. Poderia haver um mapa, mas não a compreensão necessária dos princípios e dos mecanismos que o organiza<sup>42</sup>, assim, na observação do familiar, não será o cotidiano a chave para a descoberta, mas sim as “surpresas” – aquilo que aparece a despeito das previsões que se ouse fazer. Surpresa não é um conceito em si, mas sim relacional: é o resultado entre o que se espera e o que realmente acontece e o sentido dela só vai transparecer à medida que o pesquisador reflita não só sobre o que aconteceu, mas também sobre o que esperava que acontecesse a partir de sua própria condição de testemunha do fato.

---

<sup>42</sup> Cf. VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: Edson de Oliveira Nunes (Org.). **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 41

Uma surpresa relevante que possivelmente contribuiu significativamente para os rumos da pesquisa da tese foi a necessidade de apresentar o tema e os objetivos do estudo aos pesquisados como um resgate histórico da importância institucional da Procuradoria, tanto no contexto de sua função da administração estadual, quanto na luta pela autonomia profissional no cenário nacional – para conseguir a adesão voluntária às entrevistas necessárias e a serem realizadas por alguém reconhecido entre eles como um funcionário estatal de outra categoria (com relações na esfera política do governo) fez-se imperativo demonstrar a isenção de opinião sobre os atuais movimentos dos procuradores contra o governo (no âmbito do interesse da pesquisa). Era necessário não ser para a pesquisa um pesquisador no lugar de participante e conhecedor dos fatos, mas um pesquisador desconhecedor do tema e apenas curioso pela instituição.

O caráter histórico-biográfico da pesquisa apresentado como tema do estudo e com o destaque para a importância dos procuradores na ordem social foi a forma possível de conseguir a adesão dos pesquisados às entrevistas, ao fornecimento de informações nas conversas informais e de romper com suas representações prévias sobre a investigação em curso e sobre o próprio investigador, recebendo o passe de entrada não mais como uma funcionária do Estado, mas como pesquisadora desinteressada por questões que não as da pesquisa. E este fato em si já se constituiu uma “surpresa” – a necessidade da mudança de posição do pesquisador com relação ao objeto, não só como exercício de pesquisa, mas como um cartão de visita, uma forma de se reapresentar aos pesquisados - , pois, partindo-se do princípio de que as discussões sobre os movimentos internos da PGE foram públicas e os membros se expuseram ao debate e, ainda, pelo fato de já ter conversado com muitos procuradores sobre suas posições políticas com relação ao governo, supunha-se que eles não criariam qualquer resistência a um estudo aprofundado sobre as tais disputas de poder, em qualquer condição que me apresentasse.

A familiaridade com o campo já, de início, constituiu um óbice para as interações pessoais pesquisador/pesquisados exigindo um processo efetivo de distanciamento do objeto e do campo e de esforço de neutralização de qualquer opinião e previsão sobre o tema. O apresentar-se como estudante em curso de doutoramento imediatamente já me colocaria fora do espectro das representações internas sobre os funcionários *outsiders* e a generalidade do tema apresentado me isentaria perante eles de opiniões prévias sobre suas ações me reposicionando efetivamente nas relações interpessoais. Mas além de me apresentar desta forma, foi preciso passar a sentir-me desta forma com relação ao objeto da pesquisa, uma vez que a surpresa inicial da

pesquisa levou-me a considerar realmente que a visão que já possuía sobre os fatos era absolutamente relativa, não dando conta de outros aspectos que só se revelariam com uma efetiva “mudança de lugar”. E este foi o principal exercício inicial de imersão no campo – entrar nele não mais na condição de relação de trabalho ou amizade, mas na condição específica de estudante/pesquisadora a fim de objetivar o mais amplamente possível o meu ponto de vista em relação aos investigados.

O pertencimento inicial ao campo de pesquisa e o processo de objetivação necessário serviu também para evidenciar fatos que, talvez, numa situação ideal de pesquisa – pesquisador analisando um campo estranho – não pudessem ter sido observados. Um outro dado extremamente relevante e anotado no diário de campo foi o “desaparecimento” das clivagens internas nas falas dos pesquisados para o pesquisador e tão evidentes outrora nas observações participantes feitas durante o processo de interação em relações de trabalho, como na situação que citamos a seguir:

Quando já havia sido definido o tema, mesmo antes de oficializar a pesquisa, passei a fazer anotações de fatos que observava durante minhas idas à Procuradoria para resolver questões do trabalho afetas a minha função pública. Numa dessas situações, estive com um grupo de procuradores que fazem parte da cúpula de chefes a fim de encontrar uma solução para o que estava sendo entendido por todos como um ato de protesto de um membro do grupo de procuradores opositor ao governo naquele período: numa demanda corriqueira da administração, um procurador havia expedido um parecer contra uma determinada contratação feita de maneira idêntica em outro processo antigo, no qual ele mesmo havia dado um parecer aprovando. As tentativas de demover o profissional daquela posição negativa, mesmo depois de mostrar-lhe o seu parecer anterior em caso semelhante foram em vão e a única alternativa era solicitar a reforma do documento aos superiores. Apresentada a questão numa reunião com “procuradores-chefes”, todos afirmaram se tratar de uma situação absurda decorrente, obviamente, da insatisfação do “pessoal” (forma como se referiam ao grupo opositor, sempre sem dar ou citar nominalmente qualquer deles) e que eles tentariam contornar conversando primeiro com o colega, sem impor-lhe qualquer conduta, para evitar mais desgastes internos além dos que decorreram da divisão entre que lideraram os protestos contra o governo e os que se mantinham em posição de “neutralidade”, mas que, de qualquer forma, a alteração do documento já estaria garantida.

Terminada a reunião e já numa conversa informal, ficou evidente a existência de clivagens internas que alteravam o padrão de sociabilidade, com a

formação de grupos oponentes, com opiniões e estratégias de interações divergentes com o Poder Público, embora sempre mantendo entre si uma relação de cordialidade estratégica. O fato de sempre se referirem aos outros como “o pessoal”, “a turma da encrenca” deixava clara uma oposição interna de um grupo perante outro com posturas antagônicas, mas o fato de não nominá-lo, nem expressar desprezo pessoal contra qualquer um deles ou de não assumir um confronto direto, tinha a finalidade de evidenciar uma suposta “neutralidade” do grupo de chefes. Nessa conversa informal, os procuradores-chefes afirmaram de diversas formas que havia uma hostilidade do grupopositor contra eles por conta de ocuparem cargos de confiança do governo, pressupondo aqueles que todos os atos e opiniões expressados pelos chefes no exercício da profissão não teriam a “isenção da técnica burocrático-jurídica”, mas representaria um “interesse pessoal” em “manter alianças pessoais com o poder político”. Assim, a divisão para os opositores seria entre os que agiam “profissionalmente” e os que agiam “politicamente”. Já os chefes defendiam-se em cada fala afirmando que havia um certo exagero nas pretensões do grupopositor e que eles é que agiam “politicamente” ao boicotarem o andamento dos atos administrativos com “argumentos técnicos”, com a finalidade de pressionar o poder político a acatar incondicionalmente as suas reivindicações de caráter pessoal levantadas como bandeira de um movimento feito apenas supostamente em benefício de todos.

Este fato em si causou-nos dois estranhamentos sucessivos: o primeiro na posição de observador não distanciado e, depois, na observação feita após o processo de estranhamento. Por supor conhecer o campo, no momento daquela interação havia uma expectativa de que todos os procuradores partilhassem da mesma opinião com relação as recentes lutas pelas mudanças na carreira – havia uma ideia comum de que os profissionais do Direito mantêm um fechado e consistente espírito de grupo, um certo corporativismo. Assim, esperava ter muita dificuldade em convencer os chefes que o parecer em questão traduzia-se muito mais numa atitude política do que técnica e, surpreendentemente, eles mesmos denominaram a atitude do “pessoal” como política e sem qualquer lógica “técnica”, por isso, o fato me chamou a atenção naquele momento. Tempos depois, já feita a minha apresentação como pesquisadora e inserida subjetivamente nesta condição (inclusive quanto à forma de encarar o objeto de pesquisa), durante a entrevista de membros deste grupo de chefes com os quais já tinha interagido e me surpreendido com os resultados, esperava poder obter informações mais detalhadas sobre as clivagens dos grupos e as posições defendidas por cada um deles em detalhes (posições que haviam se descortinado naquela interação inicial) sendo que,

mais uma vez, o acontecido divergiu do esperado. A postura dos procuradores nas falas “oficiais”, naquilo que vai ou pode se tornar público, é medida e sopesada milimetricamente: nenhum deles fez menção a existência de grupos ou divergências internas e todos se mostraram, inclusive, favoráveis ao movimento, embora pudessem discordar desta ou daquela estratégia. Há tanto cuidado com a fala pública que os entrevistados não se sentem à vontade com a gravação das entrevistas ou mesmo com as anotações do pesquisador, que algumas vezes foi solicitada para conferência. Muitos deles, inclusive, solicitam que o roteiro de perguntas seja enviado previamente por email para conhecimento e reflexão e outros concordaram em ser entrevistados apenas se for feito por escrito com o texto sendo de sua exclusiva autoria.

Eis, então, os paradoxos passíveis de profunda reflexão para os rumos da pesquisa: quando encontrei-os em situação profissional para contestar posturas internas da instituição e para defender interesses e esperava deparar-me com a resistência de um forte espírito de grupo, fui surpreendida pela existência das divergências internas que acabaram por facilitar minha missão; e, quando esperei explorar, na condição de pesquisadora neutra, essas divergências internas, fui surpreendida por um discurso controlado e a apresentação de uma imagem unificada do grupo - na medida do possível não se declaram e nem se nomeiam rivalidades.

Uma outra situação interessante e digna de nota foi um contato com o membro do “grupo de resistência” ao poder político, o “pessoal”. Foi um encontro casual, fora do ambiente de trabalho, com um membro da procuradoria que poderia ser assim classificado. Acompanhando um colega de trabalho fora expediente, presenciei um encontro dele com um procurador seu parente: cumprimentaram-se alegremente e entabularam uma conversa sobre os rumos da recente greve velada dos procuradores que, apesar de não deixarem de comparecer ao trabalho, estavam boicotando o andamento dos processos com uma programada lentidão de resposta aos processos administrativos. O meu colega de trabalho reclamava que tal fato estava atrapalhando o serviço dele na secretaria na qual ocupava um cargo de chefia de natureza política, mas se mostrava condescendente com o parente e curioso com os rumos do movimento. Em certa altura da conversa, ouvi do procurador que a maior parte dos revoltosos estava insatisfeita mesmo com a distribuição do poder na instituição e queriam mudanças nas chefias, também queriam mostrar ao poder político do Estado que eles eram essenciais para o deslinde do projeto político e que, por isso, seriam merecedores de uma grande deferência do governo, mais que os outros funcionários, motivo pelo qual estavam propositalmente criando obstáculos aos processos como forma de barganha. Optaram

pelo que denominaram “operação tartaruga”, que os afastaria do risco de deflagrar uma greve oficial que pudesse ser declarada ilegal no Judiciário, dando assim maior poder de barganha ao governo. Tudo isto foi dito sem qualquer restrição à minha presença, tratado sem segredos, explicitamente, estando eu, ali, na condição de uma funcionária *outsider*.

Quando apresentei a pesquisa e minha condição de pesquisadora em momento posterior e tentei entrevistar oficialmente este procurador, encontrei uma resistência muito maior do que no acesso àqueles que ocupam cargos de maior destaque na instituição (os chefes) e que não estavam envolvidos nos movimentos grevistas. O pesquisado se mostrou bastante resistente e reticente quanto a uma entrevista oficial. Nos poucos contatos presenciais que consegui tentando dissuadi-lo a conceder uma entrevista completa, pude observar uma postura muito diferente quanto aos fatos que outrora reportara ao parente: negou a existência de greve ou de estratégias políticas de grupos de procuradores para pressionar o governo e afirmou que os últimos atos públicos eram institucionais e buscavam apenas “profissionalizar” a atividade do procurador de Estado que, em sua opinião, seria essencial não para os procuradores pessoalmente, mas para melhor prestar serviço à população; para tanto, necessitariam de uma ampla autonomia institucional com relação ao poder político – pelo que brigavam, e ponto.

Refletindo sobre esses dois momentos da pesquisa e sobre os dados coletados, comparativa e sistematicamente, pude perceber que, tanto os “chefes” quanto a “turma da encrenca – o pessoal” (nomenclatura dos grupos dada pelos chefes) ou os “profissionais” e os “políticos” (nomenclatura dada pelos grevistas) só são assim reconhecidos (de forma velada) internamente e por um grupo com relação ao outro, mas há uma regra geral e invisível que os proíbem de expor essas fissuras internas oficialmente. Apesar de, dentro dos seus grupos e a partir dos interesses deles evidenciarem as distinções e rupturas internas, mantêm entre si publicamente um tratamento cordial e polido, sem declarações oficiais de desavenças e projetam de si uma imagem corporativa plena, supostamente imune a dissensos.

Todavia, cremos que tudo isso somente pôde se tornar visível justamente pela alternância dos lugares e das condições da testemunha/pesquisador com relação ao campo pesquisado – aquilo que era uma vantagem e se tornou uma dificuldade acabou por contribuir significativamente para o processo de reflexão desta pesquisa. Em alguma medida, um observador estranho, que não tivesse experimentado a condição de nativo

em algum momento anterior, poderia passar despercebido por estes fatos que, com certeza, alteram os rumos da experiência e suas conclusões.

## CAPÍTULO 1: DE NOBRES DA CORTE A BUROCRATAS DE ESTADO - A CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NO ESTADO BRASILEIRO

A ordem legal, a burocracia, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são as características essenciais do Estado moderno (Weber in Carvalho<sup>43</sup>)

...o bacharel, o pré-juiz, o pré-promotor, o pré-empregado, a véspera do deputado, senador e ministro, não criam a ordem social e política, mas são seu filho legítimo. O sistema prepara escolas para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com suas exigências sociais. (Faoro<sup>44</sup>)

Em linhas gerais, autores distintos mantêm uma concordância sobre as principais características da constituição e do processo de formação do Estado moderno no Ocidente. As prescrições sobre a transformação do Estado absolutista no Estado moderno, de uma forma ou de outra, apontam como mecanismos principais da transição a burocratização<sup>45</sup> da administração que envolvia o controle da aplicação da justiça e a elaboração, pelos juristas, de discursos legitimadores do poder central, antes baseado na hereditariedade dinástica. Os juristas assumem o protagonismo na emergência do Estado burocrático que substitui a velha nobreza de sangue pela nobreza togada.

Contudo, para Bourdieu<sup>46</sup>, mais importante do que entender os fatores de emergência do Estado é compreender a lógica do processo histórico segundo o qual se operou a emergência dessa realidade. Ao avaliar o surgimento do Estado moderno na Europa como a transição da "*Casa do Rei*" para um "*Estado constituído como campo de forças e campo de lutas orientada para o monopólio da manipulação legítima dos bens públicos*", elaborou um modelo de análise cuja finalidade principal era identificar mais a

---

<sup>43</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

<sup>44</sup> FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: USP, vol. 1, 1977. p. 388

<sup>45</sup> Para Bourdieu, a ideia de burocratização do Estado passa pela instituição de um campo administrativo relativamente autônomo, independente da política (negação) e da economia (desinteresse) e obediente à lógica específica do "público", mas isso mesmo se constitui uma compreensão incompleta do Estado em sua forma real, sendo necessário retomar o sentido profundo de todas as invenções da burocracia (e seu processo de especialização das tarefas e delegação de poderes) para desvelar essa lógica burocrática de um poder impessoal e "racional", mas que se investe, na realidade, de propriedades muito misteriosas de eficácia mágica que não prescindem da apropriação privada do capital econômico e do capital simbólico. Cf. BOURDIEU, Pierre. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, Loic (Org.). **O Mistério do Ministério - Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. Págs. 41-69.

<sup>46</sup> Idem.



*razão* do Estado do que as suas características específicas, uma vez que apenas descrever o processo de autonomização do campo burocrático genericamente não dá conta de explicar as diferenças estruturais das burocracias modernas em diferentes Estados, cuja constituição depende também das lutas internas de diferentes grupos emergentes para monopolizar legitimamente o poder.

No modelo que constrói sobre a gênese do campo burocrático, afirma que a emergência do Estado burocrático está atrelada ao desenvolvimento da instrução que se vincula ao aparecimento de um corpo de funcionários, cujo modo de reprodução está ligado ao sistema escolar, ou seja, à competência e ao mérito, os princípios de sua legitimação. Sendo oposto ao modo de reprodução do Estado dinástico (baseado na hereditariedade e no parentesco), mas com ele convivente, a passagem de um modelo ao outro é inseparável da mudança dos meios dirigentes. Bourdieu destaca, ainda, a relação estreita dos juristas com a criação das ideologias que legitimam o Estado moderno, que tomou emprestado do campo jurídico o poder de dar forma universal aos interesses particulares. No esteio desta relação, os juristas são levados a produzir um discurso que constituiu e instituiu o próprio Estado<sup>47</sup>, ao mesmo tempo em que justifica a sua própria posição dentro dele.

Tendo em vista estas considerações, a proposta deste capítulo é refletir sobre a figura do jurista de Estado - o "bacharel"<sup>48</sup> - símbolo-gênese de um grupo social que se apresentou desde sempre como o guardião de um conhecimento fundamental para a organização político-administrativa do Estado brasileiro, atravessando a sua formação desde a vida colonial até os dias de hoje, donos de ritos, códigos, símbolos e linguagens próprias que refletem necessidades práticas, segredos arcanos e processos sociais de mistificação<sup>49</sup>.

A análise histórico-sociológica proposta é um esforço de aproximação entre o campo jurídico e a produção sociológica e historiográfica, afastando-se dos discursos personalistas e apologéticos que se dão tradicionalmente em estudos de trajetórias institucionais compostas por bacharéis no Brasil. Ao estudarmos o fenômeno do

---

<sup>47</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996.

<sup>48</sup> A expressão *bacharel* será utilizada referindo-se, de maneira geral, aos indivíduos com formação acadêmica em Direito, mas não necessariamente com atuação profissional específica e que disputavam cargos de poder e prestígio na estrutura burocrática do Estado. Já a expressão *jurista* será utilizada de forma genérica para os bacharéis em direito com atuação profissional ou acadêmica especificamente jurídica. Advogado é o bacharel no exercício da profissão.

<sup>49</sup> Cf. SILVA, Wilson C.L.. **Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República Velha**. UNESP:2005.

bacharelismo<sup>50</sup> na formação do Estado nacional, operacionaliza-se a compreensão da lógica do processo histórico da "profissionalização" da carreira do advogado público em sua estreita relação com o centro de poder do estado, pois nos vinculamos à dinâmica das trajetórias dos detentores do diploma de bacharel em Direito que conquistaram posições na administração pública e no jogo político institucional, caracterizando-os não só enquanto categoria profissional, mas também como grupo de elite desde a vida colonial até hoje, com poucas variações.

Para melhor compreensão, as análises deste capítulo estão divididas em períodos históricos distintos, separados pelos fatos sociais marcantes que provocam alterações no espaço social dos advogados, sendo eles: **a) da Colônia ao final do período imperial**, com a predominância de bacharéis na vida política seguida das mudanças provocadas pela ascensão dos militares ao poder; **b) Da República Velha até a Nova República e o Estado Novo**, quando acontecem as mudanças estruturais na lógica burocrática do Estado brasileiro em meio às disputas entre militares e bacharéis pelo controle do poder político; **c) A democracia pós - Estado Novo** e o conturbado contexto político que trouxe o ideal meritocrático para o serviço público e a ascensão de outros especialistas na condução do Estado; **d) O período da tutela militar** e o retorno da disputa com os militares pelo controle do poder político e **e) A redemocratização e as alterações trazidas pela Constituição de 1988** que inaugura um novo período de inflação de diplomas e as disputas pela "profissionalização" das carreiras jurídicas.

## 1.1. A FORMAÇÃO DA ELITE IMPERIAL - OS JURISTAS, "ALMA DANADA DOS REIS"

---

<sup>50</sup> O Bacharelismo é utilizado pelos estudiosos com significados diversos. Em uma delas, bacharelismo é descrito como fenômeno social caracterizado pela predominância do bacharel na vida social do país, ocupando posição preeminente na atividade política e exercendo funções alheias à sua especialidade ou formação, à falta de outros profissionais para exercê-las. Cf. FREITAS, Lucas de. **O bacharelismo Brasil, a bacharelise no país: uma análise sócio-histórica**. Publicado em <http://www.egov.ufsc.br/portal>. Acesso em agosto de 2013. Para Kozima, bacharelismo tem o mesmo sentido, sendo a predominância do bacharela no cenário político e cultural do país. Cf. KOZIMA, José Wnaderley. Instituições, retórica e bacharelismo no Brasil. In: WOLKMER, Antonio Carlos (Org). **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte:Del Rey, 2014. Para Almeida, o bacharelismo seria "a composição social e ideológica das elites políticas a partir da formação superior jurídica". Cf. ALMEIDA, Frederico Normanha R. de. **A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese de Doutorado. USP: SãoPulo, 2010. A questão do bacharelismo entendida concretamente como manifestação de poder no espaço político-organizacional brasileiro pode ser vista em **Raízes do Brasil**, Sérgio Buarque de Holanda e **Sobrados e Mocambos**, Gilberto Freyre.

O lado doutor. Fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens. O bacharel. Não podemos deixar de ser doutos. Doutores. País de dores anônimas, de doutores anônimos. O Império foi assim. Eruditamos tudo. Esquecemos o gavião de penacho. (Oswald de Andrade<sup>51</sup>)

Ao analisarmos o processo histórico que levou a construção do Estado nacional brasileiro, tal como o vemos hoje, com a finalidade de revelar a lógica subjacente às decisões políticas importantes que foram tomadas desde o processo de independência até o processo de democratização da República, tem que se ter em vista que a compreensão destas decisões passa obrigatoriamente pelo estudo daqueles que as tomaram, que são os integrantes da elite política<sup>52</sup>. Ao lado desta elite, e dando suporte a ela, estaria a burocracia estatal (que em boa parte se confundia com a própria elite), legitimada pelo discurso dos juristas.

Os juristas eram recrutados principalmente de setores dominantes da sociedade, membros ou herdeiros ilustres da elite política que mantinham uma unidade ideológica e de treinamento fornecida por uma socialização reforçada pela educação. Sendo o objeto deste capítulo os bacharéis que ocupavam os mais altos cargos da burocracia estatal, torna-se importante realizar uma análise histórica da formação do Estado brasileiro, sua burocracia e suas instituições, a fim de entender como formou e foram moldados os espaços sociais reservados ao juristas e as relações que estabeleceram com outros espaços sociais ocupados pela elite política que ocupou/ocupa o poder.

Carvalho<sup>53</sup> defende a tese de que a natureza dos novos Estados nacionais, em termos institucionais, seria o resultado da tensão entre a formação da burocracia central e a criação dos parlamentos (que representavam os interesses de estamentos e, posteriormente, de classes). Em países como a Inglaterra e Estados Unidos, onde a

<sup>51</sup> Ver ANDRADE, Oswald. **Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924)**. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>52</sup> Sobre o tema, importante consultar a obra de José Murilo de Carvalho, professor titular de História do Brasil da UFRJ, que reúne num único volume a sua tese de doutorado em Ciência Política, defendida em 1974 na Stanford University, e que, na primeira parte “A Construção da Ordem: a elite política imperial”, aborda o papel das elites políticas na construção do Estado brasileiro, com atenção especial aos bacharéis em direito, advogados e magistrados: “*Os advogados, em contraste com os juristas, são típicos produtos da revolução burguesa e da política liberal, pois são os profissionais da representação de interesses*” (p.26). Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

<sup>53</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

capacidade de organização das classes era maior, houve o destaque do parlamento e do governo parlamentar representativo na estruturação do poder do Estado. Nos países em que o poder da burocracia central era maior, como Portugal, o absolutismo teria mais chances de vigência. Em termos de formação de elites, combinações diversas produziram elites distintas.

Nos Estados Unidos e Inglaterra, com predomínio de parlamento e partidos, a elite tirava seu poder de outra fonte que não o Estado, diferente do que aconteceria em Portugal com a burocracia central prevalente, onde a esfera mais alta de poder se confundia com a elite política, que ocupava tanto os cargos públicos quanto os lugares no parlamento. No tocante à formação da classe dos juristas, defende o autor que em países onde aconteceu uma revolução burguesa aliada a uma política liberal (v. g. Estados Unidos) não houve uma tradição de serviços públicos, motivo pelo qual predominou entre as elites os profissionais liberais, sobretudo os advogados particulares em detrimento do jurista (entendido como o profissional do direito que ocupa cargos públicos). Ao contrário disto, a predominância de juristas ocupantes dos espaços públicos seria típica de países com predomínio da burocracia e com revolução burguesa abortada, a exemplo de Portugal<sup>54</sup>.

O fato é que, em Portugal, o Estado moderno (constituído após a Batalha de Aljubarrota, em 1385, sob o governo de D. João I) herdou uma nobreza empobrecida que dependia do emprego em cargos públicos para a sua sobrevivência, mantendo uma relação parasitária com o Estado. Essa nobreza rural empobrecida teve que dividir os cargos com a nobreza de toga, composta por legistas<sup>55</sup>, que tiveram uma presença marcante na formação de quase todos os Estados modernos, mas com ainda mais força em Portugal, onde as Cortes de Coimbra, em 1385, propuseram a sua representação obrigatória e a nomeação dos legistas para os mais altos postos da burocracia.

---

<sup>54</sup> Embora teorias totalizantes desta natureza se prestem a explicar as diferentes características gerais na organização do estado americano, inglês ou português, não servem para esclarecer as lógicas peculiares do processo de transformação do Estado moderno que levam a diferentes resultados em países com estruturas semelhantes. Aceitar a regra geral maniqueísta imposta pela teoria de "se isto, aquilo", não ajuda a compreender porque em países como a França, por exemplo, onde houve uma revolução burguesa ampla, não houve, em contrapartida, a predominância do parlamento sobre a burocracia central e o destaque para as profissões liberais como os advogados e não os burocratas entre a elite. Na França pós-revolucionária desenvolveu-se uma poderosa elite estatal, aliada a uma burocracia estruturada e um corpo de juristas umbilicalmente ligados ao poder central do Estado no contexto de sua profissionalização. Ainda assim, utilizamos as referências de Carvalho (2011) apenas no tocante às informações históricas da formação do Estado moderno brasileiro e de sua elite política composta em grande medida por juristas, analisadas, contudo, não com a finalidade descrever as características deste Estado, mas de compreender a lógica do processo histórico que lhe deu causa e o papel exercido pelos advogados públicos neste contexto.

<sup>55</sup> s.m. e s.f. Aquele que conhece ou estuda as leis. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.

Assim, a tradição portuguesa de manter em altos postos os legistas foi mantida na colônia brasileira, onde juristas e magistrados possuíram um papel de grande importância e destaque, fazendo parte de uma elite treinada na faculdade de direito da Universidade de Coimbra, fundada desde 1290. A educação contribuiu para a socialização desta elite nascente e o direito ensinado em Coimbra (influenciado pela tradição romanística) era adequado para fundamentar a pretensão de supremacia dos reis. Portanto, a filosofia jurídica vigente além de fundamentar o poder real, servia para justificar a manutenção dos juristas na Corte, trabalhando junto ao rei para legitimar o seu poder no "novo" modelo de Estado. Neste contexto, a escolarização desta elite em Coimbra serviu para dar homogeneidade e treinamento a um grupo que congregou integrantes de origens sociais diferentes, mas cujo processo de treinamento e socialização voltado para o serviço público teve a tarefa de tornar a necessidade de uma homogeneidade social dos agentes recrutados um fator menos importante como fonte unificadora da elite.

Retomar a gênese do Estado implica em descrever a constituição de um espaço social<sup>56</sup> onde se joga o jogo político legítimo e cuja entrada nesse jogo, com a incorporação de suas regras, significa ter acesso à fonte do "universal" a partir da qual se fala em nome de todos, da totalidade de um grupo. Implica também em reconhecer que as pessoas que possuem o acesso ao privilégio do universal ao mesmo tempo monopolizam o universal, pois o processo constituinte desta instância de gestão do universal é inseparável do processo de constituição de uma categoria de agentes que se apropriam desse universal. Já o processo de constituição desta categoria de agentes se dá pela posse do capital cultural reproduzido nas escolas onde a cultura legítima é a cultura garantida pelo Estado que, através dessa instituição (escola), distribui os títulos cuja função é validar a posse desta cultura garantida. Também há um processo de constituição de padrões comuns que é inseparável da conversão destes mesmos padrões em capital simbólico monopolizado por aqueles que detêm exclusividade na disputa pelo privilégio de determinar o "universal". E é em nome da legitimidade dessa cultura universal que se pode eliminar, sem medo, os que nela não estiverem inseridos. Consequentemente, as condições da constituição e da acumulação desse universal são

---

<sup>56</sup> "O espaço social é a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter deles". BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996, p-27.

inseparáveis da existência de uma casta, uma nobreza estatal "monopolizadora" do universal.<sup>57</sup>

No processo de formação do Estado no Brasil, a herança burocrática portuguesa, baseada no treinamento e homogeneização da elite pelo processo educacional e de profissionalização dos servidores (já que não contava com uma homogeneidade de origem social) serviu de base para a manutenção da unidade da ex-colônia em torno do poder central do rei. A magistratura portuguesa (e também a da ex-colônia) recrutava seus membros tanto da nobreza quanto da pequena burguesia, mas mantinha a coesão do grupo pela educação dada na formação da Universidade de Coimbra e à submissão à disciplina da carreira profissional, levando-o a um compromisso com o estilo da modernização "conservadora" dada ausência ou minimização de conflito intraclasses. Além dessa homogeneidade adquirida dentro do processo de escolarização, os agentes recrutados para compor essa elite eram treinados para as tarefas de governo, sendo em sua maior parte juristas que se tornaram os especialistas por excelência na formação do Estado nacional. Esses juristas com formação tradicional se preocupavam com a justificação do poder real e com a montagem da legitimação dos novos Estados e estiveram ligados aos Estados absolutos, assim como, tempos depois, os advogados particulares estiveram com o Estado liberal.

A elite brasileira da primeira metade do século XIX foi treinada em Coimbra e, em sua maior parte, na formação jurídica. Estes indivíduos formados em Portugal tornaram-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo magistratura e Exército, e representaram a reprodução da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista<sup>58</sup>. A escolarização na faculdade de Direito de Coimbra e o treinamento no funcionalismo público produziu uma elite de Estado homogênea no Brasil-colônia que se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, quando a opção pela criação de cursos jurídicos nacionais vinculou-se à necessidade de consolidação do Estado imperial. A análise dos debates parlamentares que ocorreram, neste período, sobre a criação dos cursos jurídicos no Brasil, atesta a forma como a escolarização de bacharéis afetaria os interesses políticos, econômicos e administrativos das elites. Os debates apontavam para a prioridade da

---

<sup>57</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **As duas faces do Estado**. Le Monde Diplomatique Brasil. [www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080](http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080). Acesso em 23 de fevereiro de 2012.

<sup>58</sup> Cf. CARVALHO (2011), p.37

institucionalização política e a formação do corpo administrativo do "novo" Estado nacional.<sup>59</sup>

A Constituição de 1834 já determinava a criação de "Colégios e Universidades" e a primeira tentativa de instauração dos cursos jurídicos no Brasil se deu com o Projeto de Lei da Comissão de Instrução Pública, lido na Assembleia Geral Constituinte de 18 de agosto de 1823. Todavia, somente em 1827 instituíram-se os cursos de "Ciências Jurídicas e Sociais" instalados na cidade de Olinda (posteriormente transferido para Recife) e na cidade de São Paulo. Com isto, mantinha-se a intenção de criar uma elite administrativa e social coesa no país, mas adequada aos ditames de um Brasil independente e da necessidade de elaborar o discurso jurídico legitimador do poder do Império nascente e responsável pela produção e reprodução da cultura jurídica nacional. Além disso, também se mantinha na antiga colônia um mecanismo de enobrecimento, através da absorção por um estamento burocrático que se fazia valorizado pelo prestígio de mando político em torno do qual orbitavam os bacharéis<sup>60</sup>, membros de uma ordem imperial fundamentada numa constituição que excluía a imensa maioria da população do direito de participação na vida política do país e estabelecia relações de comensalismo com o soberano.

Como em outros estados, o processo de "modernização" do Estado brasileiro é acompanhado pelo desenvolvimento de um modo de reprodução específico, que reserva um grande espaço para a reprodução escolar. Assim como na Europa desde o século XII, as faculdades brasileiras tiveram o papel essencial na formação dos servidores do Estado. Esse novo grupo de funcionários que se formava - na área jurídica eminentemente - tributava sua posição à "competência profissional", ao Estado e a cultura produzida por ele. As faculdades de Direito tiveram a função de transferir um capital simbólico específico e de produzir um *ethos*<sup>61</sup> profissional dos bacharéis que moldou comportamentos, criou tradições e modos particulares de pensar.

No processo de escolarização, esses agentes foram investidos de competência social e técnica consistente no reconhecimento geral da capacidade de interpretar, de dizer o direito, consagrando a visão legítima do mundo social ou, em outras palavras,

---

<sup>59</sup> Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte:Del Rey, 2001. (p.359-361)

<sup>60</sup> Cf. SILVA (2005), *op.cit.* p.3.

<sup>61</sup> Entende-se por *ethos* "sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar." BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A e Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis:Vozes, 2015, *op. cit.*, p.46.

legitimando uma determinada visão de mundo<sup>62</sup>. As primeiras faculdades de direito brasileiras exerceram além da função integradora pela padronização da linguagem e do pensamento, uma função distintiva diferenciando os seus agentes dos outros nos modos de pensar as coisas e construir a sua visão do mundo, consagrando culturalmente indivíduos de origem elevada e privilegiados, aumentando sua notabilidade e competência social e as chances de ocuparem várias posições dominantes com maior legitimidade.

Assim, devemos entender o papel determinante dos juristas na composição da elite dominante da época imperial, cuja ascensão acompanha a emergência do Estado e de quem se pode dizer que é o Estado que os faz, ou que se fazem ao fazer o Estado, pois são dotados de recursos específicos ajustados à necessidade da administração, assegurando para si, desde a origem, o monopólio dos recursos mais típicos do Estado.<sup>63</sup>

O estado nascente legitimou-se na centralização do poder, na língua oficial e no Direito como instrumentos de estabilidade social e política e os bacharéis mantiveram ligações íntimas com estas três ferramentas, pois eram membros de uma elite que alicerçou a burocracia nacional, constituindo-se como uma categoria social guardiã da linguagem culta e como grupo profissional diretamente ligado ao exercício do Direito.<sup>64</sup>

Após a ampliação do número de bacharéis com diploma no Brasil, seguiu-se o movimento para a criação de uma entidade representativa dessa elite profissional que resultou na fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), com a autorização do estado imperial (e por ele instituído) através de decreto em 1843.<sup>65</sup> Os fundadores do IAB baseavam-se no saber jurídico e na distinção de seus "méritos profissionais" para legitimarem-se como controladores da entrada de novos agentes no espaço social desta elite. Além deste objetivo explícito no estatuto, havia um esforço permanente de manter a posição dos bacharéis na estrutura política do Estado ao criarem estratégias para

---

<sup>62</sup> Para aprofundamento sobre a lógica e as regras do campo jurídico ver BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>63</sup> Este argumento foi utilizado por Pierre Bourdieu nas considerações sobre a lógica do processo de burocratização do Estado moderno. Ver WACQUANT, Loic (Org.) (2005) "Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático", *op.cit.*, p.59-65.

<sup>64</sup> Sobre a participação dos bacharéis na legitimação do Estado ver FAORO, Raimundo. **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol 1. Porto Alegre:Globo, 1984. CARVALHO, *op.cit.* e Silva, *op.cit.*

<sup>65</sup> O decreto imperial que funda o IAB tinha o seguinte teor: "*Sua Majestade o Imperador, deferindo benignamente o que lhe foi apresentado por diversos advogados desta Corte, manda pela Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça aprovar os Estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros, que os Suplicantes fizeram subir à sua Augusta presença, e que com estes baixam, assinado pelo Conselho Oficial Maior da mesma Secretaria de Estado; com a cláusula, porém, de que será também submetida à Imperial Aprovação o regulamento interno de que tratam os referidos estatutos. Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1843. Honório Hermeto Carneiro Leão.*". Informação obtida através da seccional do Instituto dos Advogados da Bahia.



estreitar os laços e a influência da associação junto ao poder central, tanto fornecendo profissionais para altos cargos de gestão do Estado quanto elegendo como presidente do Instituto membros influentes da política estatal. Atento ao objetivo de ampliar a participação política daqueles que eram considerados a "elite" dos bacharéis, o Instituto funcionava como uma instância de consagração desses agentes que disputavam espaço no aparato burocrático do Estado.

A elite emergente era "uma ilha de letrados num mar de analfabetos"<sup>66</sup>, pois quase toda ela possuía educação superior que servia para homogeneizar a socialização do grupo, dotada de valores e visões ligados à origem social de seus agentes que partilhavam das mesmas experiências e de destinos sociais semelhantes. A educação superior no império se concentrava na formação jurídica que fornecia semelhantes conhecimentos e habilidades, com concentração da formação em duas faculdades apenas e controle da estrutura curricular pelo Governo Imperial que visava, mais que formar advogados, atender as prioridades burocráticas do Estado.<sup>67</sup> Nesta linha de entendimento, sempre houve uma estrita supervisão das escolas de direito, com professores e diretores nomeados pelo ministro do Império e com programas, grades curriculares e manuais aprovados pelo Parlamento.<sup>68</sup> Nesse projeto educacional do Império destacou-se o processo de formação dos bacharéis como grupo profissional privilegiado na ocupação dos cargos políticos e na administração pública do período.<sup>69</sup>

De 1822 a 1889, houve um aumento significativo na composição dos cargos públicos e políticos por diplomados, pois 91,32% dos Ministros tinham formação superior, entre os Senadores o percentual médio era de 76,11% e entre os 72 Conselheiros de Estado que compuseram o Conselho entre 1840-1889, somente dois não haviam passado por uma faculdade.<sup>70</sup> Estes dados absolutos vêm de uma população onde apenas uma média de 20% dos homens e 13% das mulheres era alfabetizada.

---

<sup>66</sup> Cf. Carvalho, op. cit. p.65

<sup>67</sup> Sobre a escolarização da elite jurídica imperial ver MARTINS, Daniele Comin. A criação dos cursos jurídicos e a elaboração legislativa no Império. In: **Sequencia**, vol.23, nº 44, 2002; BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2000; CARVALHO, José Murilo de. **Unificação de elite: uma ilha de letrados**. Op.cit. p. 65-92 e BOURDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Elites políticas e intelectuais no Brasil: condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)**. Tese de doutoramento em Ciência Política. UFRS: Porto Alegre, 2015.

<sup>68</sup> Para maiores detalhes sobre a educação no império consultar MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: subsídios para a História da Educação no Brasil (1823-1853)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-1-vol>.

<sup>69</sup> Ver URICOCHEA, F. **O minotauro imperial- A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Difel, 1978; PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial- Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Unicamp, 2001 e ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>70</sup> Os dados detalhados e tabelas organizadas por ocupação e período podem ser vistas em Carvalho (2011), op. cit. p 65-92.

Assim, no Brasil, a educação distinguia a elite política do restante da população havendo, ainda, o protagonismo da formação jurídica, haja vista que as faculdades de direito de Recife e de São Paulo eram as principais escolas de formação da elite política. O progressivo aumento da participação dos bacharéis nos cargos políticos contrastava com a diminuição da presença de indivíduos formados em outras áreas, demonstrando que o diploma jurídico ocupou rapidamente o cenário nacional do século XIX.<sup>71</sup>

Embora houvesse a definição dos três poderes no Estado imperial (Executivo, Legislativo e Judiciário), dotados de instituições distintas com tarefas afetas as suas competências judiciárias, executivas e legislativas, o pequeno número de pessoas capacitadas para o desempenho dessas tarefas possibilitava a acumulação de vários cargos públicos por um mesmo indivíduo, transformando a carreira judiciária como um estágio dos bacharéis para uma trajetória bem sucedida em cargos públicos e políticos, funcionando como a porta de entrada para o Congresso e culminando na indicação para o Conselho de Estado, cargo burocrático de maior destaque e prestígio<sup>72</sup> Neste quadro, um diploma de direito era uma condição *sine qua non* para alcançar o mais alto posto da burocracia estatal. A circulação dessa elite combinava, então, o capital cultural escolar e a posse do título de bacharel que garantia o acesso ao cargo com o capital herdado das relações familiares e políticas: a origem social privilegiada e o compadrio. A influência da família poderia levar um jovem bacharel diretamente aos mais altos cargos públicos, mas na sua ausência o ingresso na magistratura era o bilhete de entrada nesse espaço social político-profissional.

...o prestígio destes homens era função menos de sucesso no exercício da advocacia do que da atividade política, em particular das funções para as quais foram eleitos ou dos cargos que ocuparam na alta administração do Estado. Combinando, em diferentes momentos de sua carreira, passagens pela magistratura, ministérios, presidência de províncias, Conselhos de Estado, Senado ou Câmara, via de regra esses advogados notáveis tinham o escritório de advocacia como uma estação inicial de onde embarcavam para a aventura política, plataforma de baldeação entre dois ramais políticos ou administrativos e estação terminal no poente da vida pública.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> Cf. DANTAS, Humberto. O bacharel em Direito como homem público brasileiro. **Revista Mediações**, Londrina, v.8, n.1, p.25-46, jan/jun.2003.

<sup>72</sup> Embora houvesse a divisão do poder, as carreiras públicas não seguiam uma lógica de ascensão única dentro da mesma instituição. A formação em bacharel habilitava para um grande número de ocupações públicas sendo perfeitamente possível a ascensão de um cargo do judiciário para um do legislativo e depois executivo. Sobre o assunto consultar MARENCO DOS SANTOS, André e DA ROS, Luciano. **Caminhos que levam à corte: carreira e padrões de recrutamento dos Ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro (1829-2006)**. Revista de Sociologia e Política, n. 30, p.131-149, Curitiba:2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/09.pdf>.

<sup>73</sup> Cf. COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 92

No espaço social dos bacharéis desse período, há uma forte associação entre a origem social, capital das relações sociais, a posse do título acadêmico e as suas chances de ascensão profissional.<sup>74</sup> O predomínio desta forma de estruturação da burocracia brasileira na seleção para cargos públicos facilitou as reconversões<sup>75</sup> dos bacharéis para diversas esferas de atuação.

O perfil do bacharel, jovens oriundos das famílias proprietárias de terras e escravos, era em sua maioria, da nova burocracia, dos juizes, administradores, parlamentares e servidores públicos. O bacharel formado pelos cursos jurídicos brasileiros se destinava à formação dos quadros políticos do Estado Nacional, a 'elite político-burocrática' do Brasil. Pelo fato de esses bacharéis serem já herdeiros de um *status* social privilegiado, com a formação recém-conseguida, seriam ascendidos a posições dominantes e de destaque, alcançando uma respeitabilidade inquestionável. As Academias de Direito foram, desde o início, no Brasil, um instrumentos de manutenção das elites, um local de prestígio e ascensão social.<sup>76</sup>

A circulação começava a eleição para cargo de Deputado provincial, depois geral, chegando ao Ministério e Senado. O Conselho de Estado era a coroação da carreira e seria quase impossível assumir o cargo sem a prévia circulação em outros cargos políticos. A burocracia profissionalizada como a judiciária definia com rigidez as suas fronteiras, mas após o acesso ao espaço social dos juristas, a depender do capital social<sup>77</sup> acumulado pelo candidato<sup>78</sup>, o acesso ao topo da carreira era uma possibilidade

<sup>74</sup> Para mais informações sobre a relação dos bacharéis com os cargos de poder e prestígio na história do Estado brasileiro ver ADORNO, op.cit. e VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

<sup>75</sup> A noção de reconversão permite captar o processo de entrada de novos agentes nos setores ou nos lugares frequentados pelos membros de um determinado grupo e consequentemente relacionar o conjunto de variáveis que envolvem o título escolar, a origem social, as apostas de carreira e o conjunto de capitais, ajudando a definir o espaço dos possíveis e a reprodução de posições de elite. Cf. ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e luta pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento. Porto Alegre:2004.

<sup>76</sup> Cf. CABRAL, Núria Micheline Meneses. **O ensino jurídico no Brasil em tempos liberais: adeus a formação de bacharéis**. Universidade Católica de Goiânia. Dissertação de Mestrado, 2008. p.48

<sup>77</sup> O conceito de capital social de Bourdieu como forma de legitimação de poder pode ser relacionado ao fenômeno do bacharelismo no Brasil. Adotamos o conceito do autor como instrumento de análise, para quem capital social é "*conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social, porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade*". Cf. BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis:Vozes, 2015, p.75.

<sup>78</sup> Um exemplo de acumulação de capital social e sua reconversão em poder e prestígio pode ser observado no caso de Albino José Barbosa de Oliveira, magistrado de carreira que alcançou o mais alto posto no STJ à sombra de um casamento que o ligou às mais ricas e influentes família de políticos de São Paulo e Rio de Janeiro, facilitando promoções, transferências e nomeações vantajosas. Ver *Memórias de um magistrado do império*, de sua autoria. Cf. CARVALHO(2011), op. cit., p.160.

concreta.<sup>79</sup>

A geração plasmada em Olinda/Recife e São Paulo, dentro da mesma concepção ideológica, deu margem a que se caracterizasse no Império um mandarinato político, através de um *cursum honorum*, que começava pelo exercício de funções na magistratura ou promotoria, o acesso à Assembleia Provincial, o exercício do cargo de presidente da província, para ao final ascender à Assembleia Geral, ao Ministério, à presidência do Conselho, ao Senado e o Conselho de Estado. Imputa-se a essa geração, de grandes méritos, um espírito verbalista, desvinculado das realidades nacionais.<sup>80</sup>

O Estado era o principal empregador dos que ocupariam os cargos políticos e o emprego público representava a ocupação que melhor treinava para as tarefas da construção do Estado nesta fase inicial. A relação de dependência financeira em relação ao emprego público mantinha essas pessoas fiéis ao projeto do governo com um interesse muito evidente na manutenção e expansão da burocracia<sup>81</sup>. "O bacharel - magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia - seria na luta quase de morte entre a justiça imperial e a o *pater familias* o aliado do imperador contra o próprio pai ou o próprio avô."<sup>82</sup>

Enquanto o governo imperial monopolizou o ensino superior e fez dos cursos jurídicos a "antessala" da representação política do país, o número de bacharéis na política manteve-se acima dos 50% (tendo alcançado 81.2% entre 1853-1858)<sup>83</sup>, formando, ao seu modo, a elite dirigente do país e forjando, de alguma forma, a profissão do advogado público como aquele que participa da gestão jurídico-político-administrativa do Estado. Essa presença massiva dos bacharéis em Direito na política nacional tinha o objetivo claro de homogeneizar as ações e conferir legitimidade ao governo imperial. Os cursos jurídicos profissionalizaram a política, monopolizando a discussão dos assuntos nacionais e essa escolarização da elite manteve a coesão da administração da política nacional.<sup>84</sup>

<sup>79</sup> Cf. CARVALHO (2011), op. cit, p.127-146

<sup>80</sup> Cf. PAULO FILHO, Pedro. **O Bacharelismo brasileiro: da colônia à República**. Campinas;Bookseller, 1997:38.

<sup>81</sup> Diferente de Faoro que trata a burocracia do estado imperial como um bloco único, concordamos com Carvalho (2011) quando afirma que a burocracia imperial eram várias (op. cit. p.146). Ele apresenta uma divisão vertical e horizontal desta burocracia que se classifica pela posição hierárquica, origem social, grau de profissionalização e localização no organograma de poder do Estado. Os advogados públicos, objeto desta pesquisa, ocupavam, desde sempre, os estamentos mais altos da burocracia política, sendo a formação de bacharel em Direito o requisito de entrada no espaço social desta burocracia política cujo ápice da carreira culminava no cargo de Conselheiro de Estado - o equivalente mais próximo aos procuradores estatais ou advogados públicos de carreira atuais.

<sup>82</sup> Cf. FREYRE, Gilberto, *apud* FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. p.226.

<sup>83</sup> Cf. DANTAS, op. cit. p.38

<sup>84</sup> Ver ADORNO, op.cit.

O advogado público ou procurador de Estado, em sua gênese, era o bacharel que ocupava o cargo político "de confiança" em ocupações como a de membro do Conselho de Estado (a mais alta hierarquia administrativa) que subordinava inclusive as decisões do Poder Judiciário. O Conselho era o cérebro da monarquia e seus membros eram escolhidos pessoalmente pelo imperador, recrutados de postos de administração e da representação política. Embora não houvesse a condição de ser bacharel em Direito, dos 72 conselheiros que compuseram o Conselho do Estado no período imperial, 54 eram formados em Direito.

**Tabela 1**

Participação dos bacharéis na composição do Conselho do Estado

<b>1. Conselho do Estado (1842-1889)</b>							
<b>Participação dos bacharéis</b>							
<b>Formação</b>	<b>Tot.</b>	<b>Dep.</b>	<b>%/ Deputados</b>	<b>Sen.</b>	<b>%/Sen.</b>	<b>s/mandato</b>	<b>%/ s/mandato</b>
Bacharel	52	50	80,7	43	79,6	2	25,0
Militar	10	4	6,4	4	7,4	5	62,5
Médico	3	3	4,9	2	3,7	-	-
Matemático	2	2	3,2	2	3,7	-	-
Engenheiro	1	1	1,6	1	1,9	-	-
Eclesiástico	1	-	-	-	-	1	12,5
Outros	3	2	3,2	2	3,7	-	-
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>62</b>	<b>100,0</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Oliveira Torres, J. C. de — O Conselho de Estado, 1965, RJ, Editora GRD

A prova da influência e importância do Conselho é o fato de que, embora a lei não impusesse a consulta obrigatória aos conselheiros, apenas recomendando, no Segundo Reinado, D. Pedro II raramente deixou de consultá-lo e seguia a opinião da maioria nos assuntos debatidos em suas decisões que, na maioria das vezes, diziam respeito a problemas concretos de políticas públicas. Os conselheiros eram autorizados a votar de acordo com suas próprias convicções, ocupavam o cargo de forma vitalícia e mantinham um espírito de corpo que transparecia a importância que davam ao seu papel

na burocracia estatal.<sup>85</sup>

A forte presença dos bacharéis em Direito detendo cargos administrativos e políticos, ao longo do período imperial, denota a indiferenciação do espaço jurídico em relação ao mundo da política. O acesso aos cargos públicos envolvia a mobilização de redes de relações sociais e de capital de notoriedade muito mais do que a competência profissional, pois o diploma constituía um capital simbólico, mais destinado a manter o *status quo* ou para impulsionar a carreira do indivíduo, do que um atestado de capacidade para ocupar determinado cargo.

A existência de uma rede de relações não é um dado natural [...], mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos. Em outras palavras, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc..)ou institucionalmente garantidas (direitos).<sup>86</sup>

A própria relação dos bacharéis com o conhecimento jurídico estava subordinada às lógicas da inserção social e política, pois as faculdades de Direito funcionavam mais como espaço de socialização política e estabelecimento de relações sociais do que como espaço de produção de conhecimento científico, ao favorecer trocas legítimas num espaço que reunia indivíduos tão homogêneos quanto possível para possibilitar a produção e reprodução do capital social, sob todos os aspectos pertinentes para manutenção do grupo.

Todavia, o grande número de formados nos últimos anos do regime somado a incapacidade do Estado de absorvê-los<sup>87</sup> todos na sua estrutura e a desconfiança dos militares que ascendiam ao poder, deixaram muitos dos portadores de diplomas jurídicos (que ocupavam cargos públicos e se movimentavam na estrutura administrativa do Império) dependentes apenas da advocacia privada. Este

<sup>85</sup> Ver CARVALHO (2011), op. cit. p. 357-390

<sup>86</sup> Cf. BOURDIEU (2015), **O capital social - notas provisórias**, In: NOGUEIRA, M.A.; Catani, A. (org.)(2015), op. cit. p.76

<sup>87</sup> O aumento do número de bacharéis é tão significativo que, na segunda metade do período imperial, até mesmo indivíduos de classes sociais não tão abastadas conseguiam acesso à formação jurídica, antes restrita aos membros e herdeiros da aristocracia. Em *Sobrados e Mocambos*, Gilberto Freyre ao tratar da ascensão social do bacharel também fala dos casos emblemáticos de ascensão do mulato na sociedade que, para ele, formava uma "fulgurante plebe" uma nova elite composta de indivíduos de traços negróides de origem humilde que compensava a falta de "berço" com a cultura intelectual e política. Ver FREYRE, Gilberto. *Ascensão do Bacharel e do Mulato*. In: **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro:José Olympio, 1977:573-632.

recrudescimento da ocupação dos cargos públicos pelos bacharéis e a consequente disputa pela ocupação do espaço da advocacia privada causaram as primeiras clivagens do grupo profissional, uma vez que os integrantes do subgrupo dos bacharéis que não compuseram os espaços de poder do Estado passaram a constituir uma oposição política ao Império e defender a República.

Desta maneira, nos anos finais do século XIX, ao mesmo tempo em que se encontravam bacharéis desempenhando o papel de fiadores da ordem e integrando a elite do corpo administrativo do Império, encontravam-se também os oposicionistas críticos radicais da monarquia e da sociedade aristocrática e escravista<sup>88</sup> Findo o período imperial, algumas mudanças no universo dessa elite viriam junto com a necessidade de se alterar as estratégias do grupo para se manter/ocupar os espaços de poder, garantir privilégios e posições sociais de destaque.

## 1.2. A REPÚBLICA, A POLÍTICA DOS BACHARÉIS E OS OUTROS.

### 1.2.1) A República Velha, os bacharéis e a ascensão de novas elites

A nobreza da Bruzundanga se divide em dous grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de um nome mais adequado, eu chamarei de palpito. (Lima Barreto)<sup>89</sup>

Desde o Império, a posse do título acadêmico de bacharel em direito funcionava como o capital de entrada nos espaços de poder, especialmente para os que possuíam uma origem social modesta ou condição étnica inferior e que conseguiam, em raríssimos casos, ascender socialmente<sup>90</sup>. A posse do título aliada a outros capitais simbólicos como pertencimento a famílias ricas e influentes ou a mobilização de uma rede de relações sociais significativas era a receita para uma trajetória profissional de

<sup>88</sup> Cf. SILVA, Wilson C.L., op. cit. p.7

<sup>89</sup> Cf. BARRETO, Lima. **Os bruzundangas** (1923). 5.ed. Rio de Janeiro:Ediouro, 1997.

<sup>90</sup> O trabalho de Bourdignon (2015) traz dados específicos sobre a composição da elite política e intelectual no Brasil deste período que mostram que, mesmo com a posse do diploma superior, eram raros os casos de ascensão profissional e social de pessoas com origem social modesta ou com condição étnica inferior, embora se possam identificar alguns casos. Para mais dados sobre o tema ver BOURDIGNON (2015), op. cit.

sucesso e uma rápida ascensão social.

Contudo, o custo para formar-se bacharel em Direito representava um obstáculo significativo para a entrada de agentes de classes sociais inferiores neste espaço social específico. O fato de existir apenas duas faculdades afastadas da capital limitava numérica e economicamente o acesso, pois o estudante precisaria, além de ser aprovado na seleção, manter-se durante os cinco anos do curso em uma cidade distante. Assim, a formação militar nas academias nacionais apresentou-se como uma alternativa de ascensão social possível para os agentes excluídos da representação política e administrativa monopolizada pelos bacharéis.<sup>91</sup>

Ao final do século XIX, militares formados nessas academias passaram a participar ativamente da política fazendo oposição à Monarquia, por se sentirem excluídos do processo político predominantemente civil. O sentimento de exclusão foi ainda maior após o aumento das expectativas destes agentes (prestigiados com a vitória na Guerra do Paraguai) não atendidas pelo Imperador, culminando na Questão Militar<sup>92</sup> evento que solidifica a insatisfação dos militares com o poder político da monarquia.<sup>93</sup>

Os conflitos e tensões da elite dos militares com a elite dos bacharéis no Império, na disputa pelo poder político, desembocaram na intervenção militar que rompeu a ordem legal estabelecida: a proclamação da República representou, neste sentido, uma estratégia da elite dos militares para destituir os bacharéis do espaço político que ocupavam e do poder que desfrutavam desde os tempos coloniais, majoritariamente. Desse ponto de vista, a República não seria, então, um projeto social ou uma revolução, mas um recurso utilizado pela elite militar para ascender a mais alta hierarquia estatal.

Embora se possa afirmar que o bacharelismo ou a hegemonia do diploma jurídico continuou na política republicana, o golpe militar que pôs fim ao Segundo

---

<sup>91</sup> Para mais informações sobre a formação da elite militar no Brasil ver SEIDL, Ernesto. Elites Militares, trajetórias e redefinições político-institucionais. **Rev. Sociol. Pol.** Curitiba, Vol 16, n.30, p.199-200, 2008; e SEIDL, Ernesto. **A espada como "vocação": padrões de recrutamento e seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

<sup>92</sup> Entre 1884 e 1887 desenvolveram-se uma série de conflitos que formaram o que ficou conhecido especificamente como *A Questão Militar*. Este foi um evento determinado dentro da grande questão militar que se diz corriqueiramente, a qual se agregou às questões sociais e econômicas para culminar com a queda do Império Brasileiro. *A Questão Militar* aconteceu por conta dos desentendimentos oriundos no Piauí e no Rio Grande do Sul com o Ministro da Guerra. O civil Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, enfrentou os ataques sofridos pelos coronéis Cunha Matos, do Piauí, e Sena Madureira, do Rio Grande do Sul. O Império prendeu os dois coronéis e sustentou que a política interna do país não era competência dos militares. Foi o momento que solidificou a insatisfação com o regime monárquico, formada ao longo de três décadas. Cf. GARPARETTO JR, Antonio. **A Questão Militar**. Disponível em <http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/questao-militar/>. 18/01/2010.

<sup>93</sup> Cf. SOUZA, Ricardo Luiz. **Da crítica ao bacharel à construção do autoritarismo**. Mneme Revista de Humanidades. V.1- n.1. ago/set de 2000. p. 10-11



Reinado e alçou um marechal à condição de Presidente da República nascente alterou a relação dessa carreira com o poder (e a forma de estruturação do seu espaço social, conseqüentemente), ainda que a própria proclamação da República tenha imediata correlação com os bacharéis que foram membros ativos da campanha republicana, estruturando e implantando, jurídica e politicamente, o novo regime<sup>94</sup>.

Em 1891, o Governo Federal pôs fim ao controle das escolas de Direito e abandonou explicitamente as intenções oficiais em relação aos cursos jurídicos. O fim do monopólio estatal sobre o ensino do Direito fez emergir novas faculdades de Direito nas províncias, aumentando-se o número de vagas e ampliando as possibilidades de formação antes restritas ao eixo Recife- São Paulo. O aparecimento dessas novas faculdades de Direito afetaram diretamente as reservas do mercado de cargos até então monopolizados pelos detentores de diplomas concedidos pelos cursos superiores oficiais<sup>95</sup>. Todavia, tais mudanças não representam a quebra do padrão de inserção social e política dos juristas, nem das características do ensino jurídico adotado nas faculdades de direito imperiais<sup>96</sup>. Apesar das estratégias adotadas pelos militares, o diploma jurídico continua sendo valorizado como capital de entrada nos espaços de poder.

Como dito, o final do século XIX é marcado pela afirmação da ordem republicana e ascensão de novas elites que passam a disputar o poder político do Estado nascente com o antigo monopólio do grupo de bacharéis. Se antes, no Império, o bacharel era um intelectual voltado para o trabalho como funcionário público, na República houve um número significativo de profissionais que passarão a viver da advocacia privada aliado a um movimento de grupo para estabelecer estratégias que garantam seus privilégios e posições de poder na estrutura estatal<sup>97</sup>. O próprio movimento da proclamação da República contou com a adesão dos bacharéis que passaram a funcionar como uma linha auxiliar dos militares, numa clara estratégia de

<sup>94</sup> Cf. PAULO FILHO, Pedro. **O bacharelismo brasileiro (da Colônia à República)**. Campinas: Bookseller, 1997:59.

<sup>95</sup> Cf. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p:117.

<sup>96</sup> Cf. ENGELMANN, F. op cit, p.76

<sup>97</sup> Analisando a questão da educação em suas relações com o sistema econômico, Bourdieu e Boltanski mostram que o aumento excessivo do número de diplomados em determinada profissão pode gerar uma luta por maiores distinções entre os detentores destes diplomas e uma luta para estabelecer maiores distâncias entre eles e outros grupos sociais. Mudar o nome ou as atribuições de uma determinada profissão, nesse contexto, se constitui uma estratégia de diferenciação e de mobilidade para reordenar o campo profissional como fizeram os bacharéis em Direito remanescentes do Império, agora advogados profissionais na República. Sobre a expansão do ensino e suas relações com o sistema econômico ver BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. . In: NOGUEIRA, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

manutenção do poder e prestígio em seu espaço social.

O Governo Provisório republicano, por exemplo, foi marcadamente constituído por bacharéis uma vez que dos sete ministérios constituídos, quatro eram ocupados por bacharéis em Direito<sup>98</sup>. Além disso, ainda houve a necessidade de elaborar o estatuto legal do novo regime, pois embora tenha se articulado uma ação militar eficaz para derrubar o regime anterior, ela passou a ser vista com desconfiança pelos civis. Tal fato fez entrar em cena a *expertise* jurídica dos bacharéis, utilizada para legitimar a institucionalização do novo regime, o que demonstra claramente a estreita relação dos juristas com a criação de ideologias legitimadoras do Estado moderno, conforme apontado por Bourdieu<sup>99</sup>, eis que o Estado nascente precisou tomar emprestado do campo jurídico o poder de nomear e criar as realidades e o universal, através da edição de leis. Esse poder do Direito de caráter quase "divino" evidencia a proximidade natural dos campos jurídico e burocrático com campo do poder.

Para compreender a dimensão simbólica do efeito do Estado, [...] é preciso compreender o funcionamento específico do microcosmo burocrático; é preciso analisar a gênese e a estrutura desse universo de agentes do Estado, particularmente os juristas, que se constituíram em nobreza de Estado ao instituí-lo e, especialmente, ao produzir o discurso performativo sobre o Estado [...]. É preciso deter-se especialmente na estrutura do campo jurídico, examinar os interesses genéricos do corpo de detentores dessa forma particular de capital cultural, predisposto a funcionar como capital simbólico, que é a competência jurídica [...]. Compreende-se assim que esses agentes tinham interesse em dar uma forma universal à expressão de seus interesses particulares [...], eles foram levados a produzir um discurso de Estado que, oferecendo-lhes justificativas de sua posição, constituiu e instituiu o Estado, *fictio juris*, pouco a pouco, deixou de ser uma simples ficção de juristas para tornar-se uma ordem autônoma, capaz de impor amplamente a submissão a suas funções, e a seu funcionamento, e o reconhecimento de seus princípios.<sup>100</sup>

Não houve, portanto, na República Velha, uma imediata e absoluta substituição do bacharel como grupo intelectual privilegiado, identificando-se, ainda, uma quantidade significativa de membros no governo (tanto em cargos de confiança como em cargos eletivos) detentores de formação jurídica o que atesta a permanência desse grupo profissional no poder<sup>101</sup>.

No Império, o bacharel - filhos de grandes fazendeiros, em sua maioria - foi

<sup>98</sup> Os bacharéis que faziam parte do ministério eram: Campos Sales (Justiça), Rui Barbosa (Fazenda), Aristides Lobo (Interior) e Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores). Para mais informações ver PAULO FILHO, Pedro (1997), op. cit., p.428-429.

<sup>99</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996

<sup>100</sup> Cf. BOURDIEU (2004), idem, p.121-122.

<sup>101</sup> Para mais informações ver SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. **Os bacharéis na política e a política dos bacharéis**. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1983.

o representante da aristocracia e também fez parte de um sistema de governo. Na República Velha, a aliança entre o bacharel e o coronel (como tomador de serviços) substituiu a antiga aliança entre o bacharel e o patriarca, integrando-os à ordem republicana como o apoio que os coronéis precisavam para integrarem-se às novas regras do jogo, legalizando juridicamente o seu poder perante a nova ordem legal. A aliança com os coronéis da República Velha, prestando-lhes serviços, abriu novos espaços de poder, prestígio e destaque para a trajetória profissional do bacharel<sup>102</sup> que já não era mais eminentemente política: para atender as demandas políticas do coronel eram necessários serviços de ordem jurídica prestados pelo advogado profissional, evidenciando o novo uso dado ao diploma e ao saber-fazer dos juristas e uma relação entre o conhecimento jurídico e a inserção social e política dos agentes.

É patente a capacidade bacharelesca em elaborar novas estratégias para ligarem-se (ou manterem-se ligados) aos novos setores que farão parte da elite dirigente ao deslocar a sua inserção do campo político para o campo burocrático, com a produção da idéia de profissionalização de modo que o conhecimento técnico passava progressivamente a justificar o prestígio, mais do que a simples posse do diploma como ocorria na fase imperial. Dito de outra forma, não era mais suficiente ser apenas o bacharel, dotado de formação geral e filosófica e muitas vezes sem o conhecimento prático da profissão, agora havia a necessidade do advogado, do profissional da advocacia, do prático. O bacharel passaria a depender progressivamente de sua capacidade profissional e não apenas do *status* de sua profissão.

(...) Era o final do século XIX, no crepúsculo do que Nabuco chamou de "império dos fazendeiros", onde o bacharel, por ser um arranjador de situações, era quem poderia aspirar a todas as promoções somente com o título, obtendo vantagens de empregos e cargos políticos, e, com isso, defendia a ordem então imperante. (...)...com a evolução do Império em direção à República, operou-se a paulatina emergência dos bacharéis em vários níveis de ação, "já não mais adstritos à esfera do Estado-Burocracia-Opressão, mas ao Estado-Sociedade Civil - Consenso"<sup>103</sup>.

Essas alterações no espaço social dos bacharéis implicaram na alteração das próprias condições materiais de produção e reprodução do saber jurídico. A escolarização da elite de bacharéis abandona a retórica filosófica que formou o *ethos* do grupo no período imperial (responsável pela formação de políticos e burocratas, em sua

<sup>102</sup> Cf. SOUZA, R.L., op.cit., p.10

<sup>103</sup> PAULO FILHO, Pedro. op. cit., p.57-59

essência) para instituir um novo padrão de cientificidade que trazia consigo a cultura escrita (e não mais a cultura oral) como padrão mínimo para a produção desse novo saber instituído no campo jurídico brasileiro. Um ponto essencial destas mudanças no saber jurídico e, conseqüentemente, no ensino do Direito, era a especialização disciplinar em contraposição ao "enciclopedismo" e a ênfase retórica da formação dada no século XIX<sup>104</sup>. Desta maneira, as disciplinas propedêuticas perderam importância na grade curricular, privilegiando-se as de caráter profissionalizante como forma de priorizar a prática e a técnica jurídica<sup>105</sup>. Além disso, diante do número grande de instituições particulares que formavam os bacharéis, foi instituído o controle do acesso à profissão com a implantação do exame dos formados pelos institutos do Governo<sup>106</sup>.

Embora as estratégias de reconversão dos profissionais do direito ao longo do República Velha tenham contribuído para consolidar o seu papel e a sua posição nos espaços sociais de poder, o mesmo não aconteceu com a imagem social dos bacharéis que já vinha desgastada desde o final do Império, traduzidas pelas sátiras à figura do jurista presente na produção literária da época, demonstrando a crise do bacharelismo e o início da formação da cultura do tecnicismo jurídico.<sup>107</sup>.

Os antigos bacharéis, agora advogados profissionais, passaram a dividir espaço com outras elites, outros detentores de "discursos competentes" (particularmente engenheiros e médicos) que passam a ocupar, no novo regime, posições de prestígio social e político, antes um monopólio dos bacharéis. A República inicia a ocupação dos cargos da burocracia do Estado com uma elite que se apresenta e busca legitimidade com base em um perfil relativamente mais tecnocrático. O bacharel em Direito não vai mais reinar sozinho e passa a disputar o cetro da governança com grupos profissionais

<sup>104</sup> Cf. SOTAG, Ricardo. *Triatoma bacculaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República*. Espaço Jurídico, Joaçaba, v.9, n.1, 2008:68-70, p.70

<sup>105</sup> No Império, a prática da advocacia era uma atividade deixada a cargo dos rábulas, que eram práticos da advocacia sem formação de bacharel. Poucos eram os bacharéis que se dedicavam a advocacia privada, uma vez que o que conferia prestígio e poder era o desempenho de cargos na estrutura administrativa do Estado ou cargos políticos. Para maior aprofundamento ver CARVALHO (2011), op. cit e PAULO FILHO, op.cit.

<sup>106</sup> A Lei Orgânica do Ensino de 1911 (que autorizou o ensino superior pelas instituições privadas) produziu uma epidemia de bacharéis no Brasil, levando o Governo a estabelecer o controle dos diplomas com a instituição do exame dos formados nas instituições privadas, reconhecendo como de caráter oficial, somente as instituições públicas das grandes capitais. O Instituto Oficial do Direito do Rio de Janeiro junto com as academias de Recife e de São Paulo eram os órgãos responsáveis a reconhecer os diplomas dos bacharéis formados em faculdades livres. Cf. CABRAL, Nuria M.M. *O ensino jurídico no Brasil em tempos liberais: adeus a formação de bacharéis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiânia:2008, p.54-55.

<sup>107</sup> Ao longo do texto, na abertura de cada tópico, utilizamos citação de obras literárias referentes à época histórica estudada que fazem alusão à figura do bacharel/advogado. Obra a relação da crise do bacharelismo no final do século XIX e a produção literária ver SONTAG, R (2008). op. cit.

técnicos especializados como os engenheiros, higienistas, médicos<sup>108</sup>.

### 1.2.2) Entre ditaduras e democracias: os juristas e o poder.

Por instinto de conservação e força, pois, que o bacharel - *Triatoma baccalaureatus* - entregue o cetro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, conserte a máquina brasileira, desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubi. (Monteiro Lobato)<sup>109</sup>

Em torno de 1930, o Brasil passava por novas transformações sociais que mais uma vez afetaram a estruturação do espaço social dos advogados e sua relação com o poder político do Estado. A expansão do aparelho estatal, das profissões de nível superior, de técnicos especializados, de pessoal administrativo nos setores públicos e privados aliados à criação de novos cursos superiores e a expansão da rede de instituições escolares públicas<sup>110</sup> levaram profissionais do Direito e alguns intelectuais a debaterem sobre os rumos do campo político brasileiro. Uma vez que a ampliação de número de cursos superiores de outras especialidades aumentou e diversificou o contingente de interessados na política, fazendo com que médicos, engenheiros e militares dividissem com os advogados os postos políticos, as discussões orbitaram em torno do papel dos juristas e os cargos que deveriam ser ocupados por eles no projeto político pós-República Velha<sup>111112</sup>.

Todavia, a revolução de 1930 não provocou alterações substantivas em termos de estrutura de classes. Essa inexistência de mudança das classes detentoras do poder e o rígido controle dos segmentos inferiores da sociedade garantiram o apoio significativo das oligarquias e seus bacharéis ao novo projeto de modernização. Contudo, a implantação desse novo projeto constituiu-se num processo regido pela ambição de novos segmentos da sociedade de assegurar para si o controle da nova máquina do Estado que se formava.

<sup>108</sup> Cf. SONTAG, Ricardo. *Triatoma baccalaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República*. Espaço Jurídico, Joaçaba, v.9, n.1, 2008:68-70

<sup>109</sup> Ver LOBATO, José Bento Monteiro. *Cidades Mortas* (1919). 14 ed. São Paulo:Brasiliense, 1971.

<sup>110</sup> Cf. MICELI, Sérgio, op cit, p.77

<sup>111</sup> Cf. SANTOS, Andre F. P. R. dos. *Direito e profissões jurídicas no Brasil após 1988: expansão, competição, identidades e desigualdades*. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008, p.67

<sup>112</sup> Cf. DANTAS, H. op cit p.40

O período entre a revolução e o golpe de 1937 foi uma fase marcada por profundos entrechoques entre grupos portadores de discursos e projetos diversos tentando conquistar um espaço político. De forma mais geral e ainda como uma reminiscência da República Velha, acirrou-se a tensão entre o poder das oligarquias representadas politicamente pelos bacharéis (ainda uma profissão prevalente na composição dos cargos públicos e políticos) e um novo movimento dos militares para a retomada do seu espaço no poder político do Estado. Desde o início da década de 20, rebeldes "tenentes"<sup>113</sup> que se definiam como antioligárquicos e defendiam reformas político-administrativas aliaram-se aos dissidentes civis, outrora representantes das oligarquias com marcada atuação na República Velha, e liderados pelo bacharel Getúlio Vargas formaram um grupo denominado Aliança Liberal, a fim de concorrer ao pleito eleitoral de 1930 e por não terem obtido êxito nas eleições, promoveram o golpe de 1930.

A ascensão ao poder da Aliança Liberal acirrou o enfrentamento entre bacharéis e militares que passaram a disputar tanto os cargos na administração pública, quanto a imposição da diretriz que orientaria a organização do espaço político brasileiro. Nos sete anos que sucederam e antecederam o golpe de 1937, as estratégias do Governo Provisório para se manter no poder consistia em alternar "tenentes" e bacharéis na ocupação dos cargos da mais alta hierarquia da administração. Imediatamente após a tomada do Governo pelo golpe e a dissolução das assembleias, os setores tenentistas prevaleceram e passaram a ocupar quase a totalidade dos cargos de interventores estaduais, substituindo os antigos representantes das oligarquias locais, alijados do poder e submetidos ao controle central. O aumento da influência dos militares no aparelho estatal instigou os ilustres bacharéis membros das oligarquias preteridas a se posicionarem contra o novo regime, exigindo que o Governo Provisório implantasse um regime constitucional e democrático. A convocação de eleições e a reativação de partidos políticos se constituíam numa perspectiva alentadora para os desalojados do poder e, ao revés, para os militares se constituía numa ameaça aos seus postos de mando.

O acirramento dos debates levou a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, gestada nos átrios da Faculdade de Direito e que, embora derrotada militarmente, conseguiu impor seus objetivos políticos, transformando-se em um novo

---

<sup>113</sup> Rebeldes "tenentes" como Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto, Osvaldo Cordeiro de Farias e Miguel Costa tentavam, através da luta armada, modificar a ordem vigente. Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves e GRYSZPAN, Mário. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: FGV -CPDOC, 1987.

momento de movimentação da elite que ocupava o espaço do poder político: a convocação das eleições tirou os interventores militares do centro de poder dos estados, restabeleceu-se o Poder Legislativo e implantou-se a nova ordem constitucional de 1934. Estas mudanças viabilizaram a importância dos advogados na composição corporativa da Assembleia Constituinte de 1933 e na composição da Câmara dos Deputados (após 1934) assim como na inserção dos advogados militantes na composição de tribunais que passaram a integrar os tribunais como desembargadores, recrutados a partir dos seus "notórios conhecimentos"<sup>114</sup>. A admissão de membros da advocacia nos tribunais superiores além de se constituir numa estratégia dos advogados para aumentar as possibilidades de inserção profissional em cargos públicos de prestígio, também foi uma expressiva manobra do poder político para inserir membros que se encontravam fora da lógica corporativa da magistratura e recrutados entre os ocupantes de cargos políticos de confiança do Poder Executivo, no Poder Judiciário. A nomeação no cargo de desembargador ou ministro pelo quinto constitucional (como ficou conhecida a reserva de vagas nos tribunais) representava uma moeda de troca simbólica entre o poder político e a elite jurídica que orbitava em torno do dele exercendo cargos públicos.

Embora após a Revolução Constitucionalista de 1932 os advogados tenham retomado alguns espaços de poder na alta burocracia do Estado, às vésperas do Estado Novo, "bacharelismo" passou a ser sinônimo da velha política da Primeira República, identificado como atividade retrógrada e dissociada da "realidade nacional", o que demonstrava o avanço dos militares na disputa pelo poder com os advogados, mais uma vez.

A nova ordem legal tomou a ideologia do avanço da ciência como ponto axiomático que obedeceu a uma lógica do progresso inexorável conduzido pelo saber técnico científico: só o profissional, técnico capacitado e habilitado poderia dar parecer sobre a sua área de atuação.<sup>115</sup> As mudanças impunham, além da tecnização geral, a especialização das atividades profissionais cuja atuação dos seus agentes deveria se restringir a sua área de conhecimento técnico.

Nesta linha de gestão, o Congresso Nacional - órgão de caráter puramente político - foi substituído pelas comissões técnicas (conselhos consultivos) com agentes

---

<sup>114</sup> O §6º do artigo 104 da Constituição de 1934 dispunha que: "Na composição dos Tribunais superiores serão reservados lugares, correspondentes a um quinto do número total, para que sejam preenchidos por advogados, ou membros do Ministério Público de notório merecimento e reputação ilibada, escolhidos de lista tríplice, na forma do §3º". Cf. BASTOS, Aurélio Wander.( 2007), op. cit., p.150-151

<sup>115</sup> Cf. SONTAG, Ricardo. op. cit. p.68

recrutados e nomeados pelo poder político do Estado entre as várias especialidades profissionais, colocando as profissões "de elite"<sup>116</sup> e as de pouco prestígio no mesmo nível de importância para a manutenção do funcionamento do corpo social. Um exemplo evidente destas mudanças foi a divisão do protagonismo na condução do processo de elaboração da codificação legal entre juristas, economistas e engenheiros, outrora monopolizado pelos bacharéis<sup>117</sup>. Os engenheiros gozariam de certo prestígio nesta época, uma vez que passaram a ser utilizados tanto para resolver os problemas tecnológicos, quanto para estudar e explicar os problemas sociais, o que levou, mais uma vez, ao desinteresse pela formação jurídica, já substituída outrora pela formação militar, ocupação prestigiada na Primeira República<sup>118</sup>.

Além disso, a proliferação de instituições privadas de ensino superior com interesses mercadológicos que marcaram a República Velha provocou algumas mudanças pontuais na composição do grupo profissional dos advogados, haja vista que esse período é marcado por uma relativa abertura dos canais de acesso ao ensino superior, com o aumento de cursos, que proporcionou o crescimento do número de estudantes oriundos das 'camadas médias'<sup>119</sup> que buscavam na qualificação profissional possibilidades de ascensão social.

A inflação de títulos escolares<sup>120</sup> promoveu o acirramento da disputa por maiores distinções sociais entre os portadores de diplomas inflacionados, o que também representou uma luta para estabelecer maiores distâncias sociais em relação a determinados grupos de diplomados<sup>121</sup>. Sobre o assunto, Bourdieu<sup>122</sup> defende que por meio desta inflação e do correspondente aumento das taxas de escolarização tende-se a um processo competitivo entre os grupos sociais pela posse do capital cultural e escolar. Consequentemente, os antigos detentores desses bens tenderão a deslocar suas

<sup>116</sup> Consideravam-se profissões de elite a advocacia, a engenharia e a medicina. Sobre o tema ver COELHO, Edmundo Campos (1999), op. cit.

<sup>117</sup> Cf. SONTAG, Ricardo. op.cit. p.72

<sup>118</sup> Cf. CABRAL, Nuria M.M, op. cit, p.56

<sup>119</sup> Sobre o tema ver JACOB, Vera Lúcia. **Poder do estado e poder dos docentes: um olhar sobre o movimento docente na UFPA**. – Belém-PA: SPEP/GRAPHITE, 1997; FERREIRA JR, Amálio; BITTAR, Marisa. **Elitismo e exclusão na educação brasileira**. In: ROSÁRIO, Maria José Aviz do; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima (Orgs.). **Políticas públicas educacionais**. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2008; MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. – vol. III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

<sup>120</sup> Para Bourdieu a expressão "inflação de títulos escolares" refere-se ao fenômeno de desvalorização do diploma associado a ampliação do acesso de certos bens escolares a um público anteriormente excluído. Assim, quanto maior for o acesso ao título escolar, maior será a sua desvalorização. Sobre inflação de títulos escolares ver BOURDIEU, P. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 2015

<sup>121</sup> Cf. SANTOS, André F. R. op. cit 41-42

<sup>122</sup> Cf. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs), op.cit, p. 145-183



estratégias escolares em direção a estabelecimentos, ramos de ensino ou tipos de escolarização mais seletivos ou mais raros dos quais procuram ter o acesso exclusivo. No meio social, a inflação de títulos escolares seria o ponto de partida para provocar mudanças na estruturação do espaço social em decorrência da intensa competição que estabelece. Maior acessibilidade aos títulos escolares e sua maior desvalorização alteram a lógica do acesso às posições de poder e prestígio dentro do grupo social, induzindo os agentes de determinadas classes sociais a se esforçarem para manter a distinção de seus bens e de seus diplomas.

Segue-se que todos os grupos que estão engajados na corrida, qualquer que seja a fila, só podem conservar a posição, sua raridade, seu posto, com a condição de correrem para manter a distância em relação àqueles que os seguem imediatamente, e de ameaçarem assim com sua diferença aqueles que os precedem (...) <sup>123</sup>

É neste sentido que se operam as mudanças na escolarização dos bacharéis com a finalidade de atender as novas demandas do poder político do Estado e manter a posição de distinção da elite, tanto em relação aos demais grupos profissionais em competição pelos espaços de poder, quanto entre os agentes do mesmo espaço social com origens sociais distintas e menos "nobres". As políticas educacionais na era Vargas foram voltadas para a formação técnica do bacharel - estratégia para vencer a disputa com as profissões técnicas pelos cargos público- e para a seleção dos candidatos à academia e ao trabalho "por meio de prova de inteligência e aproveitamento ou por processos objetivos à finalidade do curso" como estava inscrito no parágrafo único do artigo 150 da Constituição Federal de 1934 . A instituição da "seleção" para a entrada nas instituições de ensino superior constitui-se uma estratégia para tentar controlar indiretamente a colação de graus, protegendo o valor do diploma, instrumento eficaz na legitimação do acesso às posições dominantes.

Outra mudança significativa para as trajetórias profissionais dos advogados se deu com a exigência de concurso para o ingresso nos cargos públicos da burocracia estatal<sup>124</sup>. Até a Constituição de 1934 o acesso às carreiras de Estado que exigiam a formação em Direito, no Brasil, dependia exclusivamente de indicações políticas decorrentes da mobilização de uma rede significativa de relações sociais e políticas do

<sup>123</sup> Cf. BOURDIEU, P. . In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs), op.cit, p. 178

<sup>124</sup> A partir da chamada "lei do reajustamento" — lei 284 de 28 de outubro de 1936 — que pode ser considerada o início da administração moderna no serviço público brasileiro —, foi institucionalizado o sistema do mérito através do concurso e foram fixadas as diretrizes do primeiro plano de classificação e de avaliação de desempenho e cargos.

candidato ou decorrente mesmo da herança familiar, num cenário de poucos candidatos ao cargo quando o bacharel já saía da faculdade para exercer uma função pública de destaque, para o qual era treinado e socializado. Estabelecer a forma de recrutamento por seleção meritocrática<sup>125</sup> seria, num cenário onde a inflação de títulos escolares produziu mais candidatos do que cargos, uma outra forma de estabelecer ou manter a "distinção" de uns em relação aos outros, mais ainda quando essa forma de recrutamento, no Brasil, não seria eminentemente "meritocrática" à medida que combinava um saber-fazer jurídico formalizado (passível de ser adquirido regularmente por todos) com a continuidade daqueles atributos sociais necessários para o acesso a estas carreiras, inscritos nos editais de concurso como as exigências de "reputação ilibada", por exemplo. Neste ponto, a invenção da ordem política e social está associada a mecanismos de importação seletiva de instituições que não são produtos de sua história social e política<sup>126</sup>, controlados por determinados grupos que tem como objetivo manter ou ampliar a legitimação de suas posições dominantes.<sup>127</sup>

Somando-se ao conjunto de estratégias para garantir a distinção da elite dos bacharéis veio também a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 1930, na qualidade de órgão corporativo cujo objetivo principal era "selecionar" e "disciplinar" os advogados, na linha da estrutura corporativista instalada por Vargas<sup>128</sup>. Em virtude da intensa competição pelos postos de destaque, a exigência de um exame

<sup>125</sup> No que pertine ao sentido da ideologia da **meritocracia**, para este trabalho a definição adotada é a de um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um, ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais. Em sua dimensão negativa, seria um conjunto de valores que rejeita toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo e que valoriza e avalia as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais, não atribuindo importância a variáveis sociais como origem, posição social, econômica e poder político no momento em que estamos pleiteando ou competindo por uma posição ou direito. Cf. BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p:22.

<sup>126</sup> O modelo da meritocracia e surgiu com os efeitos das revoluções norte-americana, de 1776, e a francesa, de 1789 e foi copiado no Brasil.

<sup>127</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **Elites e "instituições" como objeto de estudo numa dinâmica periférica**. Teoria & Pesquisa, v. 17 p. 67-84, 2008

<sup>128</sup> O sindicalismo corporativo instituído por Vargas tinha como objetivo estabelecer o controle estatal sobre a organização operária e para compartimentar a representação dos vários setores do empresariado limitando as decisões finais quanto à política econômica à burocracia estatal. Foi o governo que tomou a iniciativa de desarticular as associações já existentes do operariado e dos empresários, contudo, no caso dos advogados, a incorporação à estrutura corporativa se deu por iniciativa de um grupo da elite profissional, com a intenção de reforçar a estruturação do espaço anteriormente existente, impedindo ou dificultando a entrada de membros com origens sociais diferentes. A estruturação corporativa produziu efeitos importantes para o espaço social dos advogados: a) reforçou o poder político dos bacharéis que haviam perdido espaço para grupos profissionais emergentes; b) reorganizou o espaço social dos advogados ao estabelecer critérios para a entrada na profissão e c) ainda colaborou para a exigência do diploma de bacharel e a inscrição na ordem para ter acesso a cargos públicos, delimitando seu campo de atuação profissional e delegando à OAB a função de controlar o mercado profissional. Ver MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi L. de. **A elite dos bacharéis**. Texto integrante dos anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS. GT13 Elites e espaços de poder.

posterior a obtenção do título acadêmico como forma de legitimar o exercício profissional "selecionaria" os integrantes deste espaço social.

Seguindo o modelo francês de corporação de advogados, a Ordem contou com a adesão voluntária da elite da advocacia, os "juristas-políticos"<sup>129</sup>, colaborando para a legitimação da estrutura corporativa do novo regime em troca do controle do grupo profissional e do direito de arrecadar e gerir os recursos advindos das contribuições impostas aos advogados. Diferente de outras corporações profissionais, manteve uma autonomia formal em relação ao Estado e esteve muito próxima ao Governo que, em contrapartida, colaborou para sua consolidação, numa relação de troca de interesses. Essa proximidade com o Estado fortaleceu a instituição frente aos seus membros, ao mesmo tempo em que desincentivou protestos contra as ações do governo. Nasceu como um serviço público federal vinculado, uma autarquia imersa no próprio Estado cujo presidente fora nomeado pelo Governo como deputado constituinte da Constituição de 1934 e também Consultor Geral da República na primeira fase do mandato de Vargas.

A implantação do governo constitucional (com a promulgação da Constituição Federal de 1934) radicalizou o processo político brasileiro, pois o liberalismo excludente proposto pelos bacharéis que davam voz às oligarquias tornava-se inviável diante das manifestações sociais e pressões de diversos setores da sociedade nesse período. A instabilidade política levou os militares a avançarem numa tentativa de retomada dos espaços políticos perdidos com a constitucionalização de 1934 realizada sob a influência dos bacharéis.

Em 10 de novembro de 1937, os militares fecharam o Congresso e Vargas anunciou o novo governo apresentando a Constituição de 1937. Com o novo avanço da influência e ocupação dos militares nos espaços de poder do Estado Novo houve uma queda na participação da elite dirigente dos bacharéis dos quadros funcionais da OAB e do IAB no aparato estatal e, dentre os que também exerciam cargos públicos, quase metade deles rompeu com o governo ao longo deste período. Em substituição aos juristas dissidentes, os postos burocráticos do Governo passaram a ser ocupados por bacharéis com menos tradição familiar, aqueles que ocupavam postos periféricos na hierarquia do espaço social dos advogados, em detrimento dos que detinham os capitais

---

<sup>129</sup> Denominação dada por Luiz Werneck Vianna. Para mais informações ver MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os juristas políticos e a democratização de 1945**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP, 2008.

mais valorizados como o pertencimento a famílias tradicionais e que controlavam as principais entidades de advogados (OAB/IAB)<sup>130</sup>.

A grande maioria dos integrantes da Ordem havia se formado em Direito entre as décadas de 1890 e 1920, iniciando-se na profissão e na vida política ainda na Primeira República. Pelo menos a metade da direção da OAB e do IAB era composta por homens com experiência em funções públicas (prefeitos, governadores, secretários, ministros, magistrados, procuradores ou consultores jurídicos de órgãos públicos).<sup>131</sup> O exercício dos cargos criaria um capital simbólico específico, caracterizado pela construção de redes de relações políticas, pelo aprendizado de rotinas burocráticas e pela notoriedade que os distinguiu. Além disso, a ocupação desses cargos apontava a proximidade dos dirigentes das entidades tanto com as cúpulas burocráticas quanto com as oligarquias regionais que estavam sendo sistematicamente desarticuladas por Vargas<sup>132</sup>.

O grande número de bacharéis e a incapacidade do Estado em absorvê-los em sua estrutura provocaram clivagens internas (a exemplo das que ocorreram no final do Império e início da República) levando os advogados pertencentes à aristocracia, dirigentes da OAB e IAB e preteridos na composição dos cargos públicos de prestígio, a romper com o regime opondo-se ao governo central. Aliados da ocupação dos cargos públicos, passaram a investir na diversificação das carreiras, concomitante ou alternadamente ocupando postos em jornais, revistas, escolas secundárias e a se valerem das relações estabelecidas em espaços de consagração social como o Instituto dos Advogados (IAB), que após a criação da Ordem assumiu a função de congregar os juristas "notáveis".<sup>133</sup>

Os bacharéis preteridos na distribuição dos cargos públicos, ou simplesmente afastados do aparato estatal, viam a derrubada do regime ditatorial como uma possibilidade de voltar a ocupar os postos de prestígio e destaque na burocracia estatal e na política, motivo pelo qual se aliaram às oligarquias antagonistas, ocupando cargos de direção e assessoria em entidades privadas a elas pertencentes. Este

---

<sup>130</sup> Ver MATTOS e MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (direção). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, tomo III, vol.3, p.583-584.

<sup>131</sup> Cf. MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi L. de. **A elite dos bacharéis**. Texto integrante dos anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS. GT13 Elites e espaços de poder.

<sup>132</sup> Os dirigentes das duas entidades tinham origens sociais definidas: uma parte descendia da aristocracia e entrou no campo jurídico a partir de capitais herdados desse estatuto social e outra parte tinha pais com ocupações de classe média tradicional, sendo que muitos deles eram também políticos. Sobre o tema MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Diffel, 1979

<sup>133</sup> Cf. MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Diffel, 1979.

movimento foi acompanhado pela ascensão do grupo de liberais oposicionistas à presidência do Conselho Federal, pois, afastados da direção do Estado desde a instauração da ditadura, aproveitaram para ocupar todas as instâncias possíveis da sociedade civil, mobilizando todos os recursos disponíveis provenientes de redes de relações sobrepostas (oriunda da multiposicionalidade dos bacharéis na sociedade em virtude de suas múltiplas inserções sociais) para fazer frente ao regime. Aspiravam retomar o comando do Estado e temiam que a transição política fugisse ao controle da classe dominante em virtude da intensa mobilização popular que marcou o fim do Estado Novo.<sup>134</sup>

O protagonismo da elite da advocacia brasileira conseguiu congregiar interesses heterogêneos das diferentes forças oposicionistas ao regime na composição da União Democrática Nacional - UDN, entidade fundada em 1945. Até 1943, a OAB respeitou os limites corporativos impostos pelo regime, mas, a partir de 1944 ampliou sua área de atuação justamente quando o seu Conselho Federal engajou-se plenamente na campanha de oposição, levando a Ordem a se envolver na política nacional, deixando de cuidar somente dos temas atinentes à advocacia, o que subverteria o propósito para qual fora criada toda a estrutura corporativa no Governo: amparar politicamente o regime.

Além de aliar-se às oligarquias dissidentes (como forma de garantir posições de poder na burocracia estatal de um possível novo regime) a OAB ainda procurou aliados no aparato estatal: tanto no Judiciário, como interpelando militares também dissidentes (e antigos adversários) para que garantissem a redemocratização do país. As pressões internas levaram Vargas a anunciar eleições gerais em 1945 e convocar uma nova Assembleia Constituinte para aprovação de um texto constitucional elaborado por uma comissão de juristas<sup>135</sup>, que instituiu a nova ordem legal "legítima".

O fim do Estado Novo contribuiu para uma maior organização da sociedade civil formada por partidos políticos, sindicatos operários, entidades patronais, organizações de trabalhadores rurais, igrejas, emissoras de rádio, televisão, jornais, além de associações profissionais e que, a partir de 1945, complexificou-se ao comportar interesses sociais divergentes. Neste período, os bacharéis que comandaram a OAB

<sup>134</sup> Cf. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. **Política e Corporação: a Ordem dos Advogados do Brasil (1945-1964)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

<sup>135</sup> Fizeram parte da comissão que elaborou a Constituição de 1946 os advogados Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Hariberto de Miranda Jordão, Otto de Andrade Gil, Arnaldo Medeiros da Fonseca, Targino Ribeiro, Afonso Pena Júnior, Themístocles Brandão Cavalcanti, Pedro Calmon e Raul Fernandes. Cf. FERREIRA, Eduardo. **Os bacharéis do Direito na História do Brasil**. Publicado no site [www.justocantins.com.br](http://www.justocantins.com.br) em 2012.

eram descendentes diretos dos "juristas-políticos" que atuaram decisivamente na fundação e consolidação do Estado Nacional e que encampavam os interesses sociais dominantes. Também conciliavam funções públicas com a advocacia e, desde o início do período republicano, enfrentavam a oposição de elites profissionais emergentes como os militares e engenheiros, principalmente. No jogo do poder, mais uma vez mobilizaram recursos e rede de relações sociais múltiplas para se manterem em posições de prestígio e destaque no campo político, mas, ainda assim, ao longo do século XX desenvolveu-se lenta e implacavelmente um declínio da participação dos juristas-políticos na direção do Estado.

Ao longo da década de 1950, a elite dirigente dos advogados tratou de se dedicar ao fortalecimento institucional, afastando a imagem partidarizada e reforçando a imagem pública de "guardião da ordem jurídica"<sup>136</sup>, que se firmou à medida que ganhou reconhecimento público ao aprovar o seu estatuto na condição de lei federal, em 1963. Contudo, as ideias progressistas do período que acabaram por promover alterações profundas no espaço social dos bacharéis, uma vez que a ideia do expansionismo proposta para todas as áreas acabou por atingir a formação profissional do advogado ao ampliar o número de vagas dos cursos de Direito, inflacionando novamente o diploma.

Mais uma vez, a categoria enfrentava um crescimento do número de profissionais, agora em números sem precedentes, refletindo na definição das prioridades da Ordem. A intensificação da concorrência profissional e o progressivo assalariamento dos advogados fez emergir um perfil profissional que substituiu o tradicional jurista-político, o que demandava ações no sentido do fortalecimento corporativo e valorização dessa nova carreira profissional. Como forma de controle do mercado profissional, a Ordem intensificou a seleção e fiscalização dos advogados, instituindo no projeto de reforma do estatuto a obrigatoriedade de estágio profissional e do exame de seleção para habilitação na advocacia. Para consolidar as estratégias de manutenção do poder da elite dirigente, recorreu ao Estado e articulou-se com o Governo e com o Congresso Nacional (onde havia membros do Conselho em mandatos) para aprovar no texto da lei que alteraria o estatuto as novas regras de estruturação do espaço profissional dos advogados.

Na década de 1960, a OAB construiu a imagem pública dos advogados como "defensores das liberdades civis", embora colaborasse para deslegitimar os movimentos sociais a partir das interpretações que dava a Constituição de 1946. Este também foi o período no qual se iniciou uma crise pública com o Governo, ao se opor

---

<sup>136</sup> Cf. MATTOS, Marcos Aurleio V. L. (2011) op cit p.2

publicamente à política reformista do presidente (dentro do papel de contrapoder que a Ordem se autoatribuía) e por considerar que o Governo desrespeitava o padrão de acesso privilegiado da OAB ao Poder Executivo. Em consequência disto, a elite dirigente da Ordem apoiou golpe que derrubou o governo de João Goulart ao interpretá-lo como uma medida necessária para "conter o perigo comunista e a subversão da ordem jurídica"<sup>137</sup> e, na sequência, saíram dos seus quadros os agentes que ocuparam as funções centrais no comando do Estado<sup>138</sup> no regime recém-instalado.

Um estudo das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entre 1964 e 1974, realizado por Rollemberg<sup>139</sup>, revela como a relação dos bacharéis com o poder militar oscilou neste período saindo de um apoio integral ao golpe para uma posição de crítica explícita e contundente ao regime - mudanças que acompanhavam os movimentos de maior ou menor participação dos advogados nos cargos públicos de destaque e prestígio.

Logo após a derrubada do presidente João Goulart, os bacharéis se sentiram vitoriosos e de autointitularam os "cruzados da ordem jurídica", comemorando por estar ao lado das forças vencedoras e chamando para si a defesa da ordem jurídica do Estado e da Constituição, ou seja, atribuindo a OAB um papel bem maior do que uma simples corporação de ofício. Contudo, as alterações promovidas pelos militares nos espaços de poder acabaram por atingir a classe dos advogados diretamente. Em 1965, pouco antes da imposição do Ato Institucional 2 (AI-2), em discurso público, o vice-presidente da OAB externava a sua indignação pelo fato de haver na ocupação mais altos cargos da República a preservação daqueles que considerava "corruptores e subversivos", deixando implícita a insatisfação por não ter havido a indicação de bacharéis como sucessores deste burocratas mantidos nos cargos. As críticas ressaltavam a necessidade de radicalização das cassações e da desocupação dos cargos públicos de poder e prestígio, pois o apoio à derrubada do Governo trazia implícita a ideia de que os bacharéis, apoiadores da revolução, pudessem ocupá-los. Manter a ocupação dos cargos públicos conforme o desenho do governo anterior era, na opinião dos dirigentes da

<sup>137</sup> Cf. MATTOS, Marcos Aurelio V. L de. (2008) op. cit. p.5

<sup>138</sup> O então presidente do Conselho Federal, Carlos Povina Cavalcanti foi designado em 1964 vice-presidente da Comissão Geral de Investigações, os conselheiros federais Prado Kelly, Oswaldo Trigueiro e Carlos Medeiros Silva foram nomeados ministros do STF em 1965; os ex-presidentes da Ordem e membros do Conselho Federal Seabra Fagundes e Levi Carneiro foram membros designados para elaborar um anteprojeto constitucional em 1965.

<sup>139</sup> Cf. ROLLERMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis. (orgs.) **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro:FGV, 2008, p.57-96.

OAB, muito mais grave dos que as perseguições políticas operadas pelo regime, conforme foi registrado em ata:

Não sofria pelo que de limpeza fizera o movimento, alijando uns poucos dentre os chefes da corrupção e da subversão. Alijamento de gozadores da coisa pública não traumatiza ninguém. O que traumatiza é vê-los preservados nos postos pela corrupção e pela fraude, muitos até integrando o bloco parlamentar "revolucionário". [...] A Nação assiste, estarecida, a desintegração do movimento de 64, no suplício de Tântalo de pretender consolidar-se, eleitoralmente, sem, ao menos, desmontar a máquina política de corruptores e subversivos. Chefes políticos que deram a vitória e sustentaram o Presidente deposto ano passado dão lastro político ao governo da Revolução; e seus agentes, pelo Brasil afora, detêm os mais altos cargos da República. Revolução sem reformulação das Instituições e substituição dos homens que as encarnam é pilhéria e pilhéria, até, de mau gosto.<sup>140</sup>

Na sequência veio a imposição AI-2, cuja elaboração contou com a participação do presidente da OAB, à época, Nehemias Gueiros. Embora o Ato Institucional suprimisse as garantias individuais do habeas corpus e do mandado de segurança e da vigência do estado de sítio, os juristas estiveram mais preocupados com as disposições que trataram de aumentar o número de vagas do órgão de cúpula do poder judiciário (o Supremo Tribunal Federal), ampliando o número de cargos públicos e abrindo-se novas possibilidades de ascensão dos bacharéis a cargos públicos de poder e prestígio com menor concorrência, uma vez que a ocupação deles exigia a formação em Direito e o exercício profissional. A estratégia de ocupação dos cargos da burocracia pública foi bem sucedida à medida que o Governo recrutou os novos membros do Supremo Tribunal Federal e da Procuradoria Geral da República entre os antigos advogados e ex-membros da OAB, UDN e Conselho Federal da Ordem.

A partir daí, a elite da advocacia nacional estreitou as relações com o governo militar que encaminhou o projeto da nova Constituição para análise do Conselho Federal como forma de manter a aliança e ainda legitimar a nova ordem política que se estabeleceria. Em 1967, a nova Constituição foi aprovada em sua integralidade e contando com a legitimação do discurso jurídico para excluir da apreciação do Poder Judiciário os atos ditatoriais praticados pelos militares, institucionalizando e legalizando o golpe.

A nova ordem política, entretanto, trouxe consigo alterações na estruturação do espaço social dos advogados, ao tramitar pelo Congresso Nacional a reforma do Estatuto da Ordem com a intenção de legitimar a reforma administrativa que

<sup>140</sup> Discurso do vice-presidente da OAB nacional Alberto Barreto de Melo registrado na ata de 27/04/1965. Ver ROLLEMBERG (2008), op. cit., p.9



enquadraria a instituição no Ministério do Trabalho ,reduzindo-a a condição de corporação profissional. Resistentes a se igualarem as outras corporações profissionais, os advogados vindicaram o seu enquadramento no Ministério da Justiça como "instituição pública de defesa da ordem jurídica".

As tentativas de reduzir o poder político da OAB ao tentar inseri-la na lógica dos sindicatos de outras profissões submetidos ao controle do Estado redundou na ostensiva oposição ao governo por parte da instituição, que passou a apoiar os advogados presos no exercício da profissão pelo regime, reforçando a imagem pública de defensora das liberdades civis. Na sequência, em 1968, o presidente e os conselheiros se posicionaram contra a repressão aos estudantes nas manifestações de rua e exigiram a instalação do *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana* (CDDPH). As atas das reuniões do Conselho deste ano deixavam mais explícitas a indignação pelas perseguições que o regime impôs aos advogados, que passou a serem consideradas não apenas restrita ao exercício profissional, mas como perseguições políticas contra a própria Ordem. Assumindo a posição de antagonista ao poder político central, a Ordem dos Advogados passou a defender as prerrogativas profissionais dos advogados, a denunciar as arbitrariedades do Governo e a defender os presos políticos em geral, numa campanha ostensiva para reforçar a imagem pública de defensora da sociedade, como forma de angariar o apoio da sociedade civil para sua causa<sup>141</sup>.

É nesse período conflituoso, que o governo, como forma de ampliar o controle sobre a sociedade civil, promove alterações no ensino superior. As mudanças operadas no ensino jurídico no período militar exerceram influência na imagem e formação profissional dos juristas. A reforma educacional realizada pela Lei Federal Nº 5540/68 buscava afastar a politização da vida acadêmica e inaugurava o paradigma do "profissionalismo", arrimado na especialização dos saberes, na expansão da produção científica e na relação mais pragmática entre ciência e mercado. A adoção do modelo americano de ensino<sup>142</sup> era de uma tentativa de desorganizar as atividades políticas antigovernamentais, tendo em vista o papel que as faculdades de direito (principalmente) tiveram nos movimentos sociais que alteraram a história política do Estado brasileiro. As estratégias do poder central visavam estabelecer uma forma de controlar ou cooptar os intelectuais, intervindo na formação de lideranças políticas ao

---

<sup>141</sup> Cf. ROLLEMBERG (2008), op. cit., p.25

<sup>142</sup> O modelo americano de ensino divide as universidades em departamentos, permite a matrícula de alunos por disciplinas, instituiu os cursos por períodos semestrais, dentre outras mudanças. O modelo implementado pelos militares não foi revisto mesmo após a redemocratização política do país. Para mais informações ver NUNES, Edson; NOGUEIRA, André Magalhães; RIBEIRO, Leandro Molhano. **Futuros possíveis, passados indesejáveis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

impor um modelo tecnocrata de educação, voltado para a formação profissional.

As alterações também promoveram uma expansão desenfreada de vagas que, no caso do curso de direito, contrariava o plano decenal elaborado dois anos antes e que previa a limitação do acesso às áreas de ciências humanas do ensino superior, como uma das formas de controle da reprodução de elites intelectuais.<sup>143</sup> Esse aumento na oferta de bacharéis sem haver, concomitantemente, um aumento na demanda por estes profissionais, contribuiu para a entrada de agentes de origens sociais diversificadas e para o desprestígio da profissão jurídica nesse período, pois o diploma é tanto mais precioso (caro) quanto mais raro é, medindo-se sua força não pelo número de detentores, mas pelo capital social de que são providos de forma mais homogênea possível e que acumulam em decorrência da distinção que os constitui objetivamente como grupo.<sup>144</sup>

Às vésperas do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), a OAB recuou em relação as posições assumidas em 1968, não se fazendo qualquer registro nas atas das reuniões do conselho sobre as medidas do Ato Institucional, tendo a cúpula dos bacharéis tolerado ou ignorado o assunto. O AI-5 constituiu-se numa reação radical do avanço governamental militar à política crescente de oposição da OAB e de outros setores da sociedade civil. Os militares se utilizaram da articulação combinada destes atos de sucessivas interferências na ordem legal com modificações contínuas dos "quoruns" constitucionais para obter resultados estratégicos de permanência no poder, criando uma verdadeira estrutura ordenativa de exceção. No âmbito do espaço social da elite da advocacia brasileira algumas reordenações se operaram, sendo que a composição política do Conselho Federal transferiu-se do udenismo liberal-conservador (que havia ensaiado uma oposição ao regime) para juristas e personalidades com ideias visivelmente comprometidas com as reacomodações do aparelho estatal.<sup>145</sup>

Após os atos de oposição de 1968 e a reordenação do grupo dirigente da OAB, a cúpula dos advogados volta a ocupar cargos de confiança no governo militar de Médici, integrando o CDDPH nas vagas dos membros que representavam e eram indicados pelo governo<sup>146</sup> e também na Comissão Geral de Investigações, que tinha a

<sup>143</sup> Para mais sobre o tema ver FALCÃO, Joaquim. **Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

<sup>144</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. . In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p.152-153

<sup>145</sup> Cf. BASTOS, Aurélio Wander. **A ordem dos Advogados e o Estado Democrático no Brasil**. Tese de Doutorado. IUPERJ-UCAM, Rio de Janeiro: 2007, p.501

<sup>146</sup> Em 15 de dezembro de 1971, o governo ampliou o número de membros do CDDPH acrescentando quatro vagas de representantes indicados por ele para garantir a maioria das decisões. Na época do AI-5,

função de investigar e confiscar bens dos que houvessem "enriquecido ilicitamente no exercício na função pública". Em 1969, a elite da advocacia pública nacional compunha a burocracia estatal e recuava na posição de oposição ao Governo.

A estratégia de se retomar o velho pacto de reconhecimento tácito da situação, sem manifestações divergentes expressivas, funcionou politicamente. Ainda assim, esta época ficou marcada por ações ofensivas do Governo contra a instituição, com o crescimento extensivo das violências contra os advogados e ações de censura. Neste período, apesar da crescente radicalização contra os advogados, o presidente da OAB fez um esforço extremo de recomposição com o poder político ao convidar o Presidente da República, general Médici, para presidir a sessão de abertura da IV Conferência Nacional dos Advogados, onde se discutia "a colaboração do advogado no aprimoramento da ordem jurídica nacional", como sustentação para um projeto desenvolvimentista para o país. Esse 'desenvolvimentismo' que se pretendeu ser implementado pelo Conselho Federal da OAB em 1970 não obteve resultados, mesmo porque a pretensão do Governo militar era suspender a autonomia autárquica da Ordem, restaurando o modelo corporativo de 1930/37, afastando-a do poder político central. A elite dirigente da OAB, após frustradas as suas tentativas de reaproximação com o poder político central, adotou uma postura defensiva, voltando-se para o seu cotidiano administrativo, pois a política de articulação com o poder estatal estava sem qualquer condição de prosperar em virtude do aprofundamento dos conflitos de interesses e da política incisiva de cerceamento das atividades corporativas dos advogados.<sup>147</sup>

Após fechar o cerco contra a atuação política geral da OAB, os militares voltaram-se contra a sua autonomia e independência institucional ao editar o Decreto Nº 74.000 de 01/05/1974 que vinculava o Conselho Federal e os conselhos seccionais ao Ministério do Trabalho dentro de um modelo autoritário e centralizado de estado com alto poder de intervenção administrativa nos mais amplos setores da vida social e institucional. O período que sucedeu a isto foi marcado pela radicalização política e pelas consequentes prisões, invasões de escritórios, vasculhamento e sequestro de advogados e ainda pela representação junto ao Tribunal de Contas da União para fazer o controle das contas da Ordem dos Advogados do Brasil.

Todos os atos de força do regime militar contra a OAB resultaram na intensa mobilização dos advogados para resguardar a autonomia institucional e as prerrogativas

---

Raymundo Faoro, ex-presidente da OAB, integrou a Comissão como representante do governo. Ver ROLLEMBERG (2008), op. cit.

<sup>147</sup> Ver BASTOS, Aurélio Wander (2007), op. cit.

do exercício profissional. Ainda assim não havia a intenção, por parte da corporação profissional dos advogados, de romper definitivamente com o poder central para apoiar incondicionalmente os movimentos populares de resistência, por conta do medo de perder o controle das mudanças políticas. Por esse motivo mobilizaram esforços para elaborar um plano de um processo de democratização conduzido dentro de um ambiente de relações entre eles e o poder político central, dividido entre a distensão e a compressão na articulação sincronizada de atos que permitissem uma abertura gradual e segura, garantindo-se o lugar dos bacharéis nos espaços de poder da nova ordem política que se seguisse ao governo militar.<sup>148</sup>

Colocando-se entre o poder político central e a sociedade civil, a Ordem construiu a sua imagem pública dentro de um espaço político (e não somente profissional) como defensora da ordem jurídica e da sociedade civil e como legitimadora do poder constituído - ao produzir e interpretar normas que justificassem até mesmo um estado de exceção, por exemplo -, garantindo, em qualquer hipótese, a sua necessária inclusão na ordem estatal.

A manutenção da influência dos advogados no poder político estatal, a despeito das flutuações do governo, exigiu dos bacharéis a manipulação das regras de ocupação dos espaços de poder dentro da instituição, a fim de que o corpo diretivo se compusesse sempre de membros afinados com a "ordem" política vigente, sem grandes rupturas. Assim, era prática que os Conselheiros Federais fossem majoritariamente destacados profissionais que atuavam na capital federal, sendo frequente, portanto, que os indicados representassem seccionais que não necessariamente eram as seccionais de inscrição originária., a fim de que o controle da instituição fosse mantido sempre entre os membros previamente escolhidos e integrantes do mesmo grupo.<sup>149</sup> Além disso, a produção bibliográfica de juristas renomados de estudos sobre o papel da OAB na construção do Estado brasileiro moderno e suas políticas de conciliação serviam para construir a imagem dos advogados junto a sociedade civil dissociada de interesses políticos e voltada para a defesa de interesses coletivos.<sup>150</sup>

---

<sup>148</sup> Cf. BASTOS, Aurélio Wander, op. cit. p.598.

<sup>149</sup> Exemplo disto foi o fato de Raymundo Faoro assumir o Conselho Federal como conselheiro representante do Rio Grande do Sul, assim como Evandro Lins e Silva assumiu como representante do Piauí. Muitos outros juristas assumiram em situação idêntica. Para mais informações ver BASTOS, Aurélio Wander, op. cit., p.604

<sup>150</sup> Podemos citar as obras: *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro (Presidente da Ordem e membro do Conselho Federal); *Coronelismo, Enxada e Voto* de Nunes Leal (Conselheiro da OAB) e *Conciliação e Reforma no Brasil* de José Honório Rodrigues que tratavam as políticas de conciliação da OAB como estratégia de sobrevivência do pensamento conservador como fundamento "das razões de estado". Cf. BASTOS, Aurélio Wander, op. cit. p.605.

De 1977 a 1979, a gestão de Raymundo Faoro na OAB foi fundamental para adaptar o projeto de democratização planejado pelos membros da instituição ao projeto de distensão do estado autoritário, proposto pelo general Presidente Ernesto Geisel, firmando-se um pacto de poder entre eles e os militares. O processo de "distensão" proposto pelo militares foi permeado de incisões interventivas ou de compressão do governo que ainda apoiado no amplo leque de "normas institucionais" vigentes e contando com a parceria da elite dos advogados, decretou o recesso do Congresso em abril de 1977 para editar as Emendas Constitucionais Nº 7 e 8 - conhecidas como "Pacote de Abril"<sup>151</sup>, a fim de se resguardar de uma possível abertura política futura.

A elite dos advogados apoiava o Governo tanto no âmbito de sua corporação profissional quanto como integrantes da advocacia pública nacional. Os advogados que ocuparam os cargos públicos de Procuradores da república tiveram seus poderes ampliados pela própria ditadura militar, que contava com o poder de sua *expertise* profissional para legitimar um governo autoritário a partir de um "controle de legalidade" dos atos praticados.<sup>152</sup>

As sucessivas pressões da sociedade civil para a revogação do AI-5 e para a proteção das liberdades públicas conferida por uma lei que anistiasse os presos políticos fez eco no espaço social dos advogados, já desejosos de promover alterações no estatuto da Ordem como forma de retomar os espaços perdidos durante o AI-5. Assim, a Ordem assumiu o papel de "intermediadora" da sociedade civil junto ao governo militar, conseguindo a revogação do AI-5 e a edição de uma lei de anistia que atendeu a ambos os interesses, reduzindo-se a um documento de perdão mútuo - para os anistiados e para os militares envolvidos nos crimes de tortura. As mudanças expressavam a ideia de abertura "lenta, gradual e segura", na expectativa de assegurar a política brasileira de recomposição entre as frações dissidentes, caminhando o processo de abertura na linha do projeto do poder central, sem que fossem revogadas as normas de controle.<sup>153</sup>

A esta altura, o desprestígio das profissões jurídicas acompanhava o

---

<sup>151</sup> Composto de 14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-leis, o "Pacote" determinou, entre outras medidas: a) eleições indiretas para governador, com ampliação do Colégio Eleitoral; b) instituição de sublegendas, em número de três, na eleição direta dos senadores, permitindo à Arena recompor as suas bases e aglutiná-las sob o mesmo teto; c) ampliação das bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos, nos quais a Arena costumava obter bons resultados eleitorais; d) extensão às eleições estaduais e federais da Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e fora criada para garantir a vitória governista nas eleições municipais de 1976; e) alteração do *quorum* - de 2/3 para maioria simples - para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso; f) ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos. Ver MOTA, Marly. **Pacote de Abril**. CPDOC : FGV. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>

<sup>152</sup> Cf. SANTOS, Andre Filipe P.R dos, op. cit., p.72

<sup>153</sup> Cf. BASTOS, Aurélio Wander, op. cit., p. 635-636

estreitamento do mercado de trabalho para os agentes com formação superior, o que evidenciava a ineficácia do plano desenvolvimentista dos militares denominado "milagre econômico". Na década de 1970, a inflação de diplomas e competição por postos de trabalho na burocracia estatal para o contingente de bacharéis que se formava todos os anos causou, novamente, clivagens internas no espaço social dos advogados. Dentro da OAB desenhava-se a divisão de dois grupos compondo-se, o primeiro, pelos juristas conservadores, membros da elite que mantinham estreita relação com o poder político e monopolizavam (utilizando-se das mais variadas estratégias) os cargos de direção da instituição, e, o segundo grupo, formado por advogados militantes, composto quase que exclusivamente pelos agentes desprovidos dos atributos simbólicos para ascender na hierarquia do campo, que viam na militância, na pressão por uma abertura política, a possibilidade de uma expansão da própria burocracia, da capacidade de absorção dos bacharéis na estrutura do Estado.

Esse último grupo aliou-se a outros grupos profissionais e a estudantes colocados à margem do sistema político e econômico para gestar, no final da década de 1970, um amplo movimento social que exigia mudanças políticas. Desta maneira, o período final da ditadura militar foi marcado por passeatas e manifestações públicas que exigiam o fim do regime e a previsão legal de eleição direta, embora a verdadeira revolução estivesse acontecendo nos bastidores uma vez que a luta política das ruas foi cooptada para dentro da Assembleia Nacional Constituinte pelas elites brasileiras, transformando um movimento político em disposições, ao "antecipar a tutela jurídica da ação política"<sup>154</sup>, devidamente controlada pelos juristas, mas que, de certa forma, conferiu legitimidade social ao texto constitucional de 1988. A força política popular foi transformada em formas jurídicas e em direitos dentro das políticas públicas instituídas. O brasileiro transformou-se em cidadão, no sentido jurídico, antes de se tornar um cidadão no sentido político, alterando-se a ordem sem transformá-la.

Essa judicialização das lutas políticas facilitou o posterior desmonte da própria ordem constitucional instituída através das emendas constitucionais. Os profissionais do direito (especialmente os advogados) que sofreram retaliações em diversos períodos da ditadura militar foram os mais atuantes da constituinte, pois a mudança significava a possibilidade do restabelecimento dos espaços de poder, com as possibilidades de ampliação e monopolização de cargos públicos estatais da mais alta hierarquia e prestígio.

---

<sup>154</sup> Cf. BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Direitos Humanos, mas como? **Cadernos do NAJUP**. n. 1. nov/2006

A nova ordem jurídica contou com a participação efetiva dos juristas através das consultorias legislativas e dos grupos de pressão de diferentes profissões jurídicas para restabelecer e inserir direito exclusivos às categorias no texto final da lei. Saindo do ostracismo do final da década de 1970, os bacharéis deram início a elaboração de um projeto profissional que elevou as profissões jurídicas a um novo *locus* de poder dentro do Estado. Pode-se dizer que a redemocratização política trouxe em seu bojo a ascensão das profissões jurídicas no Brasil a um patamar de elevado poder econômico e social.<sup>155</sup>

A participação direta dos juristas na discussão e elaboração do texto constitucional fez aumentar também o espaço de atuação dos advogados na estrutura burocrática do Estado, pois ao se colocarem como mediadores da redemocratização fizeram inserir na Constituição capítulos e artigos constitucionais específicos para o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradorias e outros órgãos e instituições do sistema de justiça, ampliando o mercado de atuação das profissões jurídicas no Brasil e o prestígio dos profissionais do direito após 1988. O trauma social causado pela ditadura funcionou como recurso ideológico usado pelos bacharéis para ampliar seus próprios poderes, inclusive com previsão constitucional de suas prerrogativas, sendo que algumas dessas garantias constitucionais conquistadas por algumas carreiras jurídicas são verdadeiros monopólios de atuação, privilégios que elevam essas profissões à categoria de "indispensáveis" à democracia.

O aumento de cargos na estrutura burocrática privativos de bacharel, dentro dos três poderes, fez diminuir a participação dos profissionais do direito do cenário político-partidário, passando os juristas a se dedicarem ao seu espaço de atuação profissional já devidamente ampliado, reforçando a ideologia do profissionalismo e do processo de profissionalização<sup>156</sup> do campo do direito. Para se ter uma ideia desta retração da participação dos advogados nas disputas pelos cargos políticos, ao se analisar a ocupação dos mais altos cargos políticos da estrutura administrativa brasileira verifica-se que, ao longo da República, das quarenta e uma pessoas que ocuparam o cargo máximo do Poder Executivo, quase cinquenta por cento eram bacharéis em Direito, seguidos pelos militares como formação profissional de maior ocupação. Depois da Constituição de 1988 nenhum jurista foi eleito presidente ou assumiu a

---

<sup>155</sup> Ver SANTOS, André Felipe Reid dos, op. cit.

<sup>156</sup> A profissionalização indica de que forma particular estabeleceu-se a articulação entre Estado e aquelas ocupações que tem ou tiveram um significado especial no seu processo de formação histórica, e dele no reconhecimento dos grupos profissionais, contudo, profissionalização não seria um processo único e geral que conduz a um dado estado final aplicável indistintamente a todos os grupos profissionais independentemente do contexto histórico e social. O tema será tratado com mais especificidade nos capítulos seguintes desta tese.

presidência, o que denota uma transferência do prestígio social dos bacharéis dos cargos políticos para os cargos políticos-jurídicos.

### Quadro 1

Lista dos Presidentes da República com indicação da formação profissional

<b>Presidente</b>	<b>Formação profissional</b>	<b>Período do mandato</b>
Manoel Deodoro da Fonseca	Militar	1889/1891
Floriano Vieira Peixoto	Militar	1891/1894
Prudente José de Moraes e Barros	Advogado	1894/1898
Manoel Ferraz de Campos Salles	Advogado	1898/1902
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Advogado	1902/1906
Affonso Augusto Moreira Penna	Advogado	1906/1909
Nilo Procópio Peçanha	Advogado	1909/1910
Hermes Rodrigues da Fonseca	Militar	1910/1914
Wenceslau Braz Pereira Gomes	Advogado	1914/1918
Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Advogado	1918/1919
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa	Advogado	1919/1922
Arthur da Silva Bernardes	Advogado	1922/1926
Washington Luís Pereira de Sousa	Advogado	1926/1930
Júlio Prestes de Albuquerque	Advogado	1930*
João de Deus Menna Barreto	Militar	1930
José Isaías de Noronha	Militar	1930
Augusto Tasso Fragoso	Militar	1930
José Linhares	Advogado	1930
Getúlio Vargas	Advogado	1930/1945
Eurico Gaspar Dutra	Militar	1946/1951
Getúlio Vargas	Advogado	1951/1954
João Fernandes Campos Café Filho	Advogado	1954/1955
Carlos Coimbra da Luz	Advogado	1955
Nereu de Oliveira Ramos	Advogado	1955
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Médico	1956/1961
Jânio da Silva Quadros	Advogado	1961
Paschoal Ranieri Mazzilli	Advogado/Jornalista	1961
João Belchior Marques Goulart	Advogado	1961/1963
Humberto de Alencar Castello Branco	Militar	1964/1967
Arthur da Costa e Silva	Militar	1967/1969
Aurélio Lyra Tavares	Militar	1969
Augusto Rademaker	Militar	1969
Márcio de Souza Mello	Militar	1969
Emílio Garrastazu Médici	Militar	1969/1974
Ernesto Geisel	Militar	1974/1979
João Baptista Figueiredo	Militar	1979/1985
Tancredo Neves	Advogado	-
José Sarney	Advogado/Jornalista/Professor	1985/1990
Fernando Collor	Jornalista	1990/1992
Itamar Franco	Engenheiro	1992/1995
Fernando Henrique Cardoso	Sociólogo	1995/2002
Luiz Inácio Lula da Silva	Metalúrgico	2003/2010
Dilma Vana Rousseff	Economista	2011-

\*Observação: Eleito, proclamado mas não empossado, tendo em vista a eclosão do movimento revolucionário de 24.10.1930, quando a Junta Governativa assume o poder.

Fonte: Câmara Federal



No âmbito do Poder Legislativo, analisando-se o período entre 1959 a 2011, também se verifica uma queda de praticamente metade da participação dos bacharéis em Direito na Câmara dos Deputados, como pode se observar no quadro abaixo, embora continue sendo a formação profissional predominante dos legisladores:

**Tabela 2**

Número de deputados formados em direito por legislatura (1959-2011)

<b>Legislatura</b>	<b>Período</b>	<b>Total de deputados</b>	<b>Deputados formados em direito</b>	<b>Percentual</b>
<b>41º</b>	1950-1963	462	239	51,73
<b>42º</b>	1963-1967	578	282	48,78
<b>43º</b>	1967-1971	487	247	50,71
<b>44º</b>	1971-1975	339	289	82,25
<b>45º</b>	1975-1979	397	237	59,69
<b>46º</b>	1979-1983	484	275	56,81
<b>47º</b>	1983-1987	571	319	55,86
<b>48º</b>	1987-1991	589	257	43,63
<b>49º</b>	1991-1995	620	231	37,25
<b>50º</b>	1995-1999	636	198	31,13
<b>51º</b>	1999-2003	642	191	29,75
<b>52º</b>	2003-2007	629	196	31,16
<b>53º</b>	2007-2011	536	149	27,79
<b>54º</b>	2011-2015	513	78	15,20
<b>55º</b>	2015-2019	513	43	8,38

Fonte: Câmara dos Deputados

O projeto profissional dos bacharéis implementado na Constituição de 1988 visou a ampliação do mercado de atuação a partir da restrição do acesso a determinados cargos a outros profissionais que não o bacharel em Direito, transformando a estrutura burocrática num espaço alternativo de atuação, com maiores possibilidades de absorção desses agentes, uma vez que a expansão do ensino superior brasileiro da década de 1970 (em todas as áreas de formação) intensificou a disputa para a ocupação dos cargos político brasileiro por outros profissionais, o que justificaria todo esse investimento na "profissionalização" do campo do Direito.

Tratando a autoridade da lei como um antídoto para o autoritarismo político, os juristas consagraram-se como o grupo mais apto a ocupar os cargos na estrutura do novo Estado, monopolizando, inclusive, cargos que não eram destinados exclusivamente a bacharéis e se fazendo presente - sob a chancela da lei - nos mais diferentes espaços sociais e níveis hierárquicos. Deixando de ter as disputas político-

eleitorais como alternativa única para ocupações de cargos de poder no Legislativo ou como estratégia de consagração, mas sem abandonar o campo político, os juristas passaram a ocupar também as funções legislativas auxiliares como consultores legislativos, assessores parlamentares e chefes de gabinete, por exemplo.

Essa dedicação à atividade profissional, apesar de reforçar o projeto de profissionalização, aumenta a competição interna do grupo para determinar quais os bens simbólicos seriam passíveis de se tornarem fatores de distinção entre eles. Desta maneira, a tecnização do Direito pela elaboração de discursos permeados de código e símbolos privativos dos agentes deste campo e com caráter excludente, seria parte da estratégia dos juristas para manter o prestígio e poder da profissão dentro do espaço social brasileiro. Fazendo como se a linguagem do Direito fosse natural aos sujeitos "dotados", a elite dos juristas a utiliza como forma de consagrar o privilégio cultural, uma vez que "a linguagem é a parte mais intangível e mais atuante da herança cultural"<sup>157</sup>, distinguindo-os entre si e em relação aos outros.

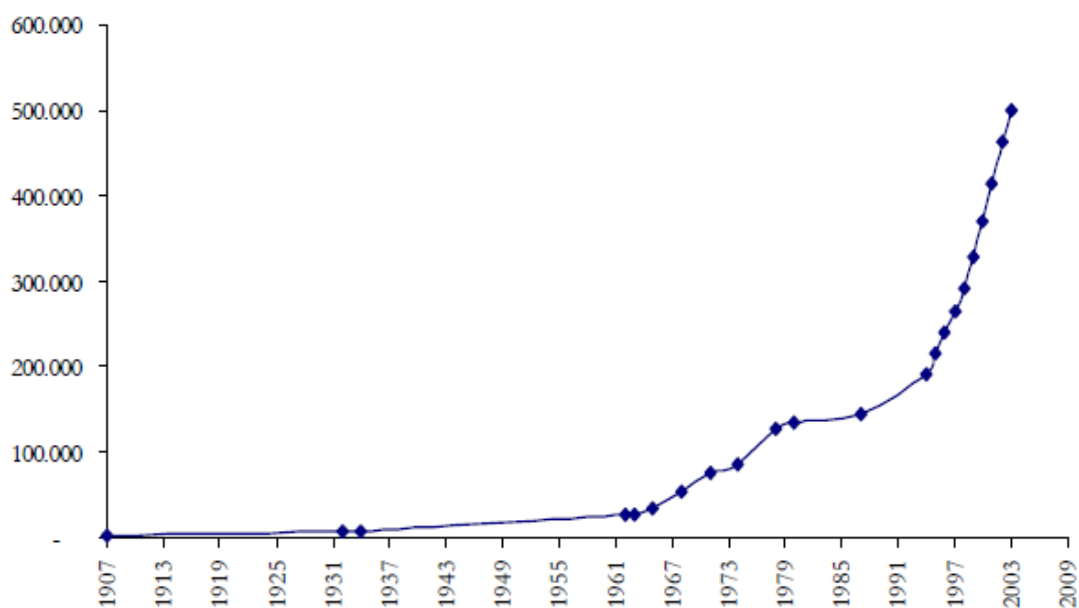
Subjacente a esta linguagem permeada de códigos e símbolos está todo o significado que a elite confere ao saber erudito e à instituição escolar encarregada de perpetuá-lo e transmiti-lo. Cabe à instituição escolar organizar o culto de uma cultura reservada aos membros da classe a qual ela pertence, embora proposta à todos, mantendo-se a hierarquia dos valores intelectuais dentro de um sistema que tem por função conservar os valores que fundamentam a ordem social.<sup>158</sup> Nesta perspectiva, o ensino jurídico se torna um instrumento a serviço do projeto profissional dos juristas, pois o controle do sistema ensino, além do controle do mercado são etapas de sua execução. Diante da ampla participação dos bacharéis nas decisões políticas do novo Estado que se delineava, a profissão volta a se destacar no cenário nacional sendo que, se nas primeiras décadas do século XX o interesse pelo curso de Direito e a formação de profissionais foi relativamente pequeno, no final do século passado e no início do século XXI, o interesse pelo curso e o número de graduados cresceram exponencialmente conforme se pode ver no estudo realizado por Nunes e Carvalho<sup>159</sup>, representado pelo gráfico abaixo:

---

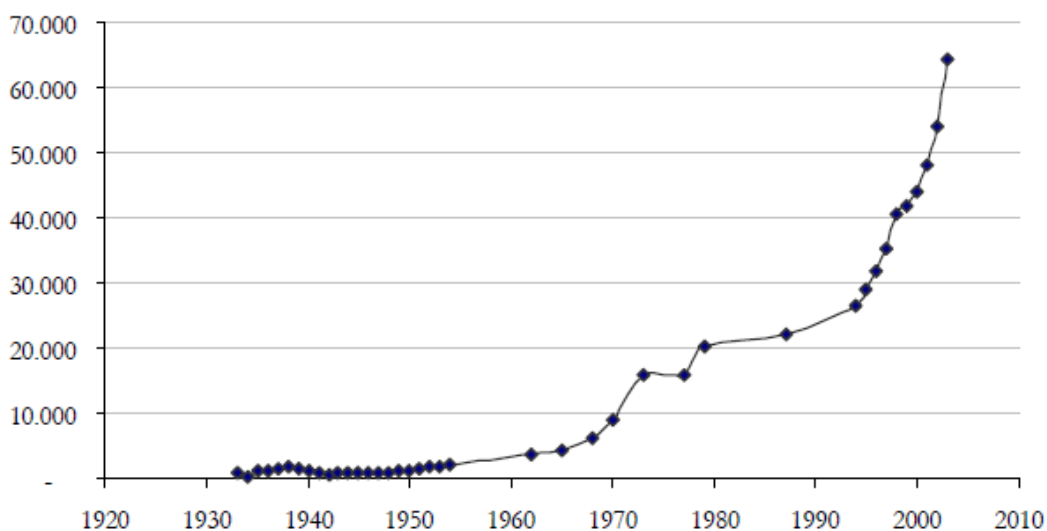
<sup>157</sup> Cf BOURDIEU (2015) , op. cit. p.62

<sup>158</sup> Sobre a escola como instrumento de perpetuação das desigualdades sociais ver BOURDIEU (2015) . In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (org.), op. cit. p. 45-71

<sup>159</sup> Cf. NUNES, Edson; CARVALHO, Márcia. **O Ensino e a profissão jurídica no Brasil: uma visão quantitativa**. Documento de Trabalho Nº43. Observatório Universitário, 2005.

**GRÁFICO 1 - Evolução das Matrículas em Direito no Brasil (1907-2003)**

Fonte: Nunes e Carvalho, 2005, p.45

**GRÁFICO 2 - Evolução dos Concluintes em Direito no Brasil (1933-2003)**

Fonte: Nunes e Carvalho, 2005, p.48

Essa projeção nacional da participação dos bacharéis em Direito ativamente nas tomadas de decisão política poderia explicar o interesse pela formação profissional em alguma medida, haja vista que não tenha havido mudanças substanciais no sentido de fazer crescer a demanda pelos serviços dos juristas de maneira proporcional ao crescimento da oferta desses profissionais no mercado.

Por este motivo, na década de 1990, a OAB passou a controlar com mais rigor a entrada na advocacia profissional exigindo a habilitação num exame de proficiência elaborado pela própria instituição para conferir ao bacharel em Direito a condição de advogado profissional. Em 1996, houve a previsão do controle do credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas através do Exame Nacional de Cursos, realizado obrigatoriamente e cujo resultado autorizaria o credenciamento e fechamento de instituições com baixo índice de rendimento. Por conta do aumento significativo da oferta de vagas para o curso de Direito neste período, a OAB se manifestou publicamente sobre a necessidade de aumentar o rigor no controle de autorizações para a abertura de novas faculdades ou para ampliação de vagas e reivindicou maior poder de interferência nesse controle da expansão das IES e na qualidade do ensino<sup>160</sup>.

A exigência da seleção dos bacharéis para inscreverem-se na OAB passou a constar na Lei Federal Nº 8.906 de 4 de julho de 1994, que instituiu o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, diferenciando do regime instituído pelas versões legais anteriores, nas quais a seleção era utilizada subsidiariamente como elemento de controle de entrada no espaço profissional, somente para os que não cumprissem outros requisitos como a comprovação de treinamento e prática profissional. O estatuto também faz a previsão da participação da OAB no reconhecimento de cursos jurídicos das instituições de ensino superior (IES). Assim, embora alto o número de concluintes em Direito o Exame da Ordem reprovaria em média 70% dos candidatos a profissão de advogado, conforme estudo realizado por Nunes e Carvalho<sup>161</sup>, no ano de 2005:

---

<sup>160</sup> Em 2002, o presidente da OAB Rubens Aprobato Machado se manifestou em nota oficial sobre o tema: *"Em face da repercussão da notícia de um candidato não alfabetizado ser aprovado em vestibular para curso de Direito em instituição de ensino sediada no Rio de Janeiro, o CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reitera a sua preocupação não apenas com a qualidade do ensino, como também com a quantidade dos cursos jurídicos no Brasil, que chegou a uma situação de descontrole. Nesse sentido, exorta publicamente o Ministério da Educação a suspender de imediato os processos de autorização para funcionamento de novos cursos jurídicos pelo prazo, no mínimo, de um ano. (...)Ao fazer essa advertência, a OAB age de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 8.906/94 (art. 54, XV), segundo a qual compete ao Conselho Federal, por intermédio de sua Comissão de Ensino Jurídico, "colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos e opinar previamente nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para a criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos". Infelizmente - e necessário se faz que toda a sociedade tome conhecimento - o parecer da OAB, produzido com critério e rigor, não tem poder impeditivo, prevalecendo a autorização das autoridades de ensino. O resultado, como se pode ver, em nada dignifica a tradição dos cursos jurídicos no Brasil. Constitui, em última palavra, um vexame."*Cf. SANTOS, André Felipe Reid dos, op. cit, p.93

<sup>161</sup> Cf. Nunes e Carvalho(2015), op. cit. p.15

**Tabela 3**

Nº de candidatos inscritos e aprovados na 2ª fase do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, por seccional - 2005.1

Seccionais disponíveis em 24/05/2005	Exame de Ordem 2005.1			
	Candidatos Inscritos	Candidatos Aprovados 2ª fase	Índice de aprovação	Índice de reprovação
Pará	663	119	18,01%	81,99%
Tocantins	297	112	37,71%	62,29%
Minas Gerais	3.952	1.480	37,45%	62,55%
Espírito Santo	1.327	588	44,31%	55,69%
São Paulo(1ªfase)	20.000	2.440	12,20%	87,80%
Mato Grosso	944	165	17,48%	82,52%
Goiás	1.087	313	28,79%	71,21%
Distrito Federal	1.184	334	28,18%	71,82%

Fonte: OAB. Consulta ao site Federal, Notícias. Pesquisa em 24/05/2005

As várias investidas da OAB no sentido de controlar a criação de cursos e limitar o contingente de diplomados a disputar espaço no campo jurídico levou a edição, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Portaria 147 de 2 de fevereiro de 2007 que autorizava a OAB e o Conselho de Medicina a controlar a abertura de novas IES com base no critério de "relevância social", tendo os pareceres destes órgãos efeito vinculativo. Como dito, a inflação de diplomas gera o aumento do contingente de indivíduos interessados em ascender socialmente em seu espaço profissional, o que se torna objeto permanente de disputas nas quais os agentes envolvidos precisam elaborar constantemente estratégias de reconversão de seus capitais simbólicos que mantenham a sua posição dominante ou sirva para alcançar outras posições sociais de prestígio. Assim, a expansão dos espaços de poder que podem ser ocupados pelos bacharéis após 1988 dentro da estrutura burocrática trouxe consigo o acirramento dos conflitos e das competições inter e intraprofissionais dentro do campo jurídico, especialmente porque essa expansão não ocorreu de maneira homogênea nem em todo país, nem em todas as carreiras jurídicas.

Na década seguinte, entre 2010 e 2014, segundo estatísticas da Fundação

Getúlio Vargas<sup>162</sup> (que assumiu a organização do Exame de Ordem neste período), o rígido controle da OAB resultou numa média nacional de aprovação de novos advogados de apenas 17,5% dos bacharéis inscritos. Sem habilitação para atuar na advocacia e em muitas carreiras jurídicas que exige a comprovação da experiência como advogado ou inscrição na OAB (como a Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradorias em todos os níveis), esse contingente de bacharéis espalhou-se em diversas outras ocupações não jurídicas com índice de ocupação maior que 50%:

**Tabela 4**

Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e área de ocupação (jurídica ou não), por Região - Brasil - 2000<sup>163</sup>

Regiões	Bacharéis em Direito			
	Total	Trabalhavam na semana de referência <sup>1</sup> ?		
		Sim, trabalhava		Não trabalhavam
		Área Jurídica <sup>2</sup>	Outras Áreas	
<b>Brasil</b>	<b>665.409</b>	<b>255.770</b>	<b>243.062</b>	<b>166.577</b>
	100,0%	38,4%	36,5%	25,0%
<b>Norte</b>	<b>17.242</b>	<b>8.022</b>	<b>5.398</b>	<b>3.822</b>
	100,0%	46,5%	31,3%	22,2%
<b>Nordeste</b>	<b>79.389</b>	<b>33.498</b>	<b>26.413</b>	<b>19.478</b>
	100,0%	42,2%	33,3%	24,5%
<b>Sudeste</b>	<b>418.008</b>	<b>152.586</b>	<b>156.457</b>	<b>108.965</b>
	100,0%	36,5%	37,4%	26,1%
<b>Sul</b>	<b>96.321</b>	<b>42.630</b>	<b>33.496</b>	<b>20.195</b>
	100,0%	44,3%	34,8%	21,0%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>54.449</b>	<b>19.034</b>	<b>21.298</b>	<b>14.117</b>
	100,0%	35,0%	39,1%	25,9%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Notas: <sup>1</sup> Semana de referência do Censo: 23 a 29 de julho de 2000.

<sup>2</sup> Classificação Brasileira de Ocupações, utilizada pelo IBGE. Área Jurídica são os que trabalham como advogados autônomos ou de empresas, advogados do judiciário e da segurança pública, tais como juizes, desembargadores, promotores e delegados de polícia.

<sup>162</sup> Ver FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Exame de Ordem em Números**. Vol. II. Rio de Janeiro: FGV Projetos. 2014

<sup>163</sup> Cf. Nunes e Carvalho (2005), p.06.

**Tabela 5**

Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e área de ocupação (jurídica ou não), por Região - Brasil - 2000<sup>164</sup>

Ocupações	Bacharéis em Direito que trabalham em área não jurídica	
	Total	%
Serventuários da justiça e afins	39.386	16,2%
Gerentes de produção e operações	21.770	9,0%
Escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	14.271	5,9%
Dirigentes de empresas - empregadores com mais de 5 empregados	11.041	4,5%
Gerentes de áreas de apoio	10.645	4,4%
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.964	3,7%
Contadores e auditores	7.222	3,0%
Inspetores de polícia e detetives	6.732	2,8%
Representantes comerciais e técnicos de vendas	5.664	2,3%
Secretários de expediente e estenógrafos	5.401	2,2%
Escriturários de finanças	4.223	1,7%
Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	4.087	1,7%
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	4.046	1,7%
Policiais e guardas de trânsito	3.812	1,6%
Professores de disciplinas da educação geral	3.770	1,6%
Outras	92.029	37,9%
<b>Total</b>	<b>243.062</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Apesar de todas as tentativas de controle, cresce exponencialmente o número de bacharéis e de advogados no Brasil a partir do século XXI, o que pode ser considerado um novo bacharelismo só que com matizes diferentes daquele surgido no século XIX, pois, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas<sup>165</sup>,

Além da expansão da oferta, houve também alterações significativas no perfil socioeconômico do estudante universitário brasileiro, sobretudo nos estratos sociais mais pobres. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a proporção dos estudantes do ensino superior que estavam na primeira metade da distribuição de renda (isto é, os 50% mais pobres) passou de 6% para 19% entre 2001 e 2011.

(...)

Esses avanços no campo educacional se traduzem na melhoria geral das condições de vida da população brasileira. Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013),<sup>13</sup> entre 1991 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil elevou-se em 47,5%, passando de 0,493 para 0,727. Parte significativa desse desempenho se deveu à contribuição do componente “Educação” do IDH-M14 e ao aumento do fluxo escolar de crianças e jovens, cujo subíndice apresentou uma evolução de 128,3% no período avaliado. Outro fator crucial para explicar o maior acesso à educação superior envolveu o conjunto de políticas públicas e programas governamentais direcionados à sua universalização, com destaque para a oferta de crédito estudantil (subsidiado) e a concessão de bolsas de estudos. Destacam-se nesse âmbito: o Fundo de Financiamento ao

<sup>164</sup> Cf. Nunes e Carvalho (2005), p.13

<sup>165</sup> Cf. Fundação Getúlio Vargas (2014), p.23-24

Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Considerando-se apenas o Fies e o ProUni, o número de beneficiários em cursos de graduação era de aproximadamente 1,7 milhão de estudantes em 2013.

Contudo, embora possamos reconhecer a entrada de agentes de estratos sociais mais pobres no campo jurídico, diferente de outros períodos históricos, pesquisas como as de Almeida<sup>166</sup> indicam que a ocupação dos cargos mais importantes das carreiras jurídicas continuam sendo tributárias dos capitais adquiridos nas faculdades de elite.

Assim, os dados apresentados ao longo desta tese permitem afirmar a importância de certos capitais simbólicos e da combinação deles, para o posicionamento de agentes do campo jurídico no círculo de suas elites. Mais especificamente, parece-me que membros de diferentes grupos de elites da administração da justiça compartilham certos capitais simbólicos comuns, o que explica seu inter-reconhecimento e a legitimidade, perante seus pares, de suas posições de poder.

O mais evidente desses capitais parece ser o capital simbólico originário do título de formação superior, do diploma de uma faculdade de direito de elite. A análise de currículos e biografias de membros de diferentes grupos e hierarquias das elites jurídicas, feita no Capítulo 3, permitiu identificar um campo de instituições de ensino superior de elite – as fundadas no Império, as primeiras escolas livres da República e as confessionais católicas, seguidas de poucos cursos privados laicos surgidos antes da massificação do ensino jurídico da década de 1990 –, cujo diploma confere a seus egressos um acesso privilegiado ao campo político da justiça. Isso não quer dizer que todos os seus egressos estejam destinados à liderança da administração da justiça estatal e que não venham, por ventura, a ocuparem posições inferiores no campo, lado a lado com egressos de faculdades de menor prestígio. [...] todos os capitais simbólicos identificados e analisados nesta tese, o capital conferido pelo diploma de uma faculdade de direito de elite é aquele mais amplamente compartilhado pelas elites jurídicas – sejam elas lideranças institucionais ou corporativas, especialistas ou ministros da Justiça, estejam elas posicionadas nas instâncias de alcance nacional ou em posições dominantes apenas de sistemas de justiça locais.

Além disso, as definições das atribuições profissionais dos juristas e os poderes que foram conferidos pela Constituição como prerrogativas necessárias para tornar o campo jurídico independente do campo político tomou sentido inverso ao "politizar" o Poder Judiciário, quando remete para os tribunais superiores disputas regionais entre representantes dos poderes Executivo e Legislativo, transferindo o que se poderia estabelecer como um problema tradicional da arena política para a esfera de

---

<sup>166</sup> Cf. ALMEIDA (2010), p.290-291



interpretação jurídica.

A "transferência" da competência de solucionar questões políticas para os tribunais implica numa imbricação maior entre as esferas "política" e "jurídica" do poder de Estado, no sentido das relações estabelecidas entre os juristas que se movem entre as esferas de ambos os poderes para comporem os mais altos cargos da estrutura burocrática, uma vez que, na organização interna do judiciário, a composição dos tribunais superiores é feita por indicações políticas. Essa maior legitimação do Judiciário e das instituições jurídicas é resultado tanto da descrença nos canais tradicionais de mediação política<sup>167</sup> (em virtude dos fatos ocorridos após o Golpe Militar de 1964) quanto do eficiente trabalho de construção, pela OAB, da imagem profissional dos advogados como "defensores da ordem jurídica e das instituições democráticas" - imagem esta condensada constitucionalmente em 1988.

A institucionalização das carreiras jurídicas com a concessão de prerrogativas e privilégios constitucionais de certa forma autonomizou a esfera jurídica do "mundo da política", gerando a possibilidade de enfrentamento dos outros poderes do Estado, especialmente como estratégia de consagração ou como moeda de troca simbólica, utilizada pelos novos agentes recrutados e que não possuem os capitais específicos necessários para jogar o jogo do poder dentro do seu espaço social.

Nesses enfrentamentos com outros poderes, o recurso da "constitucionalização" das garantias e privilégios possibilita aos juristas atuarem em nome "da moralidade pública", a agirem "em nome da sociedade", a classificarem práticas como "moralmente condenáveis", a definirem o "papel político" das instituições jurídicas, bem como o espaço onde os juristas poderão "fazer política" de forma legítima. Isso ocorre porque o direito constitucional é utilizado nas lutas políticas como recurso mobilizável que tem o poder de constranger a ação dos agentes políticos e de possibilitar a utilização da regra de direito de forma a fazer "desconhecer o arbitrário da negociação que ele descreve" ou de fazer "reconhecer como natural a realidade que ele constrói".<sup>168</sup>

A Constituição deve ser entendida menos como um dado definido, presente na linha de um texto, e mais, como uma construção que tem a marca de sua gênese e de seus usos que deve ser pensado não como repertório *apriori* e limitativo de ações para os titulares dos papéis institucionais definidos e sim, como um conjunto de usos menos diferentes do uso de outras formas de

<sup>167</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e luta pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.59-61

<sup>168</sup> Cf. LACROIX, B. **Ordre politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique**. In: GRAWIZ, M et LEGA, J. (dir). *Traité de Science Politique*, vol.1. La science politique, science social, l'ordre politique. Paris:PUF, 1985 *apud* ENGELMANN, Fabiano (2004), op. cit., p.60

### 1.3. OS BACHARÉIS, O PODER E A POLÍTICA:

Este capítulo permitiu evidenciar a relação simbiótica estabelecida pelos bacharéis com o poder político durante todo o processo de construção do Estado nacional brasileiro e de formação das carreiras jurídicas profissionais. Pode-se perceber que as transformações que os afetaram, em diferentes períodos da história do Brasil, estão relacionadas à intensidade da participação da elite desses bacharéis no poder político do Estado, seja no exercício direto das funções políticas seja, ainda, mantendo uma posição de influência direta nas decisões políticas. As relações dos juristas com o universo da política, exercendo cargos políticos, assessorando governos ou inseridos na burocracia do Estado, se mostraram determinantes na construção da imagem do advogado e na definição de seu papel político perante a sociedade o que, de certa maneira, valida a própria participação desta profissão nas atividades políticas.

A presença constante e a circulação de juristas pelos cargos de poder e prestígio da burocracia pública, para os quais eram treinados, serviram para permear a atividade jurídica com características próprias do espaço político e para desenvolvê-la associada às dependências estabelecidas com o poder central. Nesse contexto, os investimentos em carreiras exitosas tinham em vista a importância da habilidade dos seus agentes em relacionarem-se com o poder político do Estado, o que distinguiria a sua elite dos “outros”.

Por outro lado, a intensa competição com outras profissões, especialmente em decorrência da expansão do ensino superior e da produção de diplomados de outras áreas aptos a assumirem a gestão estatal, levou os bacharéis a alterar as suas estratégias de consolidação profissional, fazendo surgir na estrutura do Estado, gradualmente, espaços de atuação monopolizados pelos juristas, para os quais se exigia apenas a formação em Direito como o conhecimento técnico necessário, o que os colocava novamente em posição de vantagem no jogo do poder. Nesse sentido, a atividade profissional dos bacharéis se constrói como um espaço paralelo de poder dentro da burocracia estatal tomando em relação o espaço da política e demais espaços profissionais.

---

<sup>169</sup> Cf. *idem*, p.18

Além da concorrência burocrática, o recrudescimento da participação direta da elite dos bacharéis nos cargos político-eletivos fez surgir a atividade do assessor jurídico para assuntos políticos como uma possibilidade para os advogados manterem sua influência nas decisões administrativas sem necessariamente entrar na disputa dos cargos eletivos. Contudo, é o próprio fundamento desta função pública do advogado que contribui para que ela permaneça fortemente marcada por estas relações simbióticas com o poder político durante todo o processo de profissionalização.

Entretanto, passadas as primeiras décadas da nova Constituição sem alterações substanciais no espaço dos advogados, a partir do ano 2000 se inicia um forte movimento de negação por parte dos bacharéis integrantes das carreiras jurídicas de Estado das relações mantidas com o poder político, como forma de legitimar uma posição de "isenção" desses profissionais na interpretação da lei para constituição da "ordem" do Estado e é a partir disto que se constrói o novo discurso da "profissionalização" das carreiras monopolizadas pelos bacharéis, como veremos.

Por fim, tem-se que são as condições sociais e históricas de produção do espaço profissional dos advogados, e a forma como ele se estrutura e reestrutura em períodos de mudanças no quadro político brasileiro, que permitem um acúmulo de relações sociais possíveis de serem mobilizadas tanto no redirecionamento da carreira quanto formação de sua elite e na ampliação do espaço de poder dentro da esfera estatal.

## CAPÍTULO 2: OS BACHARÉIS NA HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA SERGIPANA



Sergipe precisa ser libertado do chicote da Casa-Grande, da bota da reação. Enquanto tivermos no Governo homens nascidos e criados à sombra da tirania secular dos engenhos – homens que confundem o Estado com suas miseráveis senzalas; homens orgulhosos de uma nobreza corrompida e degenerada; homens medíocres, mesquinhos e analfabetos – seremos um Estado infeliz, um povo sacrificado, uma infeliz suserania de nobres sem sangue e sem letras, porém com bastante frieza e maldade para matar, à míngua, uma população trabalhadora, que luta e sofre para sobreviver (José Antonio Nunes de Mendonça)<sup>170</sup>

As elites jurídicas e políticas brasileiras constituíram um padrão de apropriação e uso das instituições relacionado a uma tradição de manutenção e reprodução de hierarquias sociais. Essa apropriação e uso institucionais envolvem definições das concepções legítimas do "papel do Estado" e as técnicas e saberes

<sup>170</sup> Deputado Estadual do PTB, no Diário Oficial do Estado de 15-10-1952. In: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 1º Volume. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986. P.73

específicos de operação da burocracia pública<sup>171</sup>, na qual se inserem os juristas como responsáveis pela conservação da ordem social e política.

Embora a relação do jurista com a "conservação da ordem" se constitua um padrão em diversas dinâmicas, as bases sociais desta relação divergem. No caso do Estado de Sergipe, a formação e reprodução da vida social e política está relacionada às reconversões de grupos familiares que se mantêm ocupando posições de poder e prestígio nos espaços político e jurídico nos quais estão inseridos os bacharéis, oriundos dessa elite e presentes no contexto social e político desde os tempos de província.

Ainda que esse modelo de formação da elite dos bacharéis esteja estreitamente vinculado ao que se deu no Brasil no período colonial e imperial e por mais que as decisões políticas, econômico-sociais e culturais de âmbito nacional sejam condicionadas pelo governo central, sempre sofrem reinterpretações no âmbito local, tornando cada caso uma vivência específica<sup>172</sup>, daí a importância do estudo do "bacharelismo" no Estado de Sergipe a fim de delinear como os advogados sergipanos que ocupavam os cargos públicos de poder e prestígio foram se adaptando aos diversos momentos institucionais e plasmando a identidade de sua elite.

Na história política do Estado, em linhas gerais, há uma forte presença dos bacharéis, o que causa uma indiferenciação do espaço jurídico em relação ao mundo da política. A ocupação dos cargos públicos de destaque sempre envolveu a mobilização de redes de relações sociais e de capital de notoriedade, ambas plasmadas nos espaços sociais de grupos familiares destacados na historiografia local.

O capítulo se propõe a analisar histórica e sociologicamente a formação da elite dos juristas sergipanos, o poder de seus capitais e das estruturas que permitem a produção, a reprodução, a circulação e o exercício do poder desse grupo, acumulado nas trajetórias individuais e nas estruturas que tornaram as trajetórias possíveis. A análise permite identificar as estruturas de capitais simbólicos produzidos e acumulados ao longo do processo de diferenciação do seu espaço social e que permitem aos seus portadores ascender às posições de destaque na hierarquia dos espaços jurídico e político sergipano, distinguindo-os dos demais agentes do grupo e fazendo-os gravitar em torno do aparato burocrático do Estado ao disputar o seu controle.

O fato de eleger o espaço político como objeto de análise significa considerá-lo como um *locus* privilegiado onde se refletem as manifestações dos

---

<sup>171</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.73-74

<sup>172</sup> Cf. DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República(1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.11.

diversos grupos sociais e em especial a elite jurídica. Nesse sentido, a estratégia de estudo visa contemplar tanto o espaço político quanto o espaço jurídico, analisando-os através dos pontos de interseção, quais sejam, das relações do aparato burocrático do Estado com as diferentes elites que o compõem.

## 2.1. DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY AO ESTADO REPUBLICANO: A POLÍTICA E O ESPAÇO SOCIAL DOS BACHARÉIS

### 2.1.1. Sergipe Provincial: o bacharelismo e as "grandes famílias"

Os nossos barões, comendadores, agrônomos, bacharéis educados quase todos na Europa, tiveram grande preponderância nas transformações de ordem econômica e social da Província, no prestígio decorrente dos novos hábitos adquiridos e na influência local pela introdução de novos melhoramentos agrícolas e industriais nas suas propriedades. (*Orlando Dantas*<sup>173</sup>)

A vida econômica de Sergipe data do início da colonização, no Governo de Tomé da Rocha Malheiro (1500-1595), pertencendo à capitania da Bahia, e produzindo cana e açúcar. O primeiro senhor de engenho de Sergipe foi o bacharel Baltasar Ferraz. Toda a produção de açúcar era computada em conjunto com a da Bahia e havia, por aqui, apenas a “atrasada vida colonial”.<sup>174</sup>

O início da vida política sergipana oficial data dos idos de 1823, quando a elite dos sergipanos se movimentou para ter representação na Assembleia Geral e Constituinte do Império, após D. Pedro I confirmar, em 5 de dezembro de 1822, a autonomia da Província concedida por D. João VI em 8 de julho de 1820<sup>175</sup>. A Bahia não aceitou a independência e resistiu ajudada por fortes aliados, senhores de engenho que dependiam das compras e dos créditos dos comerciantes portugueses de Salvador. Houve um enfrentamento dos representantes do governo imperial com os proprietários

<sup>173</sup> In: NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820/1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. p.53

<sup>174</sup> Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 1º Volume. Sociedade Editorial de Aracaju: Sergipe, 1986, p.73/74.

<sup>175</sup> Para maiores informações sobre a história de Sergipe à época da independência ver NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820/1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000 e NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

rurais que desejavam manter seus poderes individuais locais, que seria mitigado com a presença de um governo local, e apenas de 24 de outubro de 1824 se tornou definitivamente uma província.<sup>176</sup>

A elite aristocrática sergipana - composta pelos senhores de engenhos de açúcar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maruim, Laranjeiras, Japaratuba e Riachuelo, as mais eminentes figuras da política sergipana - reunia-se na próspera povoação de Laranjeiras para deliberar sobre seu programa político em face dos administradores, delegados do governo geral. Os proprietários de terra eram os donos do poder político local e em seus domínios não havia restrição qualquer a sua autoridade. Eles assumiam o posto de comando das Ordenanças nos seus Municípios, eleitos pela Câmara local para compor uma lista de três nomes entre os possuidores de "bens abundantes e super-abundantes", da qual saía um a ser escolhido pelo Presidente da Província.<sup>177</sup>

A educação era bastante restrita, limitando-se a algumas aulas de Latim e outras poucas escolas de ler e escrever espalhadas em algumas vilas. Não contava com classe média definida e nem senhores de terra intelectualizados.

Entre 1840 e 1889 (período que vai da Maioridade de Pedro II até a proclamação da República), a vida sergipana foi marcada por visíveis transformações sócio-econômicas. A abolição dos escravos causou o aumento do trabalho livre, houve ainda o desenvolvimento da industrialização, dos meios de transporte, do comércio e do sistema bancário que alteraram o panorama agrário da província ao promover o crescimento da vida urbana e do *status* médio da população, impulsionado pelo progresso da educação. Ao final do período a população de Sergipe havia praticamente duplicado, crescido o número de engenhos e já havia em funcionamento a primeira indústria têxtil.<sup>178</sup>

A vida educacional sergipana que era limitada à alfabetização e ao estudo do Latim, a partir da década de 1830 adaptou-se às exigências das Faculdades do Império para o ingresso de alunos e inseriu em sua grade aulas de Francês, Filosofia, Retórica e Geometria a fim de preparar os seus candidatos. Em 1837, formaram-se os primeiros bacharéis sergipanos na Faculdade de Direito de Olinda, aumentando o seu número se

<sup>176</sup> Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo (1986), op. cit, p.74/75

<sup>177</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis (1978), op. cit., p.28-29

<sup>178</sup> Para mais informações sobre a história de Sergipe no período ver NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II: (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

somados com os formados pela Faculdade de São Paulo e de Coimbra<sup>179</sup>. Nesta época, também, amplia-se o número de médicos e militares sergipanos, o que segue uma tendência nacional. O crescimento da população e da vida urbana firma o *status* médio da sociedade que transforma a educação num novo instrumento de ascensão social, crescendo o número de jovens - em sua maior parte, filhos dos senhores de engenho - em busca de formação superior.

Por conta da economia provincial ser baseada na lógica dos grandes latifúndios monocultores, desde a época colonial se reproduzia o poder econômico e político de “grandes famílias”. A aristocracia sergipana é identificada aos senhores de engenho que exerciam um poder particular na província. Os postos principais da Guarda Nacional (uma corporação paramilitar instituída ainda na época do governo regencial), à medida que se consolidava a centralização política do Segundo Império, deveriam ser ocupados por chefes municipais importantes, sempre um poderoso aristocrata, que assumia o posto de "Coronel", cujo prestígio do cargo passou a ser utilizado pelo governo imperial como forma de controlar as oligarquias locais. O poder do posto servia aos interesses locais de seu detentor, mas ele estava subordinado ao comando central.

A essa tentativa de controle do poder dos potentados provinciais foi oposta a política de concessão de títulos nobiliárquicos e condecorações, a fim de equilibrar a disputa de poder entre famílias, apelando para a vaidade pessoal dos patriarcas. Em Sergipe, a partir de 1848, as grandes famílias de senhores de engenho foram condecoradas com o baronato e reproduziram por muito tempo a mesma estrutura de poder, saindo delas os bacharéis que se destacaram na atuação política da época

---

<sup>179</sup> Em 1837, formaram-se bacharéis em Olinda os sergipanos Bernardo Machado da Costa Dória e Tobias Barbosa Ferreira da Silva. Em 1839, Martinho de Freitas Garcez e Alexandre Pinto Lobão. Em 1848, Antonio Manuel de Matos Freire, Antonio Nobre de Almeida Castro e Francisco Rabelo Leite. Em 1850, Gonçalo Vieira de Carvalho e Melo. Em 1851, Leandro Ribeiro de Siqueira e Sobral, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e Manuel Raimundo Teles de Menezes. Em 1850, formava-se bacharel pela Faculdade de São Paulo Francisco Antonio de Oliveira Ribeiro. Cf. NUNES, Maria Thetis (2000). op. cit, p.275



## Quadro 2

Lista de barões pertencentes às “grandes famílias” sergipanas

<b>Título</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Ano</b>
Barão de Maruim	João Gomes de Melo	1848
Barão de Cotinguiba	Bento de Melo Pereira	1849
Barão de Itaporanga	Cel. Domingos Dias Coelho e Melo	1860
Barão de Propriá	Cel. José da Trindade Prado	1860
Barão de Japarutuba	Gonçalo de Faro Rollemberg	1860
Barão de Aracaju	José Inácio Accioli do Prado	1872
Barão de Laranjeiras	Felisberto de Oliveira Freire	1872
Barão de Itabaiana	Leopoldo de Araújo Nabuco	1872

Fonte: Livro Sergipe Provincial II

Com o incremento da escolarização da elite, novas estruturas de poder se erguiam a partir do novo recurso escolar que se somava ao recurso econômico, pois os filhos dos senhores de engenho que se formavam nas faculdades estrangeiras ou do Império acumulando capital cultural, ao retornarem à Província somavam-no ao capital econômico de suas famílias para reconvertê-los em recursos políticos eficazes, ocupando os principais cargos públicos burocráticos e políticos.

Há um destaque para a formação de bacharel, profissão que credenciava o agente para a ocupação de cargos públicos de poder. Enviados por pais ou parentes abastados, muitos sergipanos formaram-se nas escolas superiores da Europa e nas faculdades de Direito de Olinda e São Paulo e, a partir de 1840, bacharéis e médicos começam a integrar a Assembleia Legislativa Provincial - antes praticamente monopolizada pelos barões dos engenhos - sendo que mais de 50% de suas vagas passaram a ser ocupadas pelos bacharéis em direito.<sup>180</sup> Sergipe contava com 217 empregados públicos destacando-se dentre eles os bacharéis que ocupavam os postos de Juízes de Direito, Promotores e Juízes Municipais Letrados. Esses cargos públicos também podem ser considerados como ocupações "políticas" à medida que a nomeação era feita pelo presidente da província ou pelo imperador, demandando inserção e rede de relações sociais e políticas para seu preenchimento.<sup>181</sup>

Acompanhando o movimento nacional, durante o período imperial houve um aumento da participação dos bacharéis na vida política da província, decrescendo esse número à medida que se aproximava o golpe republicano, quando aumenta o poder e prestígio dos militares. Na Assembleia Legislativa Provincial aumentava a presença de

<sup>180</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis. (2006), op. cit., p.50-51.

<sup>181</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela redefinição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.79/80.

bacharéis egressos das Faculdades de Direito do Recife e São Paulo - na legislatura 1852/1853 eram quinze bacharéis entre os vinte deputados em 1872/1873 eram dezenove dos vinte e quatro componentes; a partir da legislatura 1878/1879 retorna o predomínio dos coronéis, sendo catorze presentes na última legislatura do Império.<sup>182</sup>

Embora de acordo com a Carta Constitucional de 1824 os Juizes de Direito fossem nomeados pelo Imperador com garantias de inamovabilidade e perpetuidade no cargo, tal fato não evitava o envolvimento dos bacharéis ocupantes dos cargos com a política local, havendo bastante influência dos coronéis das grandes famílias na administração da justiça da província.

No que se refere à política local, o primeiro partido político foi fundado na época regencial, constituindo-se um aglomerado de famílias de importantes proprietários rurais, dentre os quais se destaca Sebastião Gaspar de Almeida Boto que figura nessa esfera de atuação por cerca de quarenta anos, desempenhando elevados cargos públicos e políticos, assumindo a presidência da província interinamente em quatro mandatos e sendo nomeado Presidente diretamente em 1841.<sup>183</sup> Reuniam-se os políticos locais em torno de uma só agremiação política, união que durou somente até a eleição para a Assembleia Geral do Império em 1836, quando houve a divisão de interesses liderando Sebastião Boto o partido situacionista denominado "legal" (rapina) e surgindo o "liberal" (camundongo), que venceria aquelas eleições, cujo resultado foi violentamente revertido com a cooperação do então Presidente da Província. A esta escandalosa eleição posteriormente anulada pelo Ministro da Justiça Imperial, seguiu-se a Revolução de Santo Amaro que marca a cisão da elite política sergipana em dois partidos que seguiram disputando o poder político no Estado.

Dividida a província em dois acampamentos de famílias beligerantes entre si, que não respeitavam a neutralidade, nem admitiam questões estranhas aos seus interesses, ninguém pode escapar à necessidade de aquartelar-se em um ou outro acampamento.<sup>184</sup>

Nas eleições de 1852, desaparecem os partidos tradicionais, sendo substituídos pelo *liberal* que seria o antigo *rapina* liderado por Almeida Boto e o

<sup>182</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis (2006). op. cit., p. 83.

<sup>183</sup> Cf. GUARANÁ, Manoel A. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro:(s.n., 1925. Disponível em [http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/includes/serysite/242/Dicionário\\_Armando\\_Guaraná\\_set2.007.pdf](http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/includes/serysite/242/Dicionário_Armando_Guaraná_set2.007.pdf) >. Acesso em: 11 out.2014

<sup>184</sup> Reportagem do Correio Mercantil de 11 de novembro de 1855, in: NUNES, Maria Thetis (2006). op. cit., p.88

*conservador* constituído da união do antigo *camundongo* com o Barão de Maruim e seus liderados. O Governo Imperial apoiava e recomendava ao Presidente da Província a eleição do Barão de Maruim para a Câmara de Deputados, sendo vencedores os candidatos do Governo. Contudo, como Almeida Boto tinha a maioria da Câmara Provincial por ter elegido 17 jovens bacharéis recém formados (dos vinte membros totais) iniciou uma política de oposição ao perceber a perda do prestígio junto ao Governo Imperial e, mesmo afastado dos cargos públicos, influenciou a política sergipana até a sua morte em 1884, elegendo parentes para cargos de destaque.<sup>185</sup>

A partir do final da década de 1860, o desenvolvimento econômico trazido pela expansão da indústria açucareira e pela exportação de algodão promoveu o crescimento urbano e uma maior escolarização da elite o que promoveu a substituição dos políticos indicados pelo poder central pela elite letrada local, especialmente médicos e bacharéis formados nas faculdades imperiais. Neste período representaram a Província os advogados e juristas Dr. João José do Monte, Graciliano Aristides Prado Pimentel, Sancho de Barros Pimentel, Geminiano Brasil de Oliveira Góis. Como deputados por Sergipe na 20ª legislatura encerrada com a República estavam os juristas Dr. Francisco Freire, Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro e Dr. José Luiz Coelho e Campos, todos financiados e apoiados pelos senhores de engenho. O primeiro senador por Sergipe foi também um bacharel, o desembargador José Teixeira da Matta Bacelar.<sup>186</sup>

A partir de 1870, com o final da Guerra do Paraguai, a conjuntura da Província tornava-se animadora com a valorização do açúcar nos mercados internacionais e com o interesse dos Estados Unidos no nosso algodão, cuja produção atingiu o auge. Nesta época houve uma preocupação dos Presidentes da Província com os problemas educacionais e iniciou-se um período de muitas reformas, sendo a primeira delas a criação do Atheneu Sergipense como estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias. Cresce o número de colégios particulares visando oferecer melhor ensino que os colégios públicos a fim de acelerar o preparo dos filhos das grandes famílias no ingresso nas Faculdades Imperiais.

Em 1873, o ensino secundarista do Atheneu Sergipense foi direcionado para a preparação dos jovens pertencentes a oligarquia rural sergipana para os exames

---

<sup>185</sup> Sebastião Boto reconverteu recursos econômicos, herança familiar e sua atuação militar para ascender a altos cargos administrativos e eletivos em Sergipe. Embora Sebastião Boto tenha utilizado diferentes recursos para manutenção do poder e do "nome" da família na província sergipana, o poder da família não ultrapassou o período imperial pela falta de investimento em novos recursos que foram se tornando importante no período republicano como a escolarização e a profissionalização. Para mais informações ver SANTOS, David W.S. e LEANDRO, Hélio W.S. "Grandes Famílias" e estruturação do espaço do poder em Sergipe: reconversões sociais e esferas de atuação. **Rev. Scientia Plena**, Vol.6, Nº 12, 2010.

<sup>186</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis (2006). op. cit. p.92

preparatórios das faculdades imperiais, satisfazendo os interesses de escolarização da elite local e seguindo as determinações do Decreto Imperial de 2/11/1873 que instituía nas Capitais mesas examinadoras dos preparatórios para as Academias, aumentando as chances dos jovens abastados atingirem os cursos superiores. Também nessa época a imprensa passou a ter muita importância, com a circulação de vários jornais que funcionavam como verdadeiros órgãos dos partidos políticos e contavam com a contribuição literária dos bacharéis. "A passagem por colégios de elite (...) e diversos espaços de consagração permitem o reforço de relações "culturais" entre famílias pertencentes ao mesmo "meio".<sup>187</sup>

A escolarização dos filhos da elite sergipana e a formação em direito habilitou-os ao exercício da vida política, uniu os recursos econômicos baseados na propriedade dos engenhos, com recursos escolares e os recursos sociais (refletidos na extensa rede de relações pessoais) todos devidamente reconvertidos em posições políticas de referência, levando um número considerável de membros de "grandes famílias" a participar ativamente da política indicados para postos dirigentes, como o posto de presidente da Província ou eleitos para a Assembleia Provincial. Contudo, embora a escolarização tenha contribuído para ascensão de determinados agentes, não se pode perder de vista que

...é o pertencimento à elite social que facilita a múltipla inserção em posições de destaque. Estas transcendem o mundo jurídico, se ampliando para a ocupação de posições em diversos domínios profissionais e culturais. Esta multiplicidade é garantida pela possibilidade de reconversão de uma série de capitais, principalmente o capital cultural e o capital de relações advindo também do grupo familiar.<sup>188</sup>

O quadro a seguir ilustra a presença dos bacharéis na ocupação dos cargos mais altos do Executivo local, qual seja, a presidência da província:

<sup>187</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano (2004), op. cit., p.86

<sup>188</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano (2004), op. cit., p.85

### Quadro 3

Lista de Presidentes de Província de Sergipe, ocupação profissional e origem  
(1820/1889)

<b>Presidente de Província</b>	<b>Período</b>	<b>Profissão</b>	<b>Origem</b>
Carlos César Burlamaqui	1821	Militar	Lisboa
Pedro Vieira de Melo	1821-1823	Militar	-
José de Barros Pimentel	1823-1823	Militar/Médico	Maroim / Se
Guilherme José Nabuco de Araújo	1823-1823	Militar	Bahia
(Junta provisória) José Matheus da Graça Leite Sampaio Serafim Alves da Rocha Domingos Dias Coelho de Melo José Francisco de Menezes Sobral	1822-1823	Presidente Padre - Padre	Divina Pastora - Divina Pastora São Cristóvão
Serafim Alves da Rocha	1823-1823	Padre	-
Manoel Fernandes da Silveira	1824-1825	Militar	Estância
Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque	1825-1826	-	Paraíba
Manoel de Deus Macahdo	1826-1828	Capitão-Mor	-
Inácio José Vicente da Fonseca	1828-1828	Militar	São Paulo
Manoel de Deus Macahdo	1828-1828	Capitão-Mor	-
Inácio José Vicente da Fonseca	1828-1830	Militar	São Paulo
Manoel de Deus Macahdo	1830-1831	Capitão-Mor	-
Joaquim Marcelino de Brito	1831-1833	Bacharel em Direito	Salvador / Ba
Manoel de Deus Machado	1831-1831	Capitão-Mor	-
José Francisco de Menezes Sobral	1831-1831	Padre	São Cristóvão
Joaquim Marcelino de Brito	1831-1833	Bacharel em Direito	Salvador / Ba
José Pinto de Carvalho	1833-1833	Proprietário Rural	Maroim / Se
José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro	1833-1835	Bacharel em Direito	Natal / RN
Manoel Ribeiro da Silva Lisboa	1835-1835	Bacharel em Direito	-
Inácio Dias de Oliveira	1835-1835	-	-
Sebastião Gaspar de Almeida Boto	1835-1835	Militar	Santo Amaro / Se
Manuel Joaquim Fernandes Barros	1835-1836	Médico	Penedo / Al
Bento de Melo Pereira	1836-1837	-	Vila Nova (Atualmente Neópolis / SE)
Inácio Dias de Oliveira	1823-1836	Militar	-
Sebastião Gaspar de Almeida Boto	1835-1835	Militar	Santo Amaro / Se
Bento de Melo Pereira	1836-1837	-	Vila Nova (Atualmente Neópolis / SE)
José Mariano de Albuquerque Cavalcanti	1837-1837	-	Santana / CE
José Eloy Pessoa da Silva	1837-1838	Militar	Salvador / Ba
Sebastião Gaspar de Almeida Bôto	1838-1839	Militar	Santo Amaro / Se
Joaquim José Pacheco	1839-1839	Bacharel	Salvador / Ba
Sebastião Gaspar de Almeida Boto	1823-1839	Militar	Santo Amaro /

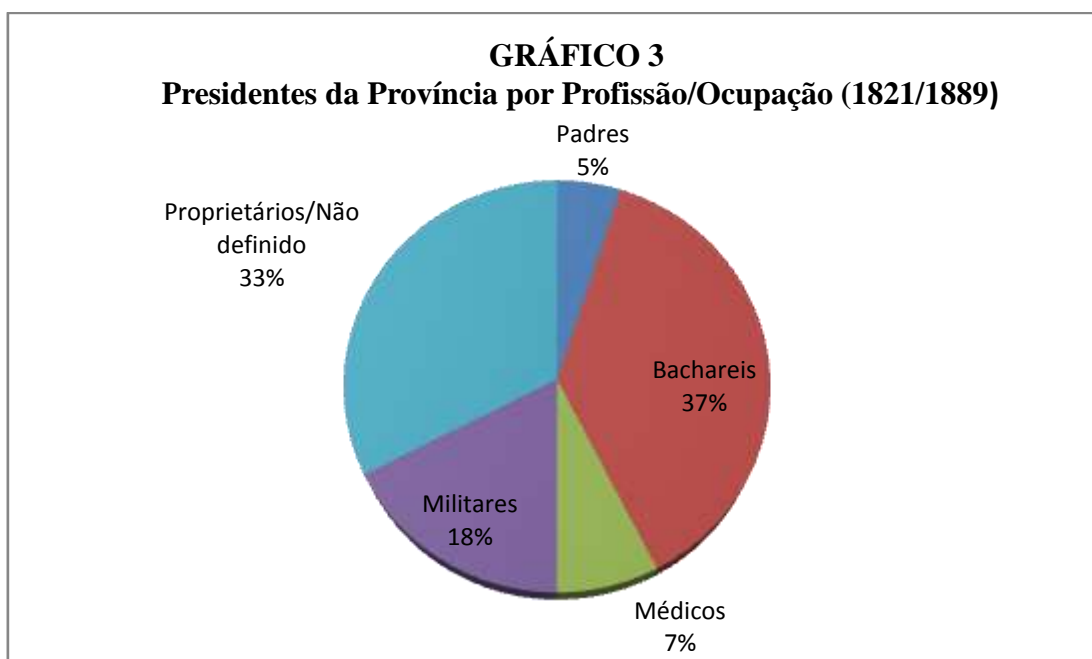
			Se
Joaquim Martins Fontes	1839-1839	Capitão-Mor	Laranjeiras/SE
Wenceslau de Oliveira Belo	1839-1839	Militar	Minas Gerais/MG
Joaquim Martins Fontes	1840-1840	Capitão-Mor	Laranjeiras/SE
João Pedro da Silva Ferreira	1840-1841	Militar	-
Joaquim Martins Fontes	1841-1841	Capitão-Mor	Laranjeiras/SE
João Pedro da Silva Ferreira	1841-1841	Militar	-
João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu	1841-1841	Bacharel em Direito	São Miguel dos Campos/AL
Joaquim Martins Fontes	1841-1841	Capitão-Mor	Laranjeiras/SE
Sebastião Gaspar de Almeida Boto	1841-1841	Militar	Santo Amaro / Se
Anselmo Francisco Perretti	1842-1844	Bacharel Ciências Jurídicas	Goiana/PE
Manoel Vieira Tosta	1844-1844	Magistrado	Cachoeira/BA
José de Sá Bitencourt Câmara	1844-1844	Militar	Camamu/BA
José Francisco de Menezes Sobral	1844-1845	Padre	São Cristóvão
Antônio Joaquim Álvares do Amaral	1845-1846	Proprietário	Bahia/BA
José Ferreira Souto	1846-1847	Magistrado	Jacobina/BA
José Francisco de Menezes Sobral	1847-1847	Padre	São Cristóvão
João José de Bittencourt Calazans	1847-1847	Doutor	Santa Luzia/SE
Joaquim José Teixeira	1847-1848	Magistrado	Rio de Janeiro/RJ
Zacarias de Goes e Vasconcelos	1848-1849	Professor em Direito	Valença/BA
Amâncio João Pereira de Andrade	1849-1851	Bacharel	-
José Antônio de Oliveira e Silva	1851-1853	-	-
Luiz Antonio Pereira Franco	1853-1853	Formado em Ciências Jurídicas	Bahia/BA
Inácio Joaquim Barbosa Júnior	1853-1855	Bacharel em Ciência Jurídica e Sociais	Rio de Janeiro/RJ
José da Trindade Prado	1855-1855	Major	Santo Amaro das Brotas/SE
João Gomes de Melo	1855-1856	Proprietário	Maroim/SE
Salvador Correia de Sá e Benevides	1856-1857	Bacharel em Direito	Rio de Janeiro/RJ
José da Trindade Prado	1857-1857	Major	Santo Amaro das Brotas/SE
João Dabney de Avelar Brotero	1857-1859	Doutor em Direito	Rio de Janeiro/RJ
Manoel da Cunha Galvão	1859-1860	Bacharel em Letras	Porto Alegre/RS
Tomás Alves Júnior	1860-1861	Bacharel em Letras	Rio de Janeiro/RJ
Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes	1861-1861	Magistrado	Rio de Janeiro/RJ
Joaquim Jacinto de Mendonça	1861-1863	Advogado	Pelotas/RS
Joaquim José de Oliveira	1863-1863	Médico	São Cristóvão/SE
Angelo Francisco Ramos	1863-1863	Magistrado	Bahia/BA
Alexandre Rodrigues da Silva Chaves	1863-1864	Bacharel em	Rio de

		Direito	Janeiro/RJ
Antonio Dias Coelho e Melo	1864-1864	Proprietário	Itaporanga/SE
Cincinato Pinto da Silva	1864-1865	Médico	-
Angelo Francisco Ramos	1865-1866	Magistrado	Bahia/BA
Antonio Dias Coelho e Melo	1866-1866	Proprietário	Itaporanga/SE
José Pereira da Silva Moraes	1866-1867	Bacharel em Direito	Bahia/BA
Antônio de Araujo de Aragão Bulcão	1867-1868	Bacharel em Direito	São Francisco do Conde/BA
José da Trindade Prado	1868-1868	Major	Santo Amaro das Brotas/SE
Evaristo Ferreira da Veiga	1868-1869	Advogado e Jornalista	Campanha/MG
José da Trindade Prado	1869-1869	Major	Santo Amaro das Brotas/SE
Dionísio Rodrigues Dantas	1869-1869	Bacharel em Direito	Estância/SE
José da Trindade Prado	1871-1872	Militar	Santo Amaro / Se
Luís Álvares de Azevedo Machado	1871-1872	-	Estância / Se
Joaquim Bento de Oliveira Junior	1872-1872	-	Conceição do Mato Dentro / SP
Cipriano de Almeida Sebrão	1872-1873	-	-
Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão	1873-1873	Advogado	Estância / Se
Cipriano de Almeida Sebrão	1873-1874	-	-
Antonio dos Passos Miranda	1874-1875	-	-
Cipriano de Almeida Sebrão	1875-1876	-	-
João Ferreira de Araújo Pinho	1876-1877	-	Santo Amaro / Se
José Martins Fontes	1877-1877	Médico	Santos / SP
Antonio Francisco de Correia de Araújo	1877-1878	-	-
José Martins Fontes	1878-1878	Médico	Santos / SP
Francisco Ildefonso Ribeiro de Meneses	1878-1878	-	-
Raimundo Bráulio Pires Lima	1878-1879	-	-
Teófilo Fernandes dos Santos	1879-1880	-	-
Luís Alves Leite de Oliveira Belo	1880-1881	Advogado	Ingá/PB
Herculano Marcos Inglês de Sousa	1981-1982	Advogado e jornalista	Óbidos/PA
José Aires do Nascimento	1882/1883	-	-
Francisco de Gouveia Cunha Barreto	1883-1884	-	-
Luís Caetano Muniz Barreto	1884-1885	-	-
Manuel de Araujo Gois	1885-1888	Advogado e Magistrado	Recôncavo/BA
Olímpio Manuel dos Santos Vital	1888-1888	-	-
Francisco de Paula Prestes Pimentel	1888-1889	-	-
Jerônimo Sodré Pereira	1889-1889	-	-

Fonte: Subsídios Biográficos Genealógicos Autor: Carlos Eduardo de Almeida Barata

Denota-se uma forte presença de bacharéis na condução política da Província – disputando espaço com os militares e proprietários de terra -, sejam

oriundos de outros lugares do país, sejam sergipanos, pois, com o declínio do prestígio da terra a partir da segunda metade do século XIX, novas estruturas de poder se erguem, exigindo novos recursos como a escolarização e a formação profissional, que substituíam ou se somavam aos recursos econômicos e as redes de relações sociais para reconverter na ocupação dos espaços de poder político, conforme se observa no gráfico a seguir:



Fonte: Autor

Essa forte presença dos bacharéis evidencia a indiferenciação do espaço jurídico com relação ao mundo da política, pois a ascensão a tais cargos não estava relacionada ao conhecimento jurídico, mas subordinada às lógicas de inserção social e políticas, envolvendo a mobilização de redes de relações sociais, servindo o diploma de bacharel apenas como mais um capital de notoriedade.

...o fenômeno da baixa diferenciação entre os espaços sociais em sociedades periféricas aparece com força naquilo que Badie e Hermet (1993) chamam de *hiperpolitização* da vida social. Dada a fluidez dos critérios de regulação dos diferentes espaços ou esferas - carreiras/profissões, instituições, artes, religião, cultura e intelectualidade - , a lógica da política tende a servir como trunfo aos agentes sociais nos embates pela ocupação de melhores posições e cargos, pela notoriedade e consagração.<sup>189</sup>

<sup>189</sup> Cf. SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor Gastal. A política como objeto de estudos das ciências sociais. In: SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2013, p.13



Conforme análise feita por Seidl<sup>190</sup>, a sociedade brasileira segue um padrão de recrutamento da elite (observável na Província de Sergipe) baseado em dois princípios: a) o princípio "extra-meritocrático", baseado nas relações pessoais e sociais, no capital de notoriedade e no pertencimento a "grandes famílias", cuja soma de tais recursos promovia a inserção dos agentes na política e o b) princípio "meritocrático", mais presente no fim do período imperial e início da República, baseado na escolarização e/ou profissionalização, mas não somente nela, restrita quase que exclusivamente ao grupo detentor de recursos econômicos e, no caso em análise, privilegiando a formação em direito, medicina e militar. Daí tem-se que o envolvimento com a política através da inserção nas burocracias públicas funciona como uma estratégia mobilizada para acumular um certo tipo de capital simbólico que pode ser utilizado em diferentes espaços. Esta interseção com o espaço político que mistura princípios das lutas políticos-eleitorais, das burocracias do Estado e de carreiras profissionais, baseia-se em relações de reciprocidade como o clientelismo e patronagem.<sup>191</sup>

Essas relações firmadas nas lealdades pessoais dispostas nas cadeias clientelísticas são responsáveis, em algum grau, pelas próprias divisões políticas, caracterizando, segundo Graham<sup>192</sup>, um quadro de inexistência de partidos ideológicos no império. Assim, a política local seguiu dividida em dois partidos sem conotação ideológica, congregando o poder das famílias locais e contando em seus quadros com médicos, bacharéis e militares.

Na década de 1880, começa a divulgação das ideias republicanas através dos jornais locais para os quais colaboravam os bacharéis formados na Faculdade de Direito de Recife. Em julho de 1884, os estudantes sergipanos da Faculdade de Direito de Recife lançaram um manifesto pedindo a substituição do senador falecido Antonio Diniz de Siqueira e Mello pelo jurista Tobias Barreto, mas os políticos da terra elegeram o Barão de Estância para o cargo.

Em 1888, a propaganda republicana se manifestava na Província através de Felisbello Freire que ajudou a fundar o partido republicano, tendo lançado (dentre outros) como candidato nas últimas eleições do império o jurista Silvio Romero,

<sup>190</sup> Cf. SEIDL, Ernesto. A espada como "vocação": as "grandes famílias" e o exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). **Teoria & Sociedade**, revista da UFMG, Minas Gerais nº9, p. 104-139, 2002.

<sup>191</sup> Cf. Cf. SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor Gastal(2013), op. cit., p.13

<sup>192</sup> A respeito do assunto consultar GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

vencido pelos liberais que elegeram na última legislatura os bacharéis Joviniano Ramos Romero, Sancho Barros Pimentel e João José do Monte.<sup>193</sup>

### 2.1.2. A República Velha e a manutenção das regras do jogo:

A primeira metade do século XX é, para o Brasil, uma fase extremamente difícil; ela assinala a preparação para a autonomia política e sua efetivação, mas também, e principalmente, a integração da economia brasileira no mundo e todo o tortuoso processo de adaptação dessa economia colonial no exterior. Trata-se de montar o aparelho do Estado, evidentemente, mas sob condições extremamente duras, quando a classe dominante de senhores de terras e escravos, ou de terras e servos, luta para manter os seus privilégios, para preservar o sistema que aproveita, e enfrenta as perturbações internas que lhe ameaçam a dominação e as pressões externas que lhe retiram parcelas ponderáveis de renda. Esta, assim, retrai-se, criando dificuldades que terão de ser contornadas num processo contínuo de transferência dos prejuízos as outras classes. Não há, em consequência, a mínima possibilidade de capitalização; as perspectivas burgueses permanecem remotas.<sup>194</sup>

Com a chegada da República, instaurada com forte presença militar, vieram algumas alterações na estrutura institucional do estado. A primeira delas foi a ocupação do Poder Executivo por políticos da terra e, a segunda, era a perspectiva de serem eleitos pelo voto popular, diretrizes que divergiam da política imperial de indicar como governantes pessoas de fora do estado diretamente ligadas com a burocracia estatal imperial. Contudo, a implementação do projeto exigia respaldo político e quadros com alguma experiência na gestão pública, condição inexistente nos novos administradores.<sup>195</sup>

Em Sergipe, os adesistas republicanos de última hora proliferaram, mas não havia, nem mesmo aos republicanos natos a intenção de tornar a coisa pública um objeto comum. O momento econômico era desfavorável, pois a abolição da escravatura gerou um impacto enorme num estado que dependia sobretudo da exportação de sua produção rural. O patronato endividou-se ou mesmo faliu, assim como os comerciantes e o governo se endividou.

<sup>193</sup> Para saber mais sobre o período ver FIGUEIREDO, Ariosvaldo (1986), op. cit.

<sup>194</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.87.

<sup>195</sup> Cf. DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe - República (1889-2000)**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro: 2004, p.16,

O primeiro mês da República foi governado por juntas provisórias efêmeras, que se sucederam ante a dificuldade de montar uma estrutura de poder que divergisse da anterior ordem provincial. Embora a Constituição de 1891 tenha prescrito a autonomia administrativa dos Estados, as interferências constantes do presidente da República dificultaram a normalização da política estadual. O fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891 e a renúncia do presidente republicano vinte dias depois provocaram ascensões e quedas, tumultuando a política nacional e local.

O processo de aprendizagem de construir governos locais com políticos nativos demandava tempo e houve uma dificuldade de montar uma estrutura de poder diferente da ordem provincial. Pouco vividos na política, os republicanos estranharam o jogo de pressões próprio do exercício do poder e também por não dispor de muitos nomes foram se revezando no poder com os ex-monarquistas adesistas que continuaram com maior prestígio eleitoral. Em Sergipe, o poder das “grandes famílias” se adaptou aos novos tempos.<sup>196</sup>

Foi nessa época, após a Constituição de 1891<sup>197</sup>, que, em Sergipe, um bacharel assumia pela primeira vez o cargo criado de Procurador Geral do Estado<sup>198</sup>: era Cândido de Oliveira Ribeiro, que ficou no cargo até 1893; filho do coronel Pedro Antonio Ribeiro do Engenho Campo Grande de Laranjeiras, formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1880, irmão de Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro que fez parte da Segunda Junta Governativa do Estado em 1889 e era também Chefe da Província em 1891 e de Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Júnior que chegou integrar o Supremo Tribunal Federal.<sup>199</sup> A nomeação se deu por indicação e à semelhança do período imperial, no período republicano (principalmente até a década de 30), o acesso às carreiras jurídicas dependia de indicações e relações com os chefes políticos provinciais<sup>200</sup>, sendo este o principal trunfo do primeiro procurador.

<sup>196</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004). Op. cit. P.23-28

<sup>197</sup> A Constituição determinava nos artigos 38 e 39: “O Tribunal de Relação será composto de cinco magistrados denominados desembargadores e nomeados pelo Presidente do Estado, dentre os respectivos juízes de direito, por antiguidade absoluta.” (artigo 38). O artigo 39 definia que um dos desembargadores seria eleito Procurador Geral do Estado, com mandato de três anos, podendo ser reconduzido, mas sem voto nas decisões, em que for parte como advogado da Justiça.

<sup>198</sup> À época, o Procurador Geral do estado congregava a função de advogado do poder público - representando o Estado judicialmente - e de chefe do Ministério Público. A consultoria administrativa ficava à cargo do Consultor Jurídico.

<sup>199</sup> Cf. GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pangetti e Cia 1925, p.52. A informação de que ele ocupou o cargo de Procurador Geral está em PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. **O Ministério Público do Estado de Sergipe na História**. Aracaju: SERCORE, 2010.

<sup>200</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. Fabiano. Questões para o estudo de "elites de Estado": o caso representativo dos juristas. In: CORADINI, Odacir Luiz (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editira UFRGS, 2008, p.66

Ao fim da primeira década, cerca de vinte e dois indivíduos ocuparam o maior cargo do Executivo em juntas provisórias ou governando individualmente. A alta rotatividade foi atribuída a questões variadas: renúncias, revoltas, deposições, substituições controvertidas e até a constituição de duas Assembleias Legislativas.

A polaridade da disputa política que reunia membros de grandes famílias em dois grupos que se desfaziam e se rearrumavam de acordo com os interesses pessoais, somada a tendência autoritária de alguns republicanos, a disputa deles com ex-monarquistas adesistas e as interferências do poder político central contribuíram para tornar o quadro bastante instável, mantida, contudo, a hegemonia inabalável dos senhores do açúcar, a grande força econômica do Estado e, conseqüentemente, política.

Com uma população analfabeta, o eleitorado era reduzido. Inexistia Justiça Eleitoral e o voto era descoberto, o que levava a pleitos viciados facilitando o domínio político e inviabilizando a atuação dos oposicionistas ao poder das oligarquias. Sem alternância de poder, os divergentes foram se afastando dando lugar ao partido único, reduzindo-se a vida política ao ritual situacionista de resultados previstos – o controle político se acentuou, a participação política declinou e a democracia não se desenvolveu. Ao fim da primeira década tumultuada, um acordo do então presidente Martinho Garcez com o político remanescente do quadro monarquista, o monsenhor Olympio Campos, viabilizou a estabilidade política com o predomínio de um grupo oligárquico.<sup>201</sup>

Entre 1900 a 1930 destacaram-se três oligarquias no espaço político do estado de Sergipe: a) a do monsenhor Olympio Campos que, embora assassinado em 1906, seu grupo controlou o aparelho de Estado de 1899 a 1911; b) após um intervalo situacionista representado na política local pelo governo do General José Siqueira de Menezes (1911-1914), estrutura-se nova oligarquia com a ascensão do General Oliveira Valadão (1914-1918), sucedido por Pereira Lobo (1918-1922) e depois por Graccho Cardoso (1922-1926) e c) a nova oligarquia do coronel usineiro Manoel Correa Dantas, a partir de 1927. A distinção entre as oligarquias é quase inexistente pois, por mais que se tratasse de uma ou outra facção, todos compunham a elite dos produtores rurais pertencentes ao Partido Republicano Conservador de Sergipe, grupo que formalizava e legitimava as decisões políticas.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> Ver FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe Vol. 3**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986-1996

<sup>202</sup> Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. **A revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo: Cortez, Aracaju: UFS, 1983. P.20

Durante o período de dominação política do grupo do monsenhor Olympio Campos nasceu o Partido Progressista que congregava os divergentes liderados pelo bacharel Fausto Cardoso que depuseram o presidente da Província, Guilherme Campos irmão do monsenhor e a época senador Olympio Campos, em 10/08/1906. Embora, Fausto Cardoso fosse das relações do Presidente da República, houve intervenção federal na capital para restabelecer o governo olimpista, resultando na morte do oposicionista. Tempos depois, o grupo faustista acabou por assassinar Olympio Campos terminando em tragédia a tentativa de alterar a lógica de dominação política sergipana. O evento marcou a sociedade sergipana e houve a inibição da militância política.<sup>203</sup>

O início da gestão do presidente da República Hermes da Fonseca em 1914 inaugura um período de intervenção militar com a suposta missão de salvar o país das oligarquias, caindo o poder de algumas famílias nordestinas<sup>204</sup> e, em Sergipe, foram quinze anos de presença de oficiais do Exército, numa época de partido único como elemento formalizador de candidaturas situacionistas, mas a presença desses militares no poder não autoriza afirmar que houvesse uma alteração na estrutura de poder haja vista que eles detinham prestígio junto a elite local, já possuíam ramificações na política interna sergipana desde o início da República e além disso todos, ou quase todos provinham do grupo das “grandes famílias” tradicionais sergipanas, sempre inteiramente a dispor dos seus interesses<sup>205</sup>.

Após esse período de dominação de um grupo apenas, por volta de 1922, desencadeou-se um novo ciclo de inquietações com a campanha da Reação Republicana no qual ex-presidentes militares do Estado, oficiais do exército, civis e chefes políticos do interior e da capital revelaram-se simpatizantes do movimento que apoiava o aristocrata senador Gonçalo Rollemberg<sup>206</sup>.

Sergipe assistiu, durante a República Velha, a sucessão de muitos governadores que disputaram o poder político do Estado, em sua maior parte militares

<sup>203</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004). Op. cit., p.33-34

<sup>204</sup> No Ceará caíram os Accioly e em Alagoas os Malta. Para saber mais ver DANTAS, Ibarê. Op. cit.,

<sup>205</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (1983). Op. cit., p.22

<sup>206</sup> **Gonçalo de Faro Rollemberg** (Maroim, 13 de setembro de 1860 — 14 de setembro de 1927) foi um médico e político brasileiro. Senador, filho de Manuel Rollemberg de Menezes e de Maria de Faro Rollemberg (D.Maria do Topo), nasceu no engenho Maria Telles em Sergipe, neto por parte de pai de Semeão Teles de Menezes, capitão-mor de Sergipe d'El-Rey e por parte de mãe de Gonçalo de Faro Rollemberg, barão de Japarutuba, cujo nome completo é na realidade Gonçalo Accioli (ou Accioly) de Faro Rollemberg; bisneto de Manuel Rollemberg de Azevedo. Casou-se com Aurélia Almeida (Dias Coelho) e Mello, conhecida como *dona Sinhá*, filha de Antônio Dias Coelho e Melo, barão da Estância, e de Lourença de Almeida Dias Mello. Aurélia Dias Rollemberg era neta de Domingos Dias Coelho e Melo III, barão de Itaporanga. Cf. GUARANÁ, Armindo (1925), op. cit.

oriundos da elite aristocrática sergipana ou por ela apoiados, seguindo a tendência nacional da ascensão dos militares ao poder após a Proclamação da República.

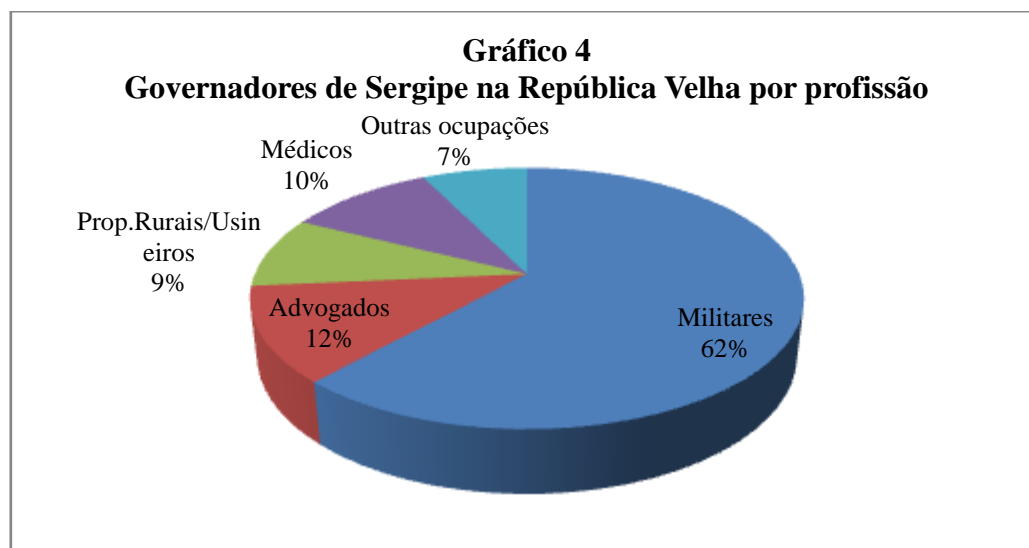
### Quadro 4

Governadores de Sergipe durante a República Velha e sua profissão (1889-1930)

Nome	Formação profissional	Período de governo
Tomás Rodrigues da Cruz (1852)	Empresário	15.11.1889 a 17.11.1889
Antonio Diniz Dantas Melo José Siqueira de Meneses (1852/1931) Antônio Siqueira Horta	Prop. Rural Professor Militar	17.11.1889 a 018.11.1889
Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (1852/1895) Baltasar de Araújo Góis (1853/1914) José Siqueira Meneses (1852/1931)	Prop. Rural Professor Militar	18.11.1889 a 02.12.1889
Baltasar de Araújo Góis (1853/1914) José Siqueira Meneses (1852/1931)	Professor Militar	02.12.1889 a 13.12.1889
Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858/1916)	Médico	13.12.1889 a 17.08.1890
Augusto César da Silva (1833/1918)	Militar	17.08.1890 a 04.11.1890
Lourenço Freire de Mesquita Dantas (1848/1902)	Juiz	04.11.1890 a 26.01.1891
Luís Mendes de Moraes	Militar	26.01.1891 a 28.05.1891
Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (1852/1895)	Prop. Rural	28.05.1891 a 24.11.1891
Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909) Marcelino José Jorge (1860/1945) Olindo Rodrigues Dantas	Advogado Militar Médico	27.11.1891 a 18.0.1892
José de Calazans (1863/1948)	Militar	18.05.1892 a 11.09.1894
João Vieira Leite (1867/1902)	Médico	11.09.1894 a 24.10.1894
Manoel Presciliano O. Valadão (1849/1921)	Militar	24.10.1894 a 27.07.1896
Antônio Leonardo Silveira Dantas (1858/1919)	Padre	27.07.1896 a 24.10.1896
Martinho César da Silveira Garcez (1850/1918)	Advogado	24.10.1896 a 11.10.1897
José Joaquim Pereira Lobo (1864/1933)	Militar	11.10.1897 a 20.03.1898
Martinho César da Silveira Garcez (1850/1918)	Advogado	20.03.1898 a 08.04.1898
Daniel de Campos (1855/1922)	Médico	08.04.1898 a 24.07.1898
Martinho César da Silveira Garcez (1850/1918)	Advogado	24.07.1898 a 14.08.1898
Apulcro Motta (1857/1924)	Jornalista	14.08.1899 a 24.10.1899
Olímpio de Souza Campos (1853/1906)	Padre	24.10.1899 a 24.10.1902
Josino Meneses (1866/1939)	Farmacêutico	24.10.1902 a 24.10.1905
Guilherme de Sousa Campos (1850/1923)	Desembargador	24.10.1905 a 10.08.1906
João Maria Loureiro Tavares (1844/1910)	Desembargador	10.08.1906 a 28.08.1906
Guilherme de Sousa Campos (1850/1923)	Desembargador	28.08.1906 a 24.10.1908
José Rodrigues da Costa Dória (1859/1938)	Médico	24.10.1908 a 10.07.1909
Manoel Batista Itajá (1858/1918)	Médico	10.07.1909 a 13.11.1909
José Rodrigues da Costa Dória (1859/1938)	Médico	13.11.1909 a 24.10.1911
José de Siqueira Menezes (1852/1931)	Militar	24.10.1911 a 29.07.1914
Pedro Freire de Carvalho	Prop. Rural	29.07.1914 a 24.10.1914
Manuel Presciliano de Oliveira Valadão (1849/1921)	Militar	24.10.1914 a 24.10.1918
José Joaquim Pereira Lobo (1864/1933)	Militar	24.10.1918 a 24.10.1922
Maurício Graccho Cardoso (1874/1950)	Advogado	24.10.1922 a 13.07.1924
Eurípedes Esteves de Lima (1884/ ) Augusto Maynard Gomes (1886/1957) João Soarino de Melo (1898/ ) Manoel Messias de Mendonça (1894/ )	Militar Militar Militar Militar	13.07.1924 a 02.08/1924
Maurício Graccho Cardoso	Advogado	02.08.1924 a 24.10.1926
Ciro Franklin de Azevedo (1858/1927)	Advogado	24.10.1926 a 16.01.1927
Manoel Correia Dantas (1874/1937)	Usineiro	05.03.1927 a 16.10.1930
Eronildes Ferreira de Carvalho (1895/1969)	Militar	16.10.1930 a 20.10.1930
José de Calazans (1863/1948)	Militar	10.11.1930 a 16.11.1930

Fonte: DANTAS, Ibarê.

Mesmo com a redução da ocupação do mais alto cargo da hierarquia executiva, os bacharéis/advogados continuam sendo a segunda ocupação com mais representatividade no Poder Executivo conforme se pode ver no gráfico abaixo:



Fonte: Autor

Todavia, a instauração do novo regime e da nova política precisava da atuação dos bacharéis para legitimá-los juridicamente através de discursos que seriam utilizados como instrumentos de orientação intelectual e moral, contribuindo para justificar e dar unidade ao poder da elite política, expandindo-o horizontalmente por todos o território e verticalmente sobre a população livre a fim, não de submetê-la, mas de incorporá-las a nova ordem.

Por esse motivo, ainda na República Velha, os bacharéis passam a ser recrutados para espaços específicos dentro da burocracia pública ao criar-se os cargos de Consultor Jurídico e Procurador Geral do Estado, como privativos de bacharéis em direito, colaboradores do poder político do Estado, instituindo-se o monopólio dos juristas em relação aos profanos na manipulação das leis e dos códigos jurídicos. Essa relativa autonomização em relação à política e a outros grupos sociais identificados a outras *expertises* sobre o Estado é um dos pressupostos da legitimidade do poder dos juristas<sup>207</sup> e aponta para a utilização do diploma escolar e do conhecimento técnico como um recurso acionado para a reestruturação do seu espaço social, com vistas a

<sup>207</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. Questões para o estudo de "elites de Estado": o caso representativo dos juristas. In: CORADINI, Odacir Luiz (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p.63



manterem-se em posições de destaque dentro do espaço político sem necessariamente entrar na disputa com agentes de outros grupos, pois, como acentua Chevallier<sup>208</sup>

..a interpretação jurídica exigiria um conjunto de competências específicas, da qual só os juristas dispõem, assim como o respeito às exigências de neutralidade, desinteresse, independência, desconhecidas dos profanos e características do *ethos* jurídico.

Até 1930, dezessete bacharéis assumiram tal função dentro do campo burocrático da província sergipana, como se pode ver no quadro a seguir:

### Quadro 5

#### Procuradores Gerais do Estado de Sergipe (1891/1930)

Procurador	Ano do mandato
Cândido de Oliveira Ribeiro	1891-1893
Francisco Alves da Silveira Brito	1893-1896
Gustavo Gabriel Coelho Sampaio	1896-1897
Bemvindo Pinto Lobão	1897-1898
Gonçalo Vieira de Melo	1898
Benilde Romero	1898-1900
Homero de Oliveira	1900-1906
Zacarias Horácio dos Reis	1906-1909
João da Silva Melo	1909-1913
Francisco Martins Fontes	1913-1916
Lupicino Amintas da Costa Barros	1916
Armando Hora Mesquita	1916-1922
Gervásio de Carvalho Prata	1922-1924
Armando Hora Mesquita	1924
Ascendino D'Ávila Garcez	1924-1925
Francisco Monteiro de Almeida	1925-1926 <sup>209</sup>
Alexandre Lobão	1926-1928
Edison de Oliveira Ribeiro	1928-1932

Fonte: Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Contudo, a relação entre a ascensão ao cargo e o conhecimento jurídico detido pelos agentes é subordinada às lógicas de inserção social e política. Esses

<sup>208</sup> CHEVALIER, Jean Jacques. **Les interprètes du droit**. In: POIRMEUR, Yves et al. **La doctrine juridique**. Paris: CURAPP-PUF, 1993 citado por ENGELMAN, Fabiano in: CORADINI, Odacir Luiz (2008), op. cit. p.63

<sup>209</sup> Não há referência nos arquivos pesquisados, da ocupação do cargo de Procurador Geral do Estado pela bacharela, advogada e jurista Maria Rita Soares de Andrade, embora em seu perfil biográfico haja menção do exercício da função logo após ter se formado na UFBA em 1926. Dada a importância do registro de uma mulher a ocupar um cargo de poder e prestígio nesta época em que os homens monopolizavam, fazemos referência ao fato, pois consta em sua ficha funcional da Justiça Federal - da qual foi a primeira juíza nomeada pelo Estado da Guanabara - o exercício desta função do Estado de Sergipe. Para mais informações ver SCHUMAHER, Schume e BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil - de 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

bacharéis que compuseram a elite da advocacia pública na República Velha acumularam capital a partir de percursos formados pela inserção em cargos públicos de poder e prestígio (como a função de desembargador do Tribunal de Relações que muitos deles assumiram) assim como contatos e conhecimentos técnicos, mas também mobilizaram capitais endógenos derivados de origens e trajetórias sociais que lhes deu acesso ao espaço político, seu poder e sua influência, sem necessariamente ter que entrar em disputa político-eleitoral com os demais agentes para concorrer ao mais alto cargo do executivo.

A complexa combinação de recursos sociais, reconvertidos em recursos políticos com a mobilização do conhecimento científico, permite a construção da posição de mediador de modelos institucionais ao possibilitar a grupos o acesso ao espaço político na condição de *expert* ou, utilizando a expressão cunhada por Dezalay e Garth (2002), de "técnico-político".<sup>210</sup>

Esses juristas, oriundos das academias de Direito do período imperial, tiveram o mesmo espaço de socialização política e estabeleceram desde lá as redes de relações sociais, adquirindo um conjunto de saberes práticos passíveis de serem utilizados na vida política, no exercício das funções jurídicas e na convivência com os diversos segmentos da elite social, o que se constitui, de acordo com Engelman<sup>211</sup>, numa das heranças fundamentais presentes na "tradição jurídica" cujo padrão persiste mesmo após o período imperial, expandindo-se com a proclamação da República e fundação de novas faculdades, o que demonstra que a adoção de instituições republicanas e a ruptura com o modelo imperial não altera o padrão de inserção social e política dos juristas.

As características comuns herdadas a partir da presença na elite social e adquiridas e reforçadas no ambiente das academias constroem uma tradição de uso do Direito que se legitima constantemente no espaço dos parlamentos, dos tribunais (...). Esse conjunto reforça a posição dos bacharéis como "representantes", capacitados para falar "em nome de", em nome da "Justiça", do "Estado" e do "bem comum", no caso da magistratura e outras carreiras de Estado.<sup>212</sup>

No contexto político, o movimento tenentista se dá em Sergipe com a Revolta de 1924, na qual os tenentes ocuparam o aparelho do Estado por dezenove dias

<sup>210</sup> ENGELMAN, Fabiano. "Em torno do poder": ciência e instituições políticas. In: SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor Gastal (orgs.) (2013), op. cit., p. 81

<sup>211</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. In: CORADINI, Odacir Luiz (org)(2008), p.70

<sup>212</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. In: CORADINI, Odacir Luiz (org)(2008), p.70

e contaram com uma certa simpatia popular. Sucedeu-se de revolta de 1926 e na campanha da Aliança Liberal já se podia observar a inquietação das massas urbanas.

Em 1929, houve a cisão da elite política sergipana. Contudo, a divisão teve pouco significado à medida que não havia nenhum outro grupo organizado que fizesse frente ao poder político da elite oligárquica.

### 2.1.3. República nova, Estado Novo e novos contextos:

#### 2.1.3.1. A Revolução de 1930, o Estado Novo e os militares no poder:

A Revolução de 1930 surge como um movimento que provoca algumas mudanças na organização política local. Antes dela, o poder estava concentrado na oligarquia agrária que alimentava o crescimento do setor produtivo industrial e dominava a política. Mas o Estado Oligárquico perdeu a sua legitimidade e revelou fissuras dentro da elite política com a emergência do tenentismo que rompeu o sistema de alianças da oligarquia e resultou na Revolução de 1930. Embora não se possa afirmar a existência de uma revolução pela ausência de mudança substancial nas estruturas de poder, houve uma alteração de forças no campo político e nas relações dele com o espaço social, com a emergência da burguesia industrial e a maior capacidade de influência e pressão da sociedade urbana.<sup>213</sup>

Pelo menos numa primeira fase do novo regime (1930-1934), o sistema oligárquico recebe um impacto de mudanças políticas que se inicia com a posse do militar tenente Augusto Maynard para interventor do Estado, trazendo consigo grupos de pessoas diferentes para ocupar os mais importantes cargos públicos. O primeiro grupo era constituído pelos militares egressos do frustrado movimento tenentista sergipano cujos membros provinham, quando muito, da classe média da sociedade.

O segundo grupo era formado por intelectuais e burocratas civis (ou que se vincularam ao movimento tenentista; ou adesistas de última hora) de origem social mais diversificada, uns provenientes das “grandes famílias” tradicionais sergipanas e outros de classes subalternas. Entre os nomes mais influentes do grupo estavam os bacharéis

---

<sup>213</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit.

João Maynard Carvalho Neto, Deodato Maia e Antonio Manoel de Carvalho Neto (conhecido como Carvalho Neto). João Maynard havia ocupado importantes cargos públicos no Estado na Primeira República; ocupou a Secretaria Geral do Governo tendo deixado apenas após seu falecimento, sendo a sua nomeação tributária do capital familiar (era tio do interventor), no capital político e na rede de relações que construiu ao ocupar cargos públicos, aposentando-se como desembargador, pois não se tratava de uma personalidade renovadora do novo governo. Carvalho Neto (Antonio Manoel de) era filho de uma “grande família” tradicional do estado pertencente a elite política que exerceu mandatos legislativos de deputado estadual (1912-1913) e federal (1921-1923 e 1924-1926) logo após bacharelar-se; dedicou-se a advocacia em Sergipe e foi advogado do tenente Maynard quando preso pelo movimento tenentista dos anos vinte e ocupou no seu governo o Conselho Consultivo, posteriormente exercendo o cargo de Consultor Jurídico do Estado<sup>214</sup>. Deodato Maia morou muitos anos no Rio de Janeiro onde desenvolveu intensa atividade intelectual voltada para as questões sociais e foi também Procurador Geral do Departamento Nacional do Trabalho; também desenvolveu atividade na imprensa sergipana dirigindo o Diário da Tarde e ocupou o cargo de Chefe de Polícia no estado; era amigo pessoal do tenente Maynard e acabou se tornando Delegado efetivo da interventoria.<sup>215</sup>

Além desses três bacharéis outros com origens sociais diversificadas também compuseram o quadro burocrático da Interventoria ocupando cargos públicos de prestígio e destaque, integrando-se à política e contribuindo para a gestão pública, dentre eles citamos: Álvaro Fontes da Silva, Edison de Oliveira Ribeiro e Alceu Dantas Maciel. Álvaro Fontes da Silva foi tipógrafo e conseguiu bacharelar-se em 1912 e não havia ocupado cargos públicos antes de Maynard, tendo ocupado no seu governo o cargo de Censor da imprensa oposicionista, Diretor de Finanças e Diretor da Penitenciária. Edison de Oliveira Ribeiro era advogado e jornalista, participou do movimento tenentista na década de 1920 quando foi preso e processado; com Maynard foi Censor da imprensa, Procurador Geral do Estado e “elevado” a desembargador, tendo se incompatibilizado com o interventor posteriormente. Alceu Dantas Maciel, jovem advogado que ocupou o cargo de Chefe de Polícia no Estado.<sup>216</sup>

---

<sup>214</sup> Consultor Jurídico é a nomenclatura de um cargo privativo de bacharel que tem atribuições correlatas a de um Procurador do Estado, no tocante à consultoria dos atos administrativos, trata-se de um advogado público, portanto.

<sup>215</sup> Para mais informações sobre as trajetórias ver GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pangetti e Cia 1925.

<sup>216</sup> Cf. DANTAS, José Ibarê Costa (1983), op. cit. P.52 e sgs

O terceiro grupo era formado por representantes da elite econômica do estado, participando comerciantes, industriais e fazendeiros ligados à pecuária que passaram a compor o Conselho Consultivo do estado que substituiu o órgão legislativo estadual. Assim, a estrutura burocrática do estado sofria significativas mudanças nesse período não somente pela troca dos indivíduos que a ocupavam, mas pela diversificação da origem social de seus membros e pela atuação de agentes não oriundos a elite política tradicional (embora vinculados ou com relações), conquanto houvesse representação desta elite dentro do próprio aparelho.

Quase todos os grupos conseguiram fazer-se representar nos cargos de poder do Estado exceto a oligarquia açucareira que não teve nenhum representante direto ou indireto, deixando clara a intenção do governo pós-revolução de promover mudanças na estrutura de poder.<sup>217</sup> O domínio da oligarquia baseada na tradição familiar e no poder econômico cedia espaço a uma lógica de distribuição de poder que dependia do estabelecimento de uma rede de relações sociais e políticas que ampliasse e promovesse a prática de articulações e alianças políticas como recurso reconvertido para ocupação dos espaços de poder. As novas regras fizeram os coronéis aderir a nova ordem para verem preservado o seu prestígio, aceitando com mais flexibilidade a política dos interventores e se acomodando à centralização administrativa.

No período que vai de outubro de 1930 até março de 1933, a elite política sergipana volta a polarizar-se, pois os seus grupos mais significativos teriam passado por certa crise de representação na ausência de um partido que congregasse os interesses de diversos setores como outrora. Neste hiato, fortalecia-se o grupo dos industriais que criou o partido dos usineiros – União Republicana de Sergipe. Formavam-se dois blocos partidários para disputar a eleição de 1934: de um lado os usineiros representando a oligarquia açucareira não satisfeita com a diversificação do espaço social político e contando com o apoio da Igreja Católica que apresentou o capitão-médico Eronides de Carvalho<sup>218</sup> como candidato e, do outro, o partido do interventor, seus adeptos fiéis e a Aliança Proletária de Sergipe liderada pelo candidato Augusto Maynard.

Eronides de Carvalho teve uma vitória apertada na Assembleia e a sua ascensão ao governo reconduziu os usineiros ao controle do aparelho burocrático

<sup>217</sup> Cf. DANTAS, José Ibarê Costa (1983), op. cit. P.52 e sgs

<sup>218</sup> Era oriundo dos grandes potentados rurais sergipanos, filho de Antonio Ferreira de Carvalho, próspero fazendeiro. A sua posição de oficial do exército com reconhecida influencia dentro da corporação era um trunfo nada desprezível nas possibilidades de enfrentamento com outro militar no governo. Referindo-se a sua escolha para governador justificava Augusto Leite no jornal “O Estado de Sergipe” de 01/12/37 p.3: “Unionista integral, gozando da integral confiança do seu partido, com vasto círculo de relações pessoais, não tendo incompatibilidade dentro do PSD e vestindo com seu competido a farda – outro não devia ser senão ele o nosso candidato. Ver DANTAS, José Ibarê Costa (1983).

estatal. A Usina de Pedras do Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado tornava-se um dos principais centros de decisão política do estado, restaurando a elite do açúcar (a aristocracia da sociedade sergipana) ao poder político de maior importância do que da República Velha pela maior dimensão do papel do Estado, contudo, muito cedo as divergências dentro do grupo governista emergiram gerando uma cisão que favoreceu consideravelmente os oposicionistas. Foi criada uma pluralidade de entidades de oposição disputando espaços ideológicos como a União Feminina do Brasil, a Frente Única Antifacista e Antiguerreira de Sergipe e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) o que levou a uma polarização para a agressividade mútua.

Em plena crise do governo local, surge nacionalmente o movimento denominado Intentona Comunista que criou um estado de alerta geral, sendo o governador sergipano autorizado pelo presidente a intensificar a repressão local. No período de 1936/1937, o governo sergipano passou a divulgar propaganda de cunho ideológico e reprimir violentamente os opositores censurando e fechando jornais, prendendo estudantes e jornalistas e perseguindo adversários políticos no interior do Estado. A oposição não arrefeceu e na Assembleia Legislativa defendiam o *impeachment* do governador Eronides de Carvalho enquanto nacionalmente se discutia a sucessão presidencial. Neste interim, Vargas com apoio de militares e integralistas anunciou o golpe de Estado denominado Estado Novo.<sup>219</sup>

Em Sergipe, o período de 1937/1945 também foi marcado pela intervenção militar no governo, contando-se três militares que se sucederam no governo do Estado: Eronides Carvalho que permaneceu até julho de 1941, capitão Milton Azevedo até março de 1942 e o tenente Augusto Maynard que ficou até a queda do regime ditatorial. Uma das primeiras medidas de Eronides de Carvalho foi reprimir os adversários, derrubando todos os chefes do Poder Executivo municipal que não eram de sua confiança, substituindo-os, em sua maioria, pelos membros da elite açucareira<sup>220</sup>.

O crescimento do país a partir de 1935 possibilitou a realização de várias obras pela interventoria, mas os cidadãos insatisfeitos com o governo passaram a informar o governo federal do mau uso do dinheiro público no estado, denúncias confirmadas pelo major Maynard que comandava o 28º Batalhão de Caçadores e fazia oposição ao interventor. As acusações levaram Vargas a designar comissão federal para

<sup>219</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit. P. 87 e segs.

<sup>220</sup> Estavam incluídos entre os prefeitos nomeados os principais chefes do setor açucareiro: Gonçalo Rollemberg do Prado em Maroim; Arioaldo Barreto em Capela; Aldebrando Franco de Menezes para Laranjeiras; José Sobral Garcez para Itaporanga; Francisco Leite Filho para Riachuelo; Otávio Acyoli Sobral para Japaratuba. Para mais informações ver DANTAS, José Ibarê Costa (2004), op. cit.

fazer auditoria, confirmando várias irregularidades denunciadas levando a exoneração do interventor, que renunciou quando foi chamado ao Rio de Janeiro pelo presidente.

Vargas transferiu o cargo para o Capitão Milton Azevedo para não nomear imediatamente o adversário político de Eronides Carvalho, Augusto Maynard. O interventor nomeado era relativamente desconhecido da população sergipana, tinha figurado como capitão ajudante de Maynard no 28º Batalhão de Caçadores e fora transferido para o Rio de Janeiro no governo de Eronides de Carvalho, tendo retornado como governador por indicação de Maynard a Vargas. Ao assumir o governo, escolheu seus auxiliares dentro do grupo “maynardista”, dentre eles, o bacharel Carvalho Neto (Antonio Manuel de) que já exercera a função de Consultor Jurídico do Estado na gestão de Maynard volta a ocupar o cargo; o bacharel Francisco Leite Neto (genro de Carvalho Neto), inicialmente respondera pela Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, bem como pela Secretaria da Fazenda, até que esses órgãos fossem unificados como Secretaria Geral, o que lhe dava amplos poderes.

Os membros da administração pública estadual foram substituídos por notórios amigos, correligionários e até parentes de Maynard, como o bacharel advogado Álvaro Fontes da Silva que fora seu fiel servidor na primeira gestão<sup>221</sup>. Na linha da relação familiar, os irmãos de Francisco Leite assumiam importantes cargos públicos: o engenheiro José Rollemberg Leite ia para o Departamento de Educação e Obras e o bacharel Gonçalo Rollemberg Leite<sup>222</sup> seria Procurador Geral do Estado.

A sua gestão era marcada pelo afastamento do poder dos usineiros que estavam com Eronides de Carvalho, mas entre 1941 e 1942, o Coronel Gonçalo Prado busca uma reaproximação com Maynard. Em março de 1942, Vargas, pressionado por compromissos políticos assumidos, exonera o Capitão Milton Azevedo e nomeia Maynard de volta a interventoria em Sergipe sete anos após a sua renúncia.<sup>223</sup>

<sup>221</sup> Ver DANTAS, Ibarê (2004), op. cit. e FIGUEIREDO, Ariosvaldo (1986), op. cit.

<sup>222</sup> Era filho Silvio César Leite e Lourença Rollemberg Leite. Pelo lado paterno era neto de Gonçalo de Faro Rollemberg, barão de Japarutuba e bisneto do senhor de engenho Manuel Rollemberg de Azevedo e de Antônia Caldas de Moura Accioli. Pelo lado materno era neto do barão da Estância e bisneto do barão de Itaporanga. Sua família, numerosa e importante, carregava dois imponentes sobrenomes: Leite, de Riachuelo, e Rollemberg, de Itaporanga e de Japarutuba. Entre os tios, de sobrenome Leite, Augusto César Leite pontificou na medicina, com incursão vitoriosa na política, e Júlio César Leite, na atividade industrial e também na política, como senador da República. Entre os irmãos, ostentando o Rollemberg como neto do senador e Barão de Japarutuba, e sendo, ainda, bisneto do Barão de Estância, se destacaram, no seu tempo, José Rollemberg Leite, engenheiro, professor, governador do Estado por duas vezes, Francisco Leite Neto, advogado e político, Alfredo Rollemberg Leite, jornalista, político e advogado, Márcio Rollemberg Leite, intelectual. Ver BARRETO, Luiz Antonio. **Gonçalo Rollemberg Leite**. Disponível em

[http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=53437&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=53437&titulo=Luis_Antonio_Barreto) e

<sup>223</sup> Cf. DANTAS, José Ibarê Costa (1983), op. cit., p.164/169

O tenente que governou de 1930 a 1935, saiu do cargo major e em 1942 volta como coronel, conseguiu manter o prestígio político através das relações pessoais que manteve com o poder central sempre fiel a Vargas, o que o manteve em Sergipe sempre no desempenho de algum cargo elevado, preservando o prestígio junto aos setores populares da capital que o cultuavam como ídolo político e “revolucionário”.

O novo interventor incorporou alguns técnicos ou burocratas da gestão anterior e manteve na Secretaria Geral o bacharel Francisco Leite Neto, que daria rumos próprios à administração, coordenando políticas e formando seu próprio grupo político. A teia de relações familiares aproximou os usineiros do governo a partir do casamento de uma filha de Maynard com um membro da família Garcez (1937) altamente influente na política local numa clara estratégia de reprodução familiar para a soma dos capitais econômicos e políticos, sendo que seu genro acaba por ser nomeado como Prefeito da capital, o que contribuiu para a aproximação de seu grupo de influências (famílias Garcez e Sobral, entre outros ligados ao açúcar e à pecuária) da política do governo<sup>224</sup>, demonstrando que, como afirma Saint Martin<sup>225</sup>, diferentes grupos de elite acionam estratégias de reproduções diferentes a fim de manter ou melhorar a sua posição e a de seus filhos na estrutura social (como as estratégias matrimoniais, por exemplo), sendo que tais estratégias nunca são utilizadas somente para uma única finalidade.

A interventoria de Maynard transcorre sem maiores sobressaltos até a queda da censura no sul do país e a anúncio das eleições gerais em fevereiro de 1945 quando se acelera o movimento de reorganização partidária, delineando-se uma nova configuração de forças.

No período pós-revolucionário (1930-1945), nove bacharéis assumiram o cargo de Procurador Geral do Estado de Sergipe.

---

<sup>224</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p.88/116

<sup>225</sup> Cf. SAINT MARTIN, Monique. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França.** Revista TOMO Nº13, São Cristóvão: UFS, jul/dez 2008. p.57



### Quadro 6

Procuradores Gerais do Estado no período pós Revolução de 1930 até 1945

<b>Procurador Geral</b>	<b>Ano de posse</b>
Alexandre Lobão	1933-1934
Hunald Santaflor Cardoso	1934-1935
Alexandre Lobão	1935
Adolfo Ávila Lima	1935-1937
Juarez Figueiredo	1937-1938
Aberlardo Maurício Cardoso	1938-1939
Álvaro Andrade	1939-1941
Luiz Magalhães	1941-1942
Mário de Menezes	1942
Gonçalo Rollemberg Leite	1942-1955

Fonte: Arquivo Judiciário de Sergipe

Em contrapartida, na chefia do governo do Estado, entre 1930-1945, não há nenhum bacharel, sendo o Poder Executivo monopolizado por militares, conforme se vê no quadro abaixo:

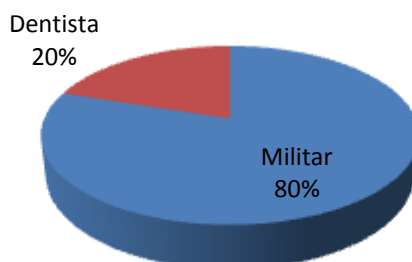
### Quadro 7

Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1930-1945)

<b>Nome</b>	<b>Formação profissional</b>	<b>Período de governo</b>
Eronildes Ferreira de Carvalho	Militar	16.10.1930 a 20.10.1930
José de Calazans	Militar	10.11.1930 a 16.11.1930
Augusto Maynard Gomes	Militar	16.11.1930 a 27.03.1935
Aristides Napoleão de Carvalho	Dentista	27.03.1935 a 02.04.1935
Eronildes Ferreira de Carvalho	Militar	02.04.1935 a 09.07.1941
Milton Pereira de Azevedo	Militar	09.07.1941 a 27.03.1942
Augusto Maynard Gomes	Militar	27.03.1942 a 27.10.1945

Fonte: DANTAS, Ibarê (2004)

**Gráfico 5**  
Governadores de Sergipe por profissão (1930/1945)



Fonte: Autor

Como se pode notar, a intensa disputa pelo poder dentro do espaço político com o grupo dos militares em ascensão desde a proclamação da República levou a reestruturação do espaço social dos bacharéis sergipanos que, através do mecanismo de especialização da sua função dentro do aparato burocrático do Estado pela reivindicação da posse exclusiva do conhecimento jurídico (validado pela posse do diploma) que o habilitaria a "dizer o direito", permite a permanência deste grupo no poder político do Estado, em cargo de prestígio e destaque, numa bem sucedida estratégia de reconversão que, conforme Saint Martin<sup>226</sup>, supõe "uma forma de ruptura com a herança, uma dissolução dos antigos recursos e uma recomposição destes recursos em bases diferentes, bem como uma reconstrução identitária.

#### 2.1.3.2. A democracia pós-Estado Novo e a volta dos bacharéis ao espaço político:

No realinhamento partidário que se segue ao anúncio de eleições, a elite política sergipana se organiza basicamente através de três grupos políticos. O primeiro liderado por Leandro Maciel, Partido Social Democrático (PSD), com raízes na República Velha, onde já se encontravam integrantes da futura União Democrática Nacional (UDN); contava com o jornal Correio de Aracaju como órgão do partido, comprado pelo bacharel e advogado Luiz Garcia, uma das principais figuras do grupo. Concorreu para o fortalecimento desta agremiação política o apoio da família dos Prado Franco<sup>227</sup>, que se tornou durante o Estado Novo, um dos clãs mais próspero do Estado, proprietários de usinas e bancos.

Os irmãos Prado Franco (José, Walter, Augusto e Flávio) fundaram indústrias têxteis e Walter do Prado Franco conseguiu a direção do Sindicato da Indústria do Açúcar em Sergipe, ainda nos anos quarenta, sendo o órgão de classe mais poderoso do Estado. Concorreu para o progresso do clã e sua integração no grupo a participação do bacharel Luiz Garcia (líder do PSD na Assembleia 1935-1937) como advogado da família Prado Franco, inclusive na criação de novos empreendimentos.

---

<sup>226</sup> Cf. SAINT MARTIN (2008), op. cit., p. 65

<sup>227</sup> Para saber mais sobre o patronato da família Prado Franco em Sergipe ver SANTOS, David W.S. e LEANDRO, Hélio W.S. "Grandes Famílias" e estruturação do espaço do poder em Sergipe: reconversões sociais e esferas de atuação. **Rev. Scientia Plena**, Vol.6, Nº 12, 2010

O segundo grupo político é do próprio Maynard que como chefe da primeira interventoria (1930-1935) fundou o Partido Republicano de Sergipe que, após a aliança com os membros da ex-União Republicana de Sergipe (em especial os Garcez e os Sobral) recebeu a denominação de Partido Social Democrático (PSD), que contava com a hábil articulação política do bacharel Francisco Leite Neto, Secretário Geral do Governo.

O terceiro grupo se reunia sob a sigla do Partido republicano, com a liderança de Júlio César Leite, aglutinando os remanescentes da ex-União Republicana de Sergipe, grupo dos usineiros, que se fracionou após o golpe de 1937 atendendo a interesses familiares – parte aderiu a UDN, parte apoiou o governo incorporando-se ao PSD enquanto os demais ingressavam o Partido Republicano.

Contudo, a queda do presidente Vargas surpreendeu Maynard que voltava de viagem a Sergipe e foi preso em Salvador. Terminava o Estado Novo e abria-se uma nova página na política estadual.<sup>228</sup> O bacharel Francisco Leite Neto substituiu Maynard no governo e, em 05/11/1945, passou o cargo para o presidente do Tribunal de Justiça o bacharel Hunald Santaflor Cardoso que ficou até o ano seguinte. Por fim, o interventor foi substituído oficialmente com a nomeação do coronel Antonio Freitas Brandão, empossado em março de 1946 que manteve a organização política e a composição burocrática dos cargos estatais idênticas a do Coronel Maynard.

Para o pleito de 1947, disputavam os mesmos partidos políticos de outrora: PSD e UDN - o primeiro liderado pelo bacharel Francisco Leite Filho e no segundo se destacava Leandro Maynard Maciel<sup>229</sup>, filho do bacharel e político sergipano Leandro Siqueira Maciel. Novamente teríamos as alianças do PR (antes aliado a UDN) com o PSD (que se estenderia aos pleitos subsequentes), bem como a aliança do PCB com a UDN tentando eleger o bacharel e advogado Luiz Garcia.

O PSD/PR elege o engenheiro José Rollemberg Leite governador e faria outros governadores em pleitos subsequentes. Eleito numa coalizão conservadora através de uma campanha com ostensivo apoio da Igreja Católica, que fazia a propaganda anticomunista, o governador colocou, nos mais altos cargos públicos, os membros de sua base política, mantendo o seu irmão, o bacharel Gonçalo Rollemberg Leite no posto de Procurador Geral do Estado, cargo que vinha exercendo desde 1942 e no qual permanece até 1951. Também nomeou outro membro ilustre da família

<sup>228</sup> Cf. DANTAS, José Ibarê Costa (2004), op. cit. P. 171/183

<sup>229</sup> Para saber mais ver ANDRADE, Adailton. **Elite política em Rosário do Catete-SE: uma análise da trajetória de Leandro Maynard Maciel (1930-1975).** <http://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/10/elite-politica-em-rosario-do-catete-se.html>.

Rollemberg para o cargo de Chefe de Polícia do Estado, o bacharel Armando Leite Rollemberg<sup>230</sup>, seu primo.

José Rollemberg Leite conduziu um largo processo desenvolvimentista e apoiou a implantação do Ensino Superior no Estado. Em 1948, a implantação do Ensino Superior já havia sido iniciada com a fundação da Escola Superior de Química e a Faculdade de Ciências Econômicas, na qual já atuava muitos professores de direito a exemplo dos bacharéis Manoel Cabral Machado, João de Araújo Monteiro, Mário Cabral e Gonçalo Rollemberg Leite, irmão do governador e Procurador Geral do Estado.

Ainda no seu governo, em 28 de fevereiro de 1950, funda-se a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) que será dirigida pelo Procurador Geral do Estado e irmão do governador, Gonçalo Rollemberg Leite, contando com a colaboração dos juristas e intelectuais sergipanos<sup>231</sup> na criação deste espaço de socialização e formação dos membros das futuras elites do Estado, tanto jurídicas quanto políticas, ao favorecer, com ele, a constituição de redes e a aprendizagem de modos de gestão das relações e do exercício da autoridade.<sup>232</sup> A criação da faculdade de Direito em Sergipe ocorre dentro de um padrão bastante semelhante ao das outras províncias, como resultado de uma articulação entre o governo e a elite política e social local<sup>233</sup>, formatadas como "grande escola" sem ter, entretanto, caráter "público", fruto do hibridismo entre a "boa vontade" da elite e as "benesses do poder público"<sup>234</sup>. Aqui, a faculdade foi fundada por uma sociedade mantenedora com juristas ligados sobretudo ao Partido Social Democrático (PSD), ajudada com recursos públicos.<sup>235</sup>

O segundo governo PSD/PR abrange o quadriênio 1951/1955 e coincide com a época da política populista de Vargas. Em Sergipe, a novidade política fica por

---

<sup>230</sup> Esse foi o primeiro cargo público exercido pelo bacharel Armando Rollemberg Leite que a partir daí ocupou as cadeiras de Deputado Estadual, Deputado Federal e exerceu concomitantemente a função de professor da área de Direito nas faculdades de Sergipe. O início da carreira em cargo público de destaque proporcionou a sua nomeação para o Tribunal Federal de Recursos (1963), chegando a Ministro do Superior Tribunal de Justiça, cargo no qual de aposentou em 1991. Para mais informações consultar [http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?cod\\_matriculamin=0001135](http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?cod_matriculamin=0001135)

<sup>231</sup> Participaram da fundação da Faculdade de Direito de Sergipe juristas e intelectuais como Afonso Moreira Temporal, Alberto Bragança de Azevedo, Antonio Manuel de Carvalho Neto, Armando Leite Rollemberg, Augusto César Leite, Enoch Santiago, Francisco Leite Neto, Hunald Santaflor Cardoso, João de Araújo Monteiro, José da Silva Ribeiro Filho e José Temporal. Para mais informações ver CRUZ, Marcia Therezinha J. Olivera. **Intelectuais e Docência: Professores Fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe (1950)**. Artigo publicado no XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH, Natal:2013.

<sup>232</sup> Cf. SANTA MARTIN, Monique (2013), op. cit., p.52

<sup>233</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. In: CORADINI, Odacir Luiz (2008), p.71

<sup>234</sup> Ver VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

<sup>235</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p.158af

conta da aliança política de Eronides Cravalho com Maynard, antes inimigos políticos. Assume o governo Arnaldo Rollemberg Garcez, ex-membro da União Republicana de Sergipe e ex-aliado do interventor Eronides de Carvalho, governo que integrou. A sua vitória veio de uma eleição plena de violência e de um processo de apurações particularmente tumultuado, quadro agravado pela parcialidade de juízes e desembargadores que se deixavam envolver pelo partidarismo tornando-se o Tribunal um órgão meramente político, no qual venceria os pleitos o partido que tivesse mais simpatizantes.<sup>236</sup>

A morte de Vargas, neste período, gerou uma reação violenta contra os udenistas apontados como responsáveis pela tragédia, provocando assassinatos e depedrações. O líder udenista sergipano, Leandro Maciel, foi alvo de violência e a proximidade das novas eleições anunciava a impossibilidade de sua vitória diante do quadro político, mas que veio mesmo assim com pequena margem de votos, significando a alternância do poder. Contudo, o novo governo também foi marcado pelo signo da violência, aplicando os mesmos métodos do governo anterior na perseguição dos adversários. No plano nacional, a presença de João Goulart no governo fez crescer a polarização política entre a direita e a esquerda, refletindo-se, inclusive, no resultado da sucessão governamental em Sergipe.

Depois de Leandro Maciel, o bacharel e advogado Luiz Garcia que integrava o grupo dos Francos assume o governo do Estado, substituindo o seu chefe político e adotando uma postura política mais moderada. Encontrou o aparelho burocrático do Estado já sob o domínio dos seus correligionários da UDN, mas imprimiu feição pessoal ao seu governo ao montar seu secretariado permeado de forte presença familiar<sup>237</sup>. Durante seu mandato estiveram à frente da Procuradoria do estado os bacharéis João Marques Guimarães, Aloysio Barbosa Porto e Manoel Achilles Lima. Após ele, em pequenos mandatos-tampões passaram pelo governo os proprietários rurais Dionísio Araújo Machado e Horácio Dantas Góis - que passou apenas um dia no governo para passar o cargo para o último governador eleito antes da Ditadura Militar.

O governador subsequente foi o bacharel e advogado João de Seixas Dória que, a partir de 1962, era a principal liderança política sergipana já tendo ocupado o cargo de Secretário Municipal, Deputado Estadual e Deputado Federal. Fazia parte do grupo da UDN e contava com o apoio crítico do partido Comunista Brasileiro (PCB). Fez uma gestão voltada para a moralização e controle administrativos e atravessou um

---

<sup>236</sup> DANTAS, Ibarê (2004), op. cit. P.127/128

<sup>237</sup> DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p.134

período de dificuldades econômico-financeiras, agravadas pela seca que devastava o Estado. A partir de 1963, Seixas Dória era a principal liderança sergipana que galvanizava as transformações do movimento popular, chegando a anunciar que faria reforma agrária em Sergipe<sup>238</sup>. Durante a sua gestão, estiveram a frente da Procuradoria Geral do Estado os bacharéis Jaime de Araújo Andrade e Francisco Guedes de Melo. Alinhou-se com as políticas populistas de Goulart e após a sua deposição pelos militares em 1964, foi deposto, preso, levado a Salvador e depois desterrado na Ilha de Fernando de Noronha junto com o governador pernambucano Miguel Arraes.<sup>239</sup>

Neste período de abertura democrática, os advogados, representantes das oligarquias sergipanas, voltaram a ocupar também o espaço político, sendo maioria entre os que assumiram o governo do Estado neste período, seguida dos próprios membros da oligarquia que representavam, como se pode ver no quadro e no gráfico abaixo:

### Quadro 8

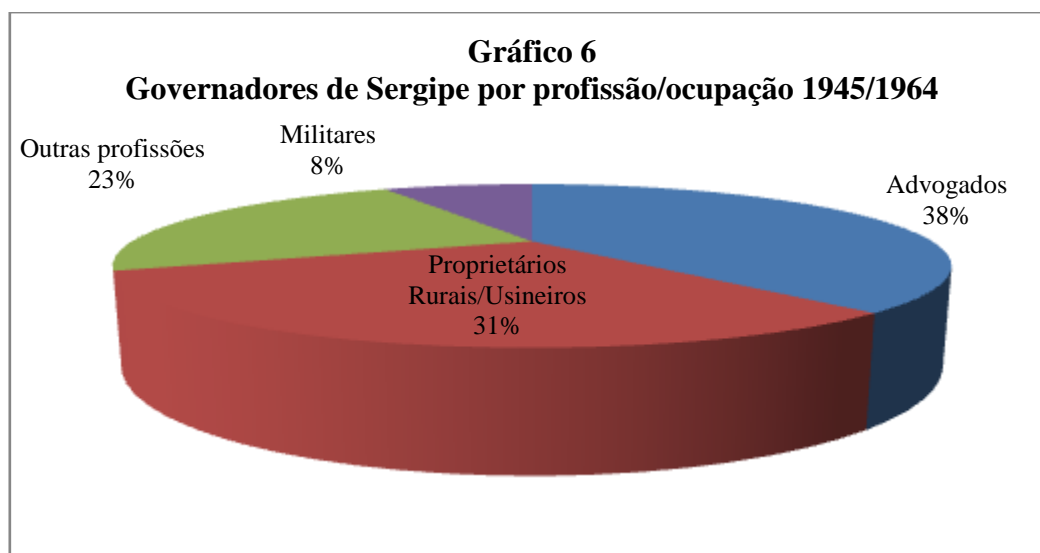
Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1945-1964)

Nome	Formação profissional	Período de governo
Francisco Leite Neto	Advogado	27.10.1945 a 05.11.1945
Hunald Santaflor Cardoso	Advogado	05.11.1945 a 31.03.1946
Antônio de Freitas Brandão	Militar	31.03.1946 a 31.01.1947
Joaquim Sabino Ribeiro	Industrial	30.01.1947 a 29.03.1947
José Rolemberg Leite	Engenheiro	29.03.1947 a 31.01.1951
João Dantas Martins dos Reis	Desembargador	31.01.1951 a 17.02.1951
Edélzio Vieira de Melo	Médico	17.02.1951 a 12.03.1951
Arnaldo Rolemberg Garcez	Prop. Rural	12.03.1951 a 31.01.1955
Leandro Maynard Maciel	Engenheiro	31.01.1955 a 31.01.1959
Luís Garcia	Advogado	31.01.1959 a 06.06.1962
Dionísio de Araújo Machado	Prop. Rural	06.06.1962 a 30.01.1963
Horácio Dantas de Góis	Prop. Rural	30.01.1963 a 31.01.1963
João de Seixas Dória	Advogado	31.01.1963 a 01.04.1964

Fonte: DANTAS, Ibarê (2004)

<sup>238</sup> DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p. 141/142

<sup>239</sup> Para maiores informações ver SEIXAS DÓRIA, João. **Eu, Réu Sem Crime**. Rio de Janeiro: Ed. Equador, s/d.



Além da ocupação direta de cargos político, neste período mais sete bacharéis ocupariam a função de Procurador Geral do Estado, a saber:

**Quadro 9**  
**Procuradores Gerais Do Estado (1945/1964)**

Procurador	Ano do mandato
Gonçalo Rollemberg Leite	1942-1955
João Dantas Martins dos Reis	1955-1958
João Marques Guimarães	1958-1961
Aloysio Barbosa Porto	1961
Manoel Achilles Lima	1961-1963
Jaime de Araujo Andrade	1963
Francisco Guedes de Melo	1963-1964

Fonte: Arquivo Judiciário de Sergipe

#### 2.1.4. Sergipe sob a tutela militar:

Instaurada a ditadura militar em Sergipe e deposto o governador, assumiu o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho (PSD). Compuseram o seu Secretariado os bacharéis Manoel Cabral Machado, João Moreira Filho e Gonçalo Rollemberg Leite,

este assumindo mais uma vez a Procuradoria Geral do Estado<sup>240</sup>. No plano nacional se desenhava uma nova ordem política com a substituição do multipartidarismo pelo bipartidarismo, sendo permitidos oficialmente apenas os seguintes partidos: a ARENA, como partido situacionista e o Movimento Democrático Nacional (MDB), como organização de oposição. Em Sergipe, a opção pelo situacionismo foi acentuada, tendo toda a Assembleia Legislativa optado pela ARENA, fato raro no Brasil à época.

A sucessão governamental, de acordo com as regras impostas pela ditadura militar, se daria de forma indireta, tendo a Assembleia Legislativa local a tarefa de votar uma lista tríplice de candidatos ao cargo, a ser submetida à escolha do Presidente da República. Feita a votação, embora o candidato Leandro Maciel obtido um número significativo de votos, seguido de Augusto do Prado Franco e Arnaldo Rollemberg Garcez, fora escolhido o médico baiano Lourival Batista e o bacharel Manuel Cabral Machado para vice-governador, figuras que nem mesmo figuraram na lista dos eleitos.

Lourival Batista tinha sido contemporâneo de Augusto do Prado Franco na Faculdade de Medicina da Bahia, foi convidado a atuar como médico nas fábricas de tecido da família Prado Franco em São Cristóvão, onde começou a preparar a sua base política, sendo prefeito da cidade, depois Deputado Estadual e Deputado Federal. Tomou posse como governador em 31.01.1967, numa gestão marcada pela violência e perseguição aos adversários, devidamente legitimada pelas regras do AI-5. O Consultor Jurídico do Estado nomeado era o bacharel Diógenes Santos Horta<sup>241</sup> e o Procurador Geral do Estado ainda era o bacharel Gonçalo Rollemberg Leite (até 1967), sucedido pelo bacharel Manoel Achilles Lima, que fica até o final do mandato do governador em 1970.

Neste período organizava-se em todo Brasil as movimentações estudantis de resistência contra a ditadura militar e, em Sergipe, o movimento que vinha se manifestando desde 1965 se estruturava definitivamente dentro da Universidade Federal de Sergipe<sup>242</sup>. Foi no diretório do Centro Acadêmico Sílvia Romero da Faculdade de Direito, em 1968, que o movimento tomou forma e projetou alguns bacharéis militantes para o campo político estadual, estando dentre eles: Wellington Manguiera, Jackson Barreto de Lima e João Augusto Gama da Silva, todos já, à época, filiados ao Partido

<sup>240</sup> Cf. DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 – partidos e eleições num Estado autoritário**. São Cristóvão:Ed.UFS, 2014, p.70

<sup>241</sup> Informação obtida em 11/11/2014 no relato oral do Professor de História, ex-membro do Conselho Estadual de Cultura, Luiz Fernando Ribeiro Soutello que compôs os quadros do funcionalismo do governador em questão.

<sup>242</sup> Em 1967 criou-se a Universidade Federal de Sergipe, como uma fundação pública, congregando todas as faculdades já existentes no Estado.



Comunista Brasileiro (PCB) e, depois, integrantes da lista dos estudantes punidos pelo AI-5, em 1969<sup>243</sup>. Esses agentes que protagonizaram a contestação à “ditadura militar” em Sergipe seguiram o padrão de especialização político-eleitoral já observado no destino social de outros militantes que se especializaram na ocupação de cargos eletivos, modalidade possível de carreira a ser seguida por eles<sup>244</sup>, contribuindo para a diversificação do espaço político sergipano a partir da abertura democrática. Somados à ativação do engajamento político como recurso de entrada no espaço político estão os capitais advindos da notoriedade gerada pela intervenção como intelectual apoiada no diploma de bacharel, da reputação de profissional liberal, das relações sociais adquiridas daí e da investidura partidária alicerçada no investimento precoce na “militância” em movimentos estudantis<sup>245</sup>.

O governador Lourival Batista antes de deixar o governo criou o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e nomeou para o cargo de Ministro<sup>246</sup>, boa parte de seus auxiliares de governo, a exemplo do economista Gilson Cajueiro de Holanda e o próprio vice-governador o bacharel Manoel Cabral Machado. A ida do vice-governador para o TCE gerou um problema na sucessão, pois o governador Lourival Batista havia renunciado meses antes do final do mandato para concorrer ao Senado, substituindo-lhe nesse período o então presidente da Assembleia Legislativa Wolney Leal de Melo e também José Andrade Garcez até a nomeação de um novo Governador.

À época da sucessão fez-se uma lista de oito nomes<sup>247</sup> de políticos sergipanos aptos a assumir a governadoria e, em maio de 1970, o general Médici anunciava a nomeação do engenheiro Paulo Barreto de Menezes, pessoa sem qualquer

<sup>243</sup> Dos 32 estudantes listados para obter punição em 1969, 17 eram estudantes de Direito que, em anos posteriores integrarão a elite política e jurídica do Estado, com poucas exceções, sendo eles: Antonio Jacinto Filho, Benedito Figueiredo, Carlos Cleber Nabuco Teixeira, Elias Hora Espinheiro, Jackson Barreto de Lima, Jackson de Sá Figueiredo, João Augusto Gama da Silva, João de Deus Góes, Jonas da Silva Amaral Neto, José Anderson do Nascimento, José Sérgio Monte Alegre, Josefa Lourindo Novais, Mário Jorge Menezes Vieira, Moacir Soares Mota, Otoniel da Silva Vieira neto, Paulo Perrocho Nou e Wellington Dantas Mangueira Marques. Cf. DANTAS, Ibarê (2014), op. cit., p.172

<sup>244</sup> Sobre o assunto ver REIS, Eliane T. dos. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odacir L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008 e REIS, Eliane T. dos. **Contestação, engajamento e militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2007.

<sup>245</sup> Sobre o tema consultar REIS, Eliane T. dos e GRILL, Igor Gastal. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil **Revista TOMO nº13**, São Cristóvão:UFS, 2008, p.127-168

<sup>246</sup> À época o cargo era denominado Ministro de Contas, depois passou a ser Conselheiro de Contas. Informação obtida no site do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

<sup>247</sup> Constavam na lista os seguintes nomes: Paulo Barreto de Menezes – indicado pelo Governador Lourival Batista, senador Júlio César Leite, Manoel Conde Sobral, Augusto do Prado Franco, José Passos Porto, Raimundo Menezes Diniz, Murilo Dantas e Djenal Tavares de Queiroz. Cf. Diário de Aracaju, 15/16.02.1970

militância política prévia, mas escolhido na linha do discurso da “tecnocracia” proposta pelos militares para a ocupação dos cargos políticos, sendo que a escolha se deve efetivamente à influência política de Lourival Batista que havia indicado o nome ao presidente. A ascensão do novo governador significou o ápice do ideário autoritário para Sergipe. Ele cercou-se de um secretariado “técnico”, mas quase todos os membros nomeados com vinculação aos grupos políticos da base<sup>248</sup>. Na frente do cargo de Procurador Geral de Sergipe estava o bacharel e advogado Gonçalo Rollemberg Leite, em mais um novo mandato, tendo se afastado em 1972 por problemas de saúde, assumindo então o Sub-Procurador Eduardo Cabral de Menezes<sup>249</sup>. Na seara política predominava a intolerância com os adversários e a oposição arrefecida no fim de seu governo que coincide com o período de distensão nacional, quando o general Ernesto Geisel assume a presidência.

Volta ao governo em 1974 José Rollemberg Leite que também adota a política de ocupação dos cargos públicos com “técnicos”, mas todos provenientes da elite política sergipana, como o bacharel e advogado Fernando Ribeiro Franco que ocupou as pastas da Justiça e Ação Social (1976), Agricultura (1977), Segurança Pública (1978). Teve como Consultor Jurídico o bacharel e advogado Carlos Augusto Ayres de F. Britto<sup>250</sup> e como Procurador Geral do Estado o bacharel Eduardo Cabral Menezes que continuou o mandato começado no governo anterior. Adotou uma política de conciliação e trabalhou para melhorar a estrutura básica do Estado. O final do seu governo alcançou o fim do bipartidarismo nacional e, em Sergipe, a antiga ARENA seria substituída pelo Partido Democrático Social (PDS), enquanto o MDB se

<sup>248</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p.187

<sup>249</sup> Cf. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, **O Ministério Público do Estado de Sergipe na História**. Aracaju: Sercore, 2010, p.25/26

<sup>250</sup> Nasceu em 18 de novembro de 1942, na cidade de Propriá, Estado de Sergipe, filho de João Fernandes de Britto e D. Dalva Ayres de Freitas Britto. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe em 1962, obtendo o diploma de Bacharel em 1966. A partir de 1967, passou a militar na advocacia. Realizou os cursos de pós-graduação em Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito de Sergipe (1974/1975); de Mestrado em Direito do Estado (1981/1982) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, e de Doutorado em Direito Constitucional (1998) por essa mesma Universidade. Em Sergipe exerceu os cargos de Consultor-Geral do Estado, de 15-3-1975 a 15-3-1979; de Procurador- Geral de Justiça, de 15-3-1983 a 27-4-1984; de Procurador do Tribunal de Contas, de 1978 a 1990; e de Chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado - CONDESE, de 1970 a 1978. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por decreto de 5 de junho de 2003, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ilmar Galvão, havendo tomado posse em 25 do mesmo mês. Aposentou-se por Decreto de 14 de novembro de 2012. É membro da Academia Sergipana de Letras, havendo publicado os seguintes livros de poesia: *Teletempo* (Ed. do autor, 1980); *Um lugar chamado luz* (Ed. do autor, 1984); *Uma quarta de farinha* (Editora ZNT, Curitiba, 1998); *A pele do ar* (Gráfica e Editora J. Andrade, Aracaju, 2001); *Varal de borboletas* (Gráfica e Editora J. Andrade, Aracaju, 2003) e *Ópera do Silêncio* (Editora Fórum, Belo Horizonte, 2005). Cf. Supremo Tribunal Federal. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=38>

fracionava no Partido Popular (PP), sob a liderança do engenheiro João Alves, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Surge, nessa época, no Estado, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em março de 1979, toma posse Augusto do Prado Franco, tendo como vice o general Djenal Tavares Queiroz, após empenhar-se desde 1965 para tornar-se governador. Os cargos públicos foram distribuídos entre membros da elite política composta de ex-udenistas e de políticos que tiveram na ARENA a sua escola partidária. Manteve seu primo, o bacharel Fernando Franco, no governo à frente da Casa Civil, até a sua nomeação como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado em 1980. Foi no seu governo que se instituiu a carreira do Ministério Público no Estado, criando-se o cargo de Procurador Geral de Justiça como chefe e dando-lhes atribuições específicas<sup>251</sup>, separadas das do Procurador Geral do Estado. Foi nomeado para o cargo de Procurador Geral de Justiça o bacharel Gilton Pinto Garcia e para o de Procurador Geral do Estado o bacharel José Bonifácio Fortes Neto.<sup>252</sup>

Desenvolveu uma política clientelista, empregando funcionários públicos sem seleção, bastando pertencer ao grupo político da base. Exercia o controle governamental dos meios de comunicação e governou com rédeas curtas contando com o apoio do Legislativo, do Judiciário e dos procuradores, empenhando-se em enfraquecer a oposição.<sup>253</sup> Em maio de 1982, Augusto Franco passou o cargo para o vice, general Djenal Tavares de Queiroz, para disputar uma cadeira de deputado federal, enquanto o filho, Albano do Prado Franco, concorreria ao Senado e o outro, Walter Franco, a Assembleia Legislativa, que alterou apenas seis nomes do Secretariado, mantendo-se a formação feita pelo ex-governador Augusto Franco. A gestão do general Djenal Tavares de Queiroz marca a transição do regime autoritário para o democrático no plano nacional, ganhando força com as eleições de 1982.

---

<sup>251</sup> Em todos os governos anteriores o Procurador Geral do Estado também era chefe do Ministério Público (MP) e tinha a atribuição de defender judicialmente o Estado. Quem realizava a consultoria administrativa era o Consultor Jurídico. Com a edição da Lei Estadual 2.257 de 16 de abril de 1980, a função de chefe do MP estaria a cargo do Procurador Geral de Justiça e o Procurador Geral do Estado congregaria as funções de defesa judicial do Estado e consultoria administrativa, extinto o cargo de Consultor Jurídico. O assunto será tratado com mais profundidade no próximo capítulo.

<sup>252</sup> Embora a Procuradoria do Estado ainda não figurasse como instituição, o governo contou com outros bacharéis que funcionavam como procuradores do Estado, a saber: Luiz José Azevedo Pereira de Melo, Mirena Dantas Fontes de Góes, Fernando Valadão, Deoclécio Vieira Filho, Guilhermino Resende Neto, Maria Angélica Menezes Valadão, Luiz Alves de Moraes Rego, Jadson Barbosa Matos, Jorge dos Santos, José Garcez Vieira Filho, Aerton Menezes Silva, Divaldo Santos Andrade, Angélica Maria de Campos Rollemberg, Venâncio Fonseca Filho, Matias Monteiro dos Santos, José Carlos Macedo dos Santos e Prêntice Luiz Pererira. Cf. Informações obtidas nos registros da Associação Estadual dos Procuradores do Estado, APESE.

<sup>253</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p.199/200

Curiosamente, durante a ditadura militar não houve o monopólio do cargo de governador por militares como no período pós-revolução de 30, nem o predomínio de bacharéis como em outras épocas da história política de Sergipe. Dos oito governadores, apenas um deles era militar que assumiu o cargo substituindo o titular sendo também proprietário rural e apenas um deles era advogado e empresário, que também assumira na condição de substituição do titular.

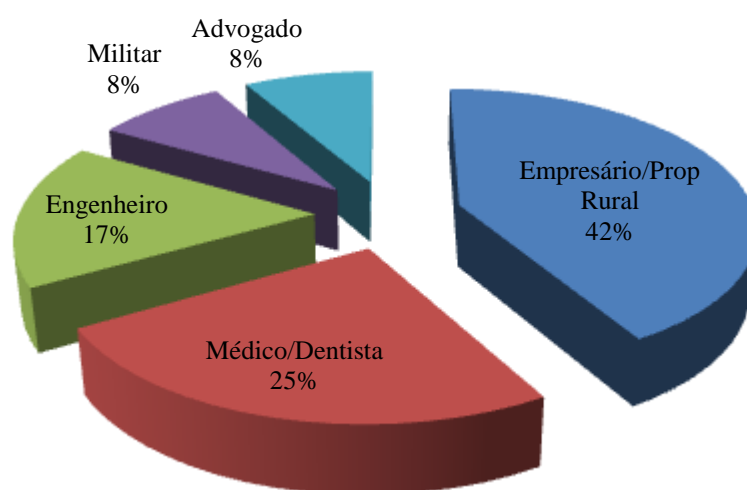
### Quadro 10

Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1964-1983)

Nome	Profissão	Período de governo
Sebastião Celso de Carvalho (1923/ )	Adv. e Empresário	02.04.1964 a 31.01.1967
Lourival Batista (1915/ )	Médico	31.01.1967 a 14.05.1970
Volney Leal de Melo (substituto)	Empresário	14.05.1970 a 04.06.1970
João Andrade Garcez	Dentista	04.06.1970 a 15.03.1971
Paulo Barreto de Menezes (1925/ )	Eng. Civil	15.03.1971 a 15.03.1975
José Rollemberg Leite (1912/2003)	Engenheiro e Prop. Rural	15.03.1975 a 15.03.1979
Augusto do Prado Franco	Médico e Empresário	15.03.1979 a 14.05.1982
Vice – Djenal Tavares de Queiroz (1916/1997)	Militar e Prop. Rural	14.05.1982 a 15.03.1983

Fonte: DANTAS, Ibarê (2004)

**Gráfico 7**  
Governadores de Sergipe por profissão (1964/1983)



Fonte: Autor

Pode-se dizer, portanto, que, no período militar, a elite oligárquica sergipana volta a ocupar diretamente o cargo de chefia política, relegando aos bacharéis a disputa pela ocupação dos cargos de poder e prestígio no espaço propriamente jurídico, tendo passado pela Procuradoria Geral do Estado os bacharéis:

**Quadro 11**  
Procuradores Gerais do Estado (1964/1980)

<b>Procurador</b>	<b>Ano do mandato</b>
Gonçalo Rollemberg Leite	1964-1967
Manoel Achilles Lima	1967-1970
Eduardo de Cabral Menezes	1972-1979
José Gilton Pinto Garcia*	1979-1980* <sup>1</sup>
José Bonifácio Fortes Neto*	1980-1983* <sup>2</sup>

Fonte: Arquivo Judiciário de Sergipe (com adaptações)<sup>254</sup>

\*<sup>1</sup> José Gilton Pinto Garcia assumiu, a partir de 1980, a chefia exclusiva do Ministério Público, no cargo de Procurador Geral de Justiça

\*<sup>2</sup> José Bonifácio Fortes Neto foi nomeado para a chefia dos procuradores de Estado, a partir da divisão destas funções das do Ministério Público, que se deu em Sergipe no ano de 1980, através de lei estadual.

2.1.5. A redemocratização e a institucionalização da advocacia pública em Sergipe:

No Estado de Sergipe, no primeiro pleito eleitoral após o período da ditadura militar vencia as eleições pelo voto direto o engenheiro e ex-prefeito da capital<sup>255</sup> João Alves Filho. Embora tenha feito oposição ao ex-governador Augusto Franco no início do seu mandato, contou com o apoio da família Prado Franco para vencer as eleições, pois ainda naquela época transferiu-se do PP para o PDS tornando-se aliado, estabelecendo relações pessoais e políticas com o grupo Franco, devidamente reconvertidas em um trunfo utilizado para vencer o pleito eleitoral.

João Alves Filho assume em março de 1983 já demonstrando sinais de que intencionava afastar-se do grupo político dos Francos e resistindo em aderir ao processo nacional de abertura política, sem engajar-se na Campanha das Diretas e estimulando aliados a se manifestarem contra o pleito, sendo o último governador brasileiro a aderir ao movimento da Frente Liberal e à candidatura de Tancredo Neves. Os cargos públicos

<sup>254</sup> As adaptações foram feitas a partir das informações obtidas pelo relato oral do economista Luiz Fernando Ribeiro Soutello, que fazia parte do quadro administrativo do governo, à época.

<sup>255</sup> João Alves Filho foi prefeito de Aracaju/Se entre 1975/1979 indicado pelos militares durante o governo José Rollemberg Leite.

de seu governo foram ocupados por membros políticos de seu agrupamento, concedidas ao grupo dos Francos as pastas da Fazenda e da Educação. Assumiu o cargo de Procurador Geral nessa época o bacharel Carlos Alberto Sobral de Souza, que era advogado da construtora Habitacional de propriedade do governador, passou pelo cargo de Procurador Geral, depois Secretário de Segurança Pública no mesmo governo e foi nomeado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e também João Bosco de Santana Moraes, que depois se tornaria desembargador do Tribunal do Trabalho em Sergipe.<sup>256</sup>

Em 1985 fez aliança com o líder do PMDB José Carlos Teixeira que assumia a prefeitura da capital durante os sete meses que faltavam para a eleição e lançaram o bacharel Jackson Barreto como candidato a prefeito, enfrentando o também bacharel Gilton Garcia<sup>257</sup> candidato do grupo dos Francos, o bacharel Marcelo Déda Chagas pelo PT e o também bacharel e empresário Nelson Araújo pelo Partido Liberal (PL), vencendo o candidato do governador com a maior votação proporcional do país ao aliar a notoriedade adquirida na militância estudantil e no exercício da profissão aos recursos econômicos e políticos.

Na sucessão do governo a aliança PMDB/PFL desfez-se, lançando-se José Carlos Teixeira como candidato do grupo dos Francos (PL) em oposição ao governo que lançou o bacharel Antonio Carlos Valadares (PFL), tendo ainda a candidata do PT, a professora Tânia Magno da Silva.<sup>258</sup> Numa época de maior abertura política em que aumentava a participação da esquerda na política nacional, Sergipe andou na contramão mantendo a tradição política conservadora e elegendo o único candidato a governador do Brasil pelo PFL, graças ao empenho do então governador João Alves, evitando a alternância do poder. João Alves deixa o governo com o Estado numa situação financeira difícil, com muitas dívidas oriundas de vários empréstimos que contraiu para realizar obras. Suas contas tinham sido apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado e

---

<sup>256</sup> Conforme informações obtidas pelo relato oral do economista e professor Luiz Fernando Ribeiro Soutello, assessor do governo João Alves.

<sup>257</sup> Gilton Garcia, filho do bacharel e ex-governador do Estado Luiz Garcia, havia ocupado os cargos de Procurador do Tribunal de Contas e Procurador Geral do Estado/Procurador Geral de Justiça (1979-1982) no governo de Augusto Franco. Formado pela Universidade Federal de Sergipe em 1963, também foi professor da faculdade de Direito, deputado estadual em 1962 e presidente da OAB/SE (1975/1979). BARRETO, Luiz Antonio Barreto. Blog Portal Infonet. [http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=35500&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=35500&titulo=Luis_Antonio_Barreto)

<sup>258</sup> Para mais informações ver DANTAS, José Ibarê Costa. **Eleições em Sergipe - 1985/2000**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

havia um parecer do conselheiro, Gilson Cajueiro de Holanda<sup>259</sup>, de 07 de maio de 1987, manifestando-se pela rejeição das contas do governo no exercício financeiro de 1986.<sup>260</sup>

Antonio Carlos Valadares assume em março de 1987, nomeando um secretariado composto por 25 nomes, a fim de manter os 12 nomeados na gestão do ex-governador João Alves seu aliado político e incorporar os seus, a despeito da condição financeira do Estado. Passou por um período de intensa pressão das várias categorias do funcionalismo público, utilizando-se de métodos repressivos pouco tolerantes. Sendo o único governante do PFL, empenhou-se para que o presidente José Sarney nomeasse João Alves Filho em algum Ministério Federal como forma de obter verbas para o Estado, conseguindo o Ministério do Interior. Na capital, o seu aliado Jackson Barreto, embora amplamente apoiado pelo povo, sofreu acusações de improbidade com parecer do Tribunal de Contas pedindo a intervenção na prefeitura municipal.

Durante o seu governo, promulga-se a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 132, incumbiu a Procuradoria Geral do Estado da consultoria jurídica e a representação judicial do Estado, criando em âmbito nacional uma carreira específica para os advogados públicos e devidamente institucionalizada. Em Sergipe, a Procuradoria do Estado de Sergipe foi criada formalmente como instituição em 1988, tendo como primeiro Procurador Geral nomeado a bacharela e advogada Maria Angélica Menezes Valadão (1988-1989), esposa do Conselheiro de Contas Gilton Cajueiro de Holanda, que havia emitido o parecer rejeitando as contas do governador anterior João Alves Filho, aliado político de Antonio Carlos Valadares<sup>261</sup>. A advogada exercia a função de advogada pública desde o governo de Augusto Franco, tendo sido um dos membros fundadores da Associação dos Procuradores do Estado de Sergipe (APESE), em 1983<sup>262</sup>. Segundo informações dadas por ela mesma em entrevista, a sua entrada no Estado se deu através de um concurso público realizado, sendo depois transferida para a função de procuradora, em virtude de sua formação profissional<sup>263</sup>.

Ainda no mandato do governado Antonio Carlos Valadares, assumiu a Procuradoria Geral do Estado o bacharel Manoel Cabral Machado, advogado com

<sup>259</sup> O economista Gilson Cajueiro de Holanda tinha sido secretário de Estado do ex-governador Augusto Franco, neste pleito não mais aliado de João Alves Filho, e fora nomeado por Augusto Franco para compor o Tribunal de Contas do Estado como Conselheiro.

<sup>260</sup> Cf. **Jornal de Sergipe**, 24/25.06.1987.

<sup>261</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit., p.233

<sup>262</sup> Cf. Informação obtida em relato oral da procuradora do Estado aposentada Maria Angélica Valadão a autora.

<sup>263</sup> Entrevista realizada em novembro de 2015.

grande passagem pela vida administrativa de Sergipe, passando pelos governos de José Rollemberg Leite, Seixas Dória, Celso Carvalho e no de Lourival Batista como vice-governador, quando foi nomeado no recém criado Tribunal de Contas do Estado, do qual estava aposentado desde 1986.

A crise política levou o então governador a firmar o "acordão", unificando as principais lideranças do Estado na coligação denominada "Aliança Democrática" (PFL/PMDB/PL/PJ), juntando aos governistas os grupos Franco e Teixeira e lançando o médico Lauro Maia para prefeito da capital, que enfrentaria a força do carisma de Jackson Barreto, agora filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e oposicionista ao governo após renunciar a prefeitura da capital para apoiar o bacharel e advogado Wellington Paixão para a vaga de prefeito. Jackson Barreto, agora uma liderança política constituída, venceu o pleito elegendo o seu candidato, inobstante o favoritismo inicial do candidato do PT o bacharel Marcelo Deda Chagas, político cuja projeção se deu a partir da militância estudantil, iniciada ainda na escola secundarista e estendida a Universidade Federal quando integrou o DCE e participou da primeira greve da instituição<sup>264</sup>.

No plano político nacional, vencia o candidato do PFL, Fernando Collor de Melo, apoiado em Sergipe pelo grupo dos Francos, fato que os deixou fortalecidos<sup>265</sup>. O governador Antonio Carlos Valadares conseguiu articular uma aliança entre Albano Franco e João Alves para a sucessão governamental com relação ao pleito 1991/1994, lançando o primeiro para o Senado pelo Partido Republicano Nacional (PRN) e o segundo novamente ao governo do Estado pelo PFL, numa das maiores coalizões políticas da história da política sergipana, sendo que a vitória de ambos representou a vitória do patronato urbano e rural e dos os grupos conservadores da elite política sergipana.<sup>266</sup>

Respaldado por uma votação consagradora, João Alves Filho montou um secretariado com fiéis servidores de administrações anteriores, nomeando pouca gente indicada pelos aliados. A Procuradoria Geral do Estado cuja chefia estava ocupada por Manoel Cabral Machado até 1991, teve a nomeação do bacharel Carlos Alberto Sobral de Souza no ano de 1992, quando já era Conselheiro do Tribunal de Contas. Em seu

<sup>264</sup> As informações sobre a trajetória de Marcelo Déda Chagas e do seu governo foram obtidas junto ao Instituto Marcelo Déda em Aracaju/SE.

<sup>265</sup> O então Ministro do interior, João Alves Filho, se afastou do candidato nacional do PFL e apoiou a candidatura de Sílvia Santos, ficando sem opções após a sua impugnação. Para mais informações ver DANTAS, José Ibarê Costa. **Eleições em Sergipe – 1985/2000**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

<sup>266</sup> Para outras informações ver DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.



lugar assume até o final do mandato de João Alves Filho (1994), o bacharel e advogado Luiz Antonio Silveira Teixeira, pessoa da confiança do governador, que teria funcionado como advogado do partido e do governador pessoalmente, antes dele assumir o cargo<sup>267</sup>.

João Alves Filho tinha uma situação política confortável por deter a maioria nas bancadas do Senado, da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa, contando apenas no plano estadual com uma oposição ruidosa. Jackson Barreto, agora filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e unido a uma ala do PT, derrota o candidato da situação à prefeitura da capital, o deputado estadual Reinaldo Moura, e elege o bacharel João Augusto Gama prefeito de Aracaju, seu colega de militância política universitária.

Embora, nacionalmente, o PFL estivesse constrangido com o afastamento por *impeachment* do presidente Fernando Collor, João Alves Filho governava com apoio das instituições políticas e jurídicas,

Nenhum dos principais grupos políticos do Estado lhe fazia oposição. Os Francos, que dantes passaram de aliados a adversários, desta vez evitaram hostilizá-lo. Na Assembleia poucos deputados questionavam seus projetos e suas realizações. (...) No Ministério Público, embora os promotores de um modo geral viessem atuando com certa vigilância, a relação do Procurador Geral com o governo e de boa parte dos demais procuradores amorteceu a atuação do órgão, sobretudo quando, atendendo a pleitos políticos, deixava de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça. No que concerne ao Tribunal de Contas, o controle que o governador exercia era ainda maior. Quando um ou outro membro se manifestava contra a aprovação de suas contas, como ocorreu em 1993, logo o problema seria contornado pela maioria esmagadora. Quanto ao Tribunal de Justiça, sempre atuou como aliado do Executivo, parecendo até um órgão governista de caráter político.<sup>268269</sup>

O movimento político para a sucessão de João Alves, referente ao pleito 1995/1998, ameaçou romper o controle da elite que há muito controlava a política e as instituições estaduais. Num enfrentamento do candidato situacionista Albano Franco com Jackson Barreto, aliado aos partidos de oposição (principalmente PT e o Partido Comunista do Brasil – PC do B), a vitória só viria num segundo turno diante de uma participação massiva da ala conservadora da elite política e com a colaboração das instituições públicas.<sup>270</sup>

<sup>267</sup> Cf. Depoimento dado por Elcarlos Mendonça Cruz e Carlos Alberto Pereira Batalha de Matos à autora, ambos correligionários políticos do ex-governador João Alves e integrantes dos cargos de governo à época, em agosto de 2015.

<sup>268</sup> Cf. DANTAS, Ibarê (2004), op. cit. P.245/246

<sup>269</sup> Para mais informações sobre a situação política local ver o jornal **O Estado de Sergipe**, 16 a 22.08.1993

<sup>270</sup> Sobre o tema ver DANTAS. Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985/2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

Albano Pimentel do Prado Franco assume em 1995 como membro do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB), ocupando os cargos da burocracia estatal a partir das demandas dos aliados. Na Procuradoria Geral do Estado, chefiaram o bacharel Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila, que saiu após a sua nomeação como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e sucedeu o bacharel e membro da Procuradoria do Estado Roberto Eugênio da Fonseca Porto, que também foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça pelo governador Albano Franco.

Durante o seu governo, rompeu politicamente com os ex-governadores e antigos aliados João Alves Filho e Antonio Carlos Valadares, unindo-se ao seu mais tradicional adversário, Jackson Barreto, lançando-o a vaga do Senado ao tempo que obtinha o seu apoio para concorrer à reeleição para o cargo de governador<sup>271</sup> no pleito de 1998. Vencendo num segundo turno, também fez maioria na Assembleia Estadual, elegeu o maior número de prefeitos e governou com ampla influência nas instituições jurídicas do Estado. Para o Senado perderia a disputa para João Alves Filho que elegeu a esposa Maria do Carmo Alves, mas, em contrapartida, o governador Albano Franco elegeria dois sobrinhos, um deputado federal e outro estadual, marcando a continuidade do poder da família Franco.

A exemplo do governo anterior, o governador Albano Franco gozava de muita influência nas instituições jurídicas como o Ministério Público, o Judiciário e o Tribunal de Contas, havendo diversas denúncias nos jornais da época sobre a atuação pessoal de magistrados, Ministério Público e da Corte de Contas, muitas vezes coniventes com as ações do governo, cuja legalidade estaria sendo questionada.<sup>272</sup>

Na chefia da Procuradoria Geral do Estado esteve o procurador de carreira Roberto Eugênio da Fonseca Porto (1996-2001), sendo nomeado como desembargador para o Tribunal de Justiça do Estado, substituído por José Garcez Vieira Filho, neto do ex-governador do Estado o coronel Augusto Maynard Gomes e que já tinha ocupado o cargo de secretário de Segurança Pública em 1986, no governo João Alves Filho.

Em 2000, num cenário de denunciismo político contra o governo de Albano Franco, o PT assume a prefeitura da capital com a vitória do bacharel e advogado Marcelo Deda Chagas, no primeiro turno, representando a manutenção do bloco esquerdista na capital desde 1984, quando foi eleito o também bacharel Jackson Barreto,

---

<sup>271</sup> Para mais informações ver SANTANA, Kátia. **Ecos da Política**. Aracaju: Instituto Desenvolver, 2001.

<sup>272</sup> Cf. **Cinform**, 29/11 a 05/12/1999, 12 a 18/04/1999, 14 a 20/06/1999, 10 a 16/05/1999, 07 a 13/08/2000; BRAYNER, Diógenes. **Gazeta de Sergipe**, 02/08/2003, 08/08/2000; **Folha de São Paulo** 08/08/2000.

de quem Marcelo Déda teve apoio político<sup>273</sup>. O então prefeito, bacharel Marcelo Déda, teria construído uma carreira política cujo capital foi angariado pela militância iniciada na época de estudante secundarista, não mantendo, até então, relações pessoais com a elite política do Estado, unindo a notoriedade conquistada com o seu engajamento juvenil e no exercício da profissão na defesa de causas à força política de Jackson Barreto, liderança já consolidada no Estado. O recurso mobilizado para a entrada de Marcelo Déda no campo político se daria através aquilo que Bourdieu<sup>274</sup> classificou como capital político pessoal, que seria

...frequentemente produto da conversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência.

Contudo, a vitória de João Alves Filho na sucessão governamental de 2002 e a eleição do candidato a senador, apoiado por João Alves, o bacharel e advogado José de Almeida Lima, demonstrava a tendência conservadora da política sergipana.

Durante o terceiro mandato de João Alves Filho (2003/2006), figuraram na Procuradoria Geral do Estado, como chefes, o bacharel Antonio José da Rocha Messias (2003/2004), que era advogado do partido do governador durante o período eleitoral, sendo sucedido pelo bacharel e procurador do Estado de carreira, Edgard D'Ávila Melo Silveira (2004 a 2006), que já havia ocupado outros cargos de confiança na burocracia do Estado, em gestões de João Alves Filho. Nas eleições municipais que viriam, a capital mantém uma postura oposicionista reelegendo no primeiro turno o bacharel Marcelo Déda para prefeito, que depois viria a disputar a sucessão governamental em 2006 com João Alves derrotando-o num primeiro turno.

O primeiro governo de Marcelo Déda trouxe uma renovação dos quadros da burocracia estadual. Muitos bacharéis assumiram cargos na burocracia pública estadual como: Clóvis Barbosa de Melo<sup>275</sup>, - advogado que teria assumido a Secretaria de Governo e a Procuradoria Geral do Município na gestão do agora governador Marcelo Déda enquanto prefeito -, assumiria a Secretaria de Governo; Elber Andrade Batalha de Góis, defensor público de carreira que assumiria a chefia da Defensoria Pública; Benedito de Figueiredo, ex-vice governador do Estado, assumiria a Secretaria de

<sup>273</sup> Cf. Jornal do Dia, **A Direita volta ao poder em Aracaju**, 08/10/2012.

<sup>274</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. La Representation politique; Éléments pour une théorie du champ politique. In: **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, (36/37), fev, 1981, p.18

<sup>275</sup> Clóvis Barbosa de Melo seria nomeado em 2009, pelo então governador Marcelo Déda, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, servindo os cargos públicos ocupados nas gestões da prefeitura da capital e no Estado como trampolim para o cargo de Conselheiro.

Justiça; Kércio Pinto, Delegado Federal concursado, assumiria a Secretaria de Segurança Pública; João Augusto Gama, ex-prefeito da capital que apoiara Marcelo Déda na eleição de prefeito, assumiu a Secretaria de Turismo; José Renato Vieira Brandão, advogado que foi militante estudantil contemporâneo do governador, assumiu a Secretaria do Trabalho e da Juventude. Na chefia da Procuradoria Geral do Estado foi nomeado o seu cunhado Edson Ulisses de Melo que ocuparia por seis meses o cargo, encabeçando uma campanha para eleição na OAB como candidato ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, na vaga reservada a advogados, conseguindo a maior votação entre os pares na lista tríplice, sendo escolhido pelo governador como desembargador. Assumiu o cargo o Sub-Procurador, o procurador de carreira concursado, Márcio Leite de Rezende.<sup>276</sup>

Marcelo Déda foi reeleito em 2010 e manteve a tradição de ter cargos públicos ocupados por bacharéis a exemplo de: Francisco de Assis Dantas na Secretaria de Governo, Belivaldo Chagas, defensor público de carreira (e seu vice-governador na eleição anterior) na Secretaria de Educação; Elber Batalha de Góis, que neste mandato foi designado para a Secretaria de Turismo e na Procuradoria do Estado foi mantido o procurador Marcio Leite de Rezende<sup>277</sup>. Foi no seu governo, no final de 2011, que foi deflagrado um movimento liderado pela Associação Sergipana de Procuradores do Estado (APESE), que levou a paralisação dos trabalhos da Procuradoria, pela primeira vez na história de Sergipe, em maio de 2012<sup>278</sup>. Iniciava-se um movimento dos advogados públicos de carreira pelo "respeito à categoria" e "em prol da autonomia e garantia de prerrogativas"<sup>279</sup> que se estenderia por todo o segundo governo de Marcelo Déda, dividindo os agentes do grupo e suscitando um longo debate sobre o "papel" do procurador e a "profissionalização" da atividade.<sup>280</sup>

Com o falecimento do governador em 02 de dezembro de 2013 assume o vice-governador Jackson Barreto, posteriormente reeleito para o cargo nas eleições de 2015. Ao nomear o novo Secretariado em 2015, a partir da recusa do procurador Marcio Leite de Rezende em se manter no cargo de Procurador Geral, nomeou, o também procurador de carreira, Arthur Borba para um mandato tampão até ser escolhido o nome

<sup>276</sup> Cf. Agência Sergipe de Notícias. Site oficial do Governo do Estado. [www.agencia.se.gov.br](http://www.agencia.se.gov.br)

<sup>277</sup> Marcio Leite de Rezende pertence a família Rollemberg Leite pelo lado materno. O seu mandato na PGE foi o segundo mais longo depois do seu tio-avô Gonçalo Rollemberg Leite.

<sup>278</sup> Cf. <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=128000&titulo=noticias>

<sup>279</sup> Cf. Nota da Assessoria de Comunicação da APESE publicada em <http://www.aspaspb.org.br/noticia.php?id=635>

<sup>280</sup> Os desdobramentos do movimento dos advogados públicos sergipanos serão tratados com mais especificidade nos capítulos subsequentes.

oficial, que ficou a cargo da desembargadora aposentada e ex-esposa do aliado político João Augusto Gama, a bacharela Maria Aparecida Oliveira Gama.

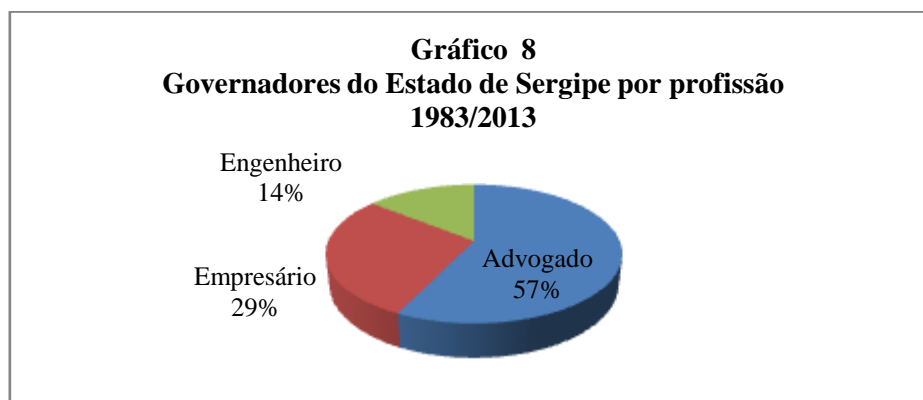
Nesse período de reabertura democrática, os bacharéis voltam a integrar o espaço político do Estado, sendo que parte deles pertence a oligarquia empresarial do Estado, o que marca o retorno desse profissional na disputa para ocupar o mais alto cargo político do Poder Executivo e do espaço político sergipano.

### Quadro 12

Governadores de Sergipe e sua ocupação profissional (1983-2013)

Nome	Formação profissional	Período de governo
João Alves Filho (1941/ )	Eng. Civil e Empresário	15.03.1983 a 15.03.1987
Antônio Carlos Valadares (1943/ )	Químico e Advogado	15.03.1987 a 15.03.1991
João Alves Filho (1941/ )	Eng. Civil e Empresário	15.03.1991 a 01.01.1995
Albano do Prado Pimentel Franco (1940/ )	Advogado e Empresário	01.01.1995 a 01.01.1999
Albano do Prado Pimentel Franco (1940/ )	Advogado e Empresário	01.01.1999 a 01.01.2003
João Alves Filho (1941/ )	Eng. Civil e Empresário	01.01.2003 a 01.01.2007
Marcelo Déda Chagas (1960/2013)	Advogado	01.01.2007 a 02.12.2013
Jackson Barreto de Lima (1944/ )	Advogado	02.12.2013 até a atualidade.

Fonte: DANTAS, Ibarê (2004)



Fonte: Autor

A função de chefia da Procuradoria Geral do Estado, a despeito das mudanças legislativas implementadas no sentido de sua institucionalização, continuou a ser provida por livre escolha do governador, compondo os bacharéis abaixo listados a elite dirigente da instituição.

### Quadro 13

#### Procuradores Gerais do Estado (1983/2014)

<b>Procurador</b>	<b>Ano do mandato</b>
Carlos Alberto Sobral de Souza*	(1983)
Carlos Pinna de Assis*	(1983-1986)
João Bosco Santana de Moraes*	(1986-1988)
Maria Angélica Menezes Valadão	1988- 1989
Manoel Cabral Machado	1990-1991
Carlos Alberto Sobral de Souza	1992
Luiz Antonio Silveira Teixeira	1992-1994
Manoel Pascoal Nabuco D'Avila	1995-1996
Roberto Eugênio da Fonseca Porto	1996-2001
José Garcez Vieira Filho	2001-2002
Antonio João da Rocha Messias	2003-2004
Edgard D'Avila Melo Silveira	2004-2006
Edson Ulisses de Melo	2007
Marcio Leite de Rezende	2007-2014
Arthur Cezar de Azevedo Borba	2015
Maria Aparecida Oliveira Gama	2015-atual

Fonte: Arquivo da Procuradoria Geral do Estado (com adaptações feitas a partir das entrevistas realizadas)

\*1 Os três bacharéis assumiram, em períodos diferentes, o cargo de Procurador Geral do Estado no primeiro mandato do governador João Alves Filho, conforme informado pelo economista Luis Fernando Ribeiro Soutello que fazia parte do staff do governo à época, sem saber precisar a data dos mandatos. Como eles são anteriores à institucionalização da procuradoria, na PGE não há registro destes mandatos.

É também nesse período de reabertura democrática que a advocacia pública sergipana se organiza e se institucionaliza, definindo suas funções dentro do aparato burocrático do Estado, aumentando o número de membros. Por conta da seleção através de concurso público em substituição à nomeação para o cargo “em confiança”, com início na década de 1990, os membros do grupo que antes partilhavam de uma socialização homogênea passam a ter origens social e geográfica (principalmente) diversificadas provocando mudanças internas dentro do seu espaço social que serão analisadas mais detalhadamente nos capítulos seguintes, com o levantamento da história social e das trajetórias de sua elite dirigente.

### CAPÍTULO 3 - A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DE PRODUÇÃO DA "BURGUESIA DE TOGA", BASE DAS ELITES SERGIPANAS

Pois o poder não pertence a um homem. A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor. (Wright Mills)<sup>281</sup>

Os capítulos anteriores permitiram demonstrar que a construção do espaço social dos advogados esteve atrelada à construção do próprio Estado brasileiro especialmente após a Independência, pois o projeto de profissionalização proposto pela elite da advocacia brasileira articulava a influência sobre o Estado no âmbito técnico-jurídico, com a instituição do monopólio profissional. Neste sentido, os bacharéis foram se demarcando de outras elites com base em sua *expertise* para fundamentar a indispensabilidade de sua assessoria ao Estado<sup>282</sup>.

Nesse capítulo serão abordadas as transformações ocorridas no espaço profissional dos advogados públicos e alguns de seus impactos sobre a formação da elite dirigente do grupo a partir dos movimentos de "profissionalização" das procuradorias estaduais, especificamente a de Sergipe, considerando, para isto, os diferentes momentos da regulamentação da profissão na legislação, o surgimento de associações e de entidades de defesa da categoria e a diferenciação desse espaço com relação ao espaço político.

Para tanto, torna-se fundamental investigar o espaço profissional e os agentes envolvidos a partir de suas trajetórias até a sua institucionalização em 1988, a fim de mostrar o seu papel não só na regulamentação da profissão, mas como instância

---

<sup>281</sup> Cf. WRIGHT MILLS, Charles. **A Elite no poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

<sup>282</sup> Cf. BONELLI, Maria da Glória. O Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Estado: profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no Estado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14, nº 39, 1999.

de acúmulo de recursos sociais fundamentais nas lutas profissionais e políticas, pois, segundo Flávio Heinz<sup>283</sup>

Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar, via mecanismos de reconversão social, um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta.

A análise centrou-se na constituição da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe dentro do contexto nacional da institucionalização das carreiras jurídicas. Foi a partir de um intenso trabalho político junto à Assembleia Constituinte de 1988 que os advogados brasileiros conseguiram não só a inserção na Constituição Federal da OAB como instituição indispensável ao Estado Democrático, como também pretenderam liberar a função dos advogados públicos do peso das relações pessoais com o poder político para acesso aos cargos, ao definir o recrutamento de seus agentes através de seleção "meritocrática", modelo que foi reproduzido na Constituição do Estado de Sergipe de 1989.

O interesse pelo funcionamento desse espaço social, delimitado por uma fronteira jurídica e formal, fundamenta-se basicamente no fato de que a inserção de um bacharel na advocacia pública passa obrigatoriamente pela entrada na procuradoria com e pela necessidade de investigar a hipótese segundo a qual os critérios de recrutamento da elite da advocacia pública passariam gradualmente a ser determinados por uma seleção meritocrática e menos por outros recursos como origem social elevada (forte capital simbólico) ou pela mobilização de relações sociais.

Obviamente, a intenção não é, ao analisar a instituição e seus agentes, criar uma biografia laudatória do grupo, mas encontrar o que há de comum nas trajetórias ao longo da história da instituição que permita entender sua constituição como grupo social e o perfil institucional, e, também, compreender o próprio processo de institucionalização para além das determinações legislativas, ao considerar os recursos acumulados pelos agentes e suas estratégias diante das possibilidades trazidas pelos contextos sociais e políticos da época, de modo a perceber o que determina o sucesso dos que formaram a elite institucional.

---

<sup>283</sup> Cf. HEINZ, Flávio M. (org.). Considerações acerca de uma história das elites. In: **Logos**. Canoas, vol.11, nº1, 1998, p.47



As pesquisas dedicadas ao estudo das diferentes carreiras jurídicas no Brasil vão no sentido da existência de uma “evolução” profissional, com etapas sucessivas de “profissionalização” do seu espaço social, especialmente pelas transformações trazidas a partir das constituições republicanas. Entretanto, cabe problematizar essa ideia de “evolução” das carreiras jurídicas em direção a um modelo profissional completamente independente da influência do campo político e a imposição da meritocracia como princípio de seleção e recrutamento de seus agentes e também como critério de hierarquização do espaço social e ascensão aos cargos de prestígio e poder.

Embora se possa identificar, ao longo das alterações das disposições legais que regulam as carreiras jurídicas como a dos advogados públicos, a adoção crescente de critérios formais de estruturação e hierarquização do seu espaço social, uma análise dos critérios e formas de seleção e recrutamento dos seus agentes e dos recursos práticos por eles acionados ao longo de suas trajetórias institucionais possibilita relativizar este tipo de afirmação. Problematizar a questão implica problematizar todos os aspectos ligados às condições de constituição e funcionamento da dinâmica do poder, do aparato estatal e da própria instituição dentro do contexto social periférico brasileiro, importador de modelos de países centrais, considerando os efeitos dessa importação de modelos de instituição e nas ideologias adotadas em contextos diferentes daqueles nos quais se constituíram historicamente.

A análise deste capítulo vai além de abordagens evolucionistas das regras formais que se sucederam na definição do trajeto da profissionalização da advocacia pública para buscar “compreender os amálgamas e rearranjos específicos criados pela lógica de sobreposição cultural”<sup>284</sup>. Assim, discutem-se os processos de formação e recomposição dos grupos dirigentes da advocacia pública integrado ao estudo da instituição a partir das condições culturais e históricas específicas do Brasil e do Estado de Sergipe, na busca por redimensionar a história social da sua construção institucional, da elaboração das representações dos seus agentes, da formação de sua elite dirigente e da reconstituição das disputas internas e, por fim, investigar – a partir das trajetórias sociais exitosas – as relações entre as esferas política e jurídica e a lógica presente nas disputas pelo poder.

---

<sup>284</sup> Cf. SEIDL, Ernesto. **A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional**. História (São Paulo): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Vol.29, n.2, 2010, p.72

### 3.1. BACHARELISMO, PROFISSIONALISMO E POLÍTICA: transformações e redefinições da carreira profissional do advogado público:

As instituições o que são? São o fiduciário organizado, a confiança organizada, a ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real. Evidentemente, dizer de uma realidade que ela é uma ficção coletiva é uma maneira de dizer que isso existe fantasticamente, mas não como acreditamos que exista. Há profusões de realidades das quais o sociólogo é levado a dizer que elas não existem como se crê que existam, para mostrar que existem, mas de uma maneira totalmente diferente...(Bourdieu)<sup>285</sup>

Somente se pode compreender sociologicamente o maior ou menor prestígio de uma profissão, bem como o melhor ou pior posicionamento de seus membros na estrutura de poder de um campo jurídico, quando se tem em vista que uma organização profissional será tão mais capaz de produzir capital simbólico transmissível, compartilhável e reconhecível pelos seus membros, quanto mais definida e reconhecida tanto por estes membros quanto pelos seus concorrentes no campo, criando identidade própria e se diferenciando em relação as demais profissões jurídicas.<sup>286</sup> Trata-se do processo de institucionalizar-se que, segundo Bourdieu<sup>287</sup>, se caracterizaria pelo acúmulo gradual de conquistas históricas, fruto da ação de agentes que disputam os princípios de divisão e organização do mundo social, capaz de restringir as possibilidades de ação e transformação do mundo pela incorporação e reificação contínua da história.

Portanto, o processo de institucionalização encerra mais do que o seu aspecto formal presente nos códigos legais e sua interpretação<sup>288</sup> A construção da autonomia dos profissionais do direito que detém postos no Estado, frente a outras espécies de elite política, passa pelo investimento em um *ethos* de separação do grupo de juristas em relação ao espaço político na qual predomina a ideia de neutralidade das

<sup>285</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.71

<sup>286</sup> Cf. ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese de doutoramento. USP: São Paulo, 2010, p.208/209

<sup>287</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>288</sup> Cf. VIANNA, Marcelo. **Os homens do Parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)**. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2013, p. 118

posições técnicas assumidas e proibição da participação na vida político-partidária. O passo seguinte para a construção da autonomia do campo jurídico é a busca pela profissionalização das carreiras de Estado, que no Brasil, atrelou-se em grande medida ao modelo corporativo implantado na década de 1930, com a consolidação do recrutamento por concursos públicos e a criação das associações representativas de classe.<sup>289</sup>, todavia iniciado desde a formação do Estado nacional.

Na relação dos advogados com o Estado, as elites se entrelaçaram na ideologia do "profissionalismo", que foi sendo paulatinamente difundida através de valores que tinham imediata correlação com o contexto histórico e social do Brasil à época de cada alteração da organização do campo profissional, mas sempre fundado na ideia da defesa do monopólio da *expertise* que embasaria o "projeto civilizador" do país e a sua competência exclusiva para assessorar o Estado. Ao tornarem a *expertise* um valor dominante pela articulação das vocações profissionais e institucionais (amortecendo-as permanentemente entre a "neutralidade científica" e o compromisso político), esse processo de construção do "profissionalismo" no mundo do Direito viabilizou o trânsito da elite dos bacharéis da política convencional para a política da profissão.<sup>290</sup> As modificações introduzidas a partir destes movimentos envolvem claramente uma preocupação em se criar um padrão mais formalizado da profissão, inspirada em práticas europeias consideradas modernas.

Afastados em grande medida da esfera decisória dos governos ao longo do período militar, pela ascensão de outras elites especializadas que tiveram as suas expertises valorizadas<sup>291</sup>, a elite dos bacharéis investiu fortemente na construção de um espaço de poder específico dentro da estrutura burocrática do Estado. É a partir do processo de redemocratização política do país que os diferentes grupos de juristas realizaram - de forma não homogênea e ainda incompleta, - um projeto profissional organizado principalmente em torno da demarcação das fronteiras do campo político em relação ao jurídico e do aumento do prestígio social das profissões jurídicas. Esse fortalecimento institucional e simbólico consolida um poder específico dos juristas e se relaciona a mobilização da sua *expertise* como legitimadora do próprio modelo de

---

<sup>289</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **Estudando e definindo elites jurídicas**. Paper apresentado no Colóquio Elites História e Método, PPG História PUCRS, nov. 2011, p.2

<sup>290</sup> Para saber mais sobre o tema ver BONELLI, Maria Glória. **Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002.

<sup>291</sup> Para mais informações sobre o tema ver DEZALAY, Yves e GARTH, Bryant. **The internationalization of Palace of Wars: lawyers, economists and the contest to transform Latin American State**. Chicago: The Chicago Series. Law and Society, April, 2002.

Estado formatado em 1988, o que os colocou em posição de vantagem com relação a outros ocupantes de cargos de gestão na burocracia estatal.

Contudo, a discussão sobre processo de institucionalização das procuradorias estaduais deve levar em conta que a definição das fronteiras de seu espaço social não foi construída com essa finalidade, mas realizada por exclusão das competências funcionais dos advogados públicos da esfera de atribuição de outros profissionais do Direito, a partir da especialização de outras carreiras jurídicas que estavam inseridas na lógica do espaço político do Poder Executivo e que deles legalmente de "autonomizaram", como o Ministério Público, por exemplo. Portanto, a institucionalização foi tardia - se tomarmos como referência outras carreiras jurídicas com maior capital de notoriedade, - e incompleta, à medida que não obtiveram o mesmo prestígio e poder da Magistratura e do Ministério Público, por exemplo, haja vista que a função dos procuradores de estado continuaria inserida no contexto do poder político do Estado, ao qual é subordinado, sendo que a autonomização relativa de um campo jurídico em relação aos outros campos de poder, especialmente o político, passaria necessariamente pela "profissionalização" dos seus grupos profissionais principais<sup>292</sup> que, no caso destes agentes, ainda estaria sendo reivindicada.

### 3.1.1. De nobre da corte a burocrata de Estado: entre bacharéis e profissionais do Direito.

No Brasil, até fins do século XVIII, o servidor público era designado de "oficial" por ser detentor não só de uma ocupação (um ofício), mas de um modo de vida. Na época dos monarcas, a titularização em um cargo público era uma concessão real, o que garantia uma fidelidade do servidor ao governante e não ao Estado. Os cargos públicos eram uma possibilidade de ascensão social, caracterizados pela patrimonialidade, o uso privado da função pública, o predomínio da fidelidade pessoal, a multiplicidade de funções, uma estabilidade umbilicalmente ligada à fidelidade ao monarca e ausência de exigência de especialização profissional.<sup>293</sup>

<sup>292</sup> Cf. ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese de doutoramento. USP: São Paulo, 2010, p.179

<sup>293</sup> Cf. SCHUBSKY, Cássio. Origem fidalga das profissões jurídicas. **Revista Consultor Jurídico**, 2009. Acesso em novembro de 2012

A ideia de advocacia de Estado como função pública remonta ao período colonial brasileiro, mais especificamente em 1548, com a instituição do Governo-Geral no Brasil. Associado à figura do Governador-Geral ou Vice-Rei estava um assessor, oficial público com formação jurídica (preferencialmente), o Ouvidor-Geral, a quem cabia tanto a função de consultoria jurídica da Administração quanto poderes jurisdicionais em toda colônia. Nesta fase não havia divisão entre as funções executiva e judicial, cabendo a defesa do Rei e de sua Coroa aos “procuradores” que eram concomitantemente “juízes da Coroa” e cujos agentes procediam da nobreza local.<sup>294</sup>

Além do Ouvidor-Geral, no topo da carreira da advocacia de Estado, havia ainda o cargo de “Procurador de Nossos Feitos”<sup>295</sup> - juristas com funções específicas de defesa de interesses patrimoniais da Coroa judicialmente e de fiscalizar causas particulares que houvesse interesse do Rei, que também assumiam a posição de acusador público. Esses oficiais públicos eram recrutados entre os nobres e designados para o cargo pelo Rei, a quem serviam. Desempenhar tais funções também representava um processo de ascensão de setores intermediários desta sociedade estamental que lutavam para assegurar um *status*, quer através da riqueza, como os comerciantes, quer através da ocupação de cargos municipais, como os proprietários rurais, quer participando das funções estatais, como os militares ou os serventuários da justiça.

O exercício das funções jurídicas na burocracia real e os cargos administrativos (mesmo locais) atribuíam o *status* de nobreza, “uma nobreza hierarquicamente inferior à tradicional, de sangue ou espada, sem dúvida, mas que envolvia uma clara e reconhecida distinção social”<sup>296</sup>. A posição ocupada por eles lhes concedia poder e prestígio na Colônia e a manutenção no cargo dependia de uma relação pessoal com o monarca.

O procurador dos Feitos da Coroa e Fazenda tinha por missão defender o patrimônio real (...) Cabia-lhe atuar como procurador da Fazenda, Coroa e Fisco, intervindo e requerendo nas causas com o objetivo de preservar os interesses do Estado, bem como promotor de Justiça, processando aqueles acusados de burlá-los.<sup>297</sup>

<sup>294</sup> Cf. SCHUBSKY, Cássio (2009), op. cit.

<sup>295</sup> A função do “Procurador dos Nossos Feitos” era prevista, em Portugal, nas Ordenações Alfonsina (1456) e nas Manuelinas (1521) e exigia que o ocupante do cargo fosse letrado e que atuasse diante dos desembargadores para fazer valer “nossos direitos reais”, embora devesse se manifestar apenas com a autorização do rei. As Ordenações Filipinas (1603) definiu os cargos de “Procurador dos Feitos da Coroa” e “Procurador dos Feitos da Fazenda” gozando de privilégios como a imunidade de citação pelos magistrados. Esses regulamentos vigoravam no Brasil Colônia. Para mais informações ver AXT, Gunter. **O Ministério Público no Rio Grande do Sul - Evolução Histórica**. Porto Alegre: Corag, 2001.

<sup>296</sup> Cf. WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro, Renovar, 2004., p.274

<sup>297</sup> Cf. WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. (2004), op. cit., p.151-152

Com a Independência, as funções hoje atribuídas a um advogado de Estado na prática, ainda que com algumas variações, continuava espalhada em diferentes cargos mais ligados as questões fiscais e aos interesses patrimoniais da Coroa (assim como na época da Colônia) e regulada por decretos. A Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824 fez alusão, em seu artigo 48<sup>298</sup>, ao Procurador da Coroa e Soberania Nacional fixando, contudo, a sua competência para acusar nos crime e atuarem como Desembargadores nos feitos em que não funcionassem como acusadores. O Código de Processo de 1832<sup>299</sup> estabeleceu que esses funcionários seriam recrutados nas províncias “preferencialmente entre os instruídos na lei”(artigo 36), escolhido pelo presidente da província entre os indicados numa lista tríplice pela Câmara Municipal (artigo 38). Com a reforma do Código de Processo em 1841, eles deixavam de ser eleitos pelo legislativo municipal e passavam a ser nomeados pelo poder central (Imperador ou presidente de províncias) sendo demissíveis de acordo com o interesse do governo e escolhidos necessariamente entre bacharéis formados e com pagamento de salário, o que os tornavam funcionários públicos. Contudo, o desempenho de suas funções estaria mais inserido no contexto do Poder Judiciário do que no Executivo, embora representasse judicialmente os interesses do Estado.

Neste período, uma outra carreira pública que exercia as competências de um procurador era a de Conselheiro de Estado, pois, de acordo com o estabelecido no artigo 142 da Constituição Imperial de 1824, dentre as suas atribuições estava a de serem "ouvidos em todos os negócios graves e nas medidas gerais da administração pública". Para ocupar tais cargos nem mesmo se exigia a formação de bacharel em Direito, mas, na prática, foram praticamente monopolizados por eles, conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho.

Os Conselheiros do Estado exerciam uma função de confiança do Imperador e eram por ele livremente nomeados, com atribuições vitalícias. Para ser Conselheiro, o art. 140 da Constituição de 1824 exigia as mesmas qualidades que deveriam concorrer para ser Senador: cidadão brasileiro no gozo de seus direitos políticos, maior de quarenta anos, devendo ser “pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência os que tiverem feito serviços à Pátria”, devendo dispor de rendimento anual, por bens, indústria, comércio ou emprego, da soma de 800 mil réis. Ou seja, somente uma

---

<sup>298</sup> Cf. NOGUEIRA, Octaviano. **1824**. Série Constituições Brasileira, v.1, Brasília: Senado Federal, v.1, 2012.

<sup>299</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)

pequena fração oriunda de uma classe privilegiada e abastada, com fortes relações com o poder central, poderia ocupar esta posição.

O Conselho de Estado não só sucedeu ao Conselho Geral de Procuradores das Províncias - que propôs a convocação da Constituinte de 1823, sendo depois por ela dissolvido, - como também atendia à tradição dos Conselhos Privados da Coroa de outras monarquias, como a inglesa, que serviu de modelo de organização às monarquias constitucionais do mundo ocidental. No caso brasileiro, ele descendia do Conselho de Estado português que foi instituído de forma permanente pelo Cardeal D. Henrique, em 1562, sendo sua organização e funcionamento estabelecidos pelo Alvará de D. Sebastião, de 8 de setembro de 1569.<sup>300</sup>

Também neste período posterior à primeira Constituição, além da função de "consultor jurídico" personificada pelos Conselheiros de Estado, havia a função do procurador atrelada às questões fiscais e patrimoniais do Estado criada por lei e nominada como "Procurador da Fazenda dos Juízos de 1ª Instância", instituindo-se foros privativos para a causa da Fazenda Nacional e ainda criando o Tribunal do Tesouro Público<sup>301</sup>, de caráter administrativo, cujo titular exercia a função de consultoria jurídica das normas tributárias e solução dos processos administrativos fiscais.

Assim, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, ser bacharel era sinônimo de ser formado em Direito com garantia de emprego em cargos públicos de prestígio social ou de ocupação de altos postos políticos, havendo uma indistinção entre os campos político e jurídico já que, além do monopólio dos cargos políticos pelos bacharéis, o acesso aos cargos públicos também dependia da rede de relações políticas e familiares onde eles estavam inseridos.

Neste contexto, os cursos do direito foram criados tanto para produzir profissionais para montar a estrutura burocrática do nascente Estado brasileiro, quanto para compor os seus quadros políticos. Assim, se considerarmos o nascimento de uma profissão pela instituição do seu ensino e a concessão de títulos formais, teremos como marco regulatório da advocacia no Brasil a criação da faculdade de Direito em São Paulo e em Olinda, em 1827. Nos primeiros anos de formação do Estado independente, este seria o primeiro movimento de "profissionalização" da carreira, pressupondo a

---

<sup>300</sup> Cf. NOGUEIRA, Octaviano. **1824**. Série Constituições Brasileira, v.1, Brasília: Senado Federal, v.1, 2012, p.38.

<sup>301</sup> Decreto no. 736 de 20 de novembro de 1850, disponível no site do Senado Federal: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

sobreposição das lógicas de estruturação e hierarquização dos espaços político e jurídico, que não se distinguiam. Neste sentido, afirma Miceli<sup>302</sup>:

...a faculdade de direito era a instância suprema no campo de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais (...) fazia as vezes de celeiro e supria a demanda por elementos treinados e aptos para assumir os postos parlamentares e os cargos de cúpula dos órgãos administrativos, além de contribuir com pessoal especializado para as demais burocracias.

O processo que se iniciou com a abertura das duas primeiras faculdades de Direito, prosseguiu com o primeiro movimento associativista da advocacia, com a criação do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) em 1843, fundado no Rio de Janeiro por 26 advogados, reunindo a "nata do saber jurídico" e dando asilo aos bacharéis provenientes do Partido Liberal vencido na política de centralização do império. Esses bacharéis tinham experiências distintas para traçar uma fronteira entre a política e a profissão e, dentro dos embates políticos que protagonizaram no interior do instituto, só havia consenso em relação à *expertise* como forma de unificar o grupo em torno de um ideal profissional.

O IAB no período imperial foi composto de elites profissionais e elites políticas. Políticos-bacharéis abrigavam-se com frequência no Instituto nos momentos em que sofriam derrotas na política convencional. Portanto, este grupo tendia a ser percebido como uma contra-elite política pelos membros do governo, embora pudessem constituir-se como elite governante em outros períodos. A *expertise*, a punição à 'trapaça' e aos 'mercadores do Direito' eram os pontos de identificação como corpo profissional. As perspectivas técnica e política estiveram presentes no Instituto desde a sua criação. Os embates entre elas aguçavam-se nos momentos em que a explicitação da fronteira entre a política e a profissão se colocava. Essas divergências não conseguiram consolidar blocos fixos entre os sócios a ponto de gerar clivagens internas, porque as alianças entre eles se alteravam, e a permanência nessas posições não era duradoura,<sup>303</sup>

Levando-se em conta que o diploma de bacharel passou a ter grande importância para a carreira política, sendo praticamente uma condição *sine qua non* para se chegar aos postos mais altos do poder, as discussões acerca da criação dos cursos jurídicos no Brasil, tanto no Poder Legislativo quanto entre os juristas responsáveis por sua instituição, refletiram sobre a importância da localização destes cursos como sendo uma estratégia de "construção da nação". Também a escolha da estratégia de

<sup>302</sup> Cf. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.115

<sup>303</sup> Cf. BONELLI, Maria Glória. **Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002, p.43



organização dos cursos jurídicos levava em conta a formação necessária para os bacharéis comporem os quadros administrativos para a gestão do Império.<sup>304</sup>

No entanto, no início da década de 1870, as faculdades do Império começaram a formar mais bacharéis do que o número de empregos abertos gerando um contingente de letrados sem ocupação, o que reforçaria o caráter clientelístico da burocracia imperial em virtude da busca desesperada por emprego público.<sup>305</sup> Num estudo prosopográfico realizado entre dois grupos de advogados - sendo um de 1860 e outro de 1880 -, num levantamento sobre a história da advocacia brasileira, além de ser perceptível a tendência dos advogados de se concentrarem em cargos políticos burocráticos vinculados aos quadros da Monarquia, pode-se observar que o grupo de 1860 obteve mais êxito em conseguir colocação em cargos públicos, enquanto o de 1880 não teve seu desempenho facilitado dentro da burocracia estatal.<sup>306</sup>

Esse quadro tendeu a piorar logo que instituída a República quando os militares (como carreira em ascensão) passaram a disputar com os bacharéis tanto a ocupação dos cargos burocráticos do Estado quanto a ocupação dos cargos políticos ao assumirem o controle do poder político. Para garantir espaço de poder no Estado emergente foi necessário que essa elite se reorganizasse a fim de manter a sua influência no processo político, substituindo a estratégia do período imperial de assumir posições políticas com o objetivo de estreitar as relações da profissão com o Estado por uma aparência de desapego as paixões partidárias e a fixação no conhecimento técnico para levar adiante o projeto de influir nas decisões do governo, surgindo assim a preocupação com o mercado de trabalho e com a contenção da participação de outros segmentos sociais nesta carreira.<sup>307</sup>

Todo este contexto levou ao que Coelho<sup>308</sup> definiu como processo de "institucionalização da profissão" ou, no caso, um segundo movimento de profissionalização dentro do espaço jurídico dos bacharéis, cujo sentido neste contexto

<sup>304</sup> Cf. NEDER, Gizlene. Coimbra e os juristas brasileiros. **Revista de Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro, ano 3 n° 5 e 6, 1998, p.195-214

<sup>305</sup> De acordo com o Censo de 1872, havia 968 juízes e 1647 advogados no Brasil, num total de 2642 pessoas com formação jurídica na disputa pelos cargos públicos políticos e jurídicos, sendo que só a escola de Recife formara 2290 bacharéis entre 1835 e 1872, quase cobrindo sozinha o número de bacharéis existentes, o que aumentava o contingente dos que não encontravam colocação nas duas ocupações. Var CARVALHO, José Murilo de (2007), op. cit., p.

<sup>306</sup> Cf. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. Magistrados e Bacharéis: as novas necessidades de ascensão social. In: BAETA, Herman Assis (coord). **História da Ordem dos Advogados do Brasil.- O IAB e os advogados no Império**. Vol.1. Brasília: OAB, 2003.

<sup>307</sup> Ver BONELLI, Maria da Glória. **O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiro e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.14, n° 39, 1999.

<sup>308</sup> Ver COELHO, Edmundo (1999). op.cit.

específico seria demarcar as fronteiras deles com relação tanto aos outros grupos (v.g. militares, engenheiros, médicos) quanto aos personagens periféricos do seu próprio espaço social, os rúbulas ou advogados provisionados<sup>309</sup>. Por este prisma histórico e social, a “profissionalização” seria a exclusão dos práticos a partir da afirmação da formação acadêmica com a valorização do diploma, para além da perícia técnica, como justificativa para monopolizar tarefas como interpretar textos legais, conduzir litígios de cidadãos ou entre estes e o Estado e, ainda, na manutenção ou alteração das estruturas administrativas governamentais.

Além disso, esse período esteve associado a uma mudança gradual no perfil dos membros do IAB, com a entrada de sócios provenientes de segmentos sociais menos aristocráticos e a favor de uma orientação mais técnica e distanciada da política, alimentando a identificação dos advogados com a ideologia do profissionalismo em circulação por outros países e que relacionava o "apoliticismo" com a competência científica. Contudo, no Brasil, esse modelo de ideologia profissional se reconvertiu na ideia da vedação de exteriorização das paixões políticas e na necessidade da posse do título de bacharel, simplesmente.

É com este sentido de “profissionalização”, devidamente transposto de outros contextos culturais e adaptados à dinâmica brasileira, que se institui o monopólio do exercício da advocacia pública exclusivamente por bacharéis (ou acadêmicos em direito) que exerciam a função de consultor e auxiliar da burocracia estatal. À época, as atribuições de um advogado público ainda se conjugavam com as do acusador público, cujos membros eram denominados de “promotores de justiça” e a instituição de “Ministério Público” e se subordinavam ao Poder Executivo chefiados pelo “Procurador Geral do Estado”- advogado de confiança do governo. A previsão constitucional do tema esteve na Constituição republicana de 1891, em seu artigo 58 parágrafo 2º, que tratou do cargo de Procurador Geral da República como o advogado público da estrutura burocrática da União, deixando a cargo do Decreto Federal nº 848 de 11.09.1890 a definição dos critérios de organização do cargo, que serviu de modelo para a organização da mesma função nos estados, adaptada às circunstâncias políticas locais. Em respeito ao poder político local, conferiu a prerrogativa de nomeação e demissão do

---

<sup>309</sup> Advogados provisionados, aqueles que, não tendo graus acadêmicos das escolas de direito, submetiam-se a exames teóricos e práticos da jurisprudência pelos presidentes dos Tribunais de Relação. Podiam procurar apenas nos tribunais de 1ª instância e nos lugares onde não houvesse advogado formado ou os houvesse em número insuficiente para o bom andamento da justiça. Cf. COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.167-168

procurador geral e promotores públicos e a definição do tempo de permanência no cargo aos presidentes dos estados<sup>310</sup>.

O fato de permanecer a regra de acesso ao cargo por livre escolha dos chefes políticos manteve a lógica de hierarquização do espaço social que continuava dependente das relações de compadrio, apadrinhamento, de troca de interesses e/ou influência com o poder político, servindo as medidas legais implementadas no sentido de “profissionalizar” a função do advogado apenas para estabelecer as diferenças e as competências dos bacharéis detentores do diploma com relação aos “outros”.

O processo de "profissionalização" se desenvolveria a partir da capacidade de auto-regulação coletiva e do mercado de serviços profissionais, sobretudo do lado da oferta, oferecendo algum tipo de "proteção" aos seus membros, além do credenciamento educacional, a posse do diploma de nível superior. Entre os recursos e estratégias utilizados estão a capacidade de mobilização dos praticantes e a persuasão social sobre a necessidade do seu trabalho, além de algum tipo de apadrinhamento do processo legislativo, a favor do grupo.<sup>311</sup>

Além disso, a dependência do órgão em relação ao Poder Executivo gerou severas críticas dos juristas da época, que definiam os advogados públicos como meros representantes do governo, pois, na visão deles, esses órgãos apenas defendiam os interesses do Estado por via de funcionários "designados" perante os tribunais, como faziam desde a Monarquia, o que se pode notar pelas palavras do presidente do Instituto dos Advogados Brasileiro à época, Rodrigo Octavio Laangard Menezes<sup>312</sup>

Mas o procurador da República é órgão do ministério público, dizem: “é rigorosamente a personificação da alta magistratura”, exclamam: tem por incumbência legal dizer o direito, argumentam.

(...)

Ministério Público é a denominação genérica. Dentro da enumeração das funções dos seus órgãos, algumas há que se tem bem pouco assinalado o caráter de função de ministério público. Exemplo: as funções de simples advogado. O procurador da república veio virtualmente substituir os antigos procuradores dos feitos da fazenda e procuradores fiscais; é o único representante judicial do Tesouro; incumbe-lhes funcionar a fazenda Pública, como autora ou ré, nas demandas que interessam ao fisco nacional.<sup>313</sup>

<sup>310</sup> No âmbito Federal, pelo Decreto 848/1890, o Procurador Geral da República estava atrelado ao poder executivo, possuía cargo vitalício, era escolhido entre os membros do Supremo Tribunal Federal e entre suas funções estava a de representar o governo nas lides desta instância. Outro decreto, Decreto Nº 1030 de 14.11.1890, que reorganizou a Justiça no Distrito Federal (Rio de Janeiro), definiu o órgão em seu artigo 164: "O ministério público é perante as justiças constituídas o advogado da lei, o fiscal de sua execução, o procurador dos interesses gerais do Distrito Federal e o promotor da ação pública contra todas as violações do direito". Ver VIANNA, Marcelo. op. cit., p.71

<sup>311</sup> Cf. COELHO, Edmundo Campos (1999), op. cit, p.25-32

<sup>312</sup> Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiro em 1916/1917, 1917/1918 e 1927/1928.

<sup>313</sup> Ver Revista do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, edição de 1893, p.336-345.

Neste sentido, a formação das carreiras jurídicas dos advogados públicos no Brasil foi revestida das particularidades próprias à formação do Estado brasileiro e suas instituições, que adaptaram modelos consagrados por códigos legais formais de outros países mais marcados pelo liberalismo aos mecanismos já existentes na realidade local, criando uma instituição peculiar<sup>314</sup> e garantindo às elites o controle do processo da modernização conservadora do Estado. No Brasil, a partir do século XIX, esse modelo das instituições jurídicas implantado combinou a tradição portuguesa herdada da Colônia com o modelo liberal europeu (com forte tradição francesa e inglesa) e as tradicionais práticas da sociedade brasileira (coronelismo, bacharelismo, patronagem...) resultando em adaptações peculiares desses modelos.<sup>315</sup> Assim, além de acumular a competência para desempenhar várias atividades jurídicas no âmbito da burocracia estatal, os advogados públicos se mantiveram vinculados ao Poder Executivo e inseridos no contexto da indistinção entre os espaços político e jurídico.

A exclusão dos advogados práticos e a valorização do diploma implantadas como medidas de institucionalização da profissão não foram suficientes para evitar as disputas internas entre os diplomados - que se encontram divididos entre acadêmicos, profissionais e políticos - e que, embora pertencessem ao grupo detentor dos mesmos sinais de prestígio - o anel e o título - encontravam-se em situações distintas, pois a legitimação das suas posições dentro do espaço social não se baseava somente na formação acadêmica e na perícia técnica, mas na distinção dos capitais possuídos como as relações políticas, poder e prestígio, na herança familiar ou na rede de relações estabelecidas.

Como visto, esse segundo movimento pela profissionalização dos advogados implicou em complexas relações com o Estado, emergindo mesmo como uma condição de formação do próprio Estado, não se podendo pensar no seu funcionamento sem a participação e institucionalização desenvolvidas por advogados que, através de negociações e jogos de força, estabeleceram as formas institucionais de

---

<sup>314</sup> Esse processo recebe a denominação de “dinâmicas órfãs”, elaboradas pelos autores Badie e Hermet, ajuda a pensar sobre a situação dos Estados periféricos que importam modelos (políticos, institucionais e ideológicos) que não são produtos história social e política interna. Para mais informações ver BADIE, Bertand; HERMET, Guy. Las dinámicas huérfanas. In: **Política comparada**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.181.

<sup>315</sup> Cf. VIANNA, Marcelo. **Os homens do Parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)**. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2013.

dominação que conformam a ação do Estado, oferecendo uma legitimação a partir de uma suposta neutralidade de suas perícias.<sup>316</sup>

Logo após essas primeiras iniciativas dos advogados para consolidar sua posição e seu papel na sociedade brasileira no início do período republicano, o espaço jurídico volta a passar por novas transformações na década de 1930, com o governo Vargas influenciado pelo intelectual Oliveira Vianna<sup>317</sup> e a sua filosofia modernizadora, sendo possível definir o período como o início do processo de demarcação das fronteiras entre os campos jurídico e político<sup>318</sup>.

O crescimento da burocracia estatal a partir da Revolução de 1930 e a crescente oferta de bacharéis instigava o processo de reconversão desses segmentos da elite portadores do título de bacharel para o mundo jurídico.<sup>319</sup> Nesse novo movimento de profissionalização das carreiras jurídicas instituído pelo próprio Estado e não pelos grupos profissionais, o sentido de “profissão” se aproxima do sentido dado pelos funcionalistas para quem uma atividade só pode ser considerada profissão se possuir um conjunto específico de atributos, havendo uma superposição de elementos definidores e formadores do profissional que seriam: a existência de um corpo de conhecimento abstrato e complexo que exige um aprendizado longo e formal, uma cultura profissional sustentada por associações e a existência de um código de ética e de conduta<sup>320</sup>. Tratava-se de um modelo importado de países europeus (como a Inglaterra) e devidamente adaptado às condições peculiares do contexto social brasileiro. Esse avanço da profissionalização se concretizou através de um movimento de duplo sentido:

---

<sup>316</sup> Cf. SILVA, Wilson C. L.. **Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República Velha**. 2005, p.13/14

<sup>317</sup> O pensamento sociológico de Oliveira Vianna constituiu junto com as propostas estratégicas de Lindolfo Boeckel Collor (1890-1942), o referencial teórico que serviu a Getúlio Vargas para elaborar a sua proposta modernizadora do Estado e da sociedade brasileira, ao longo da década de 30 do século XX. A sociologia de O. Vianna constituiu o marco conceitual que abriu as perspectivas ao jovem deputado Getúlio Vargas, para compreender o alcance nacional da problemática social, superando o vazio provinciano que o jovem castilhista tinha herdado da sua formação no Rio Grande do Sul. Lindolfo Boeckel Collor e Oliveira Vianna representaram, também, o aspecto liberalizante das reformas de Vargas, que encontraram, de outro lado, elementos definidamente autoritários que influíram de forma marcante nos rumos absolutistas do Estado Novo, proclamado em 1937. Também é proposta de Oliveira Vianna uma modernização institucional, que seria “sinônimo de corporativismo, sobretudo administrativo” e por fim, e conseqüentemente, a conciliação das classes sociais, sendo sua falta justificada pela ausência do Estado (República Velha) nas questões sociais, cabendo a este a organização dos interesses. Ver MOREIRA, João Paulo Aprígio. **Oliveira Vianna: ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)**. Disponível em <https://stormblast.wordpress.com/2008/05/07/oliveira-vianna-ideologia-autoritaria-no-brasil-1930-1945/>.

<sup>318</sup> Cf. VIANNA, Marcelo (2013), op. cit., p.78

<sup>319</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **A Formação da Elite Jurídica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2001., p.115

<sup>320</sup> Cf. DINIZ, Marli. **Os donos do saber. Profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001, p.20

o surgimento das associações profissionais e a edição de normas legais que progressivamente definiram o campo jurídico como um espaço de saber especializado.

Sob tal ótica, a Constituição de 1934 previu a criação de conselhos técnicos consultivos e do "sindicato profissional" dos advogados - a Ordem dos Advogados Brasileiros (depois passaria a se denominar Ordem dos Advogados do Brasil- OAB)<sup>321</sup>. A OAB surgiu como uma corporação profissional instituída e regulada não pelos agentes, mas pelo Estado, na linha do modelo de profissionalização adotado por países centrais, com as devidas adaptações ao ser implementada na realidade sócio-política do Brasil onde "houve muito paternalismo, cooptação de lideranças sindicais, formalismo e burocratização do ensino e organização das profissões, mas pouco corporativismo".<sup>322</sup>

Concorrendo com as carreiras públicas que tentavam se firmar na burocracia estatal estavam os "conselhos técnicos" dos ministérios em cuja composição, por metade, pelo menos, concorriam técnicos estranhos ao funcionalismo público e remunerados por tarefa - profissionais liberais, cuja deliberação vinculava a administração pública, seguindo o modelo da teoria da administração americana, na qual se postulava a separação entre os domínios da política e da administração com o desejo de fazer surgir um novo entendimento acerca do serviço público e uma maior valorização do profissionalismo liberal. Houve uma transformação da concepção do ocupante de um cargo público, que passou a ser designado de "funcionário", conferindo-lhe um significado técnico como aquele que desempenha uma "função".

Na definição das carreiras jurídicas, no que pertine aos advogados públicos, não haveria ainda a especialização das competências e o monopólio de tarefas, cabendo ao promotor de justiça chefiado pelo Procurador Geral do Estado exercer todas as atribuições de um advogado público cumuladas com a do *parquet*<sup>323</sup>. É também no contexto da Constituição de 1934 que se faz a previsão constitucional da seleção meritocrática dos funcionários públicos através de concurso público, como forma de acesso aos cargos da burocracia estatal.

---

<sup>321</sup> Embora instituída como uma corporação profissional, a OAB se constitui na história do Brasil como uma entidade *sui generis*, pois sempre se considerou um "serviço público" independente de categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro. Dessa forma, a OAB, através do trabalho dos juristas junto ao poder político do Estado se colocou nas legislações constitucionais subsequentes até o formato atual, imputando-se características como autonomia e independência, sem desejar ser tida como congênere dos demais órgãos de fiscalização profissional, pois não se considerava voltada exclusivamente a finalidades corporativas, mas também institucionais, recebendo da CF/88 o status de órgão de colaboração com o poder público, defensora do Estado de Direito. Pode-se ver, então, que a advocacia no Brasil, ainda que no exercício privado, sempre se considerou um "serviço público".

<sup>322</sup> Cf. SCHWARTZMAN, Simon. **Atualidade do liberalismo político e do corporativismo**. 1987. [citado 6 Janeiro 2007]. Disponível na World Wide Web: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/atualidad.htm>>.

<sup>323</sup> Designação dada aos membros do Ministério Público.

A ideia de meritocracia vinha de um movimento que acompanhava a expansão do Estado nos países ocidentais a partir do século XIX, sendo mais uma das filosofias de modernização da burocracia<sup>324</sup>. Os critérios legais de entrada e ascensão nas carreiras públicas somados à burocratização, escolarização e tecnificação eram medidas objetivamente destinadas a romper com mecanismos frouxos e pouco objetivos de regulação do espaço de poder dos juristas.

...apontava-se para a eliminação dos “vícios” personalistas e aristocráticos típicos do regime imperial, essencialmente ancorados nas relações de privilégios estabelecidas entre o poder central e frações aptas a desfrutar de acesso e proximidade àquela esfera (proprietários fundiários, nobreza de origem europeia, burocracia “lusa” e brasileira).<sup>325</sup>

Esses modelos de sistemas de seleção importados de países centrais ilustram uma atitude ambivalente do ideário democrático: ainda que se resista à perpetuação de uma "casta" privilegiada de agentes, aspira-se a criação de uma elite baseada em títulos escolares, num contexto histórico-social em que o acesso à educação ainda era um privilégio de uma "casta". As alterações legislativas pertinentes às regras de recrutamento e seleção dos agentes públicos, aqui no Brasil, neste período, não pareceram alterar a cultura da distribuição de cargos públicos ligados a fidelidade pessoal do servidor ao governante, o que poderia justificar a menção em todos os textos constitucionais pátrios à liberdade de escolha da chefia das instituições estatais jurídicas, ligada a requisitos de natureza amplamente subjetiva como “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”.

Pode-se dizer que ao substituir o critério da nobreza de filiação como condição de acesso aos cargos públicos de poder e de prestígio por outros como “notável saber jurídico” e “reputação ilibada” mudava-se necessariamente os mecanismos de regulação da carreira, mas ao mesmo tempo em que essas modificações no critério de acesso a carreira eliminava o exclusivismo da nobreza, colocava em evidência um aspecto fundamental da dinâmica vigente: a utilização de relações baseadas no capital social e simbólico como requisitos para adquirir trunfos sociais diversos<sup>326</sup>. Desta forma, ainda que mais valorizado progressivamente o domínio dos instrumentos técnico-jurídicos, o "mérito" não estava centrado apenas nesse saber

<sup>324</sup> Cf. VIANNA, Marcelo (2013), op. cit., p.157

<sup>325</sup> Cf. SEIDL, Ernesto (2010), op. cit., p. 72/73

<sup>326</sup> Ver CORADINI, O.L. **A Formação da Elite Médica no Brasil e seu Recrutamento: confronto com o caso francês**. Cadernos de Ciência Política, Porto Alegre (11), UFRGS, 1998. E CORADINI, O.L. **“Grandes Famílias” e Elite “Profissional” na Medicina no Brasil**. Cadernos de Ciência Política, Porto Alegre (2), UFRGS, 1995 citados por SEIDL, Ernesto (2010), op. cit.

formal, mas na capacidade de acumular e reconverter recursos para a carreira de advogado público que vinha se delineando e a elite, conseqüentemente, seria composta pelos que melhor soubessem combinar esses recursos.

Assim, a lógica do bacharelismo era pautada em larga medida pelo uso das relações com o poder político do Estado patrimonialista e também com os poderes locais, através de relações político-partidárias, de parentesco, compadrio ou amizade, ou mesmo a combinação de todas elas. Além disso, subsistiu até a Constituição Federal de 1947 a possibilidade de livre nomeação de agentes para os cargos burocráticos, convivendo com a institucionalização dos concursos públicos que, embora tivesse se apresentado como uma possibilidade de ascensão social, sofreu uma série de limitações pelos recursos empreendidos pelas elites profissionais para protegerem-se ou beneficiarem-se disto.<sup>327</sup>

Apesar da reforma administrativa ter dado passos importantes no sentido da racionalização da administração pública pela introdução do recrutamento com base no sistema de mérito e pela ênfase no critério da competência técnica no desempenho das funções burocráticas, o padrão clientelista de expansão da máquina estatal não foi eliminado.

O resultado foi a evolução para um sistema estatal híbrido, marcado pela interpenetração entre os aspectos do modelo racional-legal e a dinâmica clientelista.<sup>328</sup>

Embora, na linha da "profissionalização" do campo jurídico implementada, legalmente se implantasse um sistema de recrutamento e seleção para "renunciar ao privilégio arbitrário da transmissão hereditária dos privilégios", ao determinar uma seleção para acesso aos cargos de poder baseada no capital escolar as classes privilegiadas estariam, na verdade, abdicando em proveito de uma instância perfeitamente neutra (e por isso, aparentemente inquestionável quanto à justiça de oportunidades) do poder de transmitir o poder de uma geração à outra.<sup>329</sup> Assim, pode-se concluir que o princípio seletivo de mérito eleito como princípio inclusivo na composição das profissões públicas, embora mais difícil de ser percebido do que outros princípios de exclusão, teve, na verdade, a função de transformar relações de saber em

<sup>327</sup> Igual movimento das elites profissionais pode ser observado na França, na III República, através do domínio da *bourgeoise de robe* no controle dos cargos do aparato burocrático estatal, através de um forte corporativismo que tanto impedia reformas no sistema escolar quanto permitia o controle sobre o recrutamento de seus pares. Para saber mais ver CHARLE, Christophe. Les Elites de la Republique Revisitado. In: TOMO, PPGCS:UFS, n.13, jul/dez 2008, p. 16-42

<sup>328</sup> Cf. DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1999, p.26 *apud* VIANNA, Marcelo (2013), op. cit., p.159

<sup>329</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.



relações de poder e transformar também as diferenças sociais em distinções de dom, inteligência e esforço, " justificando assim a teodicéia de uma classe cujo poder se legitima em nome de critérios científicos e do capital cultural".<sup>330</sup>

Dessa maneira, o primórdio do campo jurídico brasileiro, que despontava com a nova ordem constitucional, continuava marcado pelas lógicas do clientelismo perceptíveis nos apadrinhamentos e nas estruturas de solidariedade que se formavam entre os agentes deste espaço social, como recursos a serem reconvertidos na ocupação dos cargos de poder, mas legitimado pelo acesso seletivo do "concurso" que se caracteriza como um rito de passagem, de consagração e de instituição<sup>331</sup>. Isto representa o resultado de uma dupla operação institucional que primeiro diferencia por separar, a partir de critérios considerados essencialmente escolares (portanto racionais) um candidato do outro e depois define quem comporá a elite, como merecedores de uma qualificação carismática, opondo interesses individuais e coletivos que terminam por justificar os ideais meritocráticos ao consagrar aqueles que, em sua maioria e desde sempre, já seriam beneficiários de uma origem social privilegiada.

Se a partir da Revolução de 1930, houve uma progressiva transformação das instâncias políticas e jurídicas, foi o Estado Novo que retirou os resquícios das autonomias regionais que permaneceram mesmo a partir da Constituição de 1934. O regime Vargas impôs a centralização política às elites regionais, implantando órgãos federais, departamentos, institutos e outras instâncias de decisão que solapavam do poder local qualquer possibilidade de autonomia. Mas embora as oligarquias tivessem que se submeter ao sistema centralizador do governo, o poder no Estado Novo também necessitou cooptar e fazer concessões às elites para se tornar viável. Do seu lado, as elites barganhavam e se aproveitavam da estrutura criada para manter as suas posições privilegiadas de poder. Tratava-se daquilo que já nos referimos como “modernização conservadora”, que combinou propostas meritocráticas com as práticas tradicionais do clientelismo, sendo que os advogados públicos prevaleceram-se dessa dinâmica para construir suas carreiras num cenário de inflação de diplomas e profissionalização de

<sup>330</sup> Cf. VALLE, Igor Ribeiro e outros. Seleção meritocrática versus desigualdades sociais: quem são os inscritos e os classificados nos vestibulares da UFSC (1998-2007)? . **Revista Linha Crítica**, Brasília:DF, v.16, n.31, dez 2010, p.4

<sup>331</sup> Para Bourdieu, “o rito da instituição é um rito de passagem que tende a produzir uma elite *consagrada*, não somente distinta, separada, mas também reconhecida e se reconhecendo como digna de o ser, numa palavra *distinguida*”; assim, “falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural *um limite arbitrário*, ou melhor, a operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardados a qualquer preço”. Cf. BOURDIEU, Pierre. Épreuve scolaire et consécration sociale. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. Paris, n.39, p.3-70, 1981.

vários outros campos, utilizando-se dos recursos possíveis: a combinação do saber jurídico com os capitais de notoriedade, recursos familiares e as rede de relações, para estabelecerem-se frente aos demais agentes do campo.

Nesse caso, as alterações legislativas implementadas, tanto pela Constituição de 1934 quanto pelas que lhe seguiram até o final da ditadura militar, apenas serviram para perpetuar as estruturas de dominação inspirando "a todos o reconhecimento da legitimidade dos veredictos (...) e das hierarquias sociais que eles legitimam"<sup>332</sup>, sem operarem alterações profundas na lógica estrutural do espaço social dos bacharéis.

Foi também no período militar que o campo jurídico experimentou um recrudescimento no poder de suas profissões dentro do aparato burocrático do Estado dominado pelos militares, mas o processo de diversificação das origens sociais, políticas e geográficas que atingiu o mundo da advocacia e das carreiras de Estado, já a partir da década de 1970, promoveu alterações nas definições e usos do Direito, que tem na ideia de redefinição institucional a sua expressão e que ensejou intensas mobilizações de juristas de diversas carreiras.<sup>333</sup>

O momento mais favorável para a emergência dessas redefinições e alterações institucionais foi a partir do movimento pela redemocratização do país, quando os juristas empreenderam esforços no sentido de expandir o poder do campo do direito dentro da nova ordem constitucional que se construía, aproveitando-se do aspecto conjuntural e das características da cultura política do momento em que os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) se desenvolveram. No que concerne ao aspecto conjuntural, pelo que se observa no texto original da Constituição de 1988, a questão central para os constituintes era democratizar o Estado<sup>334</sup> e não

<sup>332</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

<sup>333</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.39, 2006, p.110/111

<sup>334</sup> Uma forma de reforçar esse argumento além de observar os vários aspectos de ampliação dos direitos coletivos da Constituição Federal de 1988 é observar os resultados das pesquisas de Maria D'Alva Kinzo que buscou classificar a ação dos partidos durante o processo Constituinte, agrupando as votações com conteúdos comuns - governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro – e concluiu que nos itens governismo, conservadorismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro, a diferença entre os partidos de esquerda e os de direito é relativamente maior do que no item democratismo, ou seja, mesmo o partido ou grupo político com maior resistência a medidas democratizadoras não se distancia tanto, quando comparado aos outros itens, do mais favorável a elas indicando a prevalência da tendência democratizante da ANC. Ver KINZO, Maria D'Alva. O Quadro Partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, Bolivar (org). **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**. IDESP/Sumaré: São Paulo, 1990. Citado por KERCHE, Fábio. O Ministério Público e a Constituição de 1987/88. In: SADEK, M.T. (org). **O Sistema de Justiça do Rio de Janeiro**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

minimizá-lo nos moldes liberais clássicos. Quanto ao aspecto de cultura política, pode-se identificar diferentes experiências históricas: a necessária revisão das premissas individualistas do Direito brasileiro como negação do passado - o “legado getulista”- refletido na tradição nacionalista (e mesmo paternalista) presente em vários pontos da Constituição de 1988 e a concepção do Estado como um agente privilegiado para a construção da cidadania. Assim, parcela significativa dos constituintes via a sociedade civil como fraca e incapaz de sozinha exigir o cumprimento ou a ampliação de seus direitos, daí a necessidade de se criar instrumentos de intermediação entre a sociedade civil e o Estado num sentido de reforço da construção de uma cidadania não dependente, como alternativa à posição liberal que defendia a participação política somente através dos partidos políticos e parlamentares.<sup>335</sup>

E foi dentro deste contexto histórico e social que o *lobby* de determinadas entidades de representação de profissões jurídicas conseguiu “vender” o seu projeto de ampliação dos poderes, colocando-se como agentes privilegiados de defesa de interesses coletivos (negando a velha tradição individualista combatida), reforçando o papel do Estado paternalista como agente privilegiado nas relações sociais (legado getulista) e colocando-se como alternativa aos partidos políticos como instrumento de reforço da cidadania.

A maior legitimação do Judiciário e das instituições ligadas ao meio jurídico pode ser atribuída também a um efeito de descrença dos canais tradicionais de mediação política. Essa legitimação está relacionada, ao mesmo tempo, com a diversificação social do recrutamento, às novas definições institucionais das carreiras de Estado e às condições<sup>336</sup>

Ao se colocarem desta forma, as profissões jurídicas valeram-se de um recurso ideológico para ampliar os seus próprios poderes e prerrogativas, com previsão constitucional. Algumas dessas garantias representam verdadeiros monopólios de atuação e os seus privilégios as colocam como indispensáveis a própria democracia, como se ela não existisse sem essas profissões. Trata-se de um novo movimento e um novo momento da “profissionalização” das atividades jurídicas, na qual as mudanças no espaço social dos juristas não aconteceram de maneira homogênea em todo país, nem mesmo em todas as carreiras jurídicas. Nesse movimento de “profissionalização”, as lutas das diferentes carreiras jurídicas por espaços monopolizados de atuação profissional representam disputas por poder no quadro político geral.

<sup>335</sup> Cf. KERCHÉ, Fábio (2010), op. cit., p.120/123

<sup>336</sup> Cf. KERCHÉ, Fábio (2010), op. cit., p.124

No contexto constitucional de 1988, algumas carreiras foram dotadas de mais prestígio e poder do que outras, o que pode ser mensurado pelo seu nível de autonomia em relação ao poder político, nos valores remuneratórios e na capacidade de organização administrativa e política. As definições institucionais envolvem garantias legais como a vitaliciedade, inamovibilidade e a irredutibilidade dos salários que lhes garante relativa autonomia com relação ao “mundo da política”, sendo que tudo isso possibilita aos novos agentes recrutados desse campo redefinir os usos sociais de suas carreiras num enfrentamento com os outros poderes do Estado.<sup>337</sup>

O protagonismo, neste período, esteve com o Ministério Público que assumiu o monopólio de atuação para atuar “em nome da sociedade”, trazendo subjacente a ideia de uma cidadania dependente e de uma descrença nos canais tradicionais da mediação política, deixando a representação dos “interesses do Estado” para a Advocacia Pública (carreira na qual se inserem os procuradores de Estado), que se constituiu por exclusão desta tarefa da competência do Ministério Público.

Os Advogados Públicos Estaduais ou os Procuradores do Estado são, pois, “servidores” de carreira profissional, cuja tarefa seria assegurar a legalidade da ação administrativa nos Estados e preservar o patrimônio Público, ou seja, cabe aos procuradores a representação judicial do Estado e funcionar como órgão consultivo do Poder Executivo<sup>338</sup>. O acesso à carreira de procurador exige a formação em Direito, inscrição no órgão de classe, exercício da advocacia ou de atividade privativa de bacharel em Direito por pelo menos três anos e aprovação em concurso de provas e títulos organizado pelo Poder Executivo Estadual e fiscalizado pela Ordem dos Advogados do Brasil<sup>339</sup> em todas as fases.

A Constituição Federal (1988) garantiu estabilidade profissional após três anos de efetivo exercício no cargo e uma avaliação de desempenho do servidor por um órgão interno da própria instituição, a Corregedoria. Isso os coloca na mesma situação jurídica dos demais servidores públicos estaduais, diversamente do que propõe para as carreiras jurídicas da Magistratura e do Ministério Público, por exemplo, que gozam da vitaliciedade no cargo após o efetivo exercício da função por dois anos com organização institucional própria. A autonomia institucional da Magistratura e do Ministério Público

<sup>337</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.39, 2006, p.105

<sup>338</sup> As funções dos procuradores estaduais e distritais estão delineadas no artigo 132 e parágrafo da Constituição Federal da República Brasileira (1988).

<sup>339</sup> A Ordem dos Advogados do Brasil é a entidade classista dos advogados e não integra o quadro funcional, sendo classificada de paraestatal, mas figura na Constituição Federal como órgão de controle ao acesso em todas as carreiras jurídicas.

garante a escolha do chefe da Instituição pelos seus membros e dentre os seus membros<sup>340</sup>, o que não ocorre com as procuradorias, cujas chefias são cargos “de confiança” do Governo, de livre nomeação e exoneração, entre bacharéis em Direito de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, não necessariamente atrelados à carreira profissional, mantendo-se uma lógica de ascensão à elite dirigente do grupo que persiste desde o período imperial.

Vê-se, pois, que se a concepção de institucionalização estiver atrelada à formação de um espaço social específico, no qual os agentes estejam interessados em afirmar a sua existência e a concepção de profissionalização estiver atrelada a de autonomia em relação ao poder político do Estado, pode-se afirmar que tanto a institucionalização quanto a profissionalização das atividades dos procuradores de estado, além de terem sido implantadas de forma gradual e lenta, sofreram as devidas adaptações em seus conceitos, num cenário em que as fronteiras entre os campos jurídico e político permanecem absolutamente permeáveis. Por tal motivo, evidencia-se a contradição entre a ideia de “profissionalismo”, que ao longo da história legislativa vem permeando as alterações impostas no campo jurídico, e a permanência, em algum grau, do bacharelismo na carreira de advogado público, presente no trânsito constante dos bacharéis entre o desempenho das funções jurídicas e as imbricadas relações com o poder político. Vinculação essa que pode ser pressuposta, à medida que a ascensão aos altos postos da advocacia pública ainda é tributária e dependente das relações com o poder político.

Há que se ter em vista, ainda, que à época da efervescência da luta pela “profissionalização” das carreiras jurídicas na Assembleia Constituinte de 1986, as já organizadas representações corporativas de Magistrados e Promotores Públicos trabalharam intensamente na luta pela autonomização de suas carreiras, o que lhes garantiu assumir e manter a condição de um poder de Estado. Todavia, a fraca organização corporativa em nível nacional da advocacia pública, não permitiu um maior investimento na autonomia carreira de procurador de estado (pelo menos naquele momento), que continuou vista pelos parlamentares como uma carreira auxiliar da burocracia estatal e do seu poder político. As mudanças constitucionais de 1988 representaram apenas uma oportunidade de fundar a garantia da estabilidade do cargo e de impor a meritocracia apenas como forma de seleção dos seus agentes, deixando que a

---

<sup>340</sup> A presidência do Tribunal de Justiça é determinada pela eleição de um desembargador pelos seus pares para um mandato de dois anos. No caso do Ministério Público, a eleição estabelece uma lista tríplice de candidatos, cuja indicação do ocupante da Chefia é feita pelo Governado do Estado.

relação com o campo político reconvertesse seus capitais para outros espaços de maior poder e prestígio, conforme as oportunidades de avizinhassem.

Contudo, a lenta, porém gradual, mudança no perfil dos agentes causada pelo recrutamento por concurso público para a carreira e o próprio processo de institucionalização das procuradorias ampliaram as possibilidades de apropriação de novos usos do direito e de redefinições institucionais. A entrada de novos agentes de origens sociais e geográficas diversificadas contribuiu para o surgimento de outros fundamentos para ideias universais de Estado, bem comum e “interesse público”, objetos pelos quais expressam sua *expertise* e seu monopólio de dizer o direito<sup>341</sup>. Esse processo de diversificação e de redefinição institucional - que para os advogados públicos sergipanos acontece mais efetivamente a partir do ano 2000- pode ser visto como indicativo de movimentações no sentido da reestruturação do espaço de poder no qual os agentes *outsiders* disputam posições com agentes estabelecidos e dotados de outros capitais, não passíveis de ser adquiridos somente com a formação acadêmica e especialização profissional, mas obtidos em outras esferas sociais no na socialização prévia à entrada na carreira e dentro dela.

Todos esses fatores contribuíram para um novo repertório jurídico mobilizável por esses agentes no movimento contestador da tradição jurídica em mais um movimento pela “profissionalização” da carreira da advocacia pública, que reivindica as prerrogativas da autonomia conferida a outras carreiras jurídicas. Foi nesse sentido que a Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE) organizou um *lobby* no Congresso Nacional, especialmente junto aos parlamentares com formação jurídica, fazendo tramitar a Proposta de Emenda Constitucional Nº 80 de 2007 (PEC 80) que propõe a alteração do artigo 132 da Constituição Federal ao inserir no texto constitucional a “autonomia administrativa, orçamentária e técnica, além da iniciativa de organização dos seus quadros e de propostas orçamentárias anuais e a “inviolabilidade e independência no exercício da função.”<sup>342</sup>

<sup>341</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano (2006), op. cit., p.111

<sup>342</sup> É o que se extrai do art. 132-A da proposta: “Art. 132-A. À Advocacia-Geral da União e órgãos vinculados, bem como às Procuradorias-Gerais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos entes públicos, asseguradas autonomias administrativa, orçamentária e técnica, além da iniciativa de organização dos seus quadros e de propostas orçamentárias anuais, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Parágrafo único. Os membros da Advocacia Pública são invioláveis no exercício das suas funções e atuam com independência, observada a juridicidade, racionalidade, uniformidade e a defesa do patrimônio público, da justiça fiscal, da segurança jurídica e das políticas públicas, nos limites estabelecidos na Constituição e nas leis pertinentes”

### 3.1.2. A (re)produção da "burguesia de toga" sergipana:

O panorama legislativo-constitucional apresentado sobre a organização da carreira de advogado público no Brasil fornece algumas pistas formais sobre a maneira de sua estruturação, creditada às noções de hierarquia institucional e mérito precipuamente, o que se repete em seus estatutos. A carreira da advocacia pública experimentou mudanças ao longo do tempo especialmente nos primeiras décadas do século XXI, quando a função do procurador se distinguiu da função do promotor, que se profissionalizou, e ambas foram reconhecidas pela lei não como uma instância burocrática submetida aos interesses dos governantes, mas como função essencial à administração da justiça. Medidas de organização da carreira foram implantadas e surgiram instâncias de consagração profissional, com a construção de um *ethos*<sup>343</sup> comum que distinguia esta classe de servidores frente aos concorrentes do campo jurídico e político.

Pelos princípios formais delineados nas constituições republicanas, especialmente a partir da era Vargas, afora a época do regime monárquico cujo recrutamento estava umbilicalmente ligado às relações com a Corte, além da formação profissional<sup>344</sup>, as formas de ascensão ao cargo estabeleceram critérios "meritocráticos", a lógica da escolarização, a universalidade das regras e ao cumprimento de etapas na carreira para sua promoção, com regras pré-estabelecidas.

Como veremos a seguir, em Sergipe, por exemplo, desde 1913, já havia a previsão do recrutamento por concurso, o que poderia nos levar a creditar a formação desta elite exclusivamente ao mérito e formação profissional. Mas, em qualquer estudo de elites profissionais, identificá-las e identificar as fontes de seu poder dentro do Estado tem a ver com a compreensão da organização do poder que delimita o seu

---

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1235128&filename=Tramitacao-PEC+82/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1235128&filename=Tramitacao-PEC+82/2007), acessado em 25 de novembro de 2014)

343 *Ethos* está inserido no texto como “um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados”

344 Nos primeiros períodos da organização da carreira de advogado público prescindiu-se da formação em Direito para a assunção ao cargo, tendo em vista a escassez de faculdades e o restrito acesso. Havia a figura do rábula, que eram advogados práticos, pessoas que exerciam a função sem a formação específica, mas com experiência forense.

espaço profissional e também do funcionamento dos mecanismos que envolvem a “democratização” do acesso as carreiras profissionais<sup>345</sup>. Assim, somente observando os movimentos do campo é que se pode identificar os capitais e recursos efetivamente necessários para a o recrutamento dos membros da instituição e, dentre eles, os que comporiam a sua elite e se há correspondência com as determinações legais que delimitam os seus espaços profissionais.

Com base nisso, passaremos para uma prosopografia do grupo de procuradores gerais que nas diversas etapas da história constitucional do Estado atuaram no campo como a elite dirigente. Segundo Heinz<sup>346</sup>, as biografias “são muito eficientes em dar visibilidade aos nexos existentes entre a posição social, origem e formação escolar”, podendo ser utilizada para cruzar traços comuns de grupos em que boa parte de sua história é fragmentária.<sup>347</sup>

Embora identificados os procuradores gerais atuantes desde a primeira Constituição sergipana, não foram encontrados registros biográficos de todos eles, especialmente os do primeiro período e os que imaginamos não terem as carreiras de maior prestígio e destaque. Para facilitar a identificação das estruturas dos espaços social destes advogados a partir do cruzamento dos dados das trajetórias sociais e profissionais dos agentes com as regras de estruturação do espaço vigentes, as análises dos procuradores foram agrupadas tomando-se em conta os períodos de mudanças significativas na definição das fronteiras entre os campos político e jurídico, no sentido da construção de um grupo profissional, com fim de identificar os perfis desejáveis desses advogados públicos para compor a elite dirigente.<sup>348</sup>

3.1.2.1. Advogados públicos de uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias da elite dirigente até a Constituição Estadual de Sergipe de 1989.

<sup>345</sup> Cf. ALMEIDA, Frederico Normanha R, de. **Capitais herdados e capitais adquiridos- A dinâmica sóciopolítica de produção das elites jurídicas**. Anais do 7º Encontro da ABCP, Área Temática Política, Direito e Judiciário. Recife-PE, 2010.

<sup>346</sup> Cf. HEINZ, Flávio M. Elites rurais entre a representação e a política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.11

<sup>347</sup> Cf. VIANNA, Marcelo. Promotores em uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias dos membros do Ministério Público do RS atuantes no Estado Novo. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. p.78

<sup>348</sup> Na composição dos dados biográficos dos investigados, foram utilizadas informações constantes em atas e documentos constantes no Arquivo Judiciário de Sergipe, bem como dicionários biográficos, artigos e livros memorialísticos e depoimento de amigos e de colegas de profissão.



A trajetória histórica da advocacia pública em Sergipe em muito se assemelha com a que ocorreu no Brasil: da fusão das atribuições de advogados de Estado com advogados da sociedade, acusador criminal e procurador fiscal, até a especialização das funções em carreiras distintas de promotor de justiça, defensor público e advogado público, nas últimas décadas do século XX.

Até a proclamação da República a Província de Sergipe era subordinada à Província da Bahia onde se situava a administração pública. Em 1839, quando a lei estabeleceu o Juízo Privativo dos Feitos da Fazenda Provincial de Primeira Instância havia a previsão do cargo de Procurador Fiscal<sup>349</sup>, que cumulava as funções de curador das questões patrimoniais do Estado e promotor de justiça.

Em junho de 1891 foi elaborada a primeira Constituição do Estado de Sergipe<sup>350</sup>, criando o Procurador Geral do Estado como cargo de ação pública com atuação no Tribunal e os promotores para atuarem subordinados a ele em cada comarca. O Procurador Geral era recrutado entre os desembargadores (membros da magistratura estadual) e nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de três anos. No final do ano de 1891, houve nova Assembleia Constituinte, mas as alterações na Constituição não mudaram a condição da Procuradoria de Estado.

Em 20 de setembro de 1913, promulgou-se outra Constituição no Estado de Sergipe que criava o cargo de Procurador Geral (no capítulo IV, artigo 73), como chefe do Ministério Público, nomeado pelo Presidente de Estado dentre os magistrados ou graduados em direitos distintos pelos conhecimentos jurídicos e com cinco anos de prática forense. Anexo à Constituição, havia o Código de Organização Administrativa (Lei No. 648 de 25/10/1913)<sup>351</sup> que classificava o Ministério Público como órgão auxiliar da Justiça, (no capítulo III, art.17, 1º), com possibilidade de demissão *ad libitum* pelo governo, por serem classificados como cargos de mera confiança.

Os membros podiam ser recrutados entre graduados em Direito ou, na sua falta, por advogados provisionados, pois, tendo em vista que não havia faculdade de direito no Estado, ainda não se contava com um contingente suficiente de bacharéis para ocuparem os cargos políticos e os cargos da burocracia pública. Nessa época, também houve no artigo 199 deste Código a previsão de realização de "concurso público" para os cargos de promotor de justiça e, além das funções correlatas ao Ministério Público,

---

<sup>349</sup> Cf. BARRETO, Luiz Antonio. **O Poder Judiciário em Sergipe**. SERCORE:Aracaju, 2004.

<sup>350</sup> Consulta documental feita na Biblioteca Estadual Epifâneo Dórea, Aracaju-se

<sup>351</sup> Consulta documental feita na Biblioteca Estadual Epifâneo Dórea, Aracaju-se

cabia aos promotores subordinados ao Procurador Geral do Estado prover as causas em que a Fazenda e a soberania do Estado forem interessadas de qualquer modo e promover a cobrança de dívida ativa e a defesa dos direitos da Fazenda Estadual.

O concurso não era uma garantia de estabilidade na carreira, mas mera formalidade de "escolha" dos candidatos para o cargo que, dentre os recursos mais importantes para a carreira não constava uma especialização profissional além da graduação, mas a passagem por cargos de poder e prestígio e, principalmente o capital familiar, como se pode a partir dos dados registrados sobre eles, constantes na tabela a seguir com os Procuradores Gerais da República Velha em Sergipe.

### Quadro 14

Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais da Província de Sergipe na República Velha (1891-1932)<sup>352</sup>

Nome	Faculdade de Formação	Tempo de permanência no cargo	Profissão do pai	Outras atividades exercidas
Cândido de Oliveira Ribeiro	Direito na Faculdade do Recife.	2 anos.	Militar.	Promotor público da comarca do Rio Real e juiz de Direito da comarca de Gararu.
Francisco Alves da Silveira Brito	Direito de Recife.	3 anos.	-	Juiz Municipal, Desembargador.
Gustavo Gabriel Coelho Sampaio	Direito de Recife.	1 ano.	Prof. Liberal (Médico)	Promotor Público, Juiz Municipal, Juiz de órfãos, delegado de polícia, Deputado provincial, Desembargador.
Bemvindo Pinto Lobão	Direito na Faculdade do Recife.	1 ano.	Professor e ocupava cargos jurídicos (tabelião).	Percorreu todos os cargos da magistratura até chegar ao de desembargador do Tribunal da Relação do Estado.
Benilde Romero	Direito de Recife		Comerciante	- Desembargador.
João da Silva Melo	Ciências Jurídicas e sociais na Faculdade do Recife.	4 anos.	-	- Promotor público da comarca de Gararu, Capela, Laranjeiras e Itabaiana. - Juiz Municipal e de orfãos de Itabaiana. -Presidente do IHGS
Armando Hora de Mesquita	Direito Faculdade do Recife	6 anos.	Campo jurídico (Bacharel)	Oficial da 2ª seção da secretaria geral do seu Estado. Promotor Público da comarca da Capela . Juiz municipal do termo de Japaratuba, Deputado Estadual .
Gervásio de Carvalho Prata	Bacharel Faculdade	2 anos.	Militar	Secretário do Governo do Estado

<sup>352</sup> Não foram listados aqui todos os ocupantes do cargo de Procurador Geral de Sergipe no período, mas apenas aqueles para os quais estão disponíveis dados biográficos.

	Livre de Direito da Bahia.			de Sergipe Chefe de polícia do Estado.
Edison de Oliveira Ribeiro	Faculdade de Direito da Bahia.	4 anos.	-	- Promotor Público -Procurador Geral da República - Presidente da OAB - Auditor de Guerra na justiça militar. -Jornalista -Advogado - Membro do IHGS
Francisco Monteiro de Almeida	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	1 ano.	Fazendeiro	-Tabelião, Secretário Geral do Estado de Sergipe - Consultor Jurídico do Estado de Sergipe -Secretario de finanças do Estado - Desembargador, Presidente do Conselho Consultivo de Sergipe.
Homero de Oliveira	Formado em Direito na Faculdade do Recife	6 anos.	Cargo Público	Advogado, Promotor, Deputado, Juiz de Direito, Jornalista, Desembargador.
Zacharias Horacio dos Reis	-	3 anos.	-	Juiz Municipal de Itabaiana, Juiz de Direito da Comarca do Rio Real, Juiz da Comarca de Estância, Chefe de Policia do Estado de Sergipe, Procurador do Estado de Sergipe.
Alexandre Pinto Lobão	Ciências jurídicas e sociais na Academia de Olinda	1 ano	-	Advogado. Promotoria da comarca de Vila Nova. Juiz de direito da comarca de Maruim, Vila Nova. Lagarto, Itapicuru-mirim, Abrantes. Desembargador da Relação de Cuiabá.

Fonte: GUARANÁ, Armindo. Dicionário Biográfico de Sergipe, 1925

Esse grupo teve a formação escolar concentrada na Faculdade de Direito de Recife como centro de socialização comum e, embora houvesse a possibilidade legal de nomeação de advogados provisionados ou rúbulas para a função no Estado, a posse do diploma de bacharel prevaleceu como recurso de acesso ao cargo. Esses agentes eram, em sua maioria, filhos de militares, médicos, juristas e fazendeiros, possuindo origem social comum, qual seja, a oligarquia local. Grande parte exerceu cargos de promotor e juiz antes de na elite dirigente da carreira de procurador, mas houve aqueles que só (ou também) ocuparam cargos públicos de confiança e/ou legislativos, a exemplo de Armando Hora Mesquita, Gervásio Carvalho Prata, Francisco Monteiro de Almeida e Homero de Oliveira, o que demonstra a circulação no campo político.

Além da circulação por cargos no poder político, as relações familiares ou de amizade com político é um capital acionado para a formação dessa elite que pode ser ilustrado, por exemplo, pela indicação do primeiro Procurador Geral do Estado Cândido de Oliveira Ribeiro, que era irmão do governador Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, à época de sua nomeação, como visto ao tratarmos de sua trajetória em páginas anteriores deste capítulo.

Muitos atuavam como jornalistas, função acionada como capital de notoriedade. Apenas dois deles exerceram a advocacia privada, o que evidencia o credenciamento que o diploma conferia para os cargos públicos de relevo imediatamente após a formatura. Nessa época, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe tendo um dos procuradores gerais - João da Silva Melo - como um dos fundadores e primeiro presidente, espaço que funcionou como instância de consagração destes juristas.

Desta forma, depreende-se das informações que os membros da elite da advocacia pública que atuaram nessa dinâmica combinaram a posse do diploma de bacharel com seus capitais de notoriedade, seus recursos familiares e políticos e suas experiências de socialização comuns para se estabelecerem frente aos demais como a elite do grupo.

Após este período, a Constituição Estadual de 1935<sup>353</sup> manteve a Procuradoria Geral do Estado como órgão auxiliar dos poderes, cuja chefia era de livre nomeação e demissão pelo Governo do Estado, entre bacharéis ou doutores em Direito, com quatro anos de prática forense no Estado, idade entre 25 e 50 anos. Na falta de

---

<sup>353</sup> Consulta documental feita na Biblioteca Estadual Epifâneo Dórea, Aracaju-se

bacharéis, poderiam ser recrutados acadêmicos de Direito como interinos, desde que maiores de 18 anos e com condutas social e privada "recomendáveis". Neste ponto, já se fazia sentir no Estado os ecos do discurso sobre a "profissionalização" da carreira no sentido da valorização do diploma e na exclusão dos outros agentes do campo que não dispunham deste recurso, ainda que com um certo atraso com relação às mudanças nacionais, que já teriam sido incorporadas pela Constituição Federal de 1891, mas não pela Constituição Estadual de Sergipe de 1913.<sup>354</sup>

Nesta Constituição, como nas demais, manteve-se a confusão das atribuições de advogado "de estado" e "da sociedade" e os membros desse grupo profissional atuantes nas Comarcas eram denominados promotores, embora também exercessem a função de advogado público. A grande inovação nesta legislação era a previsão de estabilidade no cargo, assim como os magistrados, pois só poderiam ser demitidos do serviço público por sentença judicial ou processo administrativo – determinação que foi ratificada pelo Decreto Estadual No. 283 de 23 de fevereiro de 1935<sup>355</sup>, expedido pelo Interventor estadual, que atribuía a concessão da garantia da estabilidade do Procurador Geral à sua "cooperação" com as atividades governamentais.

Na Constituição Estadual de 1947<sup>356</sup>, o Título II, artigo 83, instituía o órgão do Ministério Público como representante da sociedade e do Estado, novamente reunindo nesta instituição as funções do procurador de estado e do promotor de justiça. O Procurador Geral continuava a ser um cargo de livre nomeação do Chefe do Executivo, recrutado entre bacharéis ou doutores em Direito com mais de 35 anos, cinco anos de prática forense, "notável saber jurídico" e "reputação ilibada". O acesso aos cargos iniciais da carreira era feito por concurso público, a mudança de posto era regulada por critérios de antiguidade e "merecimento", mas o provimento do último e mais alto posto da carreira somente poderia ser feito pelo critério do "merecimento", deixando a cargo da autoridade nomeante a avaliação subjetiva das qualidades pessoais do candidato.

A Constituição de 1967<sup>357</sup> não trouxe muitas inovações para a carreira. A diferença mais substancial foi ter reduzido a idade para a nomeação do Procurador Geral para 30 anos, retirar a exigência da prática forense (dando acesso aos

---

<sup>354</sup> Podemos atribuir estes "atraso" legislativo na incorporação das mudanças do movimento pela profissionalização da advocacia no início da República Velha, no Brasil, pela falta de advogados sergipanos em número suficiente para compor os quadros da burocracia pública, em virtude da falta de um centro de formação local dos bacharéis, que só viria na década de 1960.

<sup>355</sup> Consulta documental feita na Biblioteca Estadual Epifâneo Dórea, Aracaju-se

<sup>356</sup> Consulta documental feita na Biblioteca Estadual Epifâneo Dórea, Aracaju-se

<sup>357</sup> Consulta documental feita na Biblioteca Estadual Epifâneo Dórea, Aracaju-se

recém-formados) e inserir a Procuradoria no âmbito Tribunal de Justiça. O artigo 94 ainda deixava clara a atribuição de advogado de estado aos promotores de 1ª instância, ao colocar como sua competência “representação e defesa em juízo dos interesses da Fazenda Pública”.

A partir de 1980, a Lei Estadual Nº 2257 de 16 de abril de 1980 definiu a Procuradoria Geral de Justiça como órgão superior do Ministério Público do Estado de Sergipe e, desde então, o Procurador Geral do Estado passou a ser exclusivamente o chefe da advocacia pública estadual. Como o Ministério Público do Estado já estava organizado profissionalmente desde 1968, data da criação de sua associação profissional, cabia ao Estado a tarefa de organizar a advocacia pública cujas funções estavam espalhadas até então entre promotores e consultores jurídicos.

### Quadro 15

Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais do Estado de Sergipe até a institucionalização do Ministério Público (1933- 1980)<sup>358</sup>

Nome	Faculdade de Formação	Tempo de permanência no cargo	Origem familiar	Outras atividades
Alexandre Pinto Lobão	Ciências jurídicas e sociais na Academia de Olinda	1 ano	-	Advogado. Promotoria da comarca de Vila Nova. Juiz de direito da comarca de Maruim, Vila Nova. Lagarto, Itapicuru-mirim, Abrantes. Desembargador da Relação de Cuiabá.
Hunald Santa-Flor Cardoso	Faculdades Livre de Direito de Fortaleza e Porto Alegre.	1 ano	Professor	Secretário Geral do Governo de Sergipe, Diretor do Banco Estadual de Sergipe.
Adolfo Ávila Lima	Faculdade de Direito da capital da Bahia e do Recife. Bacharel em ciências jurídicas e sociais.	2 anos	-	Promotorias de Propriá e Estância, membros do Conselho Municipal de Aracaju, membro do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado.
Juarez Figueiredo	-	1 ano	-	-Juiz de Direito -Secretário de Estado da Fazenda -Jornalista -Membro da Academia Sergipana de Letras
Abelardo Maurício Cardoso	-	1 ano	-	-Chefe de Polícia - Membro da Academia Sergipana de

<sup>358</sup> Não foram listados aqui todos os ocupantes do cargo de Procurador Geral de Sergipe no período, mas apenas aqueles para os quais estão disponíveis dados biográficos.



				Letras
Álvaro Andrade	-	1 ano	-	- Juiz Federal
Luiz Magalhães	-	1 ano	-	- Juiz -Promotor -Secretário da OAB - Membro do Conselho Penitenciário
Gonçalo Rollemberg Leite	Faculdade de Direito de Minas Gerais	12 anos.	Prof. Liberal (Fazendeiro/Médico)	Professor e Reitor da Faculdade de Direito, Promotor de Justiça em 1928, Procurador Fiscal, Advogado, Jornalista, Procurador Regional Eleitoral, Conselheiro da OAB, Presidente da OAB, Fundador da Associação Sergipana de Imprensa.
Francisco Guedes de Melo	Faculdade de Direito de Recife	1 ano	-	Deputado Estadual
Jaime de Araújo Andrade	-	1 ano	-	Jornalista Juiz do TRE/SE Deputado Estadual
João Marques Guimarães	-	3 anos		- Radialista -Diretor da Radio Aperipê
João Dantas Martins dos Reis	Faculdade de Direito da Bahia	3 anos.	Político	Promotor do Ministério Público,
Manoel Achilles Lima	-	3 anos	-	- Presidente da OAB -Membro do IHGS -Advogado
Eduardo de Cabral Menezes	Faculdade de Direito de Sergipe	7 anos.	Fazendeiro/Comerciante (Banqueiro)	Membro do Tribunal de Justiça Desportiva, Advogado, Promotor de Justiça.

José Gilton Pinto Garcia	Faculdade de Direito Pela Universidade Federal de Sergipe	1 ano.	-Jurista e político	Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Presidente da OAB, Procurador do Tribunal de Contas do Estado e Procurador- Geral da Justiça. Deputado Federal, Chefe de Assessoria Parlamentar, Governador do Amapá, Assessor da presidência do Senado, Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de Sergipe e Secretario de Segurança Pública.
-----------------------------	---	--------	---------------------	--

Embora os dados desse grupo sejam muito inconsistentes já que não houve a preocupação de manter os dados de todos os procuradores nomeados no período nos registros funcionais, análise da configuração da elite institucional da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe da época do movimento de "profissionalização" da carreira, na era Vargas, até a especialização das funções do advogado público em Sergipe, na década de 1980, torna possível notar que o perfil desse grupo, a despeito das mudanças legislativas impostas às carreiras jurídicas, traz pouca diferença em relação ao grupo já analisado do período histórico anterior.

No que pertine à formação acadêmica, que representava uma garantia para atuação nas carreiras públicas para além da obtenção do capital cultural exigido para o bom desempenho das funções, verifica-se uma maior diversificação das faculdades de origem - em contraposição à predominância da Faculdade de Recife como centro de formação do grupo anterior. Essa diversificação é resultado da expansão do ensino jurídico no Brasil, cabendo registrar que após a fundação da Faculdade de Direito de

Sergipe, este se torna o centro comum de socialização desses bacharéis, responsável pela formação da elite jurídica sergipana ocupante dos cargos políticos e jurídicos de poder e de destaque a partir de então.

Quanto aos critérios de recrutamento e seleção da elite institucional, embora em Sergipe a instituição do concurso público para cargos jurídicos date de 1913, a realização de seleções públicas não era a única regra para o recrutamento, mantendo-se o expediente de "nomeação interna"/"convite" como etapa subsequente a uma seleção geral de bacharéis para cargos públicos com base no "notável saber jurídico" e "reputação ilibada", que equivaleria, em termos práticos, à manutenção do apadrinhamento e do clientelismo.

Quanto às inserções profissionais, as funções de promotor e juiz continuam como um estágio inicial da carreira que culmina com o exercício de cargos público de poder. Há também agentes com inserções no exercício da atividade política e além do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e do jornalismo como instâncias de consagração, há também inserção na Academia Sergipana de Letras (ASL) e o exercício da presidência da OAB como instâncias alternativas.

Quanto à origem social, embora no quadro acima nem todos possuem a indicação da origem familiar, os que estão registrados dão conta de que se trata de indivíduos oriundos da oligarquia sergipana, filhos ou parentes de políticos, fazendeiros, industriais ou juristas, com pais que desfrutavam de prestígio no espaço político local e que combinavam a administração dos negócios familiares com o exercício da profissão liberal, sem descuidar das incursões no campo político. Citando como exemplo, temos o caso do Procurador Geral com o mais tempo de permanência no cargo na história de Sergipe, o jurista Gonçalo Rollemberg Leite. O montante do capital social herdado, estruturado em relações de seu grupo familiar com agentes próximos ao poder político e à burocracia estatal, reconverteram-se numa destacada trajetória profissional permeada por convites para assumir altos cargos político-administrativos ao longo de sua carreira. Ele fazia parte de um dos quatro grupos familiares com grande destaque, tanto no Estado de Sergipe, como nacionalmente, desde a época do Império, sendo que o "grupo dos Rollemberg" foi o que mais forneceu agentes para a política sergipana e brasileira, dentre outras famílias que também se destacaram<sup>359</sup>. Havia um capital sólido de relações e de notoriedade que se aliou ao investimento na aquisição de recursos de natureza

---

<sup>359</sup> Para saber mais ver SANTOS, David W.S. e LEANDRO, Hélio W.S. "**Grandes Famílias**" e **estruturação do espaço do poder em Sergipe: reconversões sociais e esferas de atuação**. Rev. Scientia Plena, Vol.6, Nº 12, 2010

escolar e cultural, permitindo-lhe acumular um certo prestígio profissional e ocupar posição de destaque no campo. Seus pais eram o médico Sílvio César Leite e Lourença Rollemberg Leite, ela filha de Gonçalo Faro Rollemberg, que além de médico, foi Vice-Presidente do Estado de Sergipe em 1894 e Senador da República em 1918. A família tradicionalista, católica e aristocrática descendia de uma linhagem de barões pela linha materna – o Barão de Itaporanga, Domingos Dias Coelho e Melo e o Barão de Estância, Antônio Dias Coelho e Melo, ambos com ligações políticas com o Imperador D. Pedro II, à sua época.

Em 1942, foi nomeado Procurador Geral do Estado, mantendo-se no cargo por 13 anos (até 1955), com a sucessão de diversos governos. Havia na família Rollemberg uma estreita ligação com a política sergipana, com várias gerações de Senadores, Presidente de Província, Deputados Estaduais e Federais, Ministros de Tribunais, Prefeitos e Governadores. No período em que foi Procurador Geral do Estado, alguns “Rollemberg” assumiram destacados cargos federais e estaduais, como seu irmão que foi Governador do Estado entre 1947 até 1951 e parentes como Armando Leite Rollemberg que foi sucessivamente Deputado Estadual e Federal, recurso este devidamente convertido para a sua carreira profissional, pois sendo o cargo do Procurador Geral de livre nomeação do Governo do Estado, as ligações e ocupações de cargos políticos pelos membros da família eram, sem dúvidas, um dos maiores trunfos determinantes para a ascensão ao mais alto cargo da advocacia. Após esta longa gestão como Procurador Geral do Estado, Gonçalo Rollemberg ainda volta duas outras vezes a esta chefia: de 1964 a 1967 e depois de 1970 a 1972, época coincidente com o mandato de Senador de José Rollemberg Leite (1965-1971), seu irmão, sendo o último cargo público jurídico assumido em sua carreira.

O estudo da trajetória de Gonçalo Rollemberg Leite revela condições de realização profissional muito própria das apresentadas pelos agentes do campo jurídico e político a sua época. Os principais recursos e estratégias utilizados para a ascensão à condição de elite dirigente da burocracia do estado era basicamente o uso de relações personificadas como membros de carreira estatal e com agentes ligados às mais altas esferas do poder político, relações oriundas do capital herdado e acumulado através dos grupos familiares, o que demonstra a manutenção do padrão de recrutamento do período anterior, numa continuidade do imbricamento entre os campos político e jurídico.

Em março de 1979, a Lei Estadual Nº 2.203 além de definir a competência do Ministério Público, transformou o cargo de Consultor Jurídico em Procurador do Estado. Na década de 1980, em Sergipe, a função do promotor era separada da função

do advogado público e os consultores jurídicos já existentes nos quadros do governo passaram a integrar a função de procurador do Estado.

Entre os governos de Augusto do Prado Franco e João Alves Filho (1980 a 1983), a despeito de haver a previsão do concurso público para a carreira de promotor público e juiz, aproveitando-se da lacuna da Constituição Estadual para a carreira específica dos procuradores do Estado em formação, os governadores "convidaram" um grupo de advogados para compor a primeira formação da que seria a primeira Procuradoria sergipana, antes da sua instituição oficial pela Constituição Federal de 1988 e pela Constituição Estadual de 1989<sup>360</sup>.

Esse grupo de convidados se juntou a outros advogados que haviam passado por uma seleção pública genérica para servidores estaduais que foram alocados nas funções burocráticas seguindo a ordem de aprovação, de acordo com a sua formação profissional e a disponibilidade da vaga. Assim, servidores com formação jurídica poderiam ser alocados em assessorias do Estado, da administração indireta ou nas empresas públicas de acordo com o "interesse" do governo, promovidos ou removidos internamente na mesma condição.

Neste hiato legislativo, formou-se o quadro inicial da Procuradoria Geral do Estado com competência funcional especializada e seguindo os novos ventos da "profissionalização" no Brasil tratada neste contexto como as lutas das diferentes carreiras jurídicas por espaços monopolizados de atuação profissional.

---

<sup>360</sup> Informação obtida em entrevistas feitas com procuradores aposentados que, contudo, solicitaram o anonimato do registro.

### Quadro 16

Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais do Estado de Sergipe após a especialização da função no Estado de Sergipe (1983-1988)

Nome	Faculdade de formação	Tempo de permanência no cargo	Origem familiar	Outras atividades anteriores a PGE	Outras atividades posteriores a PGE
Carlos Alberto Sobral de Souza	Universidade Federal Sergipe	Alguns meses	- Pai: Juiz estadual	Professor UFS, Advogado EMURB, Secretaria da Segurança Pública,	Secretário de Segurança Pública, Conselheiro do Tribunal de Contas,
Carlos Pinna de Assis	Universidade Federal da Bahia	3 anos	-Pai: Juiz, Desembargador, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral	Advogado, Conselheiro da OAB, Procurador Geral de Justiça (Interino), Secretário do Estado da Habitação e da Previdência Social	Conselheiro do Tribunal de Contas
José Bonifácio Fortes Neto	Universidade Federal da Bahia	2 anos	-	Promotor Juiz de Direito Presidente do IHGS Professor	Juiz do Trabalho

Os Procuradores Gerais desse período tinham como característica comum uma estreita ligação política com os governadores do período<sup>361</sup> e a utilização do cargo de Procurador como instância de consagração para acumulação de capital de notoriedade convertido em posições de poder de ocupação vitalícia.

Dois deles - Carlos Pinna de Assis e Carlos Alberto Sobral de Souza -, exerceram outros cargos de confiança do primeiro escalão do governador e depois foram por ele nomeados para ocupar o cargo de Conselheiros no Tribunal de Contas do Estado. Isso aponta para o fato de que o cargo de Procurador foi utilizado como instância de consagração profissional a fim de legitimar a escolha desses agentes como candidatos notáveis e aptos para exercer a função que ocupariam após a passagem pela PGE, de forma vitalícia e acessada através de nomeação do poder político.

Carlos Pinna de Assis era filho de Antonio Xavier de Assis Junior, que iniciou a carreira como juiz de direito, foi professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, passou a desembargador e havia presidido o Tribunal

<sup>361</sup> Informação obtida na entrevista de procuradores aposentados e de funcionários públicos da época que solicitaram o anonimato da informação.

Regional Eleitoral de Sergipe até 1980. Neste caso, a ascensão na carreira estava mediada por uma série de capitais e recursos que combinavam a incorporação de contatos políticos e simpatia político-partidária (presente na ocupação de cargos de confiança de determinado governo) e capitais agregados de notoriedade, relações sociais, capitais familiares e diploma acadêmico que proporcionaram juntos a rápida ascensão na estrutura burocrática do Estado, sem passar pela seleção de "mérito" e sem olvidar também dos capitais familiares herdados.

No caso do procurador Carlos Alberto Sobral de Souza, a sua trajetória profissional em muito se assemelha ao do seu sucessor, combinando a participação político-partidária com capitais políticos e a notoriedade conferida pelo cargo de Procurador do Estado para também ser nomeado na função vitalícia de Conselheiro de Contas.

No caso de José Bonifácio Fortes Neto, a sua nomeação como Procurador de Estado teve a função maior de lhe destacar entre os pares, haja vista a sua carreira eminentemente jurídica, passando pelo magistério superior e por instâncias de consagração intelectual como o IHGS. A boa relação com o poder político lhe facilitou o acesso ao mais alto cargo da advocacia pública, conferindo maiores chances de concorrer à vaga destinada aos advogados no Tribunal do Trabalho, para onde foi após a rápida passagem pelo Estado.

Ainda à época deste hiato legislativo em Sergipe, os procuradores da primeira formação da advocacia pública antes de sua institucionalização foram: Luiz José Azevedo Pereira de Melo (Presidente da Assembléia Geral), Mirena Dantas Fontes de Góes (Secretária da Assembléia Geral), Fernando Valadão, Deoclécio Vieira Filho, Guilhermino Resende Neto, Maria Angélica Menezes Valadão, Luiz Alves de Moraes Rêgo, Jadson Barbosa Matos, Jorge dos Santos, José Garcez Vieira Filho, Aerton Menezes Silva, Divaldo Santos Andrade, Angélica Maria de Campos Rollemberg, Venâncio Fonseca Filho, Matias Monteiro dos Santos, José Carlos Macêdo dos Santos e Prêntice Luiz Pereira<sup>362</sup>. Dentre eles, havia os que entraram por “convite” do governador e os que se submeteram a seleção pública, embora não especificamente para o cargo de procurador. Dentre os que teriam entrado por concurso está a advogada Maria Angélica Menezes Valadão que, segundo depoimento em entrevista, teria se submetido, na década de 1970, a uma seleção para o serviço público estadual, para a função de assessor, sendo depois removida para a PGE. Segundo ela, o resultado do concurso teria sido alterado, mudando a sua colocação de terceiro para sexto lugar, a

---

<sup>362</sup> Informação obtida junto aos registros da Associação de Procuradores do Estado de Sergipe

fim de favorecer outros candidatos, o que a levou a impetrar um mandado de segurança, inclusive para garantir a sua nomeação que vinha sendo postergada. Embora não tenha conseguido lembrar nomes, afirmou que outros advogados que compuseram a PGE neste período teriam entrado por seleção, misturando-se aos que entraram “como paraquedistas”, segundo as suas palavras<sup>363</sup>.

Dos advogados relacionados, apenas nove continuaram na carreira de procurador até a aposentadoria. Em 1988 - ano em que a Constituição Federal instituiu a obrigatoriedade do concurso público específico para admissão na carreira -, outros foram "convidados" para o cargo a exemplo de Edgard D'Avila Melo Silveira e Roberto Eugênio da Fonseca Porto, que depois viriam a ocupar o cargo de Procuradores Gerais.<sup>364</sup>

O perfil social do grupo dos "convidados" para compor a PGE nesse período apontava para a detenção de um grande capital familiar e político com origens sociais notáveis, como se pode notar nos seguintes exemplos: Angélica Maria C. Rollemberg era esposa do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Heráclito Rollemberg, membro da influente família Rollemberg, ex-Deputado Estadual e ex-prefeito da Capital; Luiz José Azevedo Pereira Melo era filho de Luiz Pereira Melo, que tinha sido promotor, fundador da Associação Sergipana do Ministério Público, juiz, desembargador e professor da Faculdade de Direito de Sergipe; Mirena Dantas Fontes Góes era filha de Horácio Dantas de Góes, ex-prefeito de Riachão do Dantas, Deputado Estadual em sete legislaturas e que assumiu interinamente o governo do Estado em algumas ocasiões; Deoclécio Vieira Filho era filho de um ex-prefeito de São Cristóvão, que entrou na política com ajuda da família Franco, após trabalhar por anos em suas indústrias têxteis como administrador; José Garcez Vieira Filho era neto do coronel Augusto Maynard, ex-interventor do Estado, filho de José Garcez Vieira, ex-prefeito da capital; Aerton Menezes Silva tinha sido Deputado Estadual e Venâncio Fonseca Filho era irmão de José Cleonânio da Fonseca, Deputado Estadual em quatro legislaturas e Deputado Federal à época de sua nomeação<sup>365</sup>.

---

<sup>363</sup> Entrevista concedida a autora, em dezembro de 2015.

<sup>364</sup> O perfil social do grupo dos "convidados" para comporem a PGE nesse período apontava para a detenção de um grande capital familiar e político com origens sociais notáveis, por exemplo: Angélica Maria C. Rollemberg era esposa do Conselheiro do TCR Heraclito Rollemberg, membro da influente família Rollemberg. Edgard D'Avila e Roberto Porto tinham ligações político-partidárias com o governo, conforme depoimento de um funcionário do alto escalão do Estado, à época, resguardado o sigilo da fonte.

<sup>365</sup> Venâncio Fonseca assumiu a função de procurador e, logo após, entrou na atividade política exercendo cargos legislativos. Hoje, é Deputado Estadual e consta na relação de procuradores como “procurador licenciado” para o exercício das atividades políticas.



Esses primeiros procuradores também foram responsáveis pela criação da Associação Sergipana dos Procuradores de Estado (antiga APES, atual APESE) - órgão representativo de classe em formação, - inaugurada em janeiro de 1983, na mesma época da fundação da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE)<sup>366</sup>. A Associação Sergipana foi a quinta criada no nordeste do país, sendo que as demais também foram criadas no fim da década de 1970 e na década de 1980, com exceção da Bahia que já possuía uma associação de procuradores desde 1964<sup>367</sup>. No âmbito do Estado, foi uma carreira jurídica que se organizou tardiamente considerando que o Ministério Público sergipano já possuía corporação profissional desde 1968 e a Magistratura desde 1962.

A este período segue-se a abertura democrática do país com a instauração da Assembleia Constituinte na qual, embalados pelo movimento de profissionalização que exigia a instituição do "mérito" como critério de entrada e de hierarquização do campo jurídico, os juristas das diferentes carreiras em todo país organizaram verdadeiras campanhas institucionais através de suas entidades de classe para inserir as mudanças do campo profissional do direito na nova ordem constitucional.

Para acumular capitais políticos que possam ser utilizados na definição das estruturas de poder dentro do seu espaço social não é necessário que os bacharéis tenham trânsito somente nos espaços políticos e burocráticos, sendo de grande importância para tanto o associativismo corporativo. Independente do sentido da ação política das associações, a importância de seu papel está na ativação política do campo jurídico<sup>368</sup> e na estruturação de um campo político dentro do seu espaço social, no

---

<sup>366</sup> "A ANAPE foi fundada em 14 de janeiro de 1983 na sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1984 a ANAPE participou da "comissão dos notáveis", instituída para elaborar o esboço da Carta Constitucional, promulgada em 1988, e desde então tem estado presente nas lutas democráticas de afirmação da carreira. Segundo conta no site oficial da instituição: *"Em 1988 a ANAPE obteve sua grande vitória institucional, depois de intensa luta e grande mobilização da diretoria e dos presidentes das associações dos Estados, com a inserção do artigo 132 no texto constitucional. Grande marco para carreira por ter retirado das PGEs a condição de meros órgãos subordinados ao Poder Executivo e fazê-los responsáveis, além de outras funções, pela representação em juízo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Início das lutas para a efetivação desse papel de carreira de Estado e do respectivo tratamento constitucional que foi outorgado aos seus membros."* Disponível em: [www.anap.org.br/site/histórico](http://www.anap.org.br/site/histórico).

<sup>367</sup> A mais antiga Associação de Procuradores do Brasil é a de São Paulo criada em 1948, seguida pela da Bahia em 1964 e do Rio Grande do Sul em 1966. Foi no Rio Grande do Sul que nasceu a Associação Nacional de Procuradores do Estado como uma "associação das associações" em 1983, tendo depois se organizado como uma associação nacional com sede em Brasília e participado ativamente da constituinte de 1986, trabalhando para incorporar no texto constitucional a institucionalização das PGEs. Informação obtida no site da ANAPE e das outras associações estaduais.

<sup>368</sup> Cf. ENGELMANN, Fabiano (2006). **Sociologia do campo jurídico: os juristas e os usos do direito**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris. 2006b.

interior do qual as associações capacitam-se como atores políticos relevantes. Daí a importância de se organizar uma associação profissional dos advogados públicos, mesmo num período que ainda nem mesmo havia se institucionalizado como órgão, existindo apenas como função.

Se no âmbito nacional, a mobilização da ANAPE resultou na inserção da carreira de procurador de estado na Constituição Federal de 1988 com o acesso por concurso público, no âmbito do Estado de Sergipe a mobilização corporativa local fez inserir na Constituição Estadual de 1989, que seguiu as diretrizes normativas da Constituição Federal de 1988, a Procuradoria Geral do Estado com atribuições específicas de advogado público.

No capítulo IV da Constituição Estadual de 1989, destinado às “Funções essenciais à Administração da Justiça”, está a Procuradoria com a função de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, exclusivamente. O chefe é o Procurador Geral do Estado, passando o chefe do Ministério Público (agora distinto) a se denominar Procurador de Justiça. Manteve-se a nomeação do Procurador Geral do Estado de livre escolha do Governador do Estado entre bacharéis de Direito com mais de 35 anos de idade, de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”. Como o órgão está subordinado ao Poder Executivo, não há equiparação com as carreiras jurídicas da Magistratura e do Ministério Público, equivalendo o Procurador Geral em vencimentos e prerrogativas a um Secretário de Estado e estendendo aos membros da procuradoria os direitos do servidor público estadual em geral.

Na arrumação legislativa, foi garantida a posição de todos que já ocupavam a PGE na condição de “convidados” ou de selecionados como servidor, pois a regra da seleção meritocrática específica para a carreira inicial de procurador somente seria válida para os recrutados a partir da edição da Constituição Estadual. Com tal medida, foram convalidadas as condições profissionais dos integrantes da PGE, conferindo-se a estabilidade do cargo aos procuradores que optassem por se manter no cargo, sem necessidade de passar pela seleção por concurso, legitimando assim a formação política dos primeiros procuradores de carreira do Estado.

Posteriormente, através da Lei Estadual Complementar Nº27 de 02 de agosto de 1996, foi instituída a “Lei Orgânica da Advocacia-Geral do Estado de Sergipe”, com dispositivos que regulamentaram a carreira, conferiram prerrogativas e garantias, estabeleceram a estrutura administrativa, os cargos dessa estrutura e a forma de ascensão aos cargos. Neste sentido, manteve-se a tradição dos “cargos em comissão”

cujas nomeação é de "livre escolha" do gestor, lógica também presente na nomeação do chefe da instituição que, inclusive, pode ser recrutado fora do quadro profissional da procuradoria, bastando a formação acadêmica, idade mínima de 35 anos, "notável saber jurídico" e "reputação ilibada" (artigo 6º).

Após a regulamentação da carreira, realizaram-se dois concursos públicos de provas e títulos para a composição dos quadros iniciais da advocacia pública: o primeiro em 1998 e o segundo em 2005. A ideia do concurso como uma dos pilares da profissionalização da carreira jurídica no Brasil pressupõe a instituição da "meritocracia" entendida, em seu sentido negativo, como um conjunto de valores que rejeita toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo e que valoriza e avalia as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais. Nesta sua dimensão negativa, a meritocracia não atribui importância a variáveis sociais como origem, posição social, econômica e poder político no momento em que estamos pleiteando ou competindo por uma posição.<sup>369</sup>

Tendo em vista que a configuração efetiva do corpo de juristas de Estado e de seus chefes, mesmo em períodos diversos da "profissionalização" da carreira, como analisado, demonstra a combinação das "regras formais" de recrutamento com outros baseados, principalmente, no prestígio social e nas relações pessoais com o poder constituído, o ideal meritocrático representaria neste contexto o novo movimento de "profissionalização" da carreira na busca por alterar as regras de estruturação e hierarquização do espaço social e de ascensão na carreira dos advogados público. As desejadas mudanças teriam a tarefa de criar outras possibilidades de acesso aos cargos de poder e prestígio, especialmente numa época em que, por conta da expansão do ensino superior e da universalização das regras de recrutamento e seleção dos agentes dos diversos campos jurídicos, este espaço social passaria a contar com agentes de origens sociais, geográficas e socialização diversificadas, portanto, sem contar com o capital herdado das relações familiares e políticas tão presente na história da advocacia sergipana.

### **3.2. "MÉRITO", "PROFISSIONALISMO" E AS LÓGICAS CRUZADAS DO ESPAÇO SOCIAL DOS PROCURADORES SERGIPANOS**

---

<sup>369</sup> Sobre meritocracia ver BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Os já estabelecidos conceitos abertos das legislações anteriores para a "seleção formal" dos agentes como "notável saber jurídico", "reputação ilibada", "condutas social e privada recomendáveis" e ascensão "por merecimento" aliados à disposição dos cargos de chefia ao interesse do Governo, podem ter colaborado para a diversificação dos recursos necessários desses agentes nas diferentes etapas e contextos de suas trajetórias e a necessidade de diversificar as estratégias e acionar outros repertórios como relações de reciprocidade e filiações políticas para construir uma carreira de êxito. Mas, mesmo as alterações promovidas por essas posteriores "regras formais" exigiam dos candidatos a soma destes capitais adquiridos (reciprocidade, filiações políticas) com os capitais herdados (origem familiar, posição social) para obterem a consagração profissional, como fica evidente após a análise prosopográfica da elite institucional até 1988.

A opção pela reconstrução da história social dos bacharéis sergipanos até 1988 teve como fim precípuo analisar o grupo social dos advogados públicos em prol do questionamento das relações e tensões por eles enfrentadas para além do problema da "profissionalização" da carreira e da seleção de seus agentes pelo "mérito" nas sucessivas mudanças legislativas. O uso da memória social e das biografias coletivas permite compreender a dinâmica e o perfil de um grupo social privilegiado ligado a advocacia pública do Estado de Sergipe e, em especial, de sua elite institucional.

Com a institucionalização tardia da advocacia pública no Estado (1988) fundiram-se as lógicas predominantes dos espaços políticos (coronelismo, patronato, apadrinhamento e compadrio) e jurídicos (neutralidade, isenção, tecnocracia, meritocracia) produzindo um modelo híbrido de notórias consequências, pois se pode perceber a prevalência das lógicas tradicionais de recrutamento da elite dirigente e do bacharelismo, que persistiram mesmo com as mudanças das regras de seleção e de estruturação desses espaços trazidas pelas sucessivas alterações legislativas nacional e localmente até 1988.

O espaço no qual transitaram os advogados públicos sergipanos até a reabertura democrática do país é constituído por bacharéis em sua maior parte ligados ao campo político o que, de certa maneira, os fortaleceram diante dos demais agentes do grupo. Nos diferentes estágios de sua história social, a procuradoria sergipana sempre se encontrou em posição de absoluta dependência do poder político por estar - do ponto de vista burocrático-administrativo - inserida no contexto do poder executivo, daí temos que o processo de institucionalização da PGE-SE (com funções específicas e espaço

administrativo definido) ocorre num contexto em que o espaço jurídico dos advogados públicos ainda está se consolidando, mantendo linhas tênues de separação do campo político.

Deste modo, evidente se torna o conflito entre a ideia de "profissionalismo" em contraposição a persistência do bacharelismo na história da advocacia pública de Sergipe, como visto no capítulo anterior, sendo o diploma ainda um recurso passível de ser acionado para o desempenho de funções técnicas próprias o espaço jurídico, quanto para a entrada na carreira política, como se pode notar pela volta do predomínio de bacharéis na política sergipana, especialmente após a Constituição de 1988 quando já existe a consolidação de várias carreiras jurídicas. E este conflito ainda estaria presente no fato de que a ocupação da chefia da procuradoria em Sergipe tradicionalmente pressupõe a circulação do bacharel por outros cargos técnicos-políticos ou mesmo somente de caráter político, além de necessitar da indicação do chefe do Poder Executivo, por ser uma função "de confiança".

As relações de uma parte significativa dos procuradores (e consultores jurídicos citados no capítulo) com o campo político do Estado, seja por ocupar cargos políticos, seja por ter relações de parentesco, amizade, compadrio, troca de interesses pessoais etc..., demonstram tanto uma posição de fragilidade do cargo, de livre nomeação e demissão pelo governo, quanto uma posição de dependência dele para ascender em suas carreiras. Carreira que dá seus primeiros passos a partir da República Velha, momento em que os bacharéis começam a perder posições no campo político para os militares (carreira em ascensão), também se intensificando as disputas pelos cargos da burocracia pública com outras profissões que passaram a ser privilegiadas.

O privilégio de dizer o direito, de legitimar o poder político no espaço da administração pública foi uma prerrogativa que "nasceu" com a função e com esse "monopólio". A partir disso, institucionalizar o espaço social dos procuradores e formar um *ethos* profissional específico, em um contexto de estreitamento do campo político para os juristas no início da República, exigiu que esses agentes operassem reconversões com a finalidade de se manterem no poder, incorporando valores até então revestidos de outros sentidos. A partir do caso particular dos advogados que compuseram a elite da advocacia pública sergipana, pôde-se observar que a formação desse espaço social legitimou sua existência e atuação em relação aos demais grupos, sendo que o investimento na consolidação da carreira seria a chave que mantém aberta a

estreita relação com o poder político do Estado "arrancando do poder um poder de controle"<sup>370</sup>.

A etapa seguinte será analisar o impacto das mudanças institucionais trazidas pela Constituição Federal de 1988, reproduzidas pela Constituição Estadual de 1989, e pela Lei Orgânica da Advocacia Pública Sergipana na composição da elite dirigente da Procuradoria Geral do Estado instituída não mais como função, mas como órgão administrativo do governo do Estado, num contexto de diversificação do seu espaço social pela entrada de novos agentes, a partir dos concursos públicos realizados em 1998 e 2005, bem como os motivos que ensejaram as clivagens internas tornadas públicas em 2010 e que reabriram a discussão entre os limites das fronteiras entre o profissionalismo e a política na advocacia pública sergipana.

---

<sup>370</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.420.

## CAPÍTULO 4 - A "REVOLTA DOS DÂNDIS": A "POLÍTICA" DA PROFISSÃO E O "SENDO DO JOGO"

(...)

Cansado, entretanto, de ouvir estrelas em jejum, de amar a lua no céu sem possuir um queijo na terra, acatou a voz do estômago e quebrou a lira - para viver. meteu a tesoura nas melenas, deu brilho nos sapatos, desfatalizou o semblante, substituiu o ar absorto do aedo pelo ar avacalhado do pretendente, e à força de pistolões guindou-se às cumeadas do Morro da Graça. (...). Que fosse acarrapatar-se ao Estado. O Estado é um boi gordo, semelhante àquela estátua equestre de Hindenburg, feita de madeira em que os alemães pregavam pregos de ouro. A diferença está em que no Estado, em vez de tachas de ouro, pregam-se Capistranos vivos. Foi apresentado ao Pinheiro.

- Então menino, o que você quer?

- Um empreginho qualquer que Vossa Onipotência haja por bem conceder-me...

- E para o que você presta, menino?

- Eu? Eu fui poeta...

(...)

- Tu caíste em graça e, pois, acolho-te sob o meu pátio. Que queres ser?

- Inspetor.

- De quarteirão?

- Isso não...

- Agrícola?

(...)

- Conheces suínocultura? Sabe como se cria o canastrão?

- Sei trincá-lo com tutu de feijão...

- És um gênio, não há que ver... Talvez faça de ti, um dia, presidente da República. Teu nome?

- Sizenando. Capistrano é sobrenome. (Monteiro Lobato)<sup>371</sup>

Neste capítulo, abordamos a relação entre a institucionalização da carreira de procurador de Estado em Sergipe, o acesso de um grupo de agentes desprovidos dos recursos sociais que tradicionalmente estiveram presentes na composição do cargo até 1988 e a emergência de disputas internas neste espaço profissional para (re)definir as suas regras de estruturação e hierarquização.

A entrada de novos grupos sociais nos quadros da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe pode ser considerada um efeito da diversificação social e massificação das carreiras jurídicas, promovidos pela expansão do ensino jurídico e pela consolidação do sistema de concurso para ingresso a partir da década de 1970.

<sup>371</sup> Trecho do conto de Monteiro Lobato de 1928 que critica a tradição brasileira de reservar os cargos mais altos da administração para as nomeações políticas, no qual um poeta fracassado pede emprego público a um chefe político. Cf. LOBATO, Monteiro. **Luzeiro Agrícola**. Contos Completos. Biblioteca Azul: São Paulo, 2014

Essa alteração na composição social do espaço profissional dos advogados públicos suscitou o dissenso entre visões diversas sobre a legitimidade das regras de ascensão profissional, de hierarquização do campo e sobre relação com o poder político do Estado, e a reivindicação do discurso legítimo sobre o "profissionalismo" da atividade por parte dos agentes desprovidos dos capitais (sociais, familiares, políticos e econômicos) que tradicionalmente determinam a estrutura de poder.<sup>372</sup>

Diante deste contexto, pode-se falar no surgimento de um movimento pela reestruturação do espaço profissional dos advogados públicos que atinge tanto as definições institucionais do papel do procurador e de sua relação com o poder político do Estado, quanto as estruturas de capitais e as características sociais de sua elite dirigente.

Assim, somente a partir da análise das possíveis modificações na estruturação do espaço social dos procuradores (provocadas pelas alterações legislativas pós 1988) e das trajetórias dos dirigentes representativas desse período foi possível apreender a lógica de constituição da elite institucional em sua relação com a fixação do "mérito" como regra de acesso e estruturação do campo, em especial pela visualização dos diferentes percursos profissionais, recursos e estratégias mobilizáveis na composição de uma carreira exitosa favorecendo o acúmulo de notabilidade que, quase invariavelmente, mantém uma estreita relação com a esfera política.

Portanto, o primeiro passo será destacar os efeitos que a institucionalização da carreira profissional de procurador e a regulamentação do acesso à profissão pela seleção "meritocrática" provocaram sobre a constituição da elite dirigente pós 1988 e sobre as regras de hierarquização do espaço profissional. Foi tomado em conta as origens sociais, percursos profissionais e os capitais necessários para a constituição da elite deste grupo em comparação com os recursos acionados pela elite dirigente que se constituiu antes de 1988 regulada, portanto, por outros critérios legais de organização.

Num segundo momento, a análise se centrou no dissenso público iniciado em 2010 com o poder político central do Estado, que versou fundamentalmente sobre as novas visões dos novos agentes a respeito dos "rumos profissionais" da atividade do advogado público; as clivagens internas provocadas por esse "dissenso" com a formação de grupos de opiniões antagônicas, o "senso do jogo" que estruturou as práticas dentro do campo desde então e os sentidos dados na versão dos próprios envolvidos.

---

<sup>372</sup> Cf. ENGELMAN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e o uso do direito**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.



O objetivo é agregar à análise da procuradoria estadual, a partir do seu desenho constitucional, “considerações relacionadas a outras formas de estruturação e organização de poder que não somente aquelas previstas nos desenhos institucionais e nas constituições políticas<sup>373</sup>.”

#### 4.1. OS ESTABELECIDOS E OS *OUTSIDERS*: A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO "POLÍTICO-PROFISSIONAL" PÓS 1988

Essa política do filhotismo e do patronato, tão em voga na situação atual, essa política de filhos, sobrinhos, genros e afilhados (...) ninguém a detesta mais do que nós...(…) Entra-se pela valia, de que falava o grande pregador, isto é, pelos empenhos, pelas intercessões, pelos compadrios. Uns são parentes. Outros, os amigos. Outros, os sócios. Outros, os apadrinhadores. Outros, os mercantes. Todos pelos negócios. (Rui Barbosa)<sup>374</sup>

Segundo Bourdieu, o estabelecimento da fronteira jurídica e formal é uma das formas pela qual determinados espaços sociais se institucionalizam. No caso dos procuradores do Estado esse processo de institucionalização foi tardio e “incompleto” à medida que, diferente de outras carreiras jurídicas como o Ministério Público (carreira da qual separou as suas funções a partir de 1988), manteve-se dentro da estrutura administrativa do poder político central com quem prosseguiu mantendo relações estreitas. A organização corporativa tardia não favoreceu a unificação dos interesses da categoria profissional da mesma maneira e ao mesmo tempo no Brasil, resultando numa pálida previsão constitucional em que a preocupação primordial era estabelecer a seleção meritocrática dos agentes como a demarcação de uma fronteira com o espaço político.

O dispositivo constitucional que definiu a função de procurador (e que foi replicado nas constituições estaduais) deu início ao processo de regulamentação da carreira, estabelecendo as regras de estruturação do seu espaço social já operando de acordo com outras lógicas que precisaram ser devidamente reconvertidas e adaptadas ao novo modelo funcional. Nesse sentido, para entender a regulamentação da profissão e o

<sup>373</sup> Cf, ALMEIDA, Frederico de. **As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira**. Revista de Sociologia e Política, v.22, n.52, p.77-95, 2014, p.79

<sup>374</sup> Diário Oficial da Bahia de 24/02/1874. Apud CARVALHO, José Murilo. **A república do empenho: Rui Barbosa e o clientelismo**. Rio de Janeiro, 1998.

processo de estabelecimento dos primeiros critérios jurídico-institucionais será preciso fazer relação às convicções políticas que o fundamentaram.

Em Sergipe, o aparato estatal foi a peça-chave para a formação desse grupo profissional, considerando-se que aqui a primeira formação da PGE institucionalizada conservou grande parte dos bacharéis que já desempenhavam a função dentro da burocracia do Estado. Com o advento da Constituição Estadual de 1989<sup>375</sup>, além da previsão da obrigatoriedade da aprovação em concurso público para o ingresso na carreira de servidor público (artigo 25, inciso II) e da institucionalização da PGE (artigo 120), houve a previsão da “estabilização” dos servidores já ingressados na carreira, desde que contassem com mais de cinco anos de prestação de serviço ao Estado, sem a necessidade de passar pela prova do “mérito” (artigo 13 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).<sup>376</sup> Sobre o sentido dessa regra, um procurador aposentado entrevistado<sup>377</sup> fez o seguinte comentário:

Antes da Constituição a gente não precisava de concurso para entrar “no Estado”, não... A gente era ‘convidado’ pelo governador... Bastava que você tivesse um conhecimento, uma amizade para que a competência ficasse conhecida. (...) Todo mundo entrou assim, ‘convidado’... Às vezes exercia até outra função, em outra Secretaria... mas como era bacharel, realocavam.. Na mudança da Constituição, perguntaram para a gente quem queria ficar. Eu mesmo quis, mesmo sabendo que o salário era pouco no início, mas ia ter a estabilidade. Uns saíram, fizeram concurso pro Judiciário e tal. Mas quem quis ficar foi ‘ajeitado’. Nem precisava ter os cinco anos que exigiram todo na função de procurador, podia somar com outra função anterior desde que fosse no Estado...

A despeito das mudanças já operadas no sentido de alterar as regras de constituição do espaço social dos procuradores, pode-se dizer que não houve, neste primeiro momento, o afastamento da ingerência do poder político na lógica de estruturação do espaço, pois os primeiros procuradores com carreira constituída eram provenientes de um grupo inserido no Estado pelas vias políticas tradicionais. A restrição da participação política no recrutamento dos agentes do campo veio acompanhada da criação das “regras de transição”, de maneira a acomodar parte das

---

<sup>375</sup> Consulta feita no site da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

<sup>376</sup> Diz o artigo: “Art. 13. Os servidores públicos civis, do Estado e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas em exercício na data da promulgação da Constituição Federal há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 25 desta Constituição, são considerados estáveis no serviço público.”

<sup>377</sup> Por solicitação do entrevistado, foi resguardado o anonimato.

elites já existentes na burocracia estatal e suas práticas clientelísticas - a persistência do bacharelismo *versus* a *expertise* jurídica.

...não se realizou logo um concurso pra procurador por dois motivos: primeiro, porque não havia qualquer planejamento naquele sentido e esse concurso era diferente daquele que o Estado tinha costume de realizar: antes não se fazia concurso para um cargo, mas pro “Estado”, depois o candidato, de acordo com sua colocação e com sua formação, escolhia para onde ia...Em segundo lugar, não dava para o governador de repente deixar de contar com ‘seus advogados’ e colocar um monte de ‘gente estranha’ para desempenhar uma função dessas, assim de uma hora para outra...por isso, se pensou em fazer algumas adaptações das regras...<sup>378</sup>

Como garantia de manter a função como um ‘cargo de confiança’ do governo, a Constituição Estadual fez referência ao cargo de Procurador Geral do Estado – a chefia da instituição – como um cargo equivalente a de um Secretário de Estado, com provimento de livre escolha pelo governador dentre “cidadãos” com mais de 35 anos de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada” (parágrafo 1º do artigo 120), o que subvertia até mesmo a regra do monopólio do cargo por um bacharel, haja vista que não exigia que a escolha se desse entre ‘advogados’ ou mesmo ‘portadores de diploma de direito’, bastando ter ‘notável saber jurídico’. Embora não tenha havido a nomeação de nenhum ‘prático’ do Direito na chefia da PGE a partir de então, a regra tinha o condão de deixar abertas as possibilidades de escolha da chefia da advocacia pública pelo governador, tornando mais relevantes o estabelecimento e o uso de relações com o poder político, as ligações partidárias, de parentesco, compadrio e amizade do que o título escolar, ainda que ele já representasse um trunfo indispensável para a entrada na profissão. Ora, considerando-se que a Constituição Federal e Estadual pós 1988 inaugurava o período de diferenciação do espaço jurídico dos procuradores, ficam interrogações quanto a existência de fronteiras legais concretas em relação ao espaço político e de que forma a introdução oficial da lógica meritocrática funcionaria na seleção dos agentes e dos quadros dirigentes da instituição.

Em 1996, editou-se a ‘Lei Orgânica da Advocacia Pública do Estado de Sergipe’ (Lei Complementar Nº 27 de 02 de agosto de 1996)<sup>379</sup> que, dentre outras providências, estabeleceu a estrutura hierárquica da PGE, os direitos e atribuições dos procuradores, as formas de progressão na carreira, os cargos de mando e as formas de

<sup>378</sup> Depoimento de funcionário do gabinete do governador à época da institucionalização da PGE, cuja identificação foi suprimida por solicitação.

<sup>379</sup> Consultada no site da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

ocupação. Dentro da estrutura institucional, os cargos mais altos da hierarquia, segundo a lei, seriam os constantes no quadro abaixo.

**Tabela 6**

Quantitativo dos cargos efetivos e em comissão da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe a partir de 1996.

ANEXO I

PODER EXECUTIVO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
QUADRO DE MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO	
D E N O M I N A Ç Ã O	QUANTIDADE
Procurador-Geral do Estado	01
Subprocurador-Geral do Estado	01
Corregedor-Geral da Advocacia-Geral do Estado	01
Procurador do Estado - 1ª Classe	20
Procurador do Estado - 2ª Classe	20

ANEXO II

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

ÂRGÃO: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

D E N O M I N A Ç Ã O	S Í M B O L O	Q U A N T I D A D E
Subprocurador-Geral do Estado	CCE-08	01
Secretário-Geral da PGE	CCE-08	01
Procurador-Chefe de Assessoria	CCE-07	02
Coordenador de Gabinete do Procurador-Geral	CCE-06	01
Diretor da Coordenadoria de Informática	CCS-12	01
Diretor-Chefe de Gabinete	CCS-12	03
Chefe da Assessoria de Planejamento	CCS-12	01
Diretor do Departamento de Finanças	CCS-12	01
Diretor de Coordenadoria	CCS-11	13
Assessor Técnico-Administrativo I	CCS-10	07

Fonte: Lei Complementar Estadual Nº27/1996

Além do Procurador Geral, do Subprocurador e do Corregedor, existiam os cargos de Procurador-Chefe de Assessorias e Coordenador-Chefe do Gabinete do Procurador Geral que correspondiam aos cargos de mando dentro da instituição, cujo acesso se daria pela livre nomeação de um procurador de carreira, a partir da indicação ao governador feita pelo Procurador Geral. Embora esses cargos tenham sido destinados

privativamente para os integrantes da carreira, a forma de acesso mostra que o padrão de ascensão não se modifica.

Neste ponto, há que se fazer uma diferença entre a “progressão” na carreira e a “ascensão” aos cargos de poder, ambas previstas na lei, mas com sentidos e formas de acesso diferentes. A progressão na carreira significa a “mudança de classe” que é um critério de classificação meramente salarial: ao mudar de classe por acumular tempo de serviço na instituição, um procurador não atinge posições de poder ou de mando na estrutura institucional necessariamente, apenas faz jus a uma remuneração mais alta. A ascensão aos cargos de poder se relaciona com a ocupação dos cargos de “chefia” da instituição e são feitas por ‘provimento em comissão’, a partir da escolha de procuradores que sejam da ‘confiança’ do Procurador Geral e que acrescerão aos proventos da carreira um valor adicional pelo desempenho dessa ‘função de confiança’.

A progressão na carreira pressupõe a entrada como “procurador de 2ª classe” até alcançar a “classe especial” que não pode ser remunerada com um valor inferior ao equivalente a 65,5% do que ganha um Ministro do Supremo Tribunal Federal<sup>380</sup>. Os critérios de mudança de classe são, alternadamente, antiguidade e merecimento – o primeiro de caráter objetivo que implica num tempo de exercício da atividade profissional; e o segundo de caráter subjetivo, que pressupõe o ‘reconhecimento do mérito’ do procurador pela chefia da instituição. Caso não seja ‘reconhecido o mérito’, um procurador deve esperar a alternância entre merecimento e o tempo, para acumular tempo suficiente para ‘progredir’ na carreira. Desta forma, podem coexistir agentes que tenham dado entrada na instituição ao mesmo tempo, mas com progressão de carreiras diferentes, a depender do “mérito” de cada um. Além disso, a lógica da ‘progressão’ associada a da ‘ascensão’ aos cargos de chefia permitiria que um procurador possa alcançar a classe especial e continuar sendo chefiado por um procurador de 2ª classe.<sup>381</sup>

Neste contexto, ascender profissionalmente aos cargos da hierarquia do espaço social significa, necessariamente, ocupar os cargos de chefia da instituição. E embora a lei orgânica tenha trazido mudanças no sentido da “profissionalização” da

---

<sup>380</sup> Alteração feita pela Lei Complementar Nº 115 de 21 de dezembro de 2005. Consultada no site da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE).

<sup>381</sup> Essa regra foi alterada pela Lei Complementar 115/2005 que alterou dispositivos da lei organiza, determinando que a escolha das chefias deveria se dar somente entre procuradores da classe superior ou especial. Mas ainda assim, poderia haver um procurador da classe especial como chefe de um da classe superior, a depender de com os ‘critérios’ de escolha para compor o cargo.

carreira, como a obrigatoriedade da escolha do Procurador Geral entre advogados<sup>382</sup>, manteve a lógica da ocupação dos cargos de chefia por indicação a partir da livre escolha do Procurador Geral, ressaltando a importância do capital político que gera a lealdade e reciprocidade entre governantes e juristas, o que pode ser percebido no depoimento de outro procurador entrevistado que optou pela aposentadoria, ainda sem ter chegado a progressão final da carreira.

Eu mesmo me aposentei assim que o governador que era do meu círculo de amizade saiu. Tinha uma promessa de que ia ter uns cargos no novo governo e tal, mas é difícil se você não for amigo... Muda a política aí muda tudo. Então, eu já tinha tempo para me aposentar e resolvi não ficar esquentando minha cabeça com a ‘meninada’ que estava chegando, porque tinha uns filhos de ‘gente grande’ que tinha passado no concurso e com certeza iam ‘chegar mandando’ ...Nem ficava bem uma pessoa da minha idade sendo governado por um monte de ‘menino’ recém-formado...<sup>383</sup>

Ao referir-se à ‘meninada que estava chegando’, o procurador aposentado entrevistado fazia alusão aos novos procuradores recrutados pelos concursos públicos realizados: o primeiro em 1998, dez anos depois da institucionalização da carreira em Sergipe e o segundo em 2006, quando foi editada lei complementar<sup>384</sup> aumentando o número de vagas de procuradores para sessenta. Junto com o aumento do número de vagas de procuradores, o governo aumentou também o número dos cargos em comissão da Procuradoria Geral e inseriu, ainda, a possibilidade de nomeação de advogados não integrantes da carreira para funcionarem como “assessores” do gabinete do Procurador Geral<sup>385</sup>, ficando assim distribuídos os cargos institucionais:

<sup>382</sup> Neste ponto, podemos afirmar que, de certa forma, houve uma valorização profissional ao determinar a escolha entre advogado e não somente bacharel, haja vista que ser advogado implica no exercício profissional e inscrição no órgão de classe – OAB.

<sup>383</sup> Entrevista concedida por um procurador aposentado em 12 de março de 2013, que solicitou o anonimato das declarações.

<sup>384</sup> Ver Lei Complementar Estadual 115 de 21 de dezembro de 2005, disponível no site da ALESE.

<sup>385</sup> Segundo o inciso I, artigo 24 da Lei Complementar 115/2005: “Art. 24. O Gabinete do Procurador-Geral do Estado será dirigido pelo ocupante de cargo de provimento em comissão de Coordenador de Gabinete do Procurador-Geral, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, e composto por: (...) II - 01 (um) ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial para Assuntos Técnico-Jurídicos, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, privativo de bacharel em direito, com, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício da advocacia, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção de Sergipe, com reputação ilibada, e com notórios conhecimentos jurídicos em direito público, para atuação junto aos Procuradores-Assistentes, mencionados no inciso I deste artigo;” (grifamos)

**Tabela 7**

Quadro dos cargos efetivos e em comissão da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe a partir de 2005.

ANEXO I

PODER EXECUTIVO  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO - PGE					
CONSOLIDAÇÃO (MODIFICAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, ALTERAÇÃO E CRIAÇÃO) DE CARGOS EM COMISSÃO					
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
- CARGOS EM COMISSÃO			- CARGOS EM COMISSÃO -		
Subprocurador-Geral do Estado	CCE-12	01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-
Procurador-Chefe de Assessoria	CCE-09	02	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-
Secretário-Geral da PGE	CCE-08	01	Secretário-Geral da PGE	CCE-08	01
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-	Assessor Especial para Assuntos Técnico-Jurídicos	CCE-08	01
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-	Assessor Especial para Assuntos Técnico-Contábeis	CCE-08	01
Coordenador de Gabinete do Procurador-Geral	CCE-06	01	Coordenador de Gabinete do Procurador-Geral	CCE-06	01
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-	Assessor Executivo	CCE-06	01
Diretor do Departamento de Finanças	CCS-16	01	Diretor do Departamento de Administração e Finanças	CCS-16	01
Chefe da Assessoria de Planejamento	CCS-14	01	Chefe da Assessoria de Planejamento	CCS-14	01
Diretor da Coordenadoria de Informática	CCS-12	01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-	Chefe da Assessoria-Geral de Informática	CCS-14	01
Diretor-Chefe de Gabinete	CCS-12	03	Diretor-Chefe de Gabinete	CCS-12	03
Diretor de Coordenadoria	CCS-11	13	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-	Assessor Técnico-Operacional I	CCS-12	13
Assessor Técnico Administrativo	CCS-10	07	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX	-	-
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	-	-	Assessor Técnico-Operacional II	CCS-11	07

## ANEXO II

**"LEI COMPLEMENTAR Nº 27  
DE 03 DE AGOSTO DE 1996**

## ANEXO II

PODER EXECUTIVO  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO		
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário-Geral da PGE	CCE-08	01
Assessor Especial para Assuntos Técnico-Jurídicos	CCE-08	01
Assessor Especial para Assuntos Técnico-Contábeis	CCE-08	01
Coordenador de Gabinete do Procurador-Geral	CCE-06	01
Assessor Executivo	CCE-06	01
Diretor do Departamento de Administração e Finanças	CCS-16	01
Chefe da Assessoria de Planejamento	CCS-14	01
Chefe da Assessoria-Geral de Informática	CCS-14	01
Diretor-Chefe de Gabinete	CCS-12	03
Assessor Técnico-Operacional I	CCS-12	13
Assessor Técnico-Operacional II	CCS-11	07 "

Fonte: Lei Complementar 115/2005, consultada no site da ALESE.

Ou seja, na mesma medida em que se cumpria a determinação de recrutamento pela seleção ‘meritocrática’ através de concurso, o governo garantia a existência de cargos estratégicos na instituição que pudessem ser preenchidos a partir de critérios clientelísticos – inclusive por agentes *outsiders* -, garantindo a inserção do poder político num espaço social em reestruturação.

Demorou pra ter concurso porque o governador ficava pensando em como ia ser pra trabalhar com um monte de gente diferente, que podia vir de lugares diferentes. Quando a gente estava elaborando o segundo concurso, o governador chegou pra mim e perguntou se não tinha como ‘dar um jeito’ para evitar que entrasse gente de outros estados, colocar uma prova oral e fazer umas ‘perguntas de bolso’ quando o candidato não fosse interessante...Eu disse que não, que não estava mais em época disso, era arriscado...Naquele tempo todo mundo já estava especializado em impugnar edital, em entrar na justiça...A gente tinha contratado uma empresa pra fazer, não tinha muito o que fazer, não... A não ser na sindicância da vida pregressa, se achasse uma coisa séria na vida do indivíduo... No concurso de 98 (1998), quando as pessoas ainda não estavam tão assim ‘ligadas’, a saída foi na prova de títulos: o edital previa pontuação de títulos, mas sem dizer muito como, aí, teve gente que tava(sic) lá embaixo na lista e subiu porque teve pontuação maior por ser ‘assessor de desembargador’, por exemplo, que era um cargo que só os ‘amigos do rei’ conseguiam, mesmo ainda estudantes...  
(...)

Mas, mesmo assim, no concurso de 2005 ainda teve um filho de um juiz, um cara influente, que passou lá no fim da lista e entrou com uma ação na justiça para rever prova, pontos, essas coisas...Enquanto o processo andava, ele começou a mexer com tudo que podia pra ver se saía a nomeação...Nessa época eu não era mais do governo não porque tinha mudado de partido, mas ele me perguntou se com o PT (Partido dos Trabalhadores, que possuía um representante no governo à época) tinha como ter uma ‘conversa’... Eu disse que não sabia, dependia das ‘amizades’, né? ... Mas eu disse também: ‘Tire esse processo, você quer conversar com os caras processando eles?’...Não sei como foi, mas o pai dele conseguiu...O menino tava(sic) atrás de um monte de gente e a justiça deu ganho de causa e ele passou todo mundo na lista, depois foi chamado...<sup>386</sup>

Na perspectiva do depoimento acima, pode-se afirmar que mesmo com relação à seleção “meritocrática”, o fato de, na primeira seleção, serem valorizadas as origens sociais e as trajetórias privilegiadas de alguns candidatos e, na segunda, terem sido privilegiadas as relações familiares e rede de relações sociais de outro, leva a crer que o recrutamento pelo concurso de provas e títulos implica tanto a imposição de critérios técnicos especificamente relacionados à formação profissional, quanto critérios relativos às origens e qualidades sociais e à estrutura de capital herdado dos candidatos, subordinando-se a estratégias de reprodução que remetem a outras esferas e instituições.

<sup>386</sup> Depoimento de um ex-funcionário do alto escalão do governo do Estado à época dos concursos dado em 12 de agosto de 2013, que solicitou o anonimato das declarações.



Dentre estas esferas e instituições estão o grupo familiar e a burocracia pública e, particularmente, no que se refere à elite, o capital e relações sociais<sup>387</sup>.

Desta forma, por vezes, a realização da “competência técnica” depende da realização da “competência social” e, portanto, das formas de inserção de seu portador em espaços sociais específicos. Neste contexto, a “competência técnica” adquire contornos próprios de difícil definição ao associar a *expertise* profissional ao capital cultural de origem e o capital de relações, como condição de realização. Daí temos que o “campo de poder” dos advogados públicos sergipanos seria o resultado dessa configuração específica de valorização da cultura formal e do caráter simbólico das credenciais no recrutamento de “elites”<sup>388</sup>.

Se por um lado pode-se acompanhar a legitimação institucional da meritocracia e sua transformação em direito, por outro, isto não se transformou necessariamente em uma ideologia dos brasileiros.<sup>389</sup> As constituições brasileiras apontam sempre para a combinação de um sistema meritocrático combinado com outros critérios de hierarquização que implicam a posse de capitais simbólicos diversos, mas mesmo essa presença constante dos dispositivos constitucionais acerca do mérito como critério de recrutamento não significa, na prática, a sua consagração definitiva.

O cotejo histórico dos concursos aliados às velhas práticas clientelísticas de patronagem da administração pública apontam para constantes tentativas de neutralização dos critérios puramente meritocráticos. No caso em análise, a mesma lei que instituiu as regras de regulação do espaço profissional da advocacia pública insere inúmeras disposições que permitem a contratação sem concurso e a ascensão a cargos de chefias sem uma avaliação objetiva de mérito. Há uma permanente tensão entre o critério meritocrático de estruturação do espaço social e as relações pessoais, familiares e/ou políticas. Assim, o critério meritocrático não seria “o” critério, mas apenas “um” critério<sup>390</sup>, à medida que a simples existência do concurso público não garante que determinado sistema seja meritocrático, embora, nos discursos recentes de

<sup>387</sup> Ver CORADINI, Odaci L. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, nº 43, jan/abr. 2010.

<sup>388</sup> Para uma discussão mais geral sobre configuração histórica “periférica” e o problema das relações sobre titulação escolar com a posição social e o processo de profissionalização ver KARADY, Victor. Une “nation de juristes”: des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d’ancien régime. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 86-87, p. 106-124, mar. 1991; DEZALAY, Yves. Les courtiers de l’international: héritiers cosmopolites, mercenaires de l’imperialisme et missionnaires de l’universel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 151- 152, p. 5-35, mar. 2004. e DEZALAY, Yves; GARTH, B. L’imperialisme moral. Les juristes et l’imperialisme américain (Philippines, Indonésie). **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 171-172, p. 40-55, mar. 2008.

<sup>389</sup> Cf. BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.49

<sup>390</sup> Cf. BARBOSA, Livia (2003), op. cit., p.56

“profissionalização” das carreiras jurídicas ele tenha se tornado um elemento paradigmático na legitimação da meritocracia. “Portanto, mesmo não sendo o único critério de acesso, ele passa a ser, em determinados contextos, um símbolo não da meritocracia, mas de neutralização de influências nepóticas e fisiológicas dentro das organizações públicas”<sup>391392</sup>

#### 4.1.2. A Elite Dirigente da PGE de Sergipe pós 1988: estabelecidos ou *outsiders*?

É no contexto das mudanças das regras legislativas que transformaram o espaço dos advogados públicos sergipanos e com relação à disponibilidade e ao estado dos instrumentos de reprodução que se definem as estratégias necessárias para manter ou ampliar as posições sociais dos seus agentes. Contudo, para o processo de diferenciação entre a “elite” e os “outros” estão em concorrência as relações entre os recursos detidos pelos agentes e as condições de sua realização profissional, sendo nas estratégias mobilizadas para acessar determinadas posições que se evidenciam os recursos e atributos valorizados dentro deste espaço social específico. Nesta perspectiva, interessa saber o que diferencia a “elite” dos “outros” e que evidencia as regras implícitas nas condições de ascensão aos cargos de poder e prestígio.

Para efeito de comparação com a formação da elite dirigente da advocacia sergipana antes da institucionalização da PGE em 1988 e vista no capítulo anterior, fez-se necessário analisar a composição e o perfil social dos bacharéis que ocuparam a chefia da instituição após as mudanças legislativas da atual Constituição, a fim de verificar se a entrada de novos agentes recrutados pelo critério “meritocrático” e a consequente diversificação social do grupo, teve o condão de alterar as regras de composição de sua elite dirigente.

<sup>391</sup> Cf. BARBOSA, Livia (2003), op. cit., p.57

<sup>392</sup> Uma situação bastante ilustrativa dessa afirmação se deu numa das interações com o campo pesquisado, quando eu ainda trabalhava na administração estadual. Uma procuradora havia dado um parecer jurídico negativo sobre uma propositura da secretaria onde trabalhava e a Secretária de Estado junto com o Procurador Geral fizeram uma reunião para questioná-la acerca da posição tomada, tendo em vista atos administrativos similares já tinham sido realizados com pareceres jurídicos favoráveis. Ao ver-se questionada e acuada, a procuradora repetia com veemência que “só fazia aquilo que achava certo” e que todos ali “passariam” e somente ela ficaria, pois havia “passado por concurso” e “não devia nada a ninguém”, referindo-se claramente a todos os presentes, inclusive o Procurador Geral que, à época, era um *outsider*, ocupando o cargo por indicação política, sem relação com a carreira de procurador.

### Quadro 17

#### Quadro-resumo dos recursos dos Procuradores -Gerais do Estado de Sergipe pós-1988

Nome	Faculdade de formação	Tempo de permanência no cargo	Origem familiar- (profissão dos pais)	Outras atividades anteriores a PGE	Outras atividades posteriores a PGE
Maria Angélica Menezes Valadão	Universidade Federal de Sergipe	1 ano	Funcionário Público(Técnico da CHESF)	Dona de casa	Advocacia privada
Manoel Cabral Machado	Faculdade de Direito da Bahia	1 ano	Pai: Profissional Liberal (Médico)	Promotor, Chefe de Gabinete de Governador, Secretário de Administração do Estado, Secretário da Fazenda, Procurador do Instituto do Açúcar e do Alcool, Deputado Estadual (3x), Professor, Secretário de Estado da Educação, Vice-Governador, Conselheiro do Tribunal de Contas, Consultor do Tribunal de Justiça.	Aposentado
Luiz Antonio Silveira Teixeira	Faculdade de Direito de Sergipe	2 anos	Comerciante -	Advogado	Juiz do Tribunal Eleitoral Regional de Sergipe
Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila	Faculdade de Direito de Sergipe	2 anos	Burocracia (Funcionário Público Federal)	Jornalista, Prefeito de Estância, Advogado, Promotor de Justiça, Secretário-chefe da Casa Civil, Procurador Geral de Justiça	Desembargador
Roberto Eugênio da Fonseca Porto	Direito Universidade Federal de Sergipe	5 anos	-	Advogado público do Estado, Vice-Diretor da Penitenciária Estadual, Presidente da Associação de Procuradores de Sergipe	Desembargador
José Garcez	Universidade Federal de	1 ano	Político	Secretário de Segurança	Advogado, Juiz do Tribunal Regional

Vieira Filho	Sergipe			Pública	Eleitoral de Sergipe
Antonio João da Rocha Messias	Universidade Federal de Sergipe	-	-	Advogado	Advogado
Edgard D'Ávila Melo Silveira	Universidade Federal de Sergipe	2 anos	Industrial	Diretor do Banese, Diretor de Habitação da Caixa Econômica	Secretário Municipal de Administração, Controlador Geral do Município de Aracaju
Edson Ulisses de Melo	Universidade Federal de Sergipe	Alguns meses	-	Professor, Chefe da Assessoria Jurídica BNDS, Presidente e Vice-Presidente da OAB, Conselheiro Federal da OAB (3x)	Desembargador
Marcio Leite de Rezende	PUC – Rio de Janeiro	7 anos e seis meses	Campo Jurídico (Desembargador) Prof. Liberal (Engenheiro)	Funcionário concursado do TJSE e Advogado da ENERGISA <sup>393</sup> .	Procurador do Estado de Sergipe
Arthur Cezar Azevedo Borba	Universidade Católica de Salvador	3 meses		Professor de Direito	Procurador do Estado
Maria Aparecida de Oliveira Gama	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Atual		Advogada da DESO, Juíza, Professora Substituta UNIT, Desembargadora TJSE,	-

Fonte: Registros da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe e dados obtidos através das entrevistas realizadas.

De acordo com Bourdieu<sup>394</sup>, a análise das posições de poder no campo deve considerar a estrutura global de capitais dos agentes, bem como as variações dessas estruturas no tempo e entre grupos, de acordo com o tipo de capital predominante e valorizado em cada contexto. Considerando que no período analisado, a lei continuava permitindo a livre escolha do chefe da instituição, estabelecendo apenas limite de idade e formação profissional combinados com recursos de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, a configuração da elite dirigente não teve maiores diferenciações em relação aos períodos anteriores nos quais os capitais acumulados nas trajetórias profissionais e por experiências políticas governamentais ou mesmo partidárias, somados às origens familiares, posições sociais, escolaridade dos pais, a predominância

<sup>393</sup> Empresa Sergipana de Energia Elétrica.

<sup>394</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

de homens nas carreiras e a inserção familiar no campo jurídico, eram os recursos necessários e predominantes para a formação da elite do grupo.

Na galeria de Procuradores Gerais pós 1988, a novidade ficou por conta da presença de mulheres em seus quadros<sup>395</sup>, sendo que o primeiro Procurador Geral nomeado após a institucionalização da carreira em Sergipe foi a advogada Maria Angélica Menezes Valadão, uma das fundadoras da APESE e procuradora de carreira, estabilizada na função por determinação dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1989, haja vista não ter realizado concurso público para exercer a função específica de procuradora, sendo admitida no Estado por um concurso geral no fim da década de 1970, assumindo a função de assistente jurídica por cursar direito, depois removida para o cargo de procurador. A outra mulher nomeada para exercer a função, é a atual Procuradora Geral, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) aposentada Maria Aparecida de Oliveira Gama.

A Universidade Federal de Sergipe continua sendo o centro de socialização comum dos agentes, funcionando como espaço de escolarização dessa elite, pelo menos até 2007. De todos os procuradores, apenas um deles é de outro estado, Arthur César de Oliveira Borba, oriundo da Bahia e procurador de carreira selecionado pelo concurso realizado em 1998, todos os demais são sergipanos. Outros dois agentes tiveram passagem pelo campo político no exercício de mandatos sejam executivos ou legislativos: Manoel Cabral Machado e Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila. Dos doze procuradores, sete passaram por outros cargos públicos administrativos: Manoel Cabral Machado, Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila, Roberto Eugênio da Fonseca Porto, José Garcez Vieira Filho, Edgard D'Ávila Melo Silveira, Edson Ulisses de Melo e Maria Aparecida de Oliveira Gama.

...seja nos casos de cargos administrativos de alto escalão, seja no caso das funções administrativas de posição inferior na hierarquia burocrática, é possível afirmar que a vinculação ao Estado produz capital simbólico específico, caracterizado pela construção de redes de relações políticas, pelo aprendizado de rotinas burocráticas e pela criação de disposições vocacionais para o exercício de funções superiores do Estado – mesmo nos casos de agentes já possuidores de estruturas significativas de capitais sociais e políticos. Também é possível afirmar, com base nos dados que demonstram a vinculação de membros da elite jurídica a atividades administrativas, a

---

<sup>395</sup> Neste ponto, fazemos novamente a ressalva de que a instituição não fez registro da presença da advogada sergipana Maria Rita Soares de Andrade, primeira mulher formada pela Faculdade de Direito da Bahia em 1926 que, segundo os registros funcionais da Justiça Federal, exerceu a função de Procuradora Geral em Sergipe, antes de se tornar Juíza Federal no Distrito Federal, à época, o Rio de Janeiro.

importância do Estado brasileiro como empregador e mecanismo de incorporação e ascensão social.<sup>396</sup>

Outra mudança que pode ser registrada é a ascensão de procuradores de carreira que já compunham os quadros da instituição, sendo cinco dos doze nomeados: Maria Angélica Menezes Valadão, Roberto Eugênio da Fonseca Porto, Edgard D'Ávila melo Silveira, Marcio Leite Rezende e Arthur Cezar Azevedo Borba. Contudo, destes cinco, apenas dois deles adentraram a carreira por concurso público específico, sendo que os demais foram cooptados pelo poder político antes da Constituição Estadual de 1989 e por ela “estabilizados” no cargo.

Em alguns casos, a ocupação do cargo de procurador teve a finalidade de dar visibilidade ao bacharel, funcionando como trampolim para outras carreiras jurídicas de maior relevo e destaque. No caso de Luiz Antonio Silveira Teixeira que tinha relações políticas com o governador João Alves Filho, tendo sido advogado da empresa de construção da família do governador e advogado do partido situacionista durante o pleito eleitoral, a nomeação funcionou para justificar uma posterior indicação para compor o quadro do Tribunal Regional Eleitoral como juiz, na vaga destinada aos advogados. Na mesma situação, José Garcez Vieira Filho, também com estreitas relações políticas com o poder político central, já tendo ocupado cargos de confiança do governo utilizou-se da passagem pela Procuradoria Geral como instância de consagração da carreira profissional de advogado para compor os quadros do Tribunal Regional Eleitoral.

Também houve operação semelhante nos casos dos procuradores Roberto Eugênio da Fonseca Porto e Edson Ulisses de Melo, nomeados para a chefia da instituição pelos governadores que, logo após, os escolheram numa lista tríplice para compor a vaga destinada aos advogados no TJSE<sup>397</sup>, utilizando-se do cargo como instância de consagração e como recurso para se destacar dos “outros” e compor a lista tríplice de advogados eleitos entre os pares na OAB. Sobre a estratégia do ex-procurador Edson Ulisses, um funcionário do alto escalão do governo de Marcelo Déda Chagas fez as seguintes considerações:

---

<sup>396</sup> Cf. ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese de doutoramento. Departamento de Ciência Política. USP: São Paulo, 2010, p. 185.

<sup>397</sup> Trata-se do “quinto constitucional” regra que prevê o acesso de membros da advocacia aos tribunais de justiça, federais e superiores sem a necessária passagem pela carreira da magistratura.

A nomeação de Edson Ulisses gerou um problema, uma ciúmeira. Quem estava cotado para o cargo era Clóvis Barbosa<sup>398</sup>, tudo certo...Mas, de última hora, o governador resolveu acomodar o cunhado (Edson Ulisses de Melo) que assumiu somente para fazer campanha pra figurar na lista tríplice da OAB e assumir o cargo de desembargador. Passou seis meses no cargo só fazendo isso: *lobby*. Nomeou como subprocurador o filho de uma desembargadora...Visitava as faculdades, falava com professores e alunos..Fazia visitas sociais as autoridades... Não estava muito por dentro dos problemas da PGE, porque sabia que estava de passagem...Deixou tudo cair no colo do subprocurador que substituiu ele... Todo mundo sabia que Déda (governador) precisava ‘fazer’ um desembargador, mas já estava certo que era Clóvis... Ele ficou chateado, aí, de prêmio de consolação ganhou o Tribunal de Contas.<sup>399</sup>

Não há valorização da trajetória acadêmica para a carreira de procurador do Estado em Sergipe, mesmo havendo dois procuradores que já tinham exercido o magistério superior: Manoel Cabral Machado era professor fundador da Faculdade de Direito de Sergipe já aposentado e Arthur Cézar Azevedo Borba já tinha sido professor da Faculdade Tiradentes e outras faculdades particulares locais, estando afastado do magistério. De qualquer maneira, este fato não preponderou na escolha desses agentes para o cargo.

Os traços mais gerais desse quadro indicam a objetivação significativa de um modelo de dominante de regras de ascensão à elite do grupo, notadamente pelo conjunto de recursos acumulados nas trajetórias prévias e nas estreitas relações com o poder político central. Ou seja, embora tenha havido transformações nas regras de estruturação e conseqüentemente na composição do campo, os distintos trunfos possuídos não se diferenciam de modo significativo relativamente aos outros períodos analisados da história profissional da advocacia pública de Sergipe, o que indica a objetivação de uma maneira específica de construir uma carreira exitosa, ocupando espaços de poder.

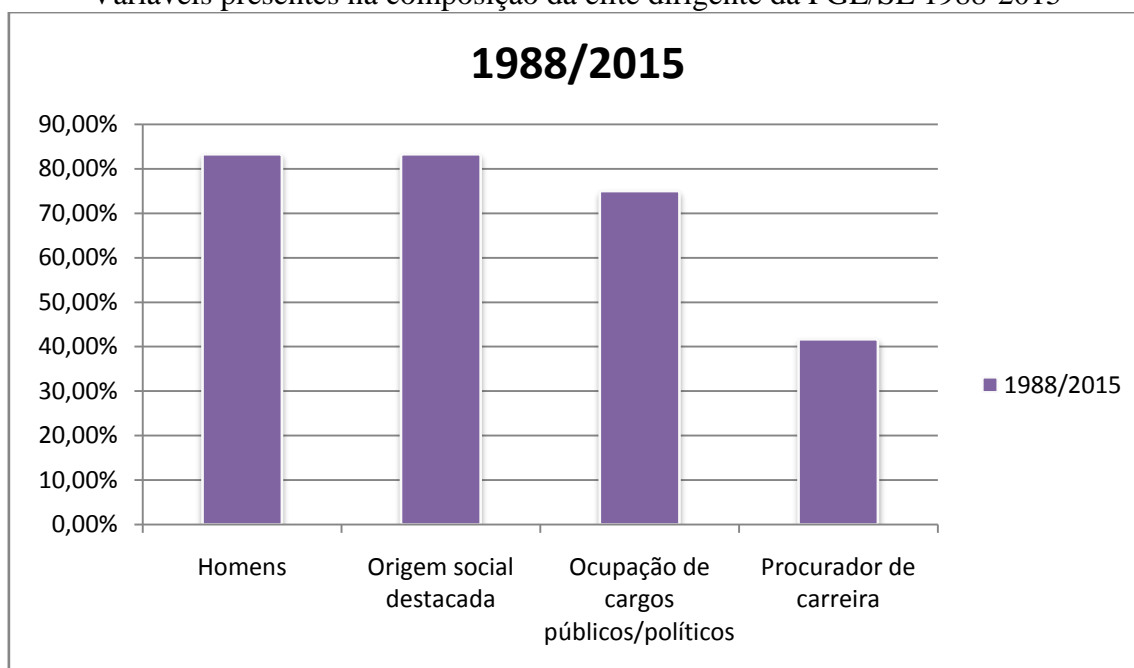
Em linhas gerais, as variáveis presentes na composição dos recursos sociais detidos e acionados pelos procuradores gerais do Estado pós-institucionalização podem ser visualizadas a partir do gráfico abaixo:

<sup>398</sup> Clóvis Barbosa era um advogado militante do Partido dos Trabalhadores que compunha o *staff* do governador Marcelo Déda desde que ele tinha sido eleito prefeito da capital, quando exerceu a função de Procurador Geral do Município. No governo do Estado, ele exerceu a função de Secretário de Governo e depois foi nomeado pelo governador Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

<sup>399</sup> Depoimento dado em 20 de março de 2013 sob o compromisso de ser resguardado o sigilo da fonte.

Gráfico 9

Variáveis presentes na composição da elite dirigente da PGE/SE 1988-2015



Fonte: Autor

Por outro lado, à primeira vista existiriam casos de nomeações que não se coadunariam com o “padrão” estabelecido na instituição do estabelecimento de relações políticas pelo desempenho ou passagem por cargos público-políticos anteriores a PGE, o que se poderia dizer dos casos de Maria Angélica Menezes Valadão, Antônio João da Rocha Messias, Marcio Leite Rezende, Arthur César de Oliveira Borba e Maria Aparecida de Oliveira Gama.

Contudo, a investigação do campo forneceu um panorama no qual é possível verificar que houve reconversões de outros capitais na relação com o poder político central que redundaram na escolha dos nomes para compor a chefia da instituição. No caso de Maria Angélica Menezes Valadão, a sua nomeação se deu dentro de uma estratégia política: ela era esposa de Gilson Cajueiro de Holanda, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado que havia impugnado as contas públicas do governador João Alves Filho antecessor e, à época, aliado de Antonio Carlos Valadares que, quando assumiu o governo, a nomeou como forma de cooptar o apoio do Conselheiro<sup>400</sup>.

<sup>400</sup> Segundo informações dadas por um dos informantes entrevistados, membro do staff do governo à época da nomeação, resguardado o sigilo da fonte, combinada com informações históricas de DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.



Antônio João da Rocha Messias foi advogado da coligação partidária do então governador João Alves Filho que o nomeou “para conseguir aprovar uns projetos administrativos e resolver umas broncas na PGE”<sup>401</sup>, por se tratar de um advogado de sua confiança, passou pouco tempo no cargo e voltou a advocacia privada.

Marcio Leite Rezende, segundo o depoimento já transcrito anteriormente, foi nomeado pelo ex-procurador Edson Ulisses como subprocurador, por ser filho de uma desembargadora influente no TJSE, o que daria trânsito ao governo no palácio da justiça e asseguraria votos para o cunhado do governador, candidato a desembargador, sendo mantido no cargo com esse propósito e, ainda, para apaziguar os primeiros dissensos dos procuradores com o governo, pois havia, dentre as exigências, a obrigatoriedade da nomeação de um procurador de carreira para o cargo de chefia, após votação de lista tríplice pelos pares.

Embora o governo não tenha feito nenhum movimento no sentido da mudança da lei orgânica, optou por mantê-lo à frente da instituição como uma forma de satisfação<sup>402</sup>. O caso deste procurador é também interessante tendo em vista a tradição familiar: ele é o segundo procurador com o mandato mais longo, antecedido apenas pelo seu tio avô Gonçalo Rollemberg Leite, cuja trajetória foi analisada no capítulo anterior, o que demonstra também o peso da tradição familiar.

Arthur Cezar Azevedo Borba foi nomeado como subprocurador no fim da gestão de Marcio Leite Rezende, já com a finalidade de substituí-lo enquanto o governador Jackson Barreto decidia a titularidade do cargo, por indicação do próprio procurador Marcio Rezende que recusou o convite para se manter no cargo, devido aos desgastes com os colegas provocados pelos anteriores conflitos internos da PGE<sup>403</sup>.

A atual procuradora geral, segundo um entrevistado do alto escalão do governo<sup>404</sup> em exercício, além de ser uma desembargadora aposentada com bom trânsito no TJSE (o que, supostamente, facilitaria no processamento das ações do Estado) é amiga pessoal do governador e ex-esposa do seu aliado político João Augusto Gama<sup>405</sup>, que fora prefeito da capital apoiado por Jackson Barreto e ocupa cargo neste governo.

---

<sup>401</sup> Depoimento dado por Elcarlos Mendonça Cruz, à época funcionário da PGE e aliado do governo, em 11 de novembro de 2014.

<sup>402</sup> Considerações feitas pelo procurador aposentado Edgard D’Ávila Melo em sua entrevista, que também asseverou acreditar que a competência profissional do procurador também tenha pesado na decisão, já que conhecia por tê-lo nomeado como assistente de gabinete quando era procurador geral.

<sup>403</sup> Entrevista concedida pelo Procurador Marcio Leite Rezende em novembro de 2014.

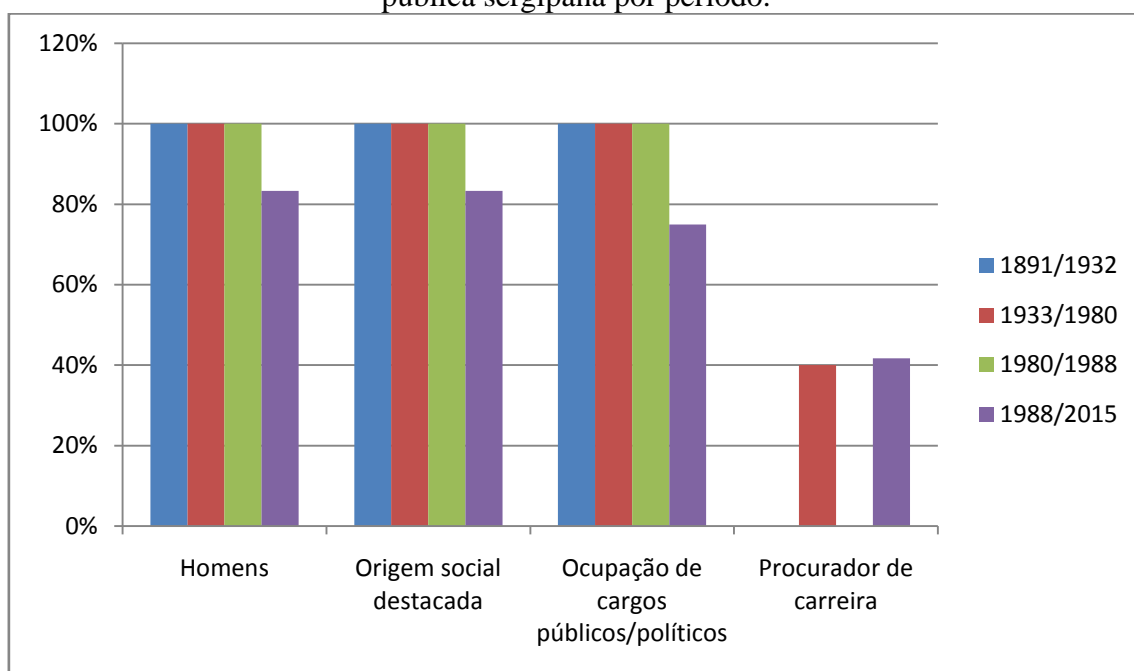
<sup>404</sup> Entrevista concedida em junho de 2015, resguardado o sigilo da fonte.

<sup>405</sup> João Augusto Gama É formado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Na universidade, foi o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes, em 1968, com mandato cassado pelo regime militar, contemporâneo do atual governador Jackson Barreto. Foi Prefeito da Capital entre 1997/2000,

Com base neste panorama, pode-se afirmar que as relações estabelecidas entre as variáveis como origens sociais, rede de relações sociais e políticas, associadas a posse do diploma de bacharel retomam as tendências históricas anteriormente constituídas, como pode ser observado no gráfico comparativo das variáveis de composição da chefia da advocacia pública em Sergipe.

**Gráfico 10**

Comparativo das variáveis concorrentes na composição da elite dirigente da advocacia pública sergipana por período.



Fonte: Autor

Embora as mudanças decorrentes das alterações legislativas pós-1988 para a estruturação do espaço social dos procuradores e a decorrente diversificação social dos seus agentes tenham provocado algumas alterações nas variáveis sociais de composição da elite dirigente - como a ascensão de mulheres ao posto e a menor prevalência de ocupação de postos políticos -, ainda há uma permanência das lógicas anteriores de hierarquização desse espaço social. "As chances sociais desigualmente distribuídas

estão na base das propensões ao 'provável'<sup>406</sup> que ainda depende tanto dos capitais herdados (como a origem social, por exemplo) quanto das possibilidades de adquirir outros capitais determinados e restritos através de investimentos específicos que garantam maiores chances de ascender na hierarquia do campo. Em outras palavras, as estratégias voltadas para o estabelecimento de uma rede de relações estratégicas de compadrio e reciprocidade estão na base de um conjunto de deslocamento possíveis que contribuem para a acumulação de um capital de notoriedade que seja suficiente para a ocupação das posições de poder.

As oportunidades desiguais - que os critérios subjetivos de avaliação de "mérito" para recrutamento dos agentes assim como para ocupação dos cargos da alta hierarquia da carreira- colocam no centro do sistema de reprodução da elite dos advogados públicos recursos como as posições de origem (e as trajetórias sociais decorrentes) e investimentos numa rede de relações ampla, a partir dos quais é possível definirem-se as possibilidades de acessar, manter ou ampliar as posições de elite do grupo. E, em grande medida, esta questão se coloca no centro das disputas dentro do grupo e entre eles e o poder político, a partir de 2010.

## 4.2. A REVOLTA DOS DÂNDIS: REDEFININDO “AS REGRAS DO JOGO”

Que é um homem revoltado? Um homem que diz não. Mas, se ele recusa, não renuncia: é também um homem que diz sim, desde o seu primeiro movimento. Um escravo, que recebeu ordens durante toda a sua vida, julga subitamente inaceitável um novo comando. Qual é o significado deste "não"? Significa, por exemplo, "as coisas já duraram demais", "até aí, sim; a partir daí, não"; "assim já é demais", e, ainda, "há um limite que você não vai ultrapassar". Em suma, este não afirma a existência de uma fronteira. Encontra-se a mesma idéia de limite no sentimento do revoltado de que o outro "exagera", que estende o seu direito além de uma fronteira a partir da qual um outro direito o enfrenta e o delimita. Desta forma, o movimento de revolta apóia-se ao mesmo tempo na recusa categórica de uma intromissão julgada intolerável e na certeza confusa de um direito efetivo ou, mais exatamente, na impressão do revoltado de que ele "tem o direito de...". A revolta não ocorre sem o sentimento de que, de alguma forma e em algum lugar, se tem razão. E por isso que o escravo revoltado diz simultaneamente sim e não. Ele afirma, ao mesmo tempo em que afirma a fronteira, tudo que suspeita e que deseja preservar aquém da fronteira. Ele demonstra, com obstinação, que traz em si algo que "vale a pena..." e que deve ser levado em

---

<sup>406</sup> Cf. BOURDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Elites políticas e intelectuais no Brasil: condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)**. Tese de doutoramento em Ciência Política. UFRS: Porto Alegre, 2015, p.179.

conta. De certa maneira, ele contrapõe à ordem que o oprime uma espécie de direito a não ser oprimido além daquilo que pode admitir. (Alberto Camus)<sup>407</sup>

Mais de duas décadas depois do reconhecimento da advocacia pública como uma profissão pela Constituição Federal vigente, os procuradores retomam a discussão em torno do sentido de "profissionalização". Para tanto, alternam estratégias a fim de chamar a atenção do poder político do Estado para reivindicações que incluem na pauta, além de aumento salarial, a necessidade do "controle" da escolha do chefe da instituição, da distribuição dos cargos de destaque na hierarquia pelos próprios procuradores e, ainda, a autonomia financeira da instituição. Para eles, estas mudanças garantiriam o controle da influência política do Estado, estabelecendo fronteiras claras entre o seu espaço social e o espaço da política, como supostamente ocorrera na carreira dos promotores de justiça, por exemplo.

Em Sergipe, como forma de pressão ao governo central os atuais procuradores, a partir do ano de 2010, promoveram campanhas maciças na mídia seguidas de atrasos programados dos serviços, emissão de pareceres contrários aos atos do Executivo, paralisação total e até mesmo denúncias judiciais dos atos administrativos de gestores públicos que "julgaram" ilegais. Observou-se que um grupo de procuradores alternou ostensivamente estratégias para mudar a posição que tradicionalmente ocupa no espaço de poder do Estado e mobilizou diferentes recursos tanto para a imposição de suas "opiniões" nas opções políticas do governo, quanto para a mudança da "imagem social" do procurador de "advogado de governo" para "defensor do patrimônio público", o que lhe conferiria um poder maior e uma imagem social mais próxima dos administrados e mais distante dos administradores.

O entendimento dos procuradores é que a PGE deve ter um papel mais ativo, enquanto advogados do Estado, e não do governo, evitando o desperdício do dinheiro público e melhorando a arrecadação do Estado<sup>408</sup>

Para tanto, os procuradores lançaram mão de seus conhecimentos técnicos, de suas prerrogativas funcionais e competências legais. Fizeram referência às contribuições essenciais dos procuradores na implementação das políticas de governo e no desenvolvimento do Estado. Associaram o seu discurso à necessidade de um

---

<sup>407</sup> Cf. CAMUS, Alberto. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro:Record, 2011, p.17.

<sup>408</sup> Vinícius Oliveira, Procurador do Estado de Sergipe em entrevista concedida ao site da Infonet, em 26/06/2012

tratamento “diferenciado” a esta categoria de funcionários públicos que, como afirmam, podem tanto colaborar para o sucesso da gestão como podem se contrapor às ações do gestor. Ao fazerem isto, dividiram-se grupos dentro da instituição que assumiram posições antagônicas a respeito do seu papel institucional, da identidade pública da profissão e da forma de relação com o poder político: um movimento “conservador”, que assume a posição de um burocrata de estado, funcionário a serviço do governo, consultor de gestão, como tradicionalmente se concebia no meio jurídico e um movimento “dissidente”, que defende a assunção pela PGE da titularidade do interesse coletivo e coloca-se como “fiscal de gestão” e não um advogado de Estado, negando toda e qualquer relação com o poder político central.

Embora internamente houvesse a presença de grupos antagônicos nas posições assumidas e na forma de relacionarem-se com o poder político central, a imagem pública da instituição mostrou-se, durante todo o tempo, una e coesa em apoio ao movimento nacional das associações de procuradores de Estado do Brasil, para exigir autonomia político-administrativa da categoria com relação ao Poder Executivo e a “independência funcional” do procurador. Institucionalmente falando, todos apoiam mudanças nas regras que estruturam o seu espaço social; mas internamente as clivagens existem em torno, principalmente, de como essas mudanças devem afetar a hierarquização do espaço, como devem ser as relações com o poder político do Estado e quais os capitais simbólicos que estão em jogo nessa disputa.

Colocado dessa forma, o problema estaria além de uma luta pela simples alteração estrutural do espaço social dos advogados públicos, pois em face de um suposto consenso institucional no apoio às mudanças legislativas que se propõe, a disputa fica somente em torno de uma definição sobre o lugar político dos procuradores dentro do poder político central do Estado, ao tempo em que também estabelece um conflito pelo direito de impor o ponto de vista de uma fração destes advogados no espaço do Poder Executivo e dentro do próprio campo.

#### 4.2.1. “Profissionalização”, a imagem pública institucional e a (re)definição de papéis.

Em 2009, o deputado federal mineiro e advogado com passagem em vários cargos de gestão pública Bonifácio de Andrada, fez a propositura de uma emenda

constitucional (PEC 443/2009)<sup>409</sup> que sugere a inclusão de um terceiro parágrafo no artigo 131 da Constituição Federal, para determinar a unificação dos salários dos advogados públicos em todo território nacional correspondente a 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), no grau máximo da carreira, e as condições de escalonamento para a fixação do subsídio nas carreiras iniciais.

Fruto de um intenso *lobby* da advocacia pública através da ANAPE, a proposta de alteração constitucional pretende impor, a partir da Constituição, como os Estados devem remunerar os servidores desta categoria, a despeito da regra da federação brasileira que confere autonomia administrativa e financeira aos Estados e Municípios. Para o movimento, “profissionalizar” a advocacia pública perpassa equiparar os ganhos salariais dos seus agentes aos subsídios já previstos constitucionalmente dos integrantes da Magistratura e do Ministério Público (MP), um poder do Estado e um órgão autônomo, respectivamente; e, neste sentido, mobilizou nacionalmente todas as associações de procuradores para uma grande mobilização nacional como forma de pressão junto aos parlamentares, desde que a PEC foi proposta até hoje, enquanto ainda não houve a tramitação final.



Figura 1 Fonte: site da ANAPE

A partir desta propositura legislativa de caráter nacional, a APESE deu início a uma intensa mobilização de seus membros para pleitear o aumento salarial dos procuradores sergipanos, ainda no primeiro do mandato do governador Marcelo Déda

409

Disponível em [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=723563&filename=PEC+443/2009](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=723563&filename=PEC+443/2009)

Chagas (2007/2010), quando os professores, por exemplo, estavam em plena disputa com o governo para a implantação da lei nacional do piso dos professores, já em vigor nacionalmente, mas não respeitada no Estado de Sergipe<sup>410</sup>. No período destes movimentos sindicais, a Procuradoria Geral do Estado teve uma participação marcante atuando em defesa do governo para declarar a ilegalidade das greves deflagradas pelos sindicatos, defendendo o argumento das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o aumento de despesas com pessoal.

Enquanto os professores perdiam para o governo – devidamente assessorado pela Procuradoria Geral do Estado - a disputa pela implantação do piso nacional da categoria em Sergipe nas sucessivas ações judiciais, os procuradores atuantes também em outras frentes – greve dos policiais militares, dos servidores da administração – construíam uma imagem pública institucional de “defensores do governo”, e, por outro lado, supunham fortalecer as relações com o poder político ao aumentar a importância de sua participação para as ações do governo.

Após sucessivas “vitórias” das ações do “Estado” contra os sindicatos de servidores, os procuradores se organizaram para pleitear junto ao governo o “reconhecimento” da importância da PGE e a “valorização” dos procuradores, o que passava, inicialmente, por um aumento salarial cuja última alteração datava de 2005, quando a alteração incluída na Lei Orgânica Estadual da Advocacia Pública<sup>411</sup> impôs o teto do subsídio do procurador sergipano para 65,5% do valor remuneratório de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, colocando-os como em segundo lugar no valor remuneratório em comparação com os outros estados brasileiros.

Considerando que não se trata de uma carreira da estrutura do Poder Judiciário e nem de órgão autônomo com dotação orçamentária própria como o MP, os procuradores do Estado de Sergipe se tornaram os servidores públicos estaduais mais

<sup>410</sup> Sobre o tema ver Blog de Claudio Nunes da Infonet do dia 21/03/2009, disponível em <http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=83796>.

<sup>411</sup> Consta atualmente na Lei: "Art. 77 - O Procurador do Estado da Classe Especial, para efeitos do Art. 39, parágrafo 4º, do Art. 37, inciso XV, e do Art. 135 da Constituição Federal, não perceberá, a partir de julho de 2006, como subsídio mensal, um valor inferior ao equivalente a 65,5% (sessenta e cinco vírgula cinco por cento) do valor do subsídio estabelecido para o Ministro do Supremo Tribunal Federal, de acordo com o Art. 37, "caput" e inciso XI, da mesma Constituição Federal.

Parágrafo único: ..."

"Art. 78 - O subsídio mensal dos Procuradores do Estado das Classes Superior, 1ª e 2ª serão fixados nos percentuais a seguir elencados:

I - Classe Superior: 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio do Procurador do Estado de Classe Especial;

II - 1ª Classe: 85% (oitenta e cinco por cento) do subsídio do Procurador do Estado de Classe Superior;

III - 2ª Classe: 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio do Procurador do Estado de 1ª Classe."

Art. 2º. Os atuais Procuradores do Estado integrantes das 1ª e 2ª Classes, então existentes até a publicação desta Lei Complementar, serão reenquadrados, respectivamente, nas Classes Especial e Superior.

bem pagos da estrutura do poder executivo, inclusive com relação a outras carreiras administrativas que exige a formação em direito como os delegados de polícia e auditores fiscais<sup>412</sup> como pode ser visto nas tabelas salariais abaixo:

**Tabela 8**

Tabela de Remuneração dos Procuradores do Estado de Sergipe

<b>Classe</b>	<b>Subsídio (R\$)</b>
Especial	21.391,99
Superior	20.322,39
1ª Classe	18.183,20
2ª Classe	13.637,40

Fonte: Portal da Transparência Sergipe

De acordo com as informações acima, um procurador sem qualquer outra qualificação além da formação em Direito pode chegar a uma remuneração de R\$ 21.391,99 (vinte e um mil trezentos e noventa e um reais e noventa e nova centavos), com uma carga horária semanal de 30 horas e sem dedicação exclusiva, uma vez que podem exercer a atividade profissional de advogado privado; enquanto que um professor estadual de nível superior, com o máximo de qualificações profissionais da carreira, como a conclusão de um doutorado e no último nível de progressão, tem salário base máximo de R\$ 2.596,91 (dois mil quinhentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos)<sup>413</sup>. Isto reforça a tese de Barbosa<sup>414</sup> de que, no Brasil, se constata “uma rede de significados em que os sistemas meritocráticos possuem forte ligação com sistemas de seleção, mas não com sistemas de avaliação”, não se reivindicando tais critérios para balizar mobilidades internas, o que gera esse tipo de discrepância no tratamento entre servidores de um mesmo poder.

Ainda que se queira restringir essa comparação à servidores com a mesma formação, a desigualdade permanece se comparados com delegados de polícia, por exemplo, servidores selecionados por concurso, com formação em Direito, com uma carga horária de 40 horas semanais e com dedicação exclusiva:

<sup>412</sup> Para acessar o cargo de auditor do fisco estadual o candidato - até 2001- deveria ser habilitado em direito, economia, ciências contábeis ou administração pública. Não é um cargo privativo de bacharel em Direito, embora fosse acessível por quem tinha esta formação, até que Lei 67/2001 proibiu a participação de bacharéis em direito.

<sup>413</sup> Informação do Portal da Transparência de Sergipe, disponível em [http://www.seplag.se.gov.br/images/SGRH/TABELAS\\_SALARIAS/ELEI%C3%87%C3%83O/Tabela\\_07\\_Mar%C3%A7o\\_de\\_2012.pdf](http://www.seplag.se.gov.br/images/SGRH/TABELAS_SALARIAS/ELEI%C3%87%C3%83O/Tabela_07_Mar%C3%A7o_de_2012.pdf)

<sup>414</sup> Cf. BARBOSA, Livia (2003), op. cit, p.63



**Tabela 9**

Tabela da remuneração dos Delegados de Polícia do Estado de Sergipe:

<b>Classe</b>	<b>Vencimento Básico (R\$)</b>	<b>Periculosidade (R\$)</b>	<b>Remuneração (R\$)</b>
1ª Classe	10.192,24	3.057,67	13.249,91
2ª Classe	9.173,01	2.751,90	11.924,92
3ª Classe	8.255,71	2.476,71	10.732,42

Fonte: Portal da Transparência de Sergipe

Os procuradores, além do subsídio remuneratório fixado em lei, ainda acrescem aos salários o rateio dos honorários de sucumbência<sup>415</sup>, que são as verbas pagas pelo sucesso nos processos do Estado em que trabalham, e ainda podem cumular esses ganhos com a remuneração pelo exercício de funções exclusivas da carreira, conforme quadro abaixo:

**Tabela 10**

Tabela da remuneração para funções exclusivas da carreira de procurador:

<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Procuradorias Especializadas (20% Classe Especial)	8	25.670,39
Procuradorias Assistentes (20% da Classe Especial)	4	25.670,39
Corregedor Geral (30% da Classe Especial)	1	27.809,59
Subprocurador Geral (30% da Classe Especial)	1	27.809,59

Fonte: Portal da Transparência de Sergipe

Tendo em vista este panorama, o governo do Estado, à época, negou qualquer tratamento exclusivo e diferenciado aos procuradores, mas concedendo as revisões anuais dos subsídios, no mesmo patamar dado aos outros servidores públicos: 5,26% em 2010; 5,7% em 2011 e 5,02% em 2012<sup>416</sup>. A justificativa dada foi a mesma das demais categorias: as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com base na qual os procuradores haviam feito as defesas nas demandas referentes aos outros sindicatos profissionais.

<sup>415</sup> É o princípio processual pelo qual a parte perdedora no processo é obrigada a arcar com os honorários do advogado da parte vencedora.

<sup>416</sup> Cf. Leis Complementares 188/2010, 199/2011 e 223/2012 citadas pelo Portal da Transparência de Sergipe.

Fiquei só vendo os colegas achando que ganhar ações pro governo ia trazer algum ganho pros procuradores. Se bem que, eu acho que no começo cada um estava querendo garantir o seu...Mudança de governo traz esperança de ocupar cargos, aumentar salário e ter trânsito na política pra acomodar um parente, uma esposa... Quem não ‘estava’ no outro (governo), achou que ‘ia estar’ nesse...Mas perdeu na dança das cadeiras, aí foi juntando a raiva de um com a frustração do outro e começaram a falar em nome da ‘categoria’.. Ficou todo mundo achando bom, mesmo que não ‘deu as caras’, porque se tivesse aumento era para todo mundo...<sup>417</sup>

Embora tenha sido concedido o aumento, o fato de não haver um tratamento específico para os advogados públicos colocou parte deles em confronto com o governo. Uma das primeiras estratégias utilizadas foi questionar as nomeações para “cargos em comissão”, considerada uma prática política comum dos governos que se prestaria apenas para acomodar aliados e que consumiria os recursos do Estado, limitando as possibilidades de concessão de aumentos e vantagens para os funcionários ‘de carreira’. A sugestão era que o governo cortasse os cargos em comissão da Casa Civil, reduzindo-os para que pudesse haver a abertura do limite legal para aumento dos gastos com pessoal na Procuradoria. Em resposta, o governo emitiu nota pública informando que os procuradores já constituíam uma classe beneficiada na remuneração, pois além dos seus salários recebiam o rateio dos honorários de sucumbência das ações do Estado, não havendo, portanto, uma necessidade premente de revisão salarial e que também eram livres para exercer a advocacia privada, o que lhes rendia mais ganhos. Em resposta, os procuradores se pronunciaram na imprensa, haja vista que estavam com a imagem desgastada perante os outros funcionários públicos estaduais, não havendo uma simpatia pública pela causa:

Como advogado, ele (o governador Marcelo Déda) sabe muito bem que os honorários advocatícios são fixados em lei e que não são privilégios ou benefícios e sim prerrogativas da função de advogado, de forma explícita, específica e legal. Também não diz que os honorários fazem parte da despesa processual e que não é pago pelo Estado, mas pelo sucumbente da ação. Tampouco explica que o exercício da advocacia privada extra-labor do serviço público não encontra qualquer vício de imoralidade, seja pela compatibilidade temporal seja pela inexistência de conflitos de interesses, conquanto essa postulação nunca pode ser aviada contra a Fazenda Pública.<sup>418</sup>

<sup>417</sup> Trecho de uma entrevista concedida por um procurador da ativa (Procurador A) em 24 de abril de 2014, resguardado o sigilo das declarações conforme solicitado.

<sup>418</sup> Declarações públicas feitas pelo procurador Vinícius de Oliveira em 02/08/2012, disponível em [http://www.nenoticias.com.br/71978\\_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html](http://www.nenoticias.com.br/71978_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html)

Transferida a questão para o âmbito público, com o governo estabelecendo uma imagem pública dos procuradores como funcionários privilegiados e bem remunerados, a estratégia do grupo de confronto foi denegrir a imagem dos funcionários comissionados do governo, ao mesmo tempo em que se colocavam defendendo a legalização de todas as carreiras públicas estaduais. Dentro desta premissa, assinaram uma petição conjunta de uma ação de improbidade administrativa contra o Secretário de Justiça, o advogado Benedito Figueiredo, acusando-o de nomear irregularmente pessoas para cargos do sistema prisional que deveriam ser preenchidos por guardas e agentes concursados que possuísem formação superior.

Em resposta, o secretário decidiu processar os procuradores por crime de prevaricação<sup>419</sup>, por entender que eles foram omissos quanto a estas irregularidades, haja vista que a exigência legal dataria de mais de 28 anos e eles nunca tomaram qualquer providência, entendendo o posicionamento como uma chantagem política. Também questionou a postura dos que trabalham com advocacia pública por deixar de se dedicar ao Estado e quanto a existência de procuradores não concursados na instituição. Através da imprensa, os procuradores se manifestaram:

Em verdade, o Governo deveria agradecer aos Procuradores que no pleno exercício de suas funções constitucionais e legais cumpriram seu labor, além de suas tarefas de consultoria e representação judicial, oferecendo a oportunidade de enxergar a legalidade e se somando a órgãos e instituições de respeito, como MP e TCE, entre outros.<sup>420</sup>

As declarações oficiais dos procuradores como categoria profissional buscava construir uma imagem pública de defensores dos “interesses da sociedade” “além das tarefas de consultoria e representação judicial”, associando a imagem profissional a “instituições de respeito” como o Ministério Público. Nesta lógica, a equiparação funcional com os promotores os distanciariam da função de servidores públicos estaduais, justificando um tratamento legal alinhado aos das carreiras jurídicas, conforme reivindicavam. A resposta do governo foi a de que as ações dos procuradores

---

<sup>419</sup> É um crime funcional, isto é, praticado por funcionário público contra a Administração Pública em geral, que se configura quando o sujeito ativo retarda ou deixa de praticar ato de ofício, indevidamente, ou quando o pratica de maneira diversa da prevista no dispositivo legal, a fim de satisfazer interesse pessoal. Cf. Código Penal do Brasil, artigo 319.

<sup>420</sup> Declarações públicas dadas pelo procurador Pedro Durão, então presidente da APESE em 02/08/2012. Disponível em [http://www.nenoticias.com.br/71978\\_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html](http://www.nenoticias.com.br/71978_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html)

faziam parte de uma “tentativa de pressionar o governo em função de uma agenda de reivindicação salarial”<sup>421</sup>, dando sequência a briga política pública:

Por que o governador não diz que apresentamos um projeto inovador, no qual cortamos custos na própria carne com redução dos cargos de comissão e chefias? Por que ele não diz que fizemos isto justamente por considerar que o foco deve ser o fortalecimento da categoria e que *o modelo atual é pernicioso para todas as classes, visto que o cargo em comissão é uma forma de manipulação dos gestores e só divide internamente as categorias*, favorecendo os interesses dos gestores, mas não do povo?<sup>422</sup> (grifamos)

A categoria não vai abri (sic) mão da redução de custos para os cofres públicos. Pedimos a extinção de seis chefias porque essa estrutura não é necessária e tem causado uma divisão interna entre os colegas. E também não aceitamos que o que foi aprovado seja jogado para uma outra gestão.<sup>423</sup>

Na declaração pública acima transcrita, estava colocada a questão que norteou as clivagens internas no espaço social dos advogados públicos a partir de então: como visto, os cargos da alta hierarquia da PGE são ‘cargos em comissão’ de livre provimento pelo governo; a ascensão a estes cargos, como analisado ao longo deste trabalho, depende do acúmulo de uma série de capitais herdados e adquiridos passíveis de serem acionados nas relações com o poder político, que coloca uns agentes frente aos demais na corrida pela distinção na carreira profissional. Assim, a questão salarial não era “a” questão, mas “uma” questão que se colocou entre o poder político e o grupo de procuradores que não estava de acordo com “as regras do jogo”, ao frustrarem-se as expectativas de mudanças na configuração do seu espaço social com a alternância de poder no governo, tentando um reconhecimento com base no desempenho profissional. O que, obviamente, subverteria as regras de ocupação das posições de poder no campo vigentes até então, conforme já analisado.

A questão não é só o salário, até porque teve aumento, pouco, mas teve. O problema é uns ganharem sempre mais que os outros... Ali (na PGE) são sessenta ‘iguais’... Todo mundo que entrou da mesma forma acha que não pode ser um mais que o outro e é. Tem gente que nunca foi chefe de nada, nunca teve um cargo. Tem gente com mestrado, com doutorado, com duas graduações, que escreveu livro, que cumpre horário, que trabalha direitinho que é sempre só mais um procurador, enquanto tem outros que já entraram “por cima”, sempre ocupando cargo, entra governo, sai governo...A grande briga com o governador não foi por que não deu aumento ou por causa do

<sup>421</sup> Declarações do governador Marcelo Déda Chagas em 02/08/2012. Disponível em [http://www.nenoticias.com.br/71978\\_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html](http://www.nenoticias.com.br/71978_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html)

<sup>422</sup> Declarações públicas dadas pelo procurador José Paulo Veloso em 02/08/2012. Disponível em [http://www.nenoticias.com.br/71978\\_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html](http://www.nenoticias.com.br/71978_procuradores-contestam-declaracoes-de-deda-e-de-benedito.html)

<sup>423</sup> Declarações públicas dadas pelo procurador Pedro Durão, então presidente da APESE. Disponível em <http://www.aspaspb.org.br/noticia.php?id=644>

valor... O 'bicho pegou' porque Déda não recebeu a 'comissão' que formaram para negociar com ele... Procurador quer ser recebido, quer deferência...Foram atrás dele no Palácio de Veraneio e ele mandou dizer que não estava, todo mundo sabendo que ele estava. Ali começou a briga, os 'caras' ficaram com raiva mesmo...Depois o governador mandou dizer que eles passassem a pauta pro Procurador Geral que ele tratava diretamente com ele...Pronto! A raiva foi toda transferida para ele, porque, além de tudo ele era um procurador de carreira concursado igual aos outros, então, por que o tratamento diferenciado?<sup>424</sup>

Do confronto com o governo passou-se a um confronto interno. Em julho de 2013, a APESE convocou uma assembleia para decidir sobre uma paralisação das atividades estando na pauta tanto a questão salarial, quanto a questão da existência e ocupação dos cargos comissionados da PGE. Nas manifestações públicas, os procuradores ora se apresentavam como "defensores dos interesses do governo" e, portanto, merecedores do reconhecimento de sua importância, ora se apresentavam como "defensores dos interesses da sociedade", portanto, merecedores de apoio público. Internamente, não havia consenso quanto aos rumos do movimento, portanto, sem a adesão de todos os agentes.

A greve é um direito constitucional, por isso estamos em greve desde as 7 horas de hoje, mas vamos manter 30% do efetivo trabalhando. Isso acarretará a lentidão dos processos de proteção ao patrimônio e recuperação de tributos...

(...)

Sergipe estava para os procuradores nacionais como um Estado bem posicionado, mas hoje a realidade é diferente. Temos Sergipe e Paraíba que estão em um processo de reconhecimento da carreira de procurador. Observo que o relevante é o processo do reconhecimento da carreira dos procuradores como uma função essencial para o Estado. O procurador viabiliza a política pública do governo eleito, mas essa é apenas uma das funções relevantes do procurador que faz a defesa do Estado como um todo...

(...)

A categoria apresentou um projeto que contempla a redução de custos operacionais dentro da própria Procuradoria Geral, reduzindo-se o número de cargos comissionados, bem como o valor da gratificação em torno de 50%. Somos advogados da sociedade, por isso, estamos preocupados com o grande número de comissionados...

(...)

...um dos principais pontos da categoria consiste na redução do valor do complemento dos subsídios que hoje são pagos os procuradores detentores da função de chefia e assessoria. Já nesta reunião houve uma sinalização do governo pela aceitação desta demanda e, por sua vez, propôs a redução de 50% do valor atualmente pago...<sup>425</sup> (grifamos)

<sup>424</sup> Trecho de uma entrevista concedida por um procurador da ativa (Procurador A) em 24 de abril de 2014, resguardado o sigilo das declarações conforme solicitado.

<sup>425</sup> <sup>425</sup> Declarações públicas dadas pelo procurador Pedro Durão, então presidente da APESE em 14 de agosto de 2013, disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=147990>

Dois dias depois da deflagração da greve, o governo concordou em reduzir os custos com cargos comissionados na PGE e prometeu a progressão de ascensão vertical na carreira (mudança de classe) para o ano seguinte e os procuradores retornaram as atividades. Na visão de um procurador integrante do movimento, as medidas representavam uma “vitória” para a categoria; na de um outro que não participou e que integrava o grupo conservador, não.

A greve foi suspensa porque o Governo acatou o pleito da categoria e vai extinguir quatro cargos de chefia (...) e baixar a gratificação de 20% sobre o valor do subsídio para 10%, o que significa um corte de 50% nas despesas. Essa foi uma vitória da unidade liderada pelo procurador Pedro Durão e foi uma resposta para a valorização da categoria e das contas públicas do Estado...<sup>426</sup>

\*\*\*\*

Onde já se viu um pleito de uma categoria profissional que luta para baixar salário? Alguém já viu isso? Não está claro que a questão é ocupar/não ocupar cargos? Ou, quem não ocupa quer prejudicar quem ocupa?.. Pois foi essa a ‘luta’ da associação profissional dos procuradores, minha filha... Foi isso: p-o-l-í-t-i-c-a...Depois querem posar de ‘bons moços’ de que estão lutando por isso e por aquilo.A briga é de vaidades, é a ‘fogueira das vaidades’...Querem ‘sentar na janela do ônibus’ e se não sentam, querem tornar ‘a viagem dos outros desconfortável’...

4.2.2. A formação de grupos no espaço político da Procuradoria Geral do Estado:

Tendo em vista o itinerário das disputas externas da PGE com o governo que levou às clivagens internas e considerando o diagrama abaixo como uma representação esquemática das possíveis configurações dos grupos que se formaram, percebe-se a indefinição desses agentes quanto aos limites das fronteiras simbólicas que demarcam os espaços e as identificações profissionais comuns.

<sup>426</sup> Declarações públicas dadas pelo procurador Marcos Póvoas em 16 de agosto de 2013, disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=148093>

### Diagrama 1

Formação de grupos entre os procuradores e posições assumidas a partir de 2009



Fonte: Autor

O grupo político (A) é integrado pelos agentes mais antigos da instituição, que iniciaram suas atividades na condição de agentes de confiança de políticos e é representado por um número pequeno de procuradores remanescentes e de outros que integram funções comissionadas na PGE sem a necessidade de vínculo efetivo. Essas trajetórias evidenciam o alto valor simbólico do diploma de bacharel em direito (resquícios do bacharelismo) e o peso das relações sociais e políticas em termos de prestígio social. No tocante ao movimento liderado pela APESE, os integrantes do grupo assumiram uma posição de neutralidade, sem fazer adesão nem mesmo participar do movimento. Possuem o entendimento que na atividade que desenvolvem prestam serviços técnicos a políticos profissionais e assim acumulam capitais políticos e outros recursos como relações de amizade, confiança e fidelidade, que alimentam as relações de reciprocidade, mantendo a sua vinculação estrita ao espaço político, pelo exercício de suas funções técnicas especiais. Não há entre eles aspirações por mudanças institucionais, nem se colocam contra elas, mas criticam a posição atual da APESE por se sentirem "prejudicados".

Essa associação não representa interesse de categoria nenhuma, 'eles' estão usando isso para promoção pessoal. Tem um monte de procurador

aposentado que precisa propor ações individuais para pleitear direitos legais se quer vê-los reconhecidos, porque a APESE nem toma conhecimento. A APESE hoje é uma panelinha, diferente de quando foi criada...Fizeram essa confusão toda com o governo na imprensa pra baixar cargo de comissão e ganhar uma promessa de ascensão vertical, ou seja, era uma luta da "farinha pouca o meu pirão primeiro"...E os aposentados? E a situação de quem vai se aposentar?<sup>427</sup>

Em oposição ao grupo político (A) está o dos “profissionais” (B), formado pelos agentes com entradas mais recentes no espaço social dos procuradores, selecionados por concurso e com pouca ou nenhuma inserção em redes de relações sociais e/ou políticas que possam ser utilizadas em sua trajetória profissional. Veem a sua função no Estado como uma atividade estritamente profissional, isenta e independente. As aspirações básicas do grupo são a progressão vertical na carreira (que representa apenas ganhos salariais) ou ainda ascensão a outras carreiras jurídicas com maiores ganhos e prestígio, através da preparação para outros concursos públicos. Apoiam o movimento encabeçado pela APESE para a "profissionalização" da carreira, ainda que não necessariamente tenham uma participação efetiva, por entenderem que se trata de defender o "interesse público" ao se estabelecerem fronteiras explícitas com o poder político, dotando de autonomia a instituição e impondo o respeito ao cargo que ocupam. Os integrantes desse grupo, como os do grupo político (A), mantêm-se em posição neutra, aguardando o desenrolar dos fatos, ainda que por motivações diversas.

O governador tem que entender que a Procuradoria é essencial para o governo. Sem os procuradores ele não faz nada. Tem que haver um respeito maior pelos procuradores...Não é concebível a gente ganhar o mesmo que um auditor, por exemplo, já que nós cuidamos de tudo do Estado, inclusive do Fisco. A categoria precisa mesmo aprovar as emendas que estão em tramitação e a mudança tem que começar pelos Estados. Acho louvável o trabalho que o presidente da APESE vem desenvolvendo e espero que a Associação nos represente e melhore as nossas condições de trabalho, embora eu me reserve o direito de não participar dessas ações públicas, mas é uma questão minha.<sup>428</sup>

O grupo dos profissionais-políticos (C) é formado por agentes que transitam entre o espaço jurídico e o político com equilíbrio de investimentos, mantendo-se vinculados as suas atividades profissionais, ainda que persistam com destaque nos dois espaços, mesmo diante da progressiva diferenciação do primeiro com relação ao

<sup>427</sup> Entrevista de um procurador integrante do grupo (A) conforme classificado nesta seção, concedida em 29 de agosto de 2014.

<sup>428</sup> Entrevista concedida por uma procuradora integrante do grupo (B), conforme a classificação acima, em 19 de agosto de 2013, resguardado o sigilo da fonte.



segundo. Eles entendem que a função que ocupam possui um viés político, embora reconheçam que a lei lhes impõe regras que estabelecem os limites da relação. Ocupam primordialmente os espaços de convergência entre os capitais político e jurídico. Elaboram estratégias e reconvertem os amplos recursos que detêm para manter ou ampliar as suas posições no campo e não acreditam que haja a necessidade de mudanças na estrutura de seu espaço profissional em virtude da própria natureza da função. Internamente fazem oposição ao grupo dos políticos-profissionais (D), embora mantenham a imagem pública de coesão, se restringindo de emitir opiniões negativas sobre o movimento, especialmente em manifestações oficiais ou públicas.

Não existe isso de não ter "política". A política existe em qualquer lugar, no Judiciário, no Ministério Público... A questão não é essa. Fica essa conversinha de que tem que ser assim ou assado. Não existe isso: procurador é advogado do governo, defende política pública de governo em qualquer lugar do mundo. Como vai funcionar uma administração com procurador contra governo agindo como órgão de controle? Órgão de controle é Ministério Público e Tribunal de Contas, a gente defende...Os "caras" ficam aí só criando caso para aparecer na mídia, rapaz (...) Dê cargo pra eles no governo pra ver se eles não querem? Agora ficam aí, cheios de discurso...<sup>429</sup>

Por fim, o grupo dos políticos-profissionais (D) que são os agentes que defendam a "profissionalização" da carreira como uma forma de estabelecer fronteiras com o poder político, se utilizando da capacidade de mobilização dos pares, das ações engendradas "em prol do movimento" e da exposição na mídia como instância de consagração, a fim de acumularem capital de notoriedade que possa ser, *a posteriori*, devidamente reconvertido na ocupação de posições de poder e prestígio dentro do espaço social<sup>430</sup>.

Em qualquer carreira jurídica o Chefe da instituição é minimamente escolhidos entre os pares, só na carreira de procurador é que se vê gente de todo tipo colocada como Procurador Geral. Tem gente aqui de muito valor, que conhece tudo da instituição e que do jeito como a regra está posta nunca vai poder nem sequer disputar essa posição...Nós queremos dar a nossa contribuição para a atividade profissional e para isso não pode depender da política não. Tem que ser por eleição, tem que deixar que a gente escolha pelo menos a lista tríplice pra ser encaminhada ao governador. Só assim a instituição vai ter independência, não vai ter baixar a cabeça...Hoje, o PGE (Procurador Geral) é assessor do governador, então ao invés de vestir a camisa do procurador, ele veste a camisa da gestão...e passa por cima do procurador. Avoca processo, desfaz parecer...É o que queremos acabar.<sup>431</sup>

<sup>429</sup> Entrevista concedida por um procurador integrante do grupo (C), conforme a classificação acima, em 19 de agosto de 2013, resguardado o sigilo da fonte

<sup>430</sup> Segundo Almeida, os dados das trajetórias de membros da elite jurídica indicam a importância do associativismo corporativo para a definição das estruturas de poder no campo político da justiça, ao produzirem um tipo de capital simbólico específico, o capital político-associativo. Ver ALMEIDA, Frederico N.R. (2010), p.194/195.

<sup>431</sup> Entrevista concedida por um procurador integrante do grupo (D), conforme a classificação acima, em 15 de agosto de 2014, resguardado o sigilo da fonte

Nesse sentido, pode-se sugerir pela análise dos grupos que a divergência de interesses e visões a respeito da identidade profissional podem ser atribuídas à diversificação do espaço social, especialmente após 1990, quando a expansão do ensino jurídico aliada a universalização das regras do concurso fez entrar nesse campo agentes de origens geográficas diversificadas e conseqüentemente com diferentes formas de socialização, bem como com uma distribuição desigual dos capitais tradicionalmente necessários para se ter uma carreira considerada exitosa. Como expressa Bonelli<sup>432</sup>,

Embora o pertencimento a carreiras venha acompanhado de fronteiras simbólicas que demarcam campos e identificações comuns, dando coesão aos grupos profissionais quanto a aspectos de sua prática e a normas que a orientam, isto não os unifica em torno da concepção que tem de como estas atividades devem ser significadas e simbolizadas.

É a partir da observação das interações desses grupos formados (A,B,C,D) que se pode notar a existência de maior tensão entre aqueles que estão em posições de poder e disponham de maior capital social com relação aos que buscam produzir e mobilizar recursos para disputar tais posições, ou seja, o nível de tensão é maior e mais evidente entre os grupos C e D (diagrama1). Isto reforça a noção de que a proximidade de interesses somada a posse desigual de recursos aumenta a disputa entre os agentes de um mesmo grupo profissional por mudanças na lógica de estruturação do seu espaço social. Já aqueles que possuem interesses diversos e não conflitantes (grupos A e B), embora também possam ser desprovidos de capitais necessários para ascensão no campo (grupo B), não assumem posição de combate, o que é possível detectar em função da forma mais amena como os entrevistados e observados se referem aos membros dos outros grupos em posição de fronteira (C e D).

#### **4.3. PARA VELHOS CONFLITOS, UMA NOVA ORDEM: A POLÍTICA DA INSTITUIÇÃO.**

As reivindicações da Associação de Procuradores que orbitaram no discurso institucional, inicialmente, na definição de fronteiras entre o poder político e o espaço

---

<sup>432</sup> Cf. BONELLI, Maria Glória. **Ideologias do profissionalismo em disputa na Magistratura Paulista.** Sociologias, v.13, 2005, p.111.

social dos procuradores, resumiram-se, por fim, na exigência da redução dos cargos comissionados da instituição e na concessão de progressão vertical para os procuradores. No entendimento do movimento, o modelo de distribuição dos cargos em comissão "é pernicioso para todas as classes, visto que o cargo em comissão é uma forma de manipulação dos gestores e só divide internamente as categorias"<sup>433</sup>. Com a redução e a possibilidade de outros procuradores mudarem de classe e alterarem salários, o movimento entendia que reduziria o grau de "manipulação política" do governo e acabaria com a "divisão" interna. O movimento declarou vitória.

Em 2014, a APESE volta a organizar novo movimento grevista da categoria contra a decisão do governo de criar um cargo de procurador no âmbito de uma fundação pública, com salários iniciais superiores aos dos procuradores do Estado e com a possibilidade de um membro da PGE ocupá-lo interinamente em comissão, por livre nomeação.

É uma advertência principalmente para chamar a atenção do governo que está tentando criar o cargo privativo de procurador com remuneração superior aquele que exerce as mesmas funções de procurador para a Fundação Renascer.<sup>434</sup>

Os procuradores adesistas do movimento consideravam que o governo voltava a interferir na organização da carreira, criando espaços privilegiados na estrutura do campo profissional, para ser provido segundo a lógica tradicional que regeu as nomeações para espaços de poder e prestígio até então em Sergipe, pois havia solicitado a indicação de um procurador de carreira para assumir o cargo, tendo sido indicado Arthur Cezar de Oliveira Borba. Novamente, o grupo mostrou resistência e ocupou a mídia para fazer oposição à política do governo.

Nas atas da reunião do Conselho Superior da PGE do período, ficam evidentes os embates internos travados pelos membros dos grupos C e D. Na reunião de 27 de maio de 2014, quando se discutia também a solicitação de remoção interna de outros procuradores para vagas em procuradorias especializadas, toda a pauta estava sendo travada pela discussão em torno da questão da ocupação da vaga criada na entidade fundacional do Estado, pelo Governo, para ser provida por um procurador que iria assumir a chefia e acumular proventos. Até então, a APESE havia se mobilizado no sentido de conseguir a adesão dos procuradores a um compromisso de não aceitar a

<sup>433</sup> Manifestação pública do procurador José Paulo Veloso, já citado anteriormente.

<sup>434</sup> Declarações públicas dadas pelo procurador Pedro Durão, então presidente da APESE em 04/06/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/06/procuradores-de-sergipe-fazem-paralisacao-de-24-horas.html>

indicação para o cargo, sem conseguir a unanimidade, gerando um desconforto institucional para o indicado que, segundo consta na ata, enviou um email informando que não aceitaria o cargo por "motivos pessoais". Há também a menção de um compromisso da presidência do Conselho em demover o Poder Executivo da ideia de manter o cargo nas condições que se apresentava. Em contrapartida, ao mesmo tempo consideram a possibilidade de o governo manter a sua posição e tentam, portanto, criar uma regra para a indicação que tanto exclua o indicado anterior da disputa como abra a possibilidade da disputa para outros procuradores *outsiders*.

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DATA: HORÁRIO: LOCAL: 27 de maio de 2014 14:30 Sala de Reunião do Gabinete do Procurador-Geral

1. APRECIÇÃO DE REQUERIMENTO FORMULADO PELO PROCURADOR SAMUEL OLIVEIRA ALVES NA 119ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA. Abrindo as deliberações acerca do primeiro ponto de pauta, informou Presidente do Conselho que procurador assistente Arthur Borba, através de e-mail, apresentado todos na ocasião, comunicou que não teria interesse, *por razões pessoais*, em ocupar cargo de coordenador jurídico da Fundação Renascer.

O Presidente do Conselho determinou a juntada da referida manifestação nos autos do processo de remoção, referente ao item da pauta. Ainda em consideração ao ponto da pauta, Procurador-Geral, *diante das impugnações feitas pela classe através da APESE, respeito da necessidade de melhor se discutir criação os contornos de um cargo de coordenação jurídica afeto Administração Indireta privativo da carreira, anunciou seu compromisso de não efetivar indicação de nome destinado ocupar referido cargo junto Fundação Renascer*, providenciando envio de ofício à chefia do Poder Executivo recomendando revogação do dispositivo de Lei referido, para que questão seja discutida amadurecida pela categoria. Ponderou, ainda, da necessidade do Conselho estudar uma solução para pedido de suporte jurídico formulado pela Fundação Renascer, nos moldes do que fora realizado em relação ao Sergipe Previdência, com urgência necessária. Presidente da APESE solicitou palavra para dizer que endossava requerimento do Procurador Samuel Oliveira. Em seguida, após debates, os demais membros do Conselho Superior corroboraram compromisso e a solicitação firmadas pelo Procurador-Geral, com orientação de que Chefia do Executivo fosse informada desse encaminhamento. Diante da provocação feita oralmente pelo Procurador Marcus Póvoas, *Conselho concluiu que, na hipótese eventual da Chefia do Executivo optar por preencher referido cargo, Ônus seria suportado pela Especializada de origem do procurador indicado*.

Firmado esse conjunto de deliberações, Procurador Samuel Oliveira concordou em retirar seu pleito de sobrestamento do processo de remoção (grifamos).<sup>435</sup>

Embora o Poder Executivo tenha aceitado o pleito anterior da associação e reduzido o número de cargos de chefia da PGE, utilizava-se agora de outras estratégias administrativas e legislativas para distribuir pela estrutura burocrática do Estado outros cargos de mesma natureza, que pudessem ser acessados pelos procuradores através das

<sup>435</sup> Disponível em [http://www.pge.se.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Ata-da-120\\_-Reuniao-Extraordinaria.pdf](http://www.pge.se.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Ata-da-120_-Reuniao-Extraordinaria.pdf)

indicações e "livres nomeações" do poder político central. A perspectiva de nova mudança na composição dos cargos de poder e prestígio, na nova gestão, acirrou os ânimos entre os grupos e fez ressurgir as disputas pela ocupação de posições hierárquicas na estrutura do espaço social comum.

Quando o vice-governador assumiu de vez o governo, surgiu uma nova oportunidade de mudança nas "cadeiras" da PGE. Aí a 'turma da encrência' voltou com força, mas já sem o mesmo poder de mobilização, porque todo mundo já estava sabendo que não ia dar em nada mesmo..."Ninguém governa governo"...Mas era uma chance boa e começou a mobilização..Ano de eleição, o governo preocupado com a imagem...Todo mundo esperando o resultado e se articulando...Uns correram para se alinhar com a oposição achando que Jackson perdia (Jackson Barreto, atual governador), outros se armando com o governador e outros fazendo barulho pra ver se sobrava alguma coisa para eles...<sup>436</sup>

Seguindo a lógica de estruturação do espaço de poder da advocacia pública sergipana, e de acordo com as informações de um informante ligado ao poder político, às vésperas das eleições e sob as expectativas de mudanças ou continuidades no governo, alguns procuradores mobilizavam recursos e estabeleciam alianças com a finalidade de se colocarem na disputa pela ocupação dos cargos de poder da instituição. Ainda que o estabelecimento de fronteira com o espaço da política tenha sido uma bandeira institucional, a persistência da lógica tradicional de estruturação do espaço social levou os procuradores a "aderirem às regras do jogo".

A alternância das estratégias e as reconversões tiveram o objetivo de acessar, manter ou ampliar o poder no campo, a depender da posição que cada agente que entrou na disputa ocupava inicialmente. Fazer ou manter alianças políticas, redefinir papéis institucionais ou utilizar-se de instâncias de consagração são exemplos dos recursos acionados para jogar o jogo. Cumpre observar, que a proximidade com o período de mudanças na "dança das cadeiras" da chefia fez com que os procuradores voltassem a adotar publicamente o "papel" de "defensores do governo e das políticas públicas", tão contestado anteriormente:

RC – Qual o papel do Procurador do Estado?

AV - A PGE é um ente público, de matriz constitucional, cuja missão é a de prestar *consultoria jurídica e representar administrativa e judicialmente o Estado de Sergipe, de modo a concretizar a missão estatal de realizar as políticas públicas eleitas pelo povo*. A visão do Procurador é a de ser referência nessa consultoria e representação, consolidando os valores constitucionalmente consagrados, tais como: o resguardo do interesse

<sup>436</sup> Entrevista dada por um alto funcionário(1) do governo à época da greve, resguardo o sigilo da fonte por solicitação.

público, a legalidade, a moralidade, a ética, a eficiência e a economicidade. (grifamos)<sup>437</sup>

Além disso, o Conselho da Procuradoria, no último mês de 2014, criou um evento consagratório para premiar um rol de personalidades políticas e institucionais com o prêmio da "Ordem do Mérito da Advocacia Pública", como forma de garantir capital de notoriedade ao estabelecerem uma instância de consagração comum tanto para procuradores e advogados, quanto para personalidades políticas, estreitando relações com todos os espaços passíveis de serem ocupados pelos procuradores como forma de ascensão na carreira.

RC – A PGE promoveu esta semana uma Sessão Solene de entrega da Ordem do Mérito da Advocacia Pública. Como se deu a escolha dos homenageados? Este evento acontece com que frequência?

AV – Essa é a primeira edição do evento. O Conselho Superior aprovou, por unanimidade, um rol de personalidades e autoridades a serem ordenadas com a Comenda da Ordem do Mérito da Advocacia Pública, em seus dois Graus: Grau Comendador e Grau Oficial. Para o Grau Comendador receberam a Comenda: Carla de Oliveira Costa Meneses – procuradora do Estado, corregedora-geral da Advocacia-Geral do Estado; Carlos Antônio de Araújo Monteiro – procurador do Estado, chefe da Procuradoria Especial do Contencioso Fiscal; Carlos Augusto Monteiro Nascimento – presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Sergipe – OAB/SE; Cláudio Dinart Deda – desembargador/presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe – TJSE; Edgard D'Ávila Melo Silveira – procurador do Estado aposentado; Jackson Barreto de Lima – governador do Estado; João Alves Filho – ex-governador do Estado e atual prefeito de Aracaju; Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila – desembargador do TJSE aposentado; Marcelo Deda Chagas (in memoriam) – governador do Estado; Maria Angélica Guimarães Marinho presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe; Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça – procuradora de Justiça; Pedro Durão – presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Sergipe; Reinaldo Moura – conselheiro aposentado do Tribunal de Contas, Roberto Eugênio da Fonseca Porto – desembargador do TJ/SE. Para a Comenda no Grau Oficial foram contemplados: Jorge Alberto Teles Prado – ex-secretário de Administração; Jorge Carvalho do Nascimento – presidente da SEGRASE; Luiz Eduardo Oliva – ex-presidente da SEGRASE; Luiz Fernando Ribeiro Soutelo – Imortal da Academia Sergipana de Letras; Saumíneo da Silva Nascimento – secretário de Estado do Desenvolvimento e da Tecnologia; Vera Lúcia de Oliveira – ex-presidente do BANESE. Enfim, há ainda muitos nomes dignos dessa homenagem, à exemplo do ex-governador do Estado Albano do Prado Pimentel Franco, do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Edson Ulisses de Melo; conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Carlos Alberto Sobral de Souza e do atual procurador-geral do Estado Márcio Leite de Rezende, que o Conselho Superior da PGE certamente estará, aos poucos, fazendo esse resgate.<sup>438</sup>

<sup>437</sup> Trecho da entrevista dada pelo procurador do Estado André Vinhas, como representante da instituição, à Revista da Cidade - caderno do Jornal da Cidade em 10/12/2014, destacada no site oficial do governo e disponível em <http://www.pge.se.gov.br/pgese-destaca-suas-atribuicoes-em-entrevista/>.

<sup>438</sup> Trecho da entrevista dada pelo procurador do Estado André Vinhas, como representante da instituição, à Revista da Cidade - caderno do Jornal da Cidade em 10/12/2014, destacada no site oficial do governo e disponível em <http://www.pge.se.gov.br/pgese-destaca-suas-atribuicoes-em-entrevista/>.

Em 2015, o chefe do Poder Executivo estabeleceu as estratégias de composição dos cargos de chefia da PGE, tendo em vista todos os recursos em concorrência na disputa pela sua ocupação:

O governador já reeleito pensou em manter o Dr Marcio na função de Procurador Geral, porque era menos uma coisa para a "turma da encrenca" reclamar...Não dava pra iniciar governo novo com procurador criando caso e também não dava pra fazer tudo que eles queriam... Mas ele não quis e indicou outro procurador de carreira que já era o Sub (Subprocurador). Mas não dava certo, não...Um procurador não respeita o outro...Então, o governo mudou a estratégia: ia trazer alguém de fora, alguém de peso, alguém que eles respeitassem... Então esperou a Desembargadora, doutora Maria Aparecida Gama sair do tribunal na 'expulsória' e trouxe ela para cá. Pronto...Depois, pegou um ou dois encrenqueiros e deu um carguinho de chefia...Precisa ver como mudou...<sup>439</sup>

Para estabelecer um parâmetro de análise das alterações provocadas na estruturação do espaço profissional dos procuradores, no início da pesquisa e antes dos efeitos do movimento corporativo e das clivagens internas com a formação de grupos, a composição dos espaços de poder da Procuradoria Geral do Estado estava assim estabelecida:

---

<sup>439</sup> Depoimento dado por um funcionário do alto escalão do governo, em 11 de junho de 2015, resguardado o sigilo da fonte.

### Quadro 18

#### Quadro demonstrativo da composição dos cargos de chefia da PGE na gestão do Procurador Geral Marcio Leite Rezende

<b>FUNÇÃO</b>	<b>TITULAR</b>
Procurador Geral	Márcio Leite de Rezende
Procuradores Assistentes	André Luiz Vinhas da Cruz Arthur Cezar Azevedo Borba Marcus Cotrim de Carvalho Leo Peres Kraft
Subprocurador*	Conceição Maria Gomes E. Barbosa
Auxiliar do Subprocurador	Edson Wander de Almeida Costa
Corregedor-Geral	Carla de Oliveira Costa Menezes
Procuradores Chefes	Felipe Moreira de Godoy e Vasconcelos Vladimir de Oliveira Macedo Mário Luiz Britto Aragão Carlos Antônio Araújo Monteiro Tatiana Passos de Arruda Pedro Dias de Araújo Júnior Wellington Matos do Ó André Luís Santos Meira

\*Em 2014, Arthur César Azevedo Borba foi nomeado Subprocurador

Fonte: Informações do site oficial da PGE

A partir do novo governo em 2015, a composição da PGE, após as modificações operadas em virtude dos movimentos corporativos pela alteração da estrutura de cargos e como resultado das disputas pela sua ocupação e a concorrência dos grupos, acionando novos e velhos recursos para distinguir-se frente aos demais, passou a ser:



### Quadro 19

#### Quadro demonstrativo da composição dos cargos de chefia da PGE na gestão do Procuradora Geral Maria Aparecida Gama da Silva

FUNÇÃO	TITULAR
Procurador Geral	Maria Aparecida Gama da Silva
Procuradores Assistentes	Guilherme Augusto Marco Almeida Vinícius Thiago Soares de Oliveira
Subprocurador	Carla de Oliveira Costa Menezes
Auxiliar do Subprocurador	-
Corregedor-Geral	Samuel Oliveira Alves
Procuradores Chefes	Eduardo José Cabral de Melo Filho Vladimir de Oliveira Macedo Carlos Antônio Araújo Monteiro Marcio Leite de Rezende Arthur Cezar Azevedo Borba André Luís Santos Meira

Fonte : Autor

Conquanto tenha havido poucas alterações na composição do quadro da chefia da instituição, pois entre os procuradores chefes e a subprocuradoria figuram procuradores que desde gestões anteriores ocupam os cargos de chefia, as mudanças ocorridas são significativas à medida que, de alguma forma, alterou-se em parte a lógica de hierarquização do espaço profissional, como consequência das disputas que envolveu os procuradores estaduais nos últimos anos. No que pertine à ocupação do cargo máximo da instituição, a não ser pela nomeação de uma mulher num lugar predominantemente ocupado por homens, foi mantida a lógica de cooptação dos agentes extrainstitucionais, com estreitas ligações com o poder político, com um histórico de ocupação de cargos públicos e baseando-se em relações de amizade e compadrio.

Quanto aos demais cargos, embora reduzido em números, observamos a "dança das cadeiras" (como dito por um dos entrevistados): houve a manutenção de boa parte dos que tradicionalmente já vinham ocupando estes lugares, trocando-se apenas o lugar. Quanto aos que perderam espaços por conta da redução dos cargos proposta pela APESE e aceita pelo governo, seguiram-se estratégias administrativas e legislativas de acomodação desses agentes em outros espaços da burocracia pública, evidenciando o desejo do poder político em manter o controle da situação e o privilégio dos agentes ligados a ele - ainda que tenha encontrado oposição.

Mas é preciso registrar a ascensão de novos agentes para este espaço como resultado do movimento de um grupo de procuradores por mudanças na estruturação do

campo<sup>440</sup>. Ainda que, segundo informações, a nomeação tenha se dado como uma estratégia do poder político para conter os dissensos institucionais, estes dissensos deram a notoriedade necessária a determinados agentes que conseguiram, com isso, acessar posições para as quais não detinham os capitais "tradicionais".

Este fato deixa evidente que as estratégias acionadas pelo grupo D, interferiu, em alguma medida, na estruturação do espaço profissional dos procuradores, ainda que o resultado tenha sido a incorporação das regras inerentes à posição ocupada pelos novos estabelecidos. Na opinião dos colegas próximos, os antigos *outsiders* passaram a reproduzir as posições e os discursos que tradicionalmente foram defendidos por seus antigos ocupantes. Uma vez situados numa posição do espaço social dos advogados públicos que exige um alto grau de controle sobre a imagem da unidade institucional e a manutenção de boas e estreitas relações com o poder político, incorporaram o "senso do jogo".

#### 4.3.1. Entre Dândis - estabelecidos e *outsiders*: a fisiologia do poder

O revoltado impassível sustenta sem fraquejar o olhar de Deus. "Nada mudará", diz Milton, "esse espírito fixo, esse alto desdém nascido da consciência ofendida." Tudo se mexe e corre para o nada, mas o humilhado obstina-se, preservando pelo menos o orgulho. Um barroco romântico, descoberto por Raymond Queneau, pretende que o objetivo de toda vida intelectual é tornar-se Deus. Esse romântico, na verdade, está um pouco adiantado para o seu tempo. O objetivo era apenas igualar-se a Deus e manter-se no seu nível. Ele não é destruído, mas, por um esforço incessante, toda submissão lhe é negada. O dandismo é uma forma degradada da ascese. O dândi cria a sua própria unidade por meios estéticos. Mas trata-se de uma estética da singularidade e da negação. "Viver e morrer diante de um espelho", esse era, segundo Baudelaire, o lema do dândi. Ele é, na verdade, coerente. O dândi, por sua função, é sempre um opositor. Ele só se mantém no desafio. Até então, a criatura recebia sua coerência do criador. A partir do momento em que consagra sua ruptura com ele, ei-la entregue aos instantes, aos dias que passam, à sensibilidade dispersa. E preciso portanto que ela se reafirme. O dândi forja uma unidade pela própria força da recusa. Disperso, na qualidade de pessoa privada de regra, ele será coerente como personagem. Mas um personagem pressupõe um público; o dândi só pode desempenhar um papel quando se opõe a ele. (Alberto Camus)<sup>441</sup>

<sup>440</sup> Fazemos referência aos procuradores Vinícius Thiago Soares de Oliveira, Samuel Oliveira Alves e Eduardo José Cabral de Melo Filho que assumiram publicamente a posição a favor do movimento dos procuradores, sendo os que mais se posicionaram publicamente em nome dele, além do presidente da Associação Pedro Durão e o procurador Marcos Póvoas.

<sup>441</sup> CAMUS, Alberto. **O homem revoltado - A revolta dos dândis**. Rio de Janeiro:Record, 2011, p.59/60.

Entre clivagens internas e disputas acirradas por posições de poder e prestígio que provocam animosidades entre os membros de grupos de interesses antagônicos dentro de uma mesma instituição, há um cuidado extremo com a preservação de uma imagem pública de unidade corporativa, perceptíveis nas atitudes de evitar tornar públicas as opiniões pessoais ou qualquer outra informação que sugira uma disputa entre os pares. Um claro exemplo disto, foi a recusa sistemática em dar informações para a pesquisa por parte da maioria dos procuradores e a exigência do anonimato ao se fornecer informações tidas como "comprometedoras".

Nos registros de assembleias, busca-se sempre que possível preservar, educada e polidamente, a integridade e a unanimidade de opiniões sobre as decisões "de grupo", ainda que isso importe em prejuízos individuais. Concessões e prejuízos oriundos desses embates ideológicos são sempre reparados pelas estratégias planejadas e executadas nos bastidores que cercam as linhas tênues que os separam do poder político. Jamais se admite oficialmente a "tensão" gerada por todo o confronto e o tabu deste tema só é quebrado em conversas privadas.

Todos os fatos narrados neste capítulo reforçam a hipótese segundo a qual, à despeito de uma ou outra mudança estrutural que venha acontecendo no espaço social dos advogados públicos, há uma persistência do poder político em se manter na condição de organizador das relações de poder permeadas pelas lógicas clientelísticas presentes desde a formação do Estado nacional brasileiro. Contando ainda com a atuação dos agentes do campo, cria-se um espaço de atuação política estruturado e estruturante dentro do espaço social dos advogados públicos, mais facilmente observável quando se analisa a estrutura de capitais e a dinâmica das interações dos grupos e de suas elites, deslocadas de macroprocessos históricos e situadas num processo político conjuntural marcado pela mobilização intensa de seus agentes entre os espaços jurídicos e políticos, em torno de projetos de "reformulação" institucional.

Neste contexto, a análise específica para a compreensão deste processo político e dos resultados dos movimentos em torno da "profissionalização" da advocacia pública é o da existência do "senso do jogo", um processo que foi resultado de uma disputa entre os estabelecidos (grupo C) e os *outsiders* (grupo D), com o objetivo único de confrontar a intenção de fortalecer o poder de "uns" com o desejo de ascensão dos "outros", mas sempre em consonância com as regras já postas do jogo a ser jogado, sem desconsiderar, entretanto, a colaboração dos demais agentes nesse processo histórico.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.** A elite da advocacia pública sergipana, profissionalismo e a (re) produção do poder.

Em um campo, os agentes e as instituições lutam permanentemente para apropriarem-se dos produtos específicos que se encontram em disputa, de acordo com a regularidades e as regras constitutivas deste espaço de jogo (e, em determinadas ocasiões, sobre as regras desse jogo), com distintos níveis de força entre os competidores, e, portanto, com probabilidades muito diferentes de êxito.<sup>442</sup>

Este trabalho teve por objeto o estudo dos mecanismos sociais e culturais implicados no recrutamento e seleção da elite dirigente da advocacia pública sergipana, analisada a partir dos recentes conflitos em torno das alterações das regras de estruturação deste espaço social, especialmente a partir de 2010.

Sem nos preocuparmos com o dever-ser das instituições ou mesmo da política das instituições, mas focando na forma efetiva de sua dinâmica real, direcionamos a pesquisa no sentido de formar instrumentos úteis para uma objetivação das condicionantes do fenômeno em termos sociológicos, sem desconsiderar a importância da reflexão sistemática para o aperfeiçoamento das práticas e das instituições.

Para tal empreitada, recursos analíticos e metodológicos variados foram empregados no sentido de construir uma análise a partir da forma como os agentes em interação e disputa no espaço social determinado se vêem e como concebem as experiências compartilhadas. Com este objetivo em vista, conjugamos a pesquisa documental com as interações diretas da observação participante e a coleta de depoimentos orais, tanto dos indivíduos diretamente envolvidos, quanto dos demais agentes que orbitam em torno do fenômeno social analisado, participando dele em alguma medida.

---

<sup>442</sup> Cf. WACQUANT, J. D. Loic e BOURDIEU, Pierre. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago, The University of Chicago Press, 1992, p.102. (tradução livre)

Neste ponto é importante fazer algumas considerações de caráter metodológico a fim de qualificar os dados apresentados neste trabalho, pois houve uma grande dificuldade na coleta dos dados desta pesquisa, tendo em vista o seu caráter diacrônico. Analisar a constituição da elite dos bacharéis sergipanos, em todo período histórico de sua constituição e institucionalização, exigiu um esforço redobrado para o levantamento e sistematização dos dados catalogados a partir de arquivos de diferentes instituições jurídicas, de informações orais e até mesmo de arquivos pessoais de entrevistados. Esta dificuldade é creditada a ausência de pesquisas (e, conseqüentemente, de literatura) sobre a instituição em questão e também ausência de dados históricos e biográficos minimamente organizados que permitissem ser trabalhados cientificamente. Apesar disto, creio que a pesquisa representa um primeiro esforço no sentido de produzir conhecimento sociológico sobre a trajetória institucional e o perfil da elite dos procuradores de Estado sergipanos.

Partindo de questionamentos atuais dos advogados públicos sergipanos acerca da ingerência "perniciosa"<sup>443</sup> do poder político na dinâmica da estruturação do seu espaço profissional, iniciamos pela análise da participação dos bacharéis na construção do espaço político do Estado nacional em formação - fenômeno denominado "bacharelismo" -, passando pelo processo de diferenciação dos espaços jurídico e político, presente nas alterações legislativas das sucessivas constituições brasileiras, até a definição das carreiras jurídicas em 1988 e o início do movimento pela "despolitização" dos espaços públicos monopolizados pelos bacharéis em Direito.

Embora bastante parcial, essa reconstituição da história social dos advogados brasileiros e sergipanos teve a função de evidenciar que a sobreposição das lógicas inerentes aos campos político e profissional esteve presente desde a gênese da inclusão da *expertise* jurídica como legitimadora do Estado e de suas políticas e que, portanto, pela forma como foi construída a "profissionalização" da atividade do bacharel, esteve apoiada, desde sempre e por disposição dos próprios agentes, no aparato político-burocrático do Estado.

Neste sentido, em Sergipe, seguindo o modelo nacional, a utilização dos serviços profissionais de advogados no âmbito da burocracia pública foi concebida, desde o nascedouro e regularmente assim reproduzido, como uma função auxiliar do governo na implantação de suas políticas públicas, a ele subordinado e a ser executada por profissionais "de confiança", não no sentido da competência profissional, mas no

---

<sup>443</sup> Essa qualificação foi dada por um grupo de procuradores, conforme manifestação pública que reproduzimos no capítulo 4.

sentido da existência de uma relação pessoal estrita, próxima entre os espaços jurídico e político.

Tradicionalmente, portanto, a presença dos juristas na burocracia estatal sergipana foi marcada por um esquema de acomodação de bacharéis oriundos de grupos familiares destacados social e politicamente, com passagem por cargo públicos e/ou políticos importantes e dotados de um amplo capital de relações políticas e sociais que lhes garantiu o acesso às posições de destaque e prestígio na carreira profissional.

Se as referências documentais e bibliográficas sobre o fenômeno do bacharelismo servem para justificar as trajetórias de sucesso da elite dos advogados sergipanos como uma consequência "natural" de suas capacidades profissionais e morais e por conta de seus contributos pessoais para a preservação do "interesse público", o exame acurado das condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução desta elite evidenciou os efeitos da dinâmica histórico-social subjacente ao fenômeno em Sergipe. Assim, utilizando-nos do instrumental de análise disponibilizado pela sociologia de Bourdieu e de pesquisadores inspirados em seus esquemas, buscamos entender as especificidades das regras de recrutamento de uma elite majoritariamente oriunda de um grupo de bacharéis privilegiados pela posse dos capitais valorizados no campo e com pouca (ou nenhuma) mudança ao longo da construção do espaço profissional da carreira do procurador de Estado. Ao se evidenciarem as estruturas destes capitais e o perfil social desta elite - sempre com alguma vinculação ao campo político, - pôde-se apreender a forma pela qual a sobreposição das lógicas da "profissionalização" e da política contribuem para a construção de uma carreira exitosa e para a (re)produção social desta elite.

A conversão dos recursos acumulados e valorizados em trajetórias profissionais bem sucedidas dá-se fundamentalmente através da construção de uma extensa e bem elaborada rede de relações com o poder político e a subsunção à lógica do clientelismo e da patronagem. Associando a posse do diploma a uma seleção "meritocrática" de regras frouxas presa a critérios subjetivos como "notável saber jurídico" e "reputação ilibada" - que relaciona o mérito do candidato a sua origem social, experiência profissional e pertencimento a uma determinada classe-, os mecanismos de seleção desta elite não obedecem a critérios que garantam iguais oportunidades aos agentes em disputa, que se restringem à medida que se relacionam a origens sociais e trajetórias pessoais dos candidatos.

Contudo, embora não se possa excluir a possibilidade de ascensão de um agente que tenha acesso à carreira pelo sistema de seleção "meritocrática" dos

concursos, como se evidenciou em alguns casos analisados, a legitimação da competência técnica é, sempre em alguma medida, associada às relações de amizade, compadrio, pertencimento familiar ou contatos privilegiados com agentes políticos.

Neste panorama, um dos aspectos mais centrais dos mecanismos de regulação do espaço social dos advogados públicos sergipanos é manutenção e permanente renovação de uma rede de relações sociais e políticas que se rege por lógica própria e que persiste desta forma mesmo após as medidas legislativas implantadas no sentido de coibir esta influência determinante, pela Constituição de 1988. O perfil social dos membros da elite dirigente da advocacia pública sergipana e os mecanismos de ocupação dos cargos superiores evidenciam a indistinção das fronteiras entre o profissional e o político, o que leva os agentes a fazerem maiores investimentos na aquisição de capital político e na inserção em redes de relações importantes, mais do que investimentos em aperfeiçoamento profissional.

Por conta disto, os recentes conflitos dos advogados públicos não orbitam especificamente em torno do estabelecimento de regras objetivas de progressão funcional por mérito pessoal, seguindo mais no sentido do acionamento de estratégias que possibilitassem a acumulação de capital de notoriedade frente ao campo político e que pudesse ser reconvertido em possibilidades de ascensão profissional. Os embates com o poder público, a manipulação da imagem institucional na mídia, a alteração dos papéis dos procuradores com relação ao Estado nos discursos associativista-corporativo levado a público serviram para dar maior visibilidade política a agentes desprovidos dos capitais e recursos valorizados no campo, que passaram, então, a serem "percebidos" e "considerados" pelos poder político central em suas estratégias de distribuição e organização do poder na estrutura burocrática da administração pública.

A mudança de posição de alguns desses agentes, que se articularam corporativamente através da associação profissional, marcou o surgimento de novos capitais e recursos passíveis de serem acionados na luta por distinção em relação aos demais, muito embora não se possa afirmar que tenha promovido mudanças significativas no "senso do jogo". Mas, ainda que pequenas e pontuais, essas transformações permitiram uma nova modalidade de composição da carreira pela acumulação do capital político decorrente desse associativismo corporativo, que gerou um tipo específico de notoriedade.

Ao produzirem novos discursos acerca do papel institucional da profissão que os situaria fora e acima do Poder Executivo (do ponto de vista da importância para a sociedade na preservação do "interesse público"), o grupo de procuradores que se

engajou nessa "luta corporativa" concentra os indivíduos desprovidos dos recursos sociais e políticos valorizados, cujos trajetos profissionais se fixaram sobremaneira no acúmulo de competências escolares, sem qualquer utilidade prática na disputa pelos cargos da mais alta hierarquia institucional. Por outro lado, subjacente aos elaborados discursos sobre os novos papéis dos advogados públicos estavam os fundamentos de uma "luta corporativa" assentada unicamente numa oposição aos privilégios tradicionalmente distribuídos a um grupo de procuradores dotados dos recursos mais valorizados no campo, ou melhor dizendo, numa oposição à lógica da (re)produção histórica da elite dirigente da instituição.

Todavia, apesar de terem conseguido legitimar um novo tipo de capital, uma observação mais atenta da composição da elite dirigente formada após o período dos conflitos institucionais e a mudança do governo revela a permanência, em grande medida, das velhas disposições que moldaram, e continuam a moldar, as "preferências" do poder político na seleção do perfil dos agentes recrutados para fazer parte da elite. Assim, as recentes alterações na distribuição dos cargos de poder, como resultado dos conflitos internos dos advogados públicos sergipanos e de estratégias políticas para restabelecer as relações institucionais com o poder público, não tiveram o condão de alterar uma lógica que se opera nesse espaço desde a formação do aparato burocrático do Estado, em Sergipe.

A inserção em redes e a existência de relações pessoais ligadas ao poder político continua sendo um dos principais critérios de seleção da elite institucional, mesmo numa época em que prevalece o discurso da "profissionalização" das carreiras jurídicas, dentro de organizados e abrangentes movimentos associativistas, com ampla mobilização e acesso e influências dentro do Poder Legislativo.

Por outro lado, ainda que seja possível observar mudanças na composição da elite dirigente da instituição, com a ascensão de agentes até então *outsiders*, também é possível perceber que a ocupação dos cargos de chefia, "de confiança", funciona intrainstitucionalmente como "símbolo de distinção", implicando a incorporação de um *ethos* inerente ao exercício das tarefas de comando. Desta forma, a ascensão dos procuradores *outsiders* a cargos de chefia não significou alterações substantivas na forma de estruturação do espaço social em tela, haja vista que foram mantidas e estreitadas, inclusive por estes novos chefes, as simbióticas relações com o poder político que permitem acumular e (re)produzir os mesmos capitais tradicionalmente valorizados na composição de sua elite.



Obviamente e por fim, não se pode negar a possibilidade de uma consolidação de um espaço profissional diferenciado do espaço político a partir do crescimento do ativismo associativo-corporativista e de alterações legislativas que formalizem e padronizem critérios de progressão na carreira e na composição da elite dirigente. É possível que a sucessão geracional e a crescente diversificação social contribuam para mudança nas estruturas de capitais verificadas entre as "velhas" elites, superando as barreiras políticas e sociais que delimitam o espaço profissional dos advogados públicos sergipanos.

Os efeitos dessa diversificação social e demográfica dos grupos profissionais tenderão a ser, progressivamente, o móvel dos conflitos no interior do campo e, nesse sentido, "as mudanças efetivamente observáveis (...) dependerão sempre da correlação de forças de elites e contra elites nas lutas da política..."<sup>444</sup>, que exige de seus membros a capacidade de combinar as suas *expertises* com origens notáveis, capitais de relação e militância política para vencer o jogo, aprofundando as contradições presentes entre as ideologias da profissionalização e meritocracia no serviço público com a forma como ocupam os espaços de poder, mantendo-se por décadas destacados nos diferentes espaços sociais e sendo reconhecidos, entre si e pela sociedade, como dotados de uma competência que os tornam o que são: membros de uma elite.

---

<sup>444</sup> Cf. ALMEIDA, Frederico N.R. (2010), op. cit., p.306.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia de referência teórico-metodológica

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988
- ALMEIDA, Frederico de. **As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira**. Revista de Sociologia e Política, v.22, n.52, p.77-95, 2014
- ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese de doutoramento. USP: São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, Frederico Normanha. **A Advocacia e o acesso à justiça no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2005 p.44-4; BAETA, Herman Assis (Coord.). **História da Ordem dos Advogados do Brasil: criação, primeiros percursos e desafios (1930-1945)**. Brasília:OAB – Ed. 2003, v.4;
- ANDRADE, Adailton. **Elite política em Rosário do Catete-SE: uma análise da trajetória de Leandro Maynard Maciel (1930-1975)**. <http://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/10/elite-politica-em-rosario-do-catete-se.html>.
- ANDRADE, Oswald. **Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924)**. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1978
- ANJOS, José C.G. dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 1998
- AXT, Gunter. **O Ministério Público no Rio Grande do Sul - Evolução Histórica**. Porto Alegre: Corag, 2001
- BADIE, B. & HERMET, G. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993
- BADIE, Bertrand. **L'État importé:essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique**. Paris:Fayard, 1992
- BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Direitos Humanos, mas como? **Cadernos do NAJUP**. n. 1. nov/2006
- BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- BARRETO, Lima. **Os bruzundangas (1923)**. 5.ed. Rio de Janeiro:Ediouro, 1997

- BARRETO, Luiz Antonio. **Gonçalo Rollemberg Leite**. Disponível em [http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=53437&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=53437&titulo=Luis_Antonio_Barreto) e
- BARRETO, Luiz Antonio. **História do Poder Judiciário em Sergipe**. ENERGISA:Aracaju, 2008
- BASTOS, Aurélio Wander. **A ordem dos Advogados e o Estado Democrático no Brasil**. Tese de Doutorado. IUPERJ-UCAM, Rio de Janeiro: 2007;
- BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2000
- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007
- BONELLI, Maria da Gloria. **O Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Estado: profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no Estado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, nº 39, 1999;
- BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo e Política no mundo do Direito: a relação dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002;
- BONELLI, Maria Glória. **Ideologias do profissionalismo em disputa na Magistratura Paulista**. Sociologias, v.13, 2005
- BOUDIEU, Pierre. **Champ du pouvoir et division du travail de domination**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 2011/5, n. 190, p. 126-139
- BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis:Vozes, 2015
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A e Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis:Vozes, 2015
- BOURDIEU, Pierre. **As duas faces do Estado**. Le Monde Diplomatique Brasil. [www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080](http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080). Acesso em 23 de fevereiro de 2012
- BOURDIEU, Pierre. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, Loic (Org.). **O Mistério do Ministério - Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro:Revan, 2005
- BOURDIEU, Pierre. Épreuve scolaire et consécration sociale. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. Paris, n.39, p.3-70, 1981
- BOURDIEU, Pierre. La Representation politique; Éléments pour une théorie du cham politique.In: **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, (36/37), fev, 1981

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Còllege de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- BOURDIEU, P. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 2015
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. . In: NOGUEIRA, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino..** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Elites políticas e intelectuais no Brasil: condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)**. Tese de doutoramento em Ciência Política. UFRS: Porto Alegre, 2015.
- CABRAL, Núria Micheline Meneses. **O ensino jurídico no Brasil em tempos liberais: adeus a formação de bacharéis**. Universidade Católica de Goiânia. Dissertação de Mestrado, 2008
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, José Murilo. **A república do empenho: Rui Barbosa e o clientelismo**. Rio de Janeiro, 1998
- CHARLE, C. **Les Élités de la République, 1880-1900**. Fayard: 1987
- CHARLE, Christophe. Les Elites de la Republique Revisitado. In: TOMO, PPGCS:UFS, n.13, jul/dez 2008, p. 16-42.
- COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORADINI, Odaci L. “Grandes Famílias” e Elite “Profissional” na Medicina no Brasil. Cadernos de Ciência Política, Porto Alegre (2), UFRGS, 1995
- CORADINI, Odaci L. **A Formação da Elite Médica no Brasil e seu Recrutamento: confronto com o caso francês**. Cadernos de Ciência Política, Porto Alegre (11), UFRGS, 1998
- CORADINI, Odaci L. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, nº 43, jan/abr. 2010 CRUZ, Marcia Therezinha

J. Oliveira. **Intelectuais e Docência: Professores Fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe (1950)**. Artigo publicado no XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH, Natal:2013.

CORADINI, Odaci Luiz **Formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação**. Estudos Históricos, n. 35, Rio de Janeiro, 2005

CORADINI, Odaci Luiz. **Grandes Famílias e Elite ‘Profissional’ na Medicina no Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. III (3), Rio de Janeiro, 1997a.

CORADINI, Odaci Luiz. **O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. IV (2), Rio de Janeiro, 1997b.

CORADINI, Odacir L. **Elites e Grupos Dirigentes no RS: estudos recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

DANTAS, Humberto. O bacharel em Direito como homem público brasileiro. **Revista Mediações**, Londrina, v.8, n.1, p.25-46, jan/jun.2003

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 – partidos e eleições num Estado autoritário**. São Cristóvão:Ed.UFS, 2014

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República(1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004

DANTAS, José Ibarê Costa. **A revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo: Cortez, Aracaju: UFS, 1983

DANTAS, José Ibarê Costa. **A revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo: Cortez, Aracaju: UFS, 1983

DANTAS, José Ibarê Costa. **Eleições em Sergipe - 1985/2000**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DEZALAY, Yves e GARTH, Bryant. **The internationalization of Palace Wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American State**. Chicago: The Chicago Series. Law and Society. April, 2002.

DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'international: héritiers cosmopolites, mercenaires de l'imperialisme et missionnaires de l'universel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 151- 152, p. 5-35, mar. 2004.

DEZALAY, Yves; GARTH, B. L'imperialisme moral. Les juristes et l'imperialisme américain (Philippines, Indonésie). **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, v. 171-172, p. 40-55, mar. 2008  
DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

- DINIZ, Marli. **Os donos do saber. Profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001.
- ]
- ENGELMAN, Fabiano. Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.39, 2006
- ENGELMAN, Fabiano. **Elites e “instituições” como objeto de estudo numa dinâmica periférica**. Teoria & Pesquisa, v. 17 p. 67-84, 2008
- ENGELMAN, Fabiano. **Estudando e definindo elites jurídicas**. Paper apresentado no Colóquio Elites História e Método, PPG História PUCRS, nov. 2011
- ENGELMANN, Fabiano. **A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2001
- ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS. 2004
- ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006
- ENGELMANN, Fabiano.. Questões para o estudo de “elites de Estado”: caso representativo dos juristas. In: CORADINI, O.L. (org.) **Estudos de grupos dirigentes do Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- ENGELMANN, Fabiano. **O poder político dos bacharéis**. Publicado em 29 de maio de 2015, disponível em: <http://jota.info/o-poder-politico-dos-bachareis>
- ENGELMANN, Fabiano. Da política para o direito: a dimensão "profissional" e "intelectual" na estruturação do espaço jurídico no Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos do Centro Universitário Feevale**. v. 24, n.2. Novo Hamburgo:Feevale, 2001
- FALCÃO, Joaquim. **Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984
- FAORO, R. Os donos do poder: **formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: USP, vol. 1, 1977
- FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. **Elitismo e exclusão na educação brasileira**. In: ROSÁRIO, Maria José Aviz do; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima (Orgs.). **Políticas públicas educacionais**. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2008
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009
- FERREIRA, Eduardo. **Os bacharéis do Direito na História do Brasil**. Publicado no site [www.justocantins.com.br](http://www.justocantins.com.br) em 2012

- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 1º Volume. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe Vol. 3**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986-1996
- FREITAS, Lucas de. **O bacharelismo no Brasil, a bacharelise no país: uma análise sócio-histórica**. Publicado em <http://www.egov.ufsc.br/portal>. Acesso em agosto de 2013
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro:José Olympio, 1977
- GARPARETTO JR, Antonio. **A Questão Militar**. Disponível em <http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/questao-militar/>. 18/01/2010
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997
- GUARANÁ, Manoel A. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro:(s.n., 1925). Disponível em [http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/includes/serysite/242/Dicionário\\_Armando\\_Guaraná\\_set2.007.pdf](http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/includes/serysite/242/Dicionário_Armando_Guaraná_set2.007.pdf)>. Acesso em: 11 out.2014
- HEINZ, Flávio M. (org.). Considerações acerca de uma história das elites. In: **Logos**. Canoas, vol.11, nº1, 1998
- JACOB, Vera Lúcia. **Poder do estado e poder dos docentes: um olhar sobre o movimento docente na UFPA**. – Belém-PA: SPEP/GRAPHITE, 1997
- KARADY, Victor. Une “nation de juristes”: des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d’ancien régime. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 86-87, p. 106-124, mar. 1991
- KERCHE, Fábio. **O Ministério Público e a Constituição de 1987/88**. In: SADEK, M.T. (org). **O Sistema de Justiça do Rio de Janeiro**.Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- KINZO, Maria D’Alva. O Quadro Partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, Bolivar (org). **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**. IDESP/Sumaré: São Paulo, 1990
- KOZIMA, José Wnaderley. Instituições, retórica e bacharelismo no Brasil. In: WOLKMER, Antonio Carlos (Org). **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte:Del Rey, 2014
- LACROIX, B. **Ordre politique et ordre social: objetivisme, objetivaction et analyse politique**. In: GRAWIZ, M et LEGA, J. (dir). *Traité de Science Politique*, vol.1. La science politique, science social, l'ordre politique. Paris:PUF, 1985
- LOBATO, José Bento Monteiro. **Cidades Mortas (1919)**. 14 ed. São Paulo:Brasiliense, 1971

- LOBATO, Monteiro. **Luzeiro Agrícola**. Contos Completos. Biblioteca Azul: São Paulo, 2014
- LOIC, J. D. Wacquant e BOURDIEU, Pierre. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicado, The University of Chicago Press, 1992
- MARENCO DOS SANTOS, André e DA ROS, Luciano. **Caminhos que levam à corte: carreira e padrões de recrutamento dos Ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro (1829-2006)**. Revista de Sociologia e Política, n. 30, p.131-149, Curitiba:2008
- MARTINS, Ana Paula Antunes. Profissionalismo como ideologia no mundo do Direito. **Academia**. Revista sobre Enseñanza del Derecho. Ano 5, n. 10, 2007
- MARTINS, Daniele Comin. A criação dos cursos jurídicos e a elaboração legislativa no Império. In: **Sequencia**, vol.23, nº 44, 2002
- MATTOS, M.A.V.L. e MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (direção). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, tomo III, vol.3
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. **Política e Corporação: a Ordem dos Advogados do Brasil (1945-1964)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho de 2011
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os juristas políticos e a democratização de 1945**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP, 2008
- MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi L. de. **A elite dos bacharéis**. Texto integrante dos anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS. GT13 Elites e espaços de poder.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: subsídios para a História da Educação no Brasil (1823-1853)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936
- MOREIRA, João Paulo Aprígio. **Oliveira Viana: ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)**. Disponível em <https://stormblast.wordpress.com/2008/05/07/oliveira-vianna-ideologia-autoritaria-no-brasil-1930-1945>
- MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. – vol. III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005



- MOTA, Marly. **Pacote de Abril**. CPDOC : FGV. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>
- NEDER, Gizlene. Coimbra e os juristas brasileiros. **Revista de Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro, ano 3 nº 5 e 6, 1998
- NOGUEIRA, Octaviano. **1824**. Série Constituições Brasileira, v.1, Brasília: Senado Federal, v.1, 2012.
- NOGUEIRA, M.A.; Catani, A. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis:Vozes, 2015
- NUNES, Edson; NOGUEIRA, André Magalhães; RIBEIRO, Leandro Molhano. **Futuros possíveis, passados indesejáveis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001
- NUNES, Edson; CARVALHO, Márcia. **O Ensino e a profissão jurídica no Brasil: uma visão quantitativa**. Documento de Trabalho Nº43. Observatório Universitário, 2005.
- NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820/1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II: (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- PANDOLFI, Dulce Chaves e GRYSZPAN, Mário. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: FGV -CPDOC, 1987
- PAULO FILHO, Pedro. **O Bacharelismo brasileiro: da colônia à República**. Campinas:Bookseller, 1997
- PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**.Campinas: Pontes, 2002.
- PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial- Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Unicamp, 2001
- PERISSINOTO, R. M., CODATO, A. **Apresentação – Por um retorno à Sociologia das Elites**, In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.16, n.30, jun. P 7-15, 2008
- PETRARCA, Fernanda R. **"O jornalismo como profissão": recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2007
- PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. **O Ministério Público do Estado de Sergipe na História**. Aracaju: SERCORE, 2010
- REIS, Eliane T. dos e GRILL, Igor Gastal. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil **Revista TOMO nº13.**, São Cristóvão:UFS, 2008

- REIS, Eliane T. dos. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odacir L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- REIS, Eliane T. dos. **Contestação, engajamento e militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2007
- ROLLERMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis. (orgs.) **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008
- SADEK, Maria Tereza. Prefácio. In BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e Política no mundo do Direito: a relação dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002
- SAINT MARTIN, Monique. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. Revista TOMO Nº13, São Cristóvão: UFS, jul/dez 2008.
- SANTANA, Kátia. **Ecos da Política**. Aracaju: Instituto Desenvolver, 2001
- SANTOS, Andre F. P. R. dos. **Direito e profissões jurídicas no Brasil após 1988: expansão, competição, identidades e desigualdades**. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008
- SANTOS, David W.S. e LEANDRO, Hélio W.S. "Grandes Famílias" e estruturação do espaço do poder em Sergipe: reconversões sociais e esferas de atuação. **Rev. Scientia Plena**, Vol.6, Nº 12, 2010
- SCHUBSKY, Cássio. Origem fidalga das profissões jurídicas. **Revista Consultor Jurídico**, 2009.
- SCHUMAHER, Schume e BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil - de 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Atualidade do liberalismo político e do corporativismo**. 1987. [citado 6 Janeiro 2007]. Disponível na World Wide Web: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/atualidad.htm>>.
- SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor Gastal. A política como objeto de estudos das ciências sociais. In: SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2013
- SEIDL, Ernesto. **A construção de uma ordem: o exército brasileiro o nascimento da “meritocracia” (1850-1930)**, in: Ciências & Letras, n. 37, 2005

- SEIDL, Ernesto. A espada como "vocação": as "grandes famílias" e o exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). **Teoria & Sociedade**, revista da UFMG, Minas Gerais n 9, p. 104-139, 2002
- SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese de doutoramento em Ciência Política. Porto Alegre:UFRGS, 2003
- SEIDL, Ernesto. **Apresentação**. Revista TOMO N 13, São Cristóvão: UFS, jul/dez 2008
- SEIDL, Ernesto. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas. In: CORADINI, O. L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, abr. 2009;
- SEIDL, Ernesto. **A formação de um exército   brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional**. H st ria (São Paulo): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Vol.29, n.2, 2010
- SEIDL, E. Viagem pela Alta Hierarquia: pesquisa de campo e interações com elites eclesiásticas. In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. **Elites e métodos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016
- SEIXAS DÓRIA, João. **Eu, Réu Sem Crime**. Rio de Janeiro: Ed. Equador, s/d.
- SILVA, Rafael Oliveira da. **Ordem dos Advogados do Brasil: espaço de h st ria e ação política**. Departamento de H st ria- UFRN- Brasil; SIMÕES NETO, Francisco Teot nio. **Os bacharéis na política e a política dos bacharéis**. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1983
- SILVA, Wilson C. L.. **Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República Velha**. 2005
- SILVA, Wilson C.L..**Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República Velha**. UNESP:2005.
- SIMÕES NETO, Francisco Teot nio. **Os bacharéis na política e a política dos bacharéis**. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1983
- SODRÉ, Nelson Werneck. **H st ria da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964
- SOTAG, Ricardo. **Triatoma baccalaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República**. Espaço Jurídico, Jo aba, v.9, n.1, 2008
- SOUZA, Ricardo Luiz. **Da crítica ao bacharel   construção do autoritarismo**. Mneme Revista de Humanidades. V.1- n.1. ago/set de 2000
- URICOCHEA, F. **O minotauro imperial- A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Difel, 1978

- VALLE, Igor Ribeiro e outros. Seleção meritocrática versus desigualdades sociais: quem são os inscritos e os classificados nos vestibulares da UFSC (1998-2007)? . **Revista Linha Crítica**, Brasília:DF, v.16, n.31, dez 2010
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: Edson de Oliveira Nunes (Org.). **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1982
- VIANNA, Marcelo. **Os homens do Parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)**. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2013
- WACQUANT, J. D. Loic e BOURDIEU, Pierre. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicado, The University of Chicago Press, 1992, p.102
- WACQUANT, Loic (Org.). **O Mistério do Ministério - Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro:Revan, 2005
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro, Renovar, 2004
- WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte:Del Rey, 2001
- WRIGHT MILLS, Charles. **A Elite no poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962

#### **Fontes e obras consultadas**

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1995.
- ANGELIN, Paulo E. Profissionalismo e Profissão: teorias sociológicas e processo deprofissionalização no Brasil. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.3, n.1.jul/dez, 2010.
- ANGELIN, Paulo E. **Profissionalismo e Profissão: teorias sociológicas e processo de profissionalização no Brasil**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.3, n.1. jul/dez, 2010
- BAETA, Herman Assis (Coor.). **História da Ordem dos Advogados do Brasil:criação, primeiros percursos e desafios (1930-1945)**. Brasília:OAB – Ed. 2003, v.4.

- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Para onde vai a classe média um novo profissionalismo no Brasil?. **Tempo Social**, USP, São Paulo, 10 (1): 129-142, 1998.
- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográfico**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BONELLI, Maria Glória et ali. **Profissões jurídicas, identidades e imagem pública**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- BOSI, Maria Lucia M. Profissões e Profissionalização: o debate Teórico. In: **Profissionalização e conhecimento, a nutrição em questão**. Editora HUCITEC. São Paulo. p. 35-56. 1996.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKY, L. **Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, 1975..
- BOURDIEU, Pierre y TAUBNER, Gunther. **La fuerza del derecho**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Instituto Pensar, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre-RS: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Habitus, code et codification. In: **Actes de la recherche em science sociales**. Vol.64, setembro de 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **La nobleza de Estado**. Texto de uso acadêmico por el Dr. David Velasco Yáñez, sj – Doctorado en Estudios Científico Sociales – ITESO. Ha sido escrito en colaboración con Monique de Saint Martin. Disponível da internet. s/d.
- BOURDIEU, Pierre. **Les juristes, gardiens de l'hypocrisie collective**. In: **Normes juridiques et régulation sociale**. Coleção Droit et Société, Ano ?
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **El ofício de sociólogo: presupuestos epistemológicos**. Buenos Aires: Siglo Veinuino Editores, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- CHAPOULIE, Jean , **Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels**, Revue Française de Sociologie, XIV, pp. 86-114, 1973.
- CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva. Balanço e perspectivas. HEINZ, F. M (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRS, 2001
- DANTAS, Orlando Vieira. **Vida patriarcal de Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURAND, José Carlos Garcia. **A serviço da coletividade: crítica a sociologia das profissões.** Rev. Adm. Emp. FGV: Rio de Janeiro, vol.15, p. 59-69, 1975.
- DURAND, José Carlos Garcia. **O arquiteto: estudo introdutório de uma ocupação..** USP. Dissertação (mestrado) - Sociologia, São Paulo, 1972. Orientação de: Luiz Pereira,
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios 1.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENGELMANN, Fabiano. **As bases sociais de um ensino jurídico conservador: uma proposta de pesquisa.** Artigo para a Revista Crítica-Eletrônica – CESUSC Florianópolis: n. 2, S/d.
- FREIDSON, Eliot , **La Profesión Médica,** Barcelona, Ediciones Península, 1978
- FREIDSON, Eliot. **Professional Powers,** Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política.** São Paulo: EDUSP, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- GONÇALVES, Carlos Manuel. **Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento.** Universidade do Porto: Portugal, 2007.
- GOODY, Jack. **O roubo da história.** São Paulo: Contexto, 2012.
- GOUVEA, Gilda F. P. **Burocracias e Elites Burocráticas no Brasil: Poder e Lógica de Ação.** Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

- GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê?. In CORADINI, O.L. (org.) **Estudos de grupos dirigentes do Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- HOLLANDA. Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da acção**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.
- LOPES, Paulo Guilherme de Mendonça e RIOS, Patrícia. **Justiça no Brasil - 200 anos de história**. São Paulo: Conjura Editorial, 2009.
- MEDINA, Ana Maria N. Fonseca e TELLES, Amélia Maria Souza. **O centenário de Gonçallo Rollemberg Leite**. Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, 2006.
- MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MONTAGNER, Miguel Angelo. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdiesiana**. Sociologias: Porto Alegre, ano 9, no 17, jan/jun 2007, p.240-264.
- MOTT, Luiz. **Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade (1591-1882)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.
- MOURA, Cristovam Pontos de. **Advocacia de Estado no Brasil no Período Colonial e no Império: Matriz das Procuraturas Constitucionais**. Tese aprovada no XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado.
- MOURA, Cristovam Pontos de. **Advocacia de Estado no Brasil no Período Colonial e no Império: Matriz das Procuraturas Constitucionais**. Tese aprovada no XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Elites burocráticas, competência técnica e administração pública**. Paper apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.
- PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- PERISSINOTTO, Renato M, MEDEIROS, P. L. C.; WOWK, R. **Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma Sociologia da elite judiciária**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 30, pp. 151-166, 2008.
- PERISSINOTTO, Renato M. **'Vocação inata' e recursos socioculturais: o caso dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná**. Direito, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 31, pp. 175-199, 2007
- PERISSINOTTO, Renato M. **Notas metodológicas sobre o estudo de elites**. Curitiba: NUSP. 2003.

- SANTOS, Osmário. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. Aracaju: Gráfica J Andrade, 2002
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murge. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Rafael Oliveira da. **Ordem dos Advogados do Brasil: espaço de história e ação política**. Departamento de História- UFRN- Brasil.
- TRÉATON, Jean-René. Le concept de « carrière ». In: **Revue française de sociologie**. 1960, 1-1. pp. 73-80.doi : 10.3406/rfsoc.1960.173
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José.O funcionário colonial entre a sociedade e o rei”. In: Del Priore, Mary (org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus.2000



## **ANEXOS**

**RELAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SERGIPE E  
COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA PGE NO INÍCIO DA PESQUISA**

Márcio Leite de Rezende

**PROCURADOR- GERAL DO ESTADO**

André Luiz Vinhas da Cruz

Arthur Cezar Azevedo Borba

Marcus Cotrim de Carvalho

Leo Peres Kraft

**PROCURADORES ASSISTENTES**

Conceição Maria Gomes E. Barbosa

**SUBPROCURADORA-GERAL DO ESTADO**

Edson Wander de Almeida Costa

**PROCURADOR Á DISPOSIÇÃO SUBPROCURADORIA**

Carla de Oliveira Costa Menezes

**CORREGEDORA-GERAL DA ADVOCIA GERAL DO ESTADO**

**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS**

Felipe Moreira de Godoy e Vasconcelos

**PROCURADOR-CHEFE**

Eduardo José Cabral de Melo

Maria Edilene Conrado

Patrícia Maria Amorim Pessoa

Pedro Durão

Regina Helena Gondim de Lucena Oliveira

Ricardo Silveira de Oliveira

Thiago Bockie de Almeida

### **PROCURADORIA ESPECIAL DO CONTECIOSO CÍVEL**

Vladimir de Oliveira Macedo

#### **PROCURADOR-CHEFE**

Antônio José de Oliveira Botelho

Agripino Alexandro dos Santos Filho

Carina Fontes Silva Barreto

Carlos Henrique Luz Ferraz

Cristiane Todeschini

Flávio Augusto Barreto Medrado

Gilvanete Barbosa Losilla

Guilherme Augusto Marco Almeida

Kátia Kelen Sousa dos Anjos

Kleidson Nascimento dos Santos

Lícia Maria Alcântara Machado

Marcelo Aguiar Pereira

Marcus Aurélio de Almeida Barros

Patrícia Regina Leó Cavalcanti Nunes

Ramon Silva Oliveira

Vinícius Thiago Soares de Oliveira

### **PROCURADORIA ESPECIAL DO CENTRO DE ESTUDOS**

Mário Luiz Britto Aragão

#### **PROCURADOR-CHEFE**

### **PROCURADORIA ESPECIAL DO CONTECIOSO FISCAL**

Carlos Antônio Araújo Monteiro

**PROCURADOR-CHEFE**

Carlos Augusto Cavalcante Melo

Eugênia Maria Nascimento Freire

Gilda Boa Morte Tosta Café

Gisele de Assis Campos

João Monteiro Júnior

José Alcides Vasconcelos Filho

José de Souza Ibiapino

José Paulo Leão Velloso Silva

Mauro Fernando dos Santos

Paulo de Albuquerque Pontes Júnior

Robson Nascimento Filho

Vinícius Magno Duarte Rodrigues

**PROCURADORIA ESPECIAL DA VIA ADMINISTRATIVA**

Tatiana Passos de Arruda

**PROCURADORA-CHEFE**

Ana Queiroz de Carvalho

Lélia Vieira Fortes Franco

Mário Rômulo de Melo Marroquim

Micheline Marinho Soares Dantas

Raul de Faro Rollemberg Neto

Rita de Cássia Matheus dos Santos Silva

Túlio Cavalcante Ferreira

**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E  
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

Pedro Dias de Araújo Júnior

**PROCURADOR-CHEFE**

Evânio José de Moura Santos

**PROCURADORIA ESPECIAL DO CONTENCIOSO TRABALHISTA**

Wellington Matos do Ó

**PROCURADOR- CHEFE**

Marcos Alexandro Costa de Souza Póvas

**PROCURADORIA ESPECIAL DE ATUAÇÃO JUNTO AOS TRIBUNAIS  
SUPERIORES**

André Luís Santos Meira

**PROCURADOR-CHEFE**

Gervázio Fernandes de Serra Júnior

**RELAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SERGIPE E  
COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA PGE EM 2015**

**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

1. Maria Aparecida Santos Gama da Silva

**PROCURADORES-ASSISTENTES**

1. Guilherme Augusto Marco Almeida
2. Vinícius Thiago Soares de Oliveira

**SUBPROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

1. Carla de Oliveira Costa Menezes

**CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO**

1. Samuel Oliveira Alves

**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**

**ADMINISTRATIVOS**

1. Eduardo José Cabral de Melo Filho – Procurador-Chefe
2. Felipe Moreira de Godoy e Vasconcelos
3. Patrícia Maria Amorim Pessoa
4. Pedro Durão
5. Regina Helena Godim de Lucena Oliveira
6. Ricardo Silveira de Oliveira
7. Wellington Matos do Ó

**PROCURADORIA ESPECIAL DO CONTENCIOSO CÍVEL**

1. Antônio José de Oliveira Botelho
2. Carina Fontes Silva Barreto
3. Carlos Henrique Luz Ferraz
4. Cristiane Todeschini
5. Flávio Augusto Barreto Medrado
6. Gilvanete Barbosa Losilla
7. Kátia Kelen Sousa dos Anjos
8. Kleidson Nascimento dos Santos
9. Lícia Maria Alcântara Machado
10. Leo Peres Kraft
11. Marcelo Aguiar Pereira
12. Marcus Aurélio de Almeida Barros

13. Marcus Cotrim de Carvalho Melo
14. Patrícia Regina Leó Cavalcanti
15. Ramon Silva Oliveira
16. Raul de Faro Rollemberg Neto
17. Túlio Cavalcante Ferreira
18. Vladimir de Oliveira Macedo – Procurador-Chefe

#### **PROCURADORIA ESPECIAL DO CONTENCIOSO FISCAL**

1. Agripino Alexandre dos Santos Filho
2. André Luiz Vinhas da Cruz
3. Augusto Carlos Cavalcante Melo
4. Carlos Antônio Araújo Monteiro – Procurador-Chefe
5. Conceição Maria Gomes Ehl Barbosa
6. Edson Wander de Almeida Costa
7. Eugênia Maria Nascimento Freire
8. Gilda Boa Morte Café
9. João Monteiro Júnior
10. José Alcides Vasconcelos Filho
11. José de Sousa Ibiapino
12. José Paulo Leão Veloso Silva
13. Mário Luiz Britto Aragão
14. Mauro Fernando dos Santos
15. Micheline Marinho Soares Dantas
16. Paulo de Albuquerque Pontes Júnior
17. Robson Nascimento Filho

#### **PROCURADORIA ESPECIAL DA VIA ADMINISTRATIVA**

1. Ana Queiroz Carvalho
2. Lélia Vieira Fortes Franco
3. Marcio Leite de Rezende – Procurador-Chefe
4. Maria Edilene Conrado
5. Mário Rômulo de Melo Marroquim (Licenciado)
6. Rita de Cássia Matheus dos Santos Silva
7. Ronaldo Ferreira Chagas
8. Tatiana Passos de Arruda

#### **PROCURADORIA ESPECIAL DOS ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

1. Arthur Cezar Azevedo Borba – Procurador-Chefe
2. Evânio José de Moura Santos
3. Marcos Alexandre Costa de Souza Povoas
4. Pedro Dias de Araújo Júnior
5. Tiago Bockie de Almeida

## **BRASÍLIA**

### **PROCURADORIA ESPECIAL DE ATUAÇÃO JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

1. André Luís Santos Meira – Procurador-Chefe

### **PROCURADORES LICENCIADOS**

1. Gervázio Fernandes de Serra Júnior
2. Gisele de Assis Campos
3. Venâncio Fonseca Filho



**LISTA DE PROCURADORES DA ATIVA E APOSENTADOS FILIADOS A  
ASSOCIAÇÃO DE PROCURADORES DO ESTADO DE SERGIPE**

**Procuradores Ativos:**

1. Agripino Alexandre Dos Santos Filho
2. Ana Queiroz Carvalho
3. André Luís Santos Meira
4. André Luiz Vinhas Da Cruz
5. Antônio José De Oliveira Botelho
6. Arthur César Azevedo Borba
7. Augusto Carlos Cavalcante Melo
8. Carina Fontes Silva Barretto
9. Carlos Antonio Araújo Monteiro
10. Carlos Henrique Luz Ferraz
11. Conceição Maria Gomes Ehl Barbosa
12. Cristiane Todeschini
13. Edson Wander De Almeida Costa
14. Eduardo José Cabral De Melo Filho
15. Eugênia M<sup>a</sup> Nascimento Freire
16. Evânio José De Moura Santos
17. Felipe Moreira De Godoy E Vasconcelos
18. Flávio Augusto Barreto Medrado
19. Gilda Boa Morte Café
20. Gilvanete Barbosa Losilla
21. Gisele De Assis Campos
22. Guilherme Augusto Marco Almeida
23. João Monteiro Júnior
24. José Alcides Vasconcelos Filho
25. José De Sousa Ibiapino
26. José Paulo Leão Veloso Silva
27. Kátia Kelen Sousa Dos Anjos
28. Kleidson Nascimento Dos Santos
29. Lélia Vieira Fortes Franco
30. Léo Peres Kraft
31. Lícia Maria Alcântara Machado

32. Marcelo Aguiar Pereira
33. Márcio Leite De Rezende
34. Marcos Alexandre Costa De Souza Póvoas
35. Marcus Aurélio De Almeida Barros
36. Marcus Cotrim De Carvalho Melo
37. Maria Edilene Conrado
38. Mário Luiz Britto Aragão
39. Mário Rômulo De Melo Marroquim
40. Mauro Fernando Dos Santos
41. Micheline Marinho Soares Dantas
42. Patrícia Maria Amorim Pessoa
43. Patrícia Regina Leó Cavalcanti
44. Paulo De Albuquerque Pontes Junior
45. Pedro Dias De Araújo Júnior
46. Pedro Durão
47. Ramon Silva Oliveira
48. Raul De Faro Rollemberg Neto
49. Regina Helena Gondim De Lucena Oliveira
50. Ricardo Silveira De Oliveira
51. Rita De Cássia Matheus Dos Santos Silva
52. Robson Nascimento Filho
53. Ronaldo Ferreira Chagas
54. Samuel Oliveira Alves
55. Tatiana Passos De Arruda
56. Tiago Bockie De Almeida
57. Túlio Cavalcante Ferreira
58. Vinicius Magno Duarte Rodrigues
59. Vinicius Thiago Soares De Oliveira
60. Vladimir De Oliveira Macêdo
61. Wellington Matos Do Ó

**Procuradores Aposentados:**

1. Aerton Menezes Silva
2. Anete Fontes Brito
3. Angélica M<sup>a</sup> De Campos Rollemberg
4. Antônio Ângelo Azevedo Melo

5. Antônio Celso Ferreira De Menezes
6. Cantidiano Vieira Machado
7. Edgard D'ávila Melo Silveira
8. Eldiza Bitencourt Dantas
9. Fernando Santos Prado
10. Francisco Leite Neto Júnior
11. Gaspar Fontes De Faro
12. Jadson Barbosa De Matos
13. Janeide Da Anunciação Melo
14. Jeferson Fonseca De Moraes
15. João Batista Da Silva
16. Joel De Oliveira
17. José Carlos Macêdo Dos Santos
18. José Garcez Vieira Filho
19. Lúcia Maria Figueiredo De Brito
20. Luiz José Azevedo Pereira De Melo
21. M<sup>a</sup> Angélica Menezes Valadão
22. M<sup>a</sup> De Fátima Bôtto De B. Nascimento
23. Matias Monteiro Dos Santos
24. Osvaldo Rodrigues Da Silva
25. Paulo Modesto Dos Passos
26. Rita De Cássia Garangau Andrad

## **COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA APESE - 2015**

**Presidente:** Mário Rômulo de Melo Marroquim

**Vice-Presidente:** Aerton Menezes Silva

**Tesoureiro:** Vinícius Thiago Soares de Oliveira

**Secretário-Geral:** Lícia Maria Alcântara Machado

### **CONSELHO DELIBERATIVO:**

Luiz José Azevedo Pereira Melo

Cristiane Todeschini

Vladimir de Oliveira Macêdo

Eduardo José Cabral de Melo Filho

### **CONSELHO FISCAL**

Edgard D'Avila Melo Silveira

José Garcez Vieira Filho

Carlos Henrique Luz Ferraz

Samuel Oliveira Alves

Rita de Cássia Matheus do Santos Silva

### **DEPARTAMENTOS DE DIREÇÃO:**

Departamento de Eventos Sociais e Culturais: Flávio Augusto Barreto Medrado.

Departamento de Resp. Social e Direitos Humanos: Agripino Alexandre dos Santos Filho.

Departamento Jurídico e Legislativo: José Paulo Leão Velloso.

Departamento Esportivo: Kleidson Nascimento dos Santos.

Departamento de Benefícios e Convênios: Eduardo Cabral de Melo Filho.

## RELAÇÃO DOS EX-PRESIDENTES DA APESE

<b>Presidente:</b>	<b>Gestão:</b>
Luiz José Azevedo Pereira de Brito	1983-1984
Jadson Barbosa de Matos	1985-1986
Aerton Menezes Silva	1987-1988
Cantidiano Vieira Machado	1989-1990
Roberto Eugênio da Fonseca Porto	1991-1992
Roberto Eugênio da Fonseca Porto	1993-1994
Cantidiano Vieira Machado	1995-1996
Luiz José Azevedo Pereira de Brito	1997-1998
Cantidiano Vieira Machado	1999-2000
Carlos Antonio Araújo Monteiro	2001-2002
Carlos Antonio Araújo Monteiro	2003-2004
Arthur Cezar Azevedo Borba	2005
Cantidiano Vieira Machado	2006
Eugenia M <sup>a</sup> Nascimento Freire	2007-2008
Flávio Augusto Barreto Medrado	2009-2010
Pedro Durão	2011-2012
Pedro Durão	2013-2014